

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA EM CONSELHOS: UM
ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DA ENTRADA DO SINDICATO
ESTADUAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (SEPE-RJ) NO
GRUPO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
(GIEA-RJ)**

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA

RIO DE JANEIRO

2013

**A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA EM CONSELHOS: UM ESTUDO DE CASO
ATRAVÉS DA ENTRADA DO SINDICATO ESTADUAL DE PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO (SEPE-RJ) NO GRUPO INTERDISCIPLINAR DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GIEA-RJ)**

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Doutor Carlos Frederico Bernardo Loureiro

RIO DE JANEIRO
2013

A958 Avila, Eduardo da Costa Pinto d'.

A socialização da política em conselhos: um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE-RJ) no grupo interdisciplinar de educação ambiental (GIEA-RJ) / Eduardo da Costa Pinto D'Avila. Rio de Janeiro: 2013.

248f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013.

1. Educação ambiental. 2. Política pública. 3. Política ambiental. 4. Educação e Estado. I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo Loureiro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

CDD: 304.2

A SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA EM CONSELHOS: UM ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DA ENTRADA DO SINDICATO ESTADUAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (SEPE-RJ) NO GRUPO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GIEA-RJ)

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Doutor Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Profa. Doutora Libânia Nacif Xavier – UFRJ

Prof. Doutor Celso Sanchez Pereira – UNIRIO



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação “A socialização da política em conselhos: um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE-RJ) no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA-RJ)”

Mestrando: **Eduardo da Costa Pinto D'Ávila**

Orientado pelo (a): **Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2013

Banca Examinadora:


Presidente:



Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro



Prof. Dr. Libânia Nacif Xavier



Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira

À meu filho José, com todo o amor que houver nessa vida.

Em memória de:

Wilson Ramos, grande companheiro e amigo de luta responsável por minha formação política e filosófica.

Jairo da Costa Pinto, meu avô, por suas conversas e suas valiosas contribuições para o meu aprendizado.

Jairo da Costa Pinto Filho, tio, padrinho, médico e poeta dedicado à militância política na comunidade de Jacarepaguá.

À Ilza Silva d'Avila, minha avó por me ensinar com sua sabedoria lições de vida.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares, que com tanta paciência souberam lidar com a vida intensa de estudos e pesquisas. Sempre fui inspirado pelos meus pais Luiz Antônio e Kátia que são muito dedicados ao estudo e ao trabalho. Nossa casa sempre foi um amontoado de livros com os quais convivemos meus irmãos Joana e Tiago. Agradeço à minha avó Kellers pela sabedoria em nossas conversas sobre vida e trabalho e ao tio militante Jorge pelas conversas políticas sobre a dissertação.

Agradeço, em segundo lugar, ao meu orientador Carlos Frederico Loureiro pelo retorno dos textos com comentários e orientações precisas. Ao co-orientador e amigo Rodrigo Lamosa devo agradecimento especial pelo tempo dedicado aos meus textos e pela orientação acadêmica de alta qualidade. As madrugadas em que escrevia artigos eram apresentadas no dia seguinte com e-mails de Fred e Rodrigo sobre o texto e com comentários e dicas de livros para aprofundamento das análises.

Agradeço, em terceiro lugar, a todos os funcionários (em especial Solange e Aline) e aos professores e professoras com que tive contato durante os dois anos de mestrado. Tive aulas excelentes que me fizeram exercitar a escrita de forma intensa e dolorosa, como é o caso da Prof. Dr. Ana Canen, bem como a leitura bem orientada, com o Prof. Dr. Roberto Leher. Em especial, gostaria de mencionar as ótimas sugestões da Prof. Dr. Libânia Nacif Xavier no exame de qualificação.

Agradeço aos companheiros de trabalho do LIEAS que foram fundamentais para meu amadurecimento intelectual nestes dois anos. Com eles convivi em congressos e seminários nos quais pudemos aprofundar a teoria e aliarmos o trabalho com uma verdadeira amizade. Agradeço também aos companheiros de jornada Régis Arguelles, Rodrigo Lamosa e Nívea Vieira, Marco Lamarão, Danielle Pinheiro, Rafaela Sardinha, Jade Prata, Felipe Baunilha, Luiz, Vitor, Damires, Djenane, Leonardo Kaplan, Mariza, Inny Accioly, Fábio Alves e muitas outras.

Um agradecimento final especial para os conselheiros do GIEA e diretores do SEPE-RJ, pela paciência e atenção concedida ao pesquisador, em tempos de correria. Isto com certeza motiva o pesquisador e confere credibilidade à universidade.

RESUMO

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ), desde 2011, está representado no Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (GIEA-RJ). Esta dissertação analisou os limites e possibilidades da política das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEA). A CIEA no Rio de Janeiro se chama GIEA. O objetivo do trabalho foi verificar os limites e possibilidades de ampliação da socialização da política pela política das CIEA. A dissertação trabalhou com o quadro teórico de Antônio Gramsci (2011). A metodologia de pesquisa adotada foi entrevista no GIEA-RJ e no SEPE-RJ. Durante o governo Lula da Silva (2003-2010) membros originários do Instituto Ecoar para a Cidadania ocuparam cargos de alto escalão no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Ministério da Educação (MEC), onde coordenaram a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A análise se orientou pelas concepções de Estado e sociedade que, ao longo da dissertação, foi norteada pela reflexão do caráter da crítica à partir dos debates internos do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 2000, se dividindo entre crítica liberal e crítica marxista, desenvolvidas na política educacional nacional e, especificamente, voltadas para a política pública de educação ambiental no Rio de Janeiro. Depois, o trabalho focou a política das CIEA pensadas como políticas do “modo petista de governar”; e, por fim, a dissertação investigou os limites e possibilidades da participação do SEPE-RJ no GIEA-RJ. A pesquisa concluiu que a CIEA no Rio de Janeiro não realiza avaliação e acompanhamento de projetos de EA e que as possibilidades e conquistas envolveram, dentre outras coisas, a moção de apoio à greve dos professores da rede estadual em 2011.

PALAVRAS CHAVES:

SINDICATO; SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA; EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICA PÚBLICA, ESTADO.

ABSTRACT

The State of the Union education professionals (SEPE-RJ), from 2011, is represented in the Interinstitutional Group on environmental education (GIEA-RJ). This dissertation examined the limits and possibilities of Inter-institutional committees State policy of environmental education (CIEA). The CIEA in Rio de Janeiro is called GIEA. The objective of this work was to verify the limits and possibilities of expansion of the socialization of the CIEA policy policy. The dissertation worked with the theoretical framework of Antonio Gramsci (2011). The research methodology was adopted GIEA interview-RJ and SEPE-RJ. During the Lula da Silva (2003-2010) members from Echo citizenship Institute occupied high-ranking positions in the Ministry of the environment (MMA) and the Ministry of education (MEC), which coordinated the National Environmental Education Policy (PNEA). The analysis is guided by concepts of State and society which, over the course of the dissertation, was guided by the reflection of critical to the character from the internal debates of the workers ' Party (PT), in late 2000, by dividing between liberal and Marxist criticism, criticism developed in national educational policy and, specifically, to the public policy of environmental education in Rio de Janeiro. Later, the work focused on the politics of CIEA thought as policies of "PT mode of governing"; and, finally, the dissertation investigated the limits and possibilities of participation of SEPE-RJ in GIEA-RJ. The research concluded that the CIEA in Rio de Janeiro does not perform evaluation and monitoring of projects in EA and that the possibilities and achievements involved, among other things, the motion of support for State school teachers strike in 2011.

KEYWORDS:

UNION; SOCIALIZATION OF POLITICS; ENVIRONMENTAL EDUCATION, PUBLIC POLICY, STATE; CIVIL SOCIETY; CONCIL

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBHLSJ - Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama, Saquarema e dos Rios São João e Uma
CEE - Conselho Estadual de Educação
CIEA – Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental
CJ-RJ - Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro
CONEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
EA – Educação Ambiental
FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIEA – Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
LIEAS - Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OG - Órgão Gestor da Política Nacional de EA
ONGs - Organizações Não governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OS - Organização Social
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEEA - Política Estadual de EA
PNEA - Política Nacional de EA
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP - Parceria público-privada
ProNEA - Programa Nacional de EA
ProEEA - Programa Estadual de EA
PT - Partido dos Trabalhadores
REARJ - Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
REBEA - Rede Brasileira de Educação ambiental
Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SEA - Secretaria do Estado do Ambiente
SEAM - Superintendência de EA
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
TKCSA - ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO:

Introdução	1
Capítulo 1. As concepções de Estado no Brasil	12
1.1 O debate sobre o conceito de Estado	12
1.1.1 A concepção marxiana de Estado	13
1.1.2 A crítica liberal à concepção marxiana de Estado	15
1.2 O Estado Integral no Brasil	21
1.2.1 Sociedade Civil e a socialização da política	24
1.2.2 Sociedade política: a Reforma Gerencial do Estado	39
1.3 O Novo Estado Educador: “o modo petista de governar”	46
Capítulo 2. A formação das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental CIEA	61
2.1 A Educação Ambiental no Novo Estado Educador	61
2.2 A política das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental	75
2.3 As Comissões Estaduais Interinstitucionais de EA no país	80
Capítulo 3. Estudo de Caso: o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA-RJ)	103
3.1 Conjuntura de formação do GIEA-RJ	104
3.2 Socialização da política no GIEA-RJ	109
3.3 Participação política do SEPE – RJ	129
Conclusão	144
Referências Bibliográficas	149
Anexos	156

Introdução

O Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (GIEA-RJ) foi criado pela lei estadual nº 3325/99, pelo então governador Anthony Garotinho, no dia 17 de dezembro, mas foi concretizado em 2006, no contexto do governo Lula da Silva (2003-2010). O GIEA-RJ é formado por representantes dos órgãos estatais de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Trabalho, Universidades, da Assembléia Legislativa, de representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ), organizações não governamentais (ONG) e Redes. A principal responsabilidade deste conselho é a definição e o acompanhamento da Política Estadual de Educação Ambiental, sobretudo a partir da avaliação dos projetos de educação ambiental desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro.

O controle social é um tema recorrente nas políticas públicas desde a década de 1990, se tornando uma questão importante de pesquisa. O destaque desse tema se confirma no campo da educação ambiental marcando as políticas públicas de educação. O tema sobre a participação da sociedade civil em espaços de controle social está presente no interior do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE)¹, desde a década de 1990, e voltou a ser tema em 2011 por conta da participação do Sindicato no GIEA-RJ².

A presente dissertação investigou o GIEA-RJ (histórico, composição e funcionamento) entendendo-o como um espaço de disputas. A pesquisa analisou, portanto, uma política pública de educação ambiental, que seguiu um padrão de organização da educação ambiental. A pesquisa esclareceu se o GIEA-RJ constituiu para os profissionais da educação um espaço possível de conquista e avanços, ou seja, de socialização da política. Além disto, a pesquisa analisou em que medida a participação do SEPE-RJ neste conselho contribuiu para o fortalecimento de uma educação ambiental crítica que seja um instrumento de luta na construção da escola

¹ O SEPE é um sindicato grande com mais de 30 mil filiados e o pesquisador acompanhou o debate sobre a participação ou não do sindicato no (GIEA-RJ) por ser um interessado no tema e, por razão última, por ser sindicalizado. O SEPE debateu em assembleia e escolheu o representante em 2011.

² O GIEA-RJ é um conselho que reúne membros do Estado strictu e da sociedade civil. Foi criado em 1999 com objetivo definir as diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental no Rio de Janeiro.

pública, democrática e de qualidade, como propôs o sindicato em seu último congresso, realizado em 2011³.

Este trabalho estudou os limites e possibilidades desta instância formal responsável por acompanhar, avaliar e formular políticas públicas. Neste sentido, tratou de analisar a criação de uma instância formal e política que tem poderes limitados diante de outros conselhos inseridos na estrutura do Estado, tomando como estudo de caso (YIN, 1999) o GIEA/RJ como instituto colegiado e institucional no Rio de Janeiro.

A relação com o tema se justifica por minha participação e atuação como professor da Rede Estadual de Ensino, inserido no debate do SEPE-RJ, e como pesquisador no Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-UFRJ). O LIEAS vem estudando as políticas públicas de educação ambiental e contribuindo para aproximar a educação ambiental das pautas dos educadores da escola pública. É objetivo do grupo também aprofundar estudos de como a educação ambiental se materializa nas políticas e formas de organização.

O LIEAS já produziu estudos que identificaram alguns problemas candentes da educação ambiental brasileira que possuem intrínseca relação com o movimento geral da educação no Brasil. A inserção da educação ambiental na estratégia empresarial de entrada nas escolas públicas (LAMOSA, 2010) e a incorporação do discurso reformista nas políticas públicas da educação ambiental para as escolas (KAPLAN, 2011) foram alguns dos problemas identificados pelas pesquisas do grupo.

A pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) feita com os termos “Conselho” e “educação ambiental” gerou como resultado 75 dissertações e teses. No entanto, utilizando a palavra “GIEA” gerou como resultado nenhuma dissertação e nenhuma tese. Neste sentido, esta pesquisa modifica este quadro, na medida em que abre um importante precedente. Nesse sentido, a pesquisa se justifica também pela necessidade de ampliar e intensificar o diálogo entre as pesquisas sobre os espaços públicos na definição e acompanhamento das políticas públicas de educação ambiental.

³ Este congresso foi importante, pois contou com a presença de 1.800 delegados, tendo sido o encontro com maior participação da história do sindicato.

A pesquisa teve como principal referência teórica os conceitos formulados por Antônio Gramsci⁴, principalmente os de Estado integral⁵ e de guerra de posição⁶. O Brasil é um “Estado de tipo Ocidental”, ou seja, um Estado em que há uma correlação cada vez menos assimétrica entre a sociedade civil e a sociedade política, segundo a estratégia gramsciana da guerra de posições no interior de um espaço em que esta correlação é exposta. Segundo Gramsci (2010), no Estado integral o poder se caracteriza pela organização da sociedade civil, por meio dos aparelhos privados de hegemonia – organizações de livre associação que organizam e difundem a sociabilidade de uma fração de classe dominante ou um conjunto de frações, hegemônicas ou não.

Analisada à partir do debate sobre os movimentos sociais, os debates internos do PT durante o governo Lula da Silva (2003-2010) foram fios condutores da análise sobre concepções de Estado e Sociedade Civil que ilustraram a reflexão sobre o caráter da crítica: marxista ou liberal. A divisão interna expressa nos Congressos do PT se deu no processo de alteração na correlação de forças das frações de classe dominante e reconfiguração da estrutura do sindicalismo brasileiro, bem como de precarização da carreira docente e de reformas no plano de carreira do funcionalismo público. A cisão do PT entre a corrente crítica marxista e corrente crítica liberal (da qual os marxistas saíram derrotados) é, pois, eixo norteador da dissertação, na medida em que esta distinção do caráter da crítica no debate é necessária para a inserção dos movimentos sociais classistas na composição de espaços colegiados.

Durante o governo Lula membros originários do Instituto Ecoar para a Cidadania ocuparam cargos de alto escalão no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Ministério da Educação (MEC), onde coordenaram a Política Nacional de Educação

⁴ Antônio Gramsci nasceu em 1891 em Ales (Oristano, Sardenha), quarto dos sete filhos de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias. Em 1926 é preso depois de um obscuro atentado contra Mussolini. Em 1929 obtém permissão para escrever na cela. Em 1934, ganha liberdade condicional. Em 1937, já em liberdade integral, sofre derrame cerebral e morre no dia 27 de abril (GRAMSCI, 2001: 41-45).

⁵Estado integral = sociedade política + sociedade civil, ou ainda, “hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011).

⁶ A guerra de movimento seria a forma histórica de assalto ao poder, e a guerra de posição possuiria a exigência de um Estado ampliado, ou de tipo Ocidental, em que há ganhos de posição graduais, ou seja, a socialização da política.

Ambiental (PNEA). Neste sentido, a política de educação ambiental nacional teve como direção moral e intelectual grupos que ganharam uma disputa interna ao Partido dos Trabalhadores (PT), que se refletiu internamente ao emergente campo da educação ambiental.

Fundadores do Instituto Ecoar para a Cidadania (uma ONG ambientalista) à época orgânicos a lutas protagonizadas pelo PT de São Paulo, Marcos Sorrentino (MMA) e Raquel Trajber (MEC) foram incorporados pelo governo à frente da política nacional de educação ambiental. As políticas públicas passaram a ser orientadas por uma forma de governar que ficou conhecida como “modo petista de governar”. No Rio de Janeiro, este “modo petista de governar” pode ser identificado na formação de conselhos interinstitucionais que permitem a participação da sociedade civil.

A partir da análise das atas do GIEA/RJ, entrevista com os atuais e ex-conselheiros, além do levantamento bibliográfico, a pesquisa respondeu algumas perguntas: quais foram os limites e possibilidades da política de conselho de educação ambiental no RJ? Houve ampliação da socialização da política no GIEA-RJ? O GIEA/RJ representa um avanço na socialização da política e, conseqüentemente, um avanço na guerra de posições, ou uma proposta de cooptação?

A metodologia que foi utilizada no estudo de caso incluiu pesquisa qualitativa ao realizar entrevistas com conselheiros e a Superintendente de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Ambiente (SEA). A metodologia também previu entrevistas com ex-membros e atuais membros do GIEA, bem como entrevistas com as principais lideranças no SEPE/RJ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação a respeito da participação do mesmo naquele conselho. A entrevista com a representante da UERJ no GIEA-RJ não ocorreu em função da incompatibilidade de datas para a entrevista.

A pesquisa através de entrevista foi utilizada para a obtenção de informações do entrevistado relativas à entrada do SEPE-RJ no GIEA-RJ. A metodologia de entrevista não operou através de um teste, embora o padrão padronizado atribua um norte ao que está se buscando compreender nas perguntas. O tipo de entrevista semi-estruturada é importante no estudo de caso por amarrar o entrevistado a temas e abordagens centrais ao estudo. O tipo de entrevista semi-estruturada é um meio pelo qual o escopo da entrevista pode se expandir, desde que o pesquisador tenha cuidado para não perder o

foco do roteiro. As questões do roteiro foram elaboradas com base nos objetivos de saber como se deu a participação, a concepção de Estado e sociedade civil presentes no discurso e o papel do GIEA na Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro.

A pesquisa organizou os entrevistados em dois grupos: diretores (08) e conselheiros (06). Para a análise dos limites e as possibilidades da socialização da política para o SEPE/RJ, foi necessário buscar as informações privilegiadas com a diretoria estadual que, especificamente, são lideranças de correntes políticas internas ao SEPE-RJ. Os diretores do Sindicato foram, portanto, escolhidos para serem entrevistados neste estudo por ser a direção do sindicato. Estes foram os motivos pelos quais não foram entrevistados todos os 48 membros que compõem o colegiado do SEPE/RJ⁷ e somente os membros entrevistados são partes da Coordenação da Capital.

Em relação ao grupo de conselheiros, das 06 pessoas entrevistadas, duas representavam, respectivamente, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Estado do Ambiente; a Fio Cruz e o Instituto Jardim Botânico e 03 instituições da sociedade civil: SEPE-RJ, Rede de Educação Ambiental do RJ (REARJ) e o Coletivo Jovem (CJ) A escolha dos conselheiros foi condicionada, portanto, pela restrição do número de conselheiros. Outra consideração é o fato da Superintendente de educação ambiental do Estado, Lara Moutinho, ser a “fundadora” e uma figura central do GIEA-RJ, como veremos adiante, por ter sido assessora de Carlos Minc.

A pesquisa fez um recorte na análise das entrevistas em torno das concepções de Estado e sociedade civil e, tanto os diretores quanto os conselheiros, possuem informações privilegiadas, em função da experiência no espaço, para o entendimento do funcionamento, histórico e composição do Conselho. A análise se orientou pelas concepções de Estado e sociedade que, ao longo da dissertação, foi norteadas pela reflexão do caráter da crítica à partir dos debates internos do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 2000, se dividindo entre crítica liberal e crítica marxista,

⁷ Fonte: <http://www.seperj.org.br/estrutura.php>. Acessado em 06/01/2013 de 2013 às 16h e 40 min. Os 48 membros se dividem em Coordenação Geral, Coordenação da Capital, Coordenação do Interior e Coordenação do Grande Rio.

desenvolvidas na política educacional nacional e, especificamente, voltadas para a política pública de educação ambiental no Rio de Janeiro.

As entrevistas no SEPE-RJ e no GIEA-RJ, bem como suas respectivas transcrições, ocorreram durante o ano de 2012. As entrevistas, ao todo 14, foram realizadas mediante o deslocamento do pesquisador aos locais de trabalho dos entrevistados, feitas em: um evento na UERJ (1), Fiocruz (1), Jardim Botânico (1), SEPE-RJ (5), SEPE-Caxias (1), Superintendência de Educação Ambiental do RJ (1), em uma escola pública municipal em Jacarepaguá (1), na residência dos entrevistados (2) e na residência do pesquisador, gravada via Skype (1). O roteiro de questões foi elaborado, tanto para os conselheiros (GIEA-RJ) como para os diretores (SEPE-RJ), com base em temas em torno das concepções de Estado e Sociedade Civil e de como se deu a socialização da política no GIEA-RJ e como o SEPE-RJ pensou a mesma.

As questões que nortearam as entrevistas com os Conselheiros foram feitas sobre critérios de composição, o caráter do conselho, para saber se o GIEA-RJ de fato avalia programas e projetos de educação ambiental nas escolas públicas do Rio de Janeiro e saber sobre as concepções de Estado e Sociedade Civil expressas nas falas. As perguntas destinadas aos diretores do SEPE-RJ também foram norteadas por temas maiores que, em parte, envolveram um debate interno do SEPE-RJ (na medida em que o entendemos inserido na trajetória da educação pública e do sindicalismo brasileiro nos últimos 25 anos) e, em parte, se relacionaram com os limites e possibilidades da participação do SEPE-RJ no GIEA-RJ.

A pesquisa bibliográfica apontou que, durante as décadas de 1990 e 2000, o sindicalismo brasileiro viveu a cooptação de lideranças sindicais destinadas a administrar os fundos de pensão das estatais que, considerando o contexto internacional (e nacional), se deram em um processo de “financeirização da burocracia sindical” e alçaram as frações de classe financeira como hegemônicas dentro e fora do Brasil (MATTOS, M. 2002; ANTUNES, R. 2011, FONTES, V. 2010, LEHER, R. 2011, COELHO, E. 2005).

A pesquisa bibliográfica foi baseada no levantamento e na análise da literatura publicada e disponível através de livros, artigos científicos e revistas acadêmicas reconhecidas no campo da educação ambiental e nas ciências humanas em geral. Esta

parte da pesquisa ocupou quase todo o período de confecção do projeto para a qualificação, tendo sido fundamental o diálogo não apenas com os trabalhos de autores que se afinam com os referenciais teóricos assumidos na dissertação e apresentados com mais ênfase no quadro teórico, mas também com outras matrizes teórico-metodológicas que tenham analisado o tema proposto ou o contexto em que está situado o objeto de dissertação.

A pesquisa documental foi feita com base na legislação atinente à educação ambiental no país e, especificamente, no Rio de Janeiro. As de âmbito nacional foram: Constituição Federal de 1988, Política Nacional de Educação Ambiental, os Documentos Técnicos nº 1 (2005) que correspondem à política nacional das CIEA no país e Plano Nacional de Educação; e as de âmbito estadual foram: Política Estadual de Educação Ambiental e o Programa Estadual de educação ambiental no Rio de Janeiro; a Lei 5597, de 1999, que institui o Plano Estadual de Educação do RJ; a Lei 4528/98 que estabelece as diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Rio de Janeiro, e o decreto 40.889, de 2007, que trata da recomposição do GIEA-RJ, dentre outros.

A pesquisa dos documentos consistiu na análise de atas das reuniões do GIEA-RJ do período de 2007 a 2011 (27 atas no total). O recorte da pesquisa em torno das concepções de Estado e Sociedade Civil e sobre o histórico, funcionamento e composição dos conselhos exigiu extrair o necessário para a compreensão destes temas. As atas correspondem aos documentos produzidos em: 07 Reuniões Ordinárias realizadas entre maio e dezembro de 2007; 01 Reunião Ordinária e 05 Reuniões Extraordinárias realizadas entre fevereiro e dezembro de 2008; 03 Reuniões Ordinárias em 2009, 03 Reuniões Ordinárias e 05 Reuniões Extraordinárias em 2010; e 03 Reuniões Ordinárias em 2011. Em relação ao estudo da composição, histórico e funcionamento do PT na década de 2000, a pesquisa documental reuniu artigos de revistas.

A análise documental indicou que o funcionamento do GIEA-RJ é problemático e que suas (dis) funções seriam adequadas ao projeto societário de controle social do Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). As atas do GIEA foram coletadas e sistematizadas (Atas GIEA 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012). Estes documentos foram conseguidos no blog “Alô Ambiente”, da Superintendência de educação ambiental. Este sítio eletrônico é um canal de difusão dos projetos e

programas da Secretaria e de informações relativas à legislação, históricos e dados em geral referentes às principais notícias. Estas atas foram analisadas em 2012 sob a orientação dialética e materialista e sistematizada segundo temas como: controle social e socialização da política.

O texto está estruturado da seguinte forma: o 1º capítulo trata do Estado e da sociedade civil, à partir da socialização da política abordando o Estado Integral no Brasil através do Novo Estado Educador e o “modo petista de governar”. No 2º capítulo é tratada a formação das Comissões Estaduais Interinstitucionais de EA (CIEA), em que foi discutida a educação ambiental no âmbito do “modo petista de governar”, além de realizada uma análise crítica da política das CIEA (análise documental) e um mapeamento das CIEA pelo país. Por fim, no 3º capítulo, o trabalho expõe o estudo de caso no GIEA/RJ e o SEPE/RJ enquanto membro do GIEA/RJ, em que foram trabalhados dados referentes à formação do GIEA/RJ, o contexto política da época de sua criação (pesquisa documental) e os limites e possibilidades da socialização da política no GIEA-RJ à partir da entrada do SEPE-RJ no conselho, em 2011.

No primeiro capítulo foi realizado, de início, um histórico breve das concepções e reformulações do conceito de Estado. O Cap. 1 está dividido em três tópicos: 1.1 o debate sobre o conceito de Estado; 1.2 O Estado Integral no Brasil; e 1.3 O Novo Estado Educador e o “modo petista de governar”. O tópico 1.1 é dividido em três subtópicos: 1.1.1 apresentação da versão clássica do marxismo a partir dos textos do Marx; 1.1.2 apresentação da crítica ao pensamento marxista clássico formulada por Friederich Hayek e, mais recentemente, por Anthony Guiddens; e 1.1.3 por fim serão apresentados os conceitos de Antônio Gramsci que neste projeto de dissertação foram entendidos como a formulação marxista que apreende pela raiz as contradições do Estado capitalista contemporâneo.

No tópico 1.2 foi realizada a aplicação do conceito de Estado Integral no Brasil, usando como referencial teórico Antônio Gramsci. Os tópicos 1.2.1 e 1.2.2 Sociedade Civil e Sociedade Política, respectivamente, são analisadas à partir do deslocamento de agentes sociais organizados em ONG para o MMA e o MEC e são identificadas as principais questões que sustentam a tese de que sociedade civil e sociedade política formam o Estado Integral.

A hipótese aqui sustentada é a de que ocupação de cargos de alto escalão dos governos Fernando Cardoso (1994-2002) e Lula da Silva (2003-2010) (este entendido como “modo petista de governar”) por lideranças de ONG se deu via articulações do PT de São Paulo.

A conjuntura das décadas de 80 e 90 com o surgimento das organizações não governamentais no Brasil é o pano de fundo deste trabalho. Neste contexto houve o fortalecimento de um discurso sobre a necessidade de tornar as representações da sociedade civil em promotoras e/ou executoras de políticas públicas. Neste contexto, se multiplicaram as propostas de criação de conselhos interinstitucionais, como é o caso das CIEA e do GIEA no RJ, onde a participação das ONG e redes se fez presente.

No tópico 1.3 foi analisado o Novo Estado Educador encerrado no “modo petista de governar” responsável pela “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2010). Este tópico elucidou a emergência na política da influência crescente de organizações não governamentais e de empresários na formulação e/ou execução das políticas públicas. Ao tratar da realidade das décadas de 1990 e 2000 no Brasil, este subtópico reflete o debate acerca do espaço político “educador” e a função das CIEA. Nesse contexto de ONG, a estratégia da classe dirigente e dominante foi transformar direitos conquistados em serviços oferecidos (LOUREIRO, 2011).

Para entender a estratégia da nova hegemonia do capital foi analisado o Regimento Interno do GIEA e trabalhos de sujeitos que propõe a lógica das CIEA (SORRETINO, M., TRAJBER R., MENDONÇA, P., FERRARO, L 2011. SORRENTINO, 2012). Neste sentido, este capítulo pretendeu uma análise crítica da lógica argumentativa que dialogue com outras concepções de democracia e Estado, de forma a enriquecer o debate sobre conselhos no Brasil, contextualizado na estratégia histórica das frações de classe dominante de assegurar o consenso e garantir a hegemonia.

No capítulo 2 foi realizada uma análise documental das políticas de educação ambiental no país e das CIEA e está dividido em três tópicos: 2.1 a socialização da política; 2.2 a política dos CIEA; e 2.3 as CIEAs pelo Brasil. O documento de criação

das CIEA⁸ se baseia numa alteração na administração do governo, de “democracia representativa” para “gestão participativa”; na representativa os políticos eleitos têm inteira responsabilidade pela administração; na gestão participativa, a sociedade teria parcela de responsabilidade pela administração.

No tópico 2.1 foi apresentado como se deu o deslocamento de representantes de ONG da década de 1990 para cargos de direção ministerial e de como à partir deste movimento, houve uma intervenção nacional da política petista que afetou todos os campos, inclusive o da educação ambiental, distinguindo a divisão interna do PT e a identificando no campo da educação ambiental de acordo com a divisão entre liberais e marxistas e suas concepções de Estado e sociedade civil, apresentadas anteriormente. No item 2.2 analisamos as políticas de controle social como os conselhos de educação ambiental e, especificamente, apresentamos uma breve análise documental com os textos de criação das CIEA no país (elaborado e formulado como desdobramento da ocupação do Estado por lideranças de uma ONG ambientalista). E, finalmente, no tópico 2.3, realizamos um mapeamento das CIEA no país e uma análise que permitiu apontar indicadores acerca da composição majoritária e hegemônica no campo da educação ambiental: liberais ou marxistas.

Durante o Governo de Lula da Silva (2003-2010), o decreto 4281/2002 criou formalmente as CIEA. Este decreto regulamentou a lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Órgão Gestor (OG), composto pelo MEC e MMA, publicou o documento de criação das CIEA (Documentos Técnicos nº 1 MMA/MEC, 2005). Esta política prevê a composição e as competências do Órgão Gestor e do Comitê Assessor, que tem uma cadeira para um representante das CIEA de cada estado. A Lei estadual nº 3325/99 que criou o GIEA/RJ, estabeleceu também que, além de exercer a função de supervisão, o conselho poderá contribuir na formulação da política e programas de educação ambiental no estado do Rio de Janeiro. As propostas do GIEA/RJ devem ser submetidas à análise e aprovação do Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA).

⁸ Documentos técnicos nº 1 Comissões Estaduais Interinstitucionais de educação ambiental–MMA/MEC, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 2005.

No capítulo 3 foi realizado o estudo de caso e o trabalho de campo, tendo sido dividido em três tópicos: 3.1 a formação do GIEA/RJ e o contexto da época; 3.2 a participação política no GIEA/RJ; e 3.3 a socialização da política para o SEPE-RJ, através da análise das entrevistas. A participação do SEPE-RJ no GIEA/RJ, assim como em outros espaços com a mesma característica interinstitucional, sempre gerou muitos debates no interior do sindicato, envolvendo as principais correntes políticas e militantes independentes⁹. O debate dividiu, de um lado, os contrários à participação em conselhos que entendem estes espaços apenas como formas de legitimação da farsa democrática do Estado classista. Do outro lado, aqueles que entendem como tática a presença de representantes do sindicato nestes espaços, sendo necessário amadurecer este debate a partir dos resultados desta participação.

O item 3.1 apresentou a formação do GIEA/RJ e a conjuntura durante um governo marcado pela aliança política entre PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores) – respectivamente Anthony Garotinho (Governador) e Benedita da Silva (Vice). O GIEA-RJ foi formado no primeiro governo de Sérgio Cabral (2006-2012), através do Secretário de Meio Ambiente Carlos Minc (PT) e da Superintendente de EA, Lara Moutinho.

A dissertação concluiu que a política dos CIEA representou, até o presente momento, no contexto de ampliação do controle social das políticas públicas, um avanço limitado da socialização da política. O conselho do Rio de Janeiro, oriundo da política das CIEA, representou esta limitação. Embora o SEPE-RJ tenha conseguido conquistas, entre os próprios conselheiros no Rio de Janeiro não há consenso sobre o caráter do conselho e sua responsabilidade de avaliar os projetos de educação ambiental nas escolas. A pesquisa concluiu que a política de CIEA no Rio de Janeiro apresentou na prática uma participação social limitada, pois não realiza avaliação e acompanhamento de projetos de EA, além de haver questões relativas aos critérios de composição e de sucessão de representantes que refletiram a concepção liberal de Estado e sociedade civil.

⁹ Fala do Rodrigo, representante do SEPE/RJ no GIEA/RJ

Capítulo 1. Estado e democracia

Este capítulo apresenta uma análise sobre os conceitos de “Estado”, de “público” e de “sociedade civil”, no contexto de criação dos conselhos interinstitucionais, aos auspícios da crítica do materialismo histórico dialético. No tocante ao tema da dissertação, o GIEA/RJ e a socialização da política, é de suma importância identificar os elementos trazidos pelos autores (GRAMSCI, 2011; NEVES, 2005; FONTES, 2010; HAYEK, 1999, GUIDDENS, 2001, 2007, 2010; LOUREIRO, 2010; PEREIRA, 1995, LEHER, 2011, LAMOSA, 2010; entre outros) às concepções destes conceitos, para uma efetiva análise crítica das políticas públicas em Educação Ambiental no Brasil.

Como fio condutor da dissertação está o debate interno do Partido dos Trabalhadores (PT) nas décadas de 1980 e 1990 entre a corrente liberal (vencedora e hegemônica) e a corrente marxista (derrotada e que propõe outra hegemonia). Este capítulo apresenta resultados de um estudo sobre as estratégias das classes hegemônicas de criação de consensos e nos apontamentos de direção política, tornando-se premente compreender as apropriações de tais conceitos. Neste capítulo, especificamente, foram analisadas algumas das mais significativas reformulações dos conceitos de Estado e de sociedade civil, com foco para o processo de onguização.

1.1 O debate sobre o conceito de Estado

Este ponto se deve ao fato de que o debate acerca do Estado e da sociedade civil foi estruturante dos principais movimentos sociais analisados nesta dissertação, em especial, o PT, responsável por políticas de socialização da política. Para tanto, foi preciso um quadro teórico que tivesse contribuído de forma decisiva para a universalização do conceito de Estado. De fato, a grande contribuição de Gramsci à ciência política foi sua concepção do Estado “Ocidental”.

De acordo com Gramsci (2011), o Estado “Oriental” é o Estado onde a sociedade civil ainda é pouco desenvolvida. Neste tipo de Estado, a sociedade política possui mais força e a sociedade civil exerce pouca influência política. Gramsci foi motivado pela alteração do Estado em relação ao Estado analisado por Marx, centralizado na função coercitiva em função do tipo de Estado radicalmente totalitário. Por isso, Gramsci avalia esta mudança conferindo novo peso ao papel da sociedade civil enquanto superestrutura,

na medida em que o Estado incorporou os aparelhos privados de hegemonia na estratégia política. Esta alteração gerou tanto a formulação de Antônio Gramsci de um tipo de Estado chamado “Ocidental”, entre outras de origem marxista, quanto a formulações divididas basicamente entre políticas liberais ortodoxas e políticas liberais heterodoxas. Em função do debate entre os críticos do marxismo e a concepção marxista do Estado, Gramsci foi usado como referência teórico-metodológica, considerando a capacidade explicativa de suas formulações e sinalizações sobre a complexidade do Estado no início do XX, diante da sociabilidade propiciada pela socialização da participação política.

1.1.1 A concepção marxiana de Estado

A teoria do Estado que teve muita influência durante todo o século XX foi aquela com matriz na obra formulada por Karl Marx. Uma das principais influências de Marx foi Hegel, que identificou o Estado como uma unidade maior que se compõe em organismos mais ou menos autônomos, que o sustenta e o reproduz. Esta teorização do Estado foi superada por Marx (2003) na relação contraditória entre capital e trabalho.

Os conceitos de Estado e Sociedade Civil em Hegel ganharam relevância por dois motivos: 1) Superação da construção a-histórica dos jusnaturalistas; e 2) o que Hegel chamou de “trama privada” constitui os organismos que disputam no campo ideológico algo “privado” do público. A contribuição de Hegel para a compreensão do Estado e da sociedade civil foi uma volta completa no círculo produzido inicialmente por Maquiavel, aquele que inaugura a ciência política propriamente dita.

De acordo com Gramsci (2011), em Hegel o termo associativismo, relacionado à *trama* privada do Estado, conduz à idéia de que o governo organiza o consenso (educando este consenso) pelas associações políticas e sindicais que são organismos privados. Mas esta associação seria ainda restrita a associações *econômico-corporativas*, como políticas inseridas na economia. Neste contexto de participação política restrita vivida por Hegel ocorre a superação teórica e política, em que analisou o Estado parlamentar com seu regime de partidos. No entanto, Hegel estaria vivenciando a experiência de uma época em que só era possível dar um exemplo acabado de organização: o “corporativismo”.

Marx avançou e superou Hegel no que diz respeito aos conceitos de infra-estrutura e superestrutura, que seriam a produção econômica e o campo das ideologias, respectivamente. A superação de Marx se refere ao criticar Hegel por não considerar alguns determinantes que movem a história, dentre eles o mais importante: o da luta de classes. A nova determinação está balizada na objetividade, que está no campo da produção: o materialismo histórico dialético é que une o portador material das relações sociais de produção e a organização da sociedade civil de acordo com aquelas relações.

Marx analisou (1996) o Estado em sentido estrito uma vez que na sua época havia pouca participação política das massas ou das classes trabalhadoras, sendo um Estado marcado pelo poder coercitivo e repressivo, donde resulta a formulação de Marx de aparelhos repressivos do Estado. Na época de Hegel e depois na de Marx, o Estado não podia ser visto de outro modo senão enquanto Estado Coerção, referenciado pelos aparelhos repressivos de Estado. Mas justamente por ser uma sociedade em que tudo depende diretamente do controle do Estado Coerção, não há participação das massas.

Na Europa no século XIX, países como a França viviam as contradições decorrentes do conflito entre capital e trabalho. Na concepção marxiana de Estado, a história das sociedades (e do Estado) é movida pela luta de classes. Logo, Marx reconhecia na organização e na luta dos trabalhadores, os únicos meios de emancipação política e humana. Em uma análise da Comuna de Paris (1871), é registrado que a burguesia havia convocado o proletariado contra uma tentativa de restauração da monarquia. Mas a burguesia, apesar do discurso da liberdade, se preocupou (ameaçada) com a participação dos trabalhadores (MARX, 1875).

Este Estado Coercitivo já apresentava sinais de complexidade, inerentes ao conflito de classes expostas naquele contexto deste modo de produção. No entanto, pensando a educação no coração deste conflito, Marx (1875) escreveu que na Comuna de Paris de 1871 os educadores organizariam a escola junto com o Conselho Popular, e as diretrizes seriam construídas pelo Poder Popular, via Conselhos (MARX, 1875). Nos atos de governo, os museus estariam abertos ao povo e as medidas populares envolveriam a expropriação dos patrões nas fábricas e teríamos “o processo de *fazimento* da consciência das classes populares” (LEHER, 2011).

Na medida em que a participação das massas modificou certas estruturas, reagindo às pressões das crises na expansão das forças produtivas, o Estado Coercitivo presumiu-se incapaz de se reproduzir sem criar consensos com as massas. A razão para que Marx tenha dado ênfase à infra-estrutura, é o fato de não haver na época de Marx a organização das massas em torno dos sindicatos, e a autonomia relativa das organizações ditas civis.

O debate sobre o conceito de Estado em Marx é importante em função do tipo de Estado que Marx analisou. Segundo Gramsci, este Estado de Marx foi alterado por um tipo mais complexo e amplo, que o marxista italiano chamou de “Ocidental”. Partir da alteração deste Estado na passagem do século XIX para o XX exige estudar as correntes surgidas em função desta alteração, marcada pela socialização da participação política, através do sufrágio universal.

Para compreender quais são as causas de certas políticas públicas no Brasil, é necessário estudar as correntes teóricas que mais influenciaram as reformas do Estado no decorrer do século XX: liberal e marxista. Mesmo que o tipo de Estado seja outro, as duas visões continuaram a ter importância na formulação das políticas públicas. Vejamos a tentativa de crítica liberal ao marxismo, do início ao fim do século XX, e a influência da reformulação liberal na política.

1.1.2 A crítica liberal à concepção marxiana de Estado

Desde a década de 1990 o “Campo Majoritário”, que reunia diversas tendências internas do PT, foi responsável por conduzir um processo de liberalização do partido. Este processo tem como principal questão no plano teórico a crítica à concepção de Estado marxista. Este debate foi fundamental para a conformação daquilo que foi chamado de “modo petista de governo”, marcado pela socialização da política e aproximou o partido das concepções de Estado e sociedade civil expressas nos trabalhos da “terceira via”.

Segundo Giddens (2007), a expressão *terceira via* é antiga na prática política e foi “ressuscitada por Bill Clinton e pelo Conselho de Liderança Democrática dos Estados Unidos no final da década de 80, e em seguida adotada por Tony Blair” (GIDDENS, 2007:18). Anthony Giddens é um sociólogo inglês, articulador e intelectual orgânico do

Partido Trabalhista da Inglaterra e o responsável por escrever o programa da “Terceira Via”, sistematizado nos trabalhos científicos do autor (GIDDENS, 2001, 2007, 2010).

Sobre a estrutura da política de “Terceira Via”, Giddens (2007) salienta onze áreas de reforma estrutural do Estado: desburocratização; regulamentação do mercado; orientações e reivindicações públicas da sociedade civil; enfoque nos deveres sociais e não apenas nos direitos; igualdade social; “pleno emprego”; conexão entre políticas econômicas e sociais; reforma do Estado de Bem Estar Social; políticas ambientais; e o estabelecimento de um “capitalismo responsável”, em uma perspectiva de defesa da regulamentação das corporações (GIDDENS, 2007:33).

A “Terceira Via”, na formulação de Giddens, concebeu a “participação da sociedade civil” como um dado novo, como se a sociedade civil nunca tivesse sido protagonista na história, enquanto organizações de trabalhadores ou de capitalistas. A luta de classe passou a ser concebida como produto de um “arranjo social” ultrapassado em uma perspectiva liberal que defende a parceria em um ideário de colaboracionismo (um deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da cultura), postulando que o aspecto econômico (que define a classe na visão marxiana) não é determinante. A análise de Giddens contribuiu, neste sentido, para a análise as concepções de Estado e Sociedade Civil presentes no estudo de caso das políticas públicas de socialização da política no campo da educação ambiental no Rio de Janeiro.

Para Giddens (2007), o problema de não regular o mercado é ter que arcar com as conseqüências sociais. Os conflitos sociais que surgem em decorrência de políticas que desconsideram os aspectos sociais, exigem que as frações de classe dominante revejam a estratégia do uso da questão social, levantada como uma aliada ao novo padrão de sociabilidade. As desigualdades sociais tornariam a política instável, deixando as frações de classes dominantes mais vulneráveis politicamente, por isso o mercado deve ser regulado em alguma medida.

A experiência nas políticas públicas dos EUA e da Inglaterra fez a “Terceira Via” promover encontros para tentar unir os governos social-democratas em torno de um programa da chamada Nova Esquerda. Estas reuniões de articulações foram realizadas, em 1999, nos EUA e na Itália e em 2000, na Alemanha. O Brasil participou das

reuniões de 2002 (Suécia) e de 2003 (Inglaterra), neste já com o ex-presidente Lula da Silva (2003-2010).

A formulação da terceira via de sociedade civil foi confusamente vista como terceiro setor em uma mudança na gestão da coisa pública pela lógica gerencial do Estado. O terceiro setor possui as seguintes características: voluntarismo, organizações não lucrativas e não governamentais, filantropia, solidariedade, informalidade, dentre outras. As organizações não governamentais e o chamado Terceiro Setor nada mais são do que o resultado da difusão desta política que não se choca com a relação contraditória entre capital e trabalho, mantendo a expropriação e acirrando as políticas de “gestão da pobreza” (FONTES, 2010).

Em 1992 o Banco Mundial teve influência política na direção neoliberal, divulgando em um relatório assinado pelo presidente Willi Wapenhas princípios que depois comporiam o programa da Terceira Via. O Banco Mundial emprestaria dinheiro segundo certas condições: a de que fosse realizada uma política em “parcerias” com ONGs e que fosse investido na “participação da sociedade civil”. Mediante a união de empresários, partidos e governo, a estratégia do consenso foi sendo desenvolvida e concretizada nas políticas públicas brasileiras.

No Brasil, um dos principais intelectuais da “Terceira Via” foi o ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso, o economista Luís Carlos Bresser Pereira. Em um de seus livros, chega a parafrasear Giddens segundo a qual idéia central dos liberais da nova esquerda seria “governar o capitalismo de modo mais competente que o capitalista” (PEREIRA, 2007:500 apud LAMOSA, R. 2010:46). De acordo com Giddens (2007), um dos efeitos do liberalismo ortodoxo foi modernizar a economia sem garantir a coesão social ou, em outras palavras, o controle social.

Segundo Pereira (2000), há uma diferença entre a esquerda e o que chama de “nova esquerda” fruto de uma mudança histórica ocorrida na década de 1970 caracterizada pelo deslocamento do centro político para a “direita” (PEREIRA, 2000:145). Segundo Bresser Pereira (ibidem), a nova esquerda atenderia a demandas por mais justiça social, sem colocar em risco a ordem estabelecida; recusando o radicalismo econômico, porém não recorrendo ao “populismo econômico” (ibidem). A

política proposta no Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado é a versão brasileira da vertente liberal inglesa de Guiddens (2007).

A “Terceira Via” se preocupou mais do que o neoliberalismo, com a estratégia de apaziguar o conflito. Neste sentido, a proposta da “Terceira Via” vinha para estabelecer o consenso e satisfazer a justiça social mediante a união entre empresários, partidos e o governo. Ressalta-se a plataforma dos partidos ligados ao “novo trabalhismo” na Inglaterra, contendo as categorias “mercado” e “justiça social” lado a lado, seguindo a lógica semelhante do liberalismo clássico, embora enfatizem o “novo”, como nova esquerda. Para esta, as “parcerias” entre governo e organizações não governamentais, seriam a prova de uma regulação e de execução e formulação de políticas públicas pelo Estado, segundo uma concepção própria de estado, sociedade civil, público e privado.

Embora presente na teoria liberal ortodoxa, a justiça social não poder ser criada pelo mercado por si só. Por isso, Guiddens (2007) enfatiza as categorias “responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntarismo”. Os termos sustentabilidade e responsabilidade social substituíram as categorias que expressam o conflito na sociedade. Neste sentido, a luta de classes teria sido superada, e a nova ordem seria estabelecida com a colaboração e o voluntarismo. Cada empresa tem sua responsabilidade ecológica e responsabilidade social, e os empreendimentos se baseiam em premissas da sustentabilidade, muito embora em larga escala seja impossível no sistema capitalista que toda a pressão antrópica na natureza seja sustentável.

Concebida como fator central no novo padrão de sociabilidade, a responsabilidade social passou a fazer parte da estratégia da política das empresas. A questão ambiental e a questão social serviriam para um propósito único, o de responsabilização dos organismos da sociedade civil pela execução e formulação de políticas públicas (fora do Estado), no mercado e nas organizações não governamentais. Para o novo padrão de sociabilidade emergente, a sociedade civil e as plataformas políticas dos partidos foram espaços profícuos de reprodução.

Conceber a colaboração entre trabalhadores e empresários na mesma tarefa de serem responsáveis socialmente pelo que representam é negar cabalmente as contradições da própria existência de trabalhadores e empresários. Substituindo a centralidade do trabalho pela centralidade da cultura, Giddens (2007) sublinha que a

luta de classes teria danificado as solidariedades, e que por isso o Estado deveria renová-las.

Através da idéia de responsabilidade social, houve uma mobilização dos empresários em torno desta nova educação política, que é entendida aqui como a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005). O poder de apontar a direção política é crucial para manter a hegemonia. Em uma perspectiva funcionalista, Giddens receita um “remédio” para os males sociais (como se fossem separados dos ambientais), criticando programas socialistas sem explicar por que não dariam conta da realidade. Giddens considera os desequilíbrios ambientais como externos ao ponto fulcral do capitalismo – a relação capital-trabalho- e se surpreende com a imprevisibilidade que o próprio capital ajuda a criar exceto pelas crises, que são previsíveis e inerentes ao sistema (GIDDENS, 1996:12 apud LAMOSA, 2010:48). Isto ocorre porque a relação capital x trabalho da crítica liberal está norteadada por concepções de Estado e sociedade civil sem conflitos. Portanto, a oposição dá lugar à colaboração, além do conceito de “trabalho” ser concebido não em seu sentido ontológico (existencial sem o qual a espécie humana não sobreviveria), mas em seu sentido “liberal” enquanto trabalho positivado, ou seja, fetichizado como mercadoria.

A estratégia política que se empreendeu na era Lula da Silva (2003-2010) através do “modo petista de governar” contou com a associação entre propostas ambientalistas e da “Terceira Via”. Isto se justificaria pela necessidade de reorganização do padrão de sociabilidade dominante que exigiu a incorporação de novas necessidades. Graças aos meios adequados, como documentos e discursos oficiais legitimadores, a educação política de empresários e trabalhadores pôde ser materializada, dispendo lado a lado ONGs e movimentos sociais como se seus interesses fossem os mesmos. O aparelho estatal se adaptou às novas necessidades do capital, fortalecendo “parcerias” com ONGs que oferecem serviços ao público através do trabalho voluntário e do empreendedorismo.

Analisando os movimentos sociais na América Latina, Montaño (2010) distingue “movimentos sociais” de “organizações não governamentais” e “novos” e “velhos” movimentos sociais. Segundo o autor, o movimento social é composto pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Já a ONG é composta por sujeitos mobilizados para

atender a reivindicações, em geral, alheias as suas próprias. O conceito central ao debate entre movimentos sociais e ONG é o de “público” que passou a ser despolitizado pela crítica liberal, na medida em que descaracterizou o sentido universalizável do “público”, sob a hegemonia da perspectiva particularista do conceito de “público” enquanto “público não estatal”, de acordo com a lógica do Estado gerencial e reformista.

No contexto de reforma do Estado brasileiro (1995-2005), os movimentos sociais poderiam ser reunidos em torno de um objetivo comum: ser contrários às políticas reformistas. No entanto, Montañó (2010), destaca que a ofensiva reformista se deu a partir de governos dispostos a seguir a cartilha do Consenso de Washington: a dismantelar as estruturas organizativas dos movimentos populares; a adotar políticas sociais focalizadas; a incentivar a multiplicação das Organizações não governamentais; a fortalecer a repressão policial e a criminalização jurídica de protestos e manifestações dos trabalhadores; gerando um regresso nos movimentos sociais nos países latinos americanos (ibidem, p.295), embora tenha se constituído, na década de 2000, uma “frente ampla de resistência à nova hegemonia mundial” (ANDERSON, 2005:46 apud MONTAÑO, 2010:294).

Além disso, a socialização da política é uma das principais maneiras de estabelecimento do consenso. Inserindo a sociedade civil como reino da liberdade, a perspectiva liberal de Estado supõe uma neutralidade ao Estado. Diante deste processo contraditório, a classe que garantiu o poder e a direção na conjuntura reformista, produziu um projeto e um programa políticos particulares, destinados a serem universalizados. A forma como o consenso foi buscado explica o surgimento e a multiplicação das organizações não governamentais. Trata-se de uma concepção que pretende “satanizar” o Estado e cooptar a chamada “esquerda pós-moderna” (MONTAÑO, 2010:305).

Neste processo, ocorre o que o autor chama de “autoresponsabilização” e “individualização da ajuda”, em ações despolitizadas e sustentadas por meio de “parcerias” entre Estado e sociedade civil. O autor destaca ainda os projetos do “terceiro setor” que, em síntese, consistem em: “desresponsabilização do Estado e o fortalecimento da sociedade civil” (MONTAÑO, 2010:308). Esta análise de

refuncionalização do Estado é parte da lógica de ser conceber o público como não estatal, ou seja, que pode ser mediado por interesses privados.

A crítica liberal à concepção marxiana de Estado identifica os movimentos sociais com ONG (ignorando que estas são caracterizadas pela existência majoritária de entidades de pouco teor classista). Segundo Fontes (2010), as organizações eram parte de um “processo de conversão mercantil-filantrópica da militância” (FONTES: 2010:255) como espaços estratégicos de recrutamento de militantes profissionais (à partir de uma alteração do perfil do militante) alheios aos anseios da classe trabalhadora e, portanto, distantes dos movimentos sociais de teor mais classista. A análise que se segue buscou contribuir para a compreensão das apropriações de Estado e sociedade civil neste contexto de Reforma do Estado, através da superação marxista destes conceitos na teoria gramsciana.

1.2 O Estado Integral no Brasil

Entender o Estado brasileiro sob a ótica da teoria do Estado Integral exige identificar as “escolas” de pensamento que produziram estudos sobre a Reforma Administrativa e o sobre as funções do Estado. A principal contribuição para o entendimento do Estado brasileiro atual foi a Reforma Gerencial de Bresser Pereira, que foi ministro do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. As tentativas de repensar o Estado são entendidas como movimentos de reorganização da sociabilidade da classe dominante. Hayek, Giddens e Bresser Pereira, no caso brasileiro, devem ser entendidos como intelectuais orgânicos¹⁰ na formulação dos padrões de sociabilidade¹¹ da burguesia.

Na década de 1970, o conceito de “público” estava subsumido como ineficiente e associado à burocratização do Estado. Houve uma difusão de uma formulação hegemônica que se nutriu da perspectiva brasileira de enaltecimento do “privado” em

¹⁰ A formação de um intelectual orgânico possui o germe de uma dada ideologia, reproduzindo uma sociabilidade específica.

¹¹ “A sociabilidade é uma construção histórica produzida coletivamente, envolvendo relações de poder e refletida em cada sujeito singular por diferentes mediações, expressando assim, um ordenamento mais ou menos comum sobre as formas de sentir/pensar/agir”. (MARTINS, A. S. “Sociabilidade neoliberal” 1999) <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socneo.html>. Acessado 07/04/2012 às 16h e 03min.

detrimento do “público”. O problema, segundo LEHER (2011), é que o “novo” espírito do capitalismo excluiu o “público” do debate, o que permitiu uma política “*sui generis*” no Brasil na década de 1970 de polarização entre Estado e sociedade civil. O debate sobre o público versus o privado em um contexto de regime militar criou a oposição sociedade civil e Estado como se fossem entes separados, quando na verdade estão integrados.

A teoria do Estado Integral parte do reconhecimento da socialização da participação política como fator determinante na formação da sociedade civil. Trata-se, logo, de uma concepção “ampliada” do Estado (por um “olhar” mais complexo), e na formação de “sujeitos coletivos de massa”. Trata-se de uma crescente participação das massas via sindicato ou associações, no capitalismo desenvolvido.

Para Gramsci (2011) o Estado seria uma integração entre Sociedade Civil e Sociedade Política, isto é, “hegemonia encouraçada de coerção”. Sobre a separação de sociedade civil e sociedade política, Gramsci escreveu que “pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou” (GRAMSCI, 2011 p.272). A frase indica que o Estado sofreu uma alteração oriunda da socialização do trabalho, que requer que as frações de classe dominante “eduquem” as classes dominadas, para que a socialização da política não coloque em risco sua hegemonia.

O projeto nesta nova dimensão educativa aliará justiça social com mercado, considerando a hipótese de difusão de “novas relações”, fora das relações sociais de produção, então “a nova pedagogia da hegemonia encontra-se fundamentada na teorização antimarxista e no projeto político da nova social democracia expresso no programa da Terceira Via”. De fato, para Anthony Giddens, os objetivos principais da Terceira Via são: “a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado, a preocupação com uma nova política internacional” (Entrevista de Anthony Guiddens, *Revista Veja* 30/09/98).

O enaltecimento do privado em detrimento do público refletiu a crise do Estado de Bem Estar Social que, em função da crise sistêmica em fins de 1973, demandou uma nova estratégia na direção moral e no domínio político por parte das frações de classe dominante para a sustentação dos lucros (CUNHA, 2009). Para Leher (2005), os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) propiciam os superávits que

garantem o pagamento da dívida, “enquanto o Banco Mundial (BM) liberaliza, flexibiliza e procura assegurar as condições de governabilidade” (LEHER, 2005:19-20).

No entanto, salienta Wood (2005), este processo “tornou a política da classe trabalhadora – uma política dirigida ao Estado e ao poder de classe concentrado no Estado – mais, e não menos, possível e importante” (WOOD, 2005:105). A autora sublinhou a menor ou maior consciência de classe dos trabalhadores sobre a necessidade de formação política da classe (WOOD, *ibidem*). Embora a autora afirme que a dissociação entre economia e política tenha criado o que se entende por um Estado “neutro”, o capital depende dele e se concentra mais nele, o que torna a relação entre capital e Estado mais transparente.

Logo, corroborando a perspectiva da “guerra de posição”, as corporações tornam-se mais fragilizadas, dentre outros motivos, pela perspectiva de “apoio mútuo entre os vários movimentos locais e nacionais em lutas contra seus próprios capitalismo e Estados Nacionais” (WOOD, *ibidem*: 114). Se ocorreu a universalização do capitalismo é lógico imaginar uma reação pretensamente universal no sentido de uma outra hegemonia na forma de uma força societária anti sistêmica.

De acordo com Wood (2005) um conjunto de novas funções no Estado atua como “correia de transmissão” em países pobres ou imobilização de mão de obra, paralela ao movimento do capital da expansão através das fronteiras nacionais. Porém, sublinha a autora, as crescentes reivindicações tanto de sul coreanos como de canadenses refletem a reestruturação que visa excluir diversos benefícios sociais, em uma “parceria” entre Estado e capital. No entanto, “se o Estado é o canal através do qual o capital se move na economia globalizada, então é igualmente o meio pelo qual uma força anticapitalista poderia cortar pela raiz esse tipo de vida capitalista” (WOOD, 2005:112).

Para Fernando Henrique Cardoso (1969) e Guillermo O’Donnel¹² (1972), a ditadura modernizou a América Latina e retirou o “entulho” autoritário, opondo Estado x sociedade civil. O Estado seria o “autoritário”, o “burocrático”, o “ineficiente”; e a “sociedade civil” seria o lugar da liberdade, da democracia, da criatividade, da

¹² Político argentino (1936-2011).

participação sendo, enfim, o *locus* da democracia. O grande tema da democratização passa pela noção de sociedade civil.

1.2.1 Sociedade civil

A sociedade civil brasileira se organizou na década de 1970, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), no contexto de redemocratização e durante a década de 2000, no contexto do governo de Lula da Silva (2003-2010). Na perspectiva gramsciana a sociedade civil e a sociedade política são separadas apenas metodologicamente. A projeção e a formação de quadros políticos técnicos ocorrem nos “aparelhos privados de hegemonia”, que são elementos nucleares da sociedade civil: escolas, jornais, clubes, sindicatos, partidos etc. A hegemonia se reproduz pelos aparelhos e esta hegemonia se reflete na hegemonia na sociedade política. Metodologicamente complementares, mas concretamente, um Estado Integral.

No Brasil, o debate sobre a sociedade civil contrapôs, erroneamente, o conceito de sociedade civil ao de militar. No entanto, ao longo da ditadura as organizações da classe dominante estiveram em franca atividade, por meio de grandes empresas que durante a década de 1990, na conjuntura de internacionalização do capital, incorporaram novas formas de sujeição ao trabalho e as formas de organização social em torno da manutenção da extração de mais valor de um projeto político, por dentro e por fora do Estado.

As tensões no final da década de 1970, no Brasil, promoveram a inserção pública de movimentos sociais e ONG que, tendo sua origem atrelada a preceitos internacionais (cooperativas), formavam um falso ideário de liberdade, pois a maioria eram organizações e organismos fortemente financiados por empresas (porém, registrou-se a presença de uma minoria que resiste de forma a não comprometer seu projeto político de cunho anticapitalista). Os embates políticos que envolveram estas forças sociais se deram entre concepções socialistas e capitalistas de Estado e Sociedade Civil.

A liberdade estava associada ao princípio liberal elaborado por Hayek, que entende a sociedade civil como esfera livre e liberta dos entraves de burocracia estatal e

de sua suposta ineficiência. O que deve ser levado em conta é que o modelo de sustentação dos lucros (CUNHA, 1999) foi alterado de tal forma que exigiu um Estado que viabilizasse a desregulamentação do mercado financeiro, a flexibilização das leis trabalhistas e a política de reforma administrativa gerencial e liberal.

Na década de 1970, no Brasil, a sociedade civil estava atrelada a uma estratégia política das frações de classe dominante de maneira a aparentar uma neutralidade e uma “boa vontade” intrínseca, como se os projetos sociais não fossem mediados por interesses privados. A estratégia política se deveu à necessidade de redefinição do papel do Estado frente à crise do modelo do Estado de Bem Estar Social, o que exigiu esforços no sentido de adaptá-lo às novas condições do capitalismo financeirizado.

A retomada da democracia foi pauta principal de toda a década de 1970 e foi o eixo em torno da qual as organizações político-pedagógico partidárias se mobilizaram. No período da redemocratização e ao longo de toda a década de 1980, as organizações da classe trabalhadora ressurgiram com força e base nacional. O caso mais emblemático foi o da trinca: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo Antunes (2011), a CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Em seu nascimento a CUT se inspirou em um sindicalismo “classista, autônomo e independente do Estado”. De acordo com Antunes (ibidem), surgiu da:

Confluência entre o *novo sindicalismo*, nascido no interior da estrutural sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era exemplo), e o movimento das *oposições sindicais* - de que foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP) e a Oposição Metalúrgica de Campinas -, que atuavam *fora* da estrutura sindical oficial e combatiam o sentido estatal, subordinado e atrelado e verticalizado. Contou também, desde o início, com o forte apoio do sindicalismo dos trabalhadores rurais (AUTUNES, 2011:138) (grifos do autor).

O estatuto da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aprovado em 1988, no 11º Congresso Nacional das Centrais Unificadas dos Trabalhadores (CONCUT), o definiu como “associação civil composta por organizações sindicais de trabalhadoras e de trabalhadores” que tem como objetivo, dentre outros, “lutar para a superação da estrutura sindical corporativa vigente, desenvolvendo todos os esforços para a implantação da sua organização sindical baseada na liberdade e autonomia sindical” (Estatuto CUT 2012).

A participação da CUT em conselhos é prevista em seu estatuto e, de fato, esta entidade atua em frentes como a de movimentos da juventude, ligados a grupos minoritários e desassistidos. Neste sentido, a CUT emana um impulso de mobilização que está em constante processo de produção de lideranças, nos diversos setores constituintes dos aparelhos privados de hegemonia. O estatuto da CUT afirma ser objetivo “organizar” e “dirigir”, dois dos pilares que envolvem a propensão ao consenso pela organização orgânica e pela direção política que, no capitalismo, está acoplada ao domínio econômico.

A hegemonia é constituída, conforme Gramsci (2011), pelo domínio material e pela direção moral e intelectual. Neste sentido, a CUT foi marcada por um processo de cooptação de lideranças que esteve associada à profissionalização da militância. Além disso, no Brasil a difusão da expressão “sociedade civil” se deu tardiamente na década de 1970 (FONTES, 2010).

A segunda parte da tríade é o PT – o primeiro partido de massas da história do Brasil, que está sendo objeto de muitos debates sobre a crise do marxismo (COELHO, 2005) e sobre as concepções liberais e marxistas de Estado e sociedade civil no Brasil. Por isso, é central a atenção para os elementos da história do PT e o desenvolvimento de sua composição desde então.

Os principais fatores que explicam o surgimento do PT foram as greves nas fábricas do ABC Paulista e a tensão social na luta pelas “Diretas Já”, como frentes móveis emblemáticas de reivindicação social e pressão das classes populares. É necessário entender a sociedade civil e sua composição histórica de forma associada ao debate interno ao PT, pois na década de 1980, este partido de massas aglutinou um conjunto de movimentos sociais de teor classista que ameaçou a estrutura da dominação

tradicional brasileira. Por outro lado, durante a década de 1980 e 1990, em seus Congressos, já havia um debate entre correntes internas que dividiam o Partido: as correntes eram Articulação e a “Nova Esquerda” que, em 1992, passou a ser identificada como “Democracia Radical” (DR).

Seus projetos políticos foram identificados por Coelho (2005) como compreendendo uma distinção no que diz respeito a “conceitos, propostas de atuação, formas de organização, práticas e sujeitos sociais a quem se dirige” (COELHO, 2005:15). O debate interno ao PT é movido por projetos societários que se chocam pelas “críticas ao marxismo” e pela relação contraditória entre capital x trabalho, mas manifestam uma centralidade da eleição na evolução deste partido marcado pelo que Coutinho (1999) chamou de *assimilação de partidos democráticos de oposição* e, depois de 1990, pela *passagem de grupos radicais para o campo moderado*.

Segundo Coutinho (1999), o transformismo no Brasil incorporou representantes das classes subalternas, facilitada pela debilidade da sociedade civil. De acordo com o autor, caracterizar o Brasil pós 1988 exige levar em conta combinações de pressões populares “de baixo” com operações transformistas “pelo alto” ou “intelectuais que se deslocaram no terreno da luta de classes” (COELHO, 2005:30).

Na década de 1980, o PT era um partido de massa que continha um programa radical, como aquele apresentado em 1989, no 6º Encontro Nacional do PT¹³, dividido em correntes que na atualidade se materializam no próprio PT, no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), antes organizados na Convergência Socialista. Ao longo da década de 1980, as correntes disputaram a hegemonia e a direção partidária nos núcleos de base e nos congressos.

Na década de 1990 a disputa entre as tendências provocou a primeira fissura dando origem ao PSTU, em 1994. Neste contexto de debate interno se fortaleceram as tendências que vieram a compor o campo majoritário liderado pela tendência “Articulação”. No Rio de Janeiro, a grande oposição histórica contra a direção do grupo majoritário surgiu após um processo de intervenção nacional na política estadual, o que

¹³ Realizado de 16 a 18 junho de 1989 no Colégio Caetano de Campos, São Paulo. Fonte: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/175>. Acessado 17/02/13 as 14h e 02min.

levou ao surgimento do grupo Reage PT, e que expôs as diferenças internas colocadas no partido.

De acordo com Antunes (2011) a organização das lideranças do sindicalismo rural se desenvolveu na década de 1970 influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidades da ala progressista da Igreja. Influenciado pelos sindicatos rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1983, sendo caracterizado por um caráter radicalmente anticapitalista e de denúncia daquela conjuntura de modernização e perdas para a agricultura familiar. É possível identificar no histórico desta entidade as motivações para a Reforma Agrária que, embora radical, passou a ser relativizada pelo que foi considerado por Coelho (2005), o abandono do marxismo pela esquerda brasileira. De toda maneira, é necessário explicar os motivos pelos quais surgiu o MST. De fato, era um contexto em que deve ser sublinhado o seguinte argumento do próprio MST:

Cedo, aprendemos também que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão. Foi assim, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida - cerca de 90 mil famílias - ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra. E quando não recorria à burocracia e à falta de vontade política para inviabilizar a Reforma Agrária, o Estado omitia-se ou estimulava a violência. Assim foram os anos de Fernando Collor na Presidência da República, com despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias (<http://www.mst.org.br/node/7702>).

Com efeito, é possível identificar no trecho acima a denúncia ilustrativa de que a sociedade civil e a sociedade política estão de mãos dadas: o Estado é “ferramenta” para que as associações dos latifundiários sejam beneficiadas, para a manutenção da hegemonia da classe dirigente que detém mais tempo acumulado de domínio econômico. A entidade possui o histórico ligado ao surgimento do “novo sindicalismo” da classe operária expandido na década de 1970, resultado da ampliação do setor da economia ligado a importação e exportação de bens duráveis. Foi, portanto, devido a um aumento do operariado, bem como o setor de serviços, no campo da saúde e da educação, na medida em que se consolidava um mercado interno atraente para capitais transnacionais.

A guerra de posição no Estado ocidental, no entanto, fortaleceu os movimentos sociais no contexto da década de 1980, com destaque para greves nacionais entre 1987 e 1989, até a vitória da corrente Articulação no debate interno ao PT, passando pela criação do PSTU em 1994 e o PSOL em 2004. Neste contexto, na década de 1990, um partido de eleição no lugar de um partido de massas que se construiu em meio a “cooptação” e “apropriação” do Estado por parte de latifundiários e donos de empresas financeiras. Estes atuavam diretamente nos órgãos de alto escalão em todos os âmbitos de governo, comprovando que sociedade civil é o Estado (que não é neutro, mas mediado por interesses privados).

Neste contexto da década de 1990, muitos militantes passaram a compor o que ficou conhecido como ONG (organizações não governamentais). De acordo com Fontes (2010), “a filantropia internacional apoiava diretamente a construção de grande parcela de ONG” (FONTES, 2010: 230-231) que surgiram no contexto do Brasil em que “a proximidade do Estado de Direito, identificado à democracia, vinha acompanhado pela difusão da suposição de que o capitalismo se tornava agora horizonte insuperável” (FONTES, *ibidem*). No período de reestruturação produtiva e de redemocratização, os movimentos sociais foram elevados pela mobilização emanada do PT em um contexto de anseio democratizante (década de 1980) e de consolidação da luta intraclasses dominantes (década de 1990). Para Fontes (*ibidem*), as ONGs são “um espaço de lutas, inclusive por sua estreita relação com o Estado” (FONTES, *ibidem*).

As ONGs inicialmente serviam de assessoria aos movimentos sociais, ao longo da década de 1990. O meio ambiente foi o principal tema que mobilizou as ONGs ao longo da década de 1990. Uma das principais ONGs da área ambiental no Brasil foi o Instituto Ecoar, grupo inicialmente composto por Marcos Sorretino (MMA) e Raquel Trajber (MEC). Estes diretores do Ecoar ocuparam cargos no Estado, assumiram a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que é coordenada interministerialmente pelo MEC e pelo MMA, durante o governo Lula da Silva (2003-2010).

As ONG surgiram em um contexto em que o ímpeto democratizante da década de 1980 foi se diluindo com a política econômica iniciada com Collor de Mello (1990-1992), no sentido de haver sido estabilizada a política e conquistada a mudança de

regime para o da democracia. Afirmamos que o estabelecimento do consenso e a educação política são ferramentas indispensáveis sem as quais o capitalismo não sustenta seus lucros. Não é apenas de extração de mais valor que o capital se renova, em um tempo em que a socialização do trabalho está em um estágio avançado de internacionalização.

As ONG se expandiram por meio de recursos provenientes de fundos públicos (FONTES, 2010). Sob uma perspectiva utilitarista, a formulação de “público” estaria ligada a interesse social, oferecendo-se o serviço “público” tanto pelo público quanto pelo privado. As Organizações Não Governamentais (ONG) dos anos 1970 e 1980 foram norteadas por forças majoritariamente capitalistas e uma minoria anticapitalista em que o “público” seria um objetivo estratégico no século XXI para a base de sustentação da argumentação que, segundo Fontes (2010) se baseia na passagem da atuação das ONG para as estratégias empresariais.

No contexto dos primeiros anos do governo Collor (1990-1993), os movimentos sindicais brasileiros estavam completamente perdidos, por conta dos planos econômicos que resultaram na desindustrialização brasileira e na fragilização do parque industrial desenvolvido desde a década de 1950 (ANTUNES, 2005). A década de 1990 é marcada por uma informatização crescente, quando ocorreu o que o autor chamou de “desertificação neoliberal” no Brasil (ANTUNES, 2005:164). Este fenômeno se concretizou nas privatizações, na fragilização do parque industrial, na “financeirização” (ibidem) destemperada, conforme os preceitos do neoliberalismo. O autor destaca que a esquerda brasileira sofreu um transformismo, conceito de Gramsci que denota cooptação “por cima”, quando diversas lideranças de partidos e movimentos da esquerda passaram a atuar “dentro da ordem” (ibidem).

Segundo Antunes (2011), a reestruturação produtiva da década de 1990 gerou um aumento de trabalho desregulamentado e “uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de trabalhadores sem carteira” (ANTUNES, 2011:132). Na década de 1990, nesse contexto de mudança ideológica interna no principal partido criado na luta de classes brasileiras, os sindicatos brasileiros sofreram uma desorganização por conta da questão da informalidade do trabalho. Com efeito, passam a existir diferenças nas condições objetivas e subjetivas de atuação e

interesses, entre trabalhadores formais e trabalhadores informais (terceirizados). Os sindicatos teriam dificuldades em sindicalizar trabalhadores temporários, *part time* etc., então ocorreu uma queda do chamado sindicalismo vertical, herança fordista, sendo o desafio construir um sindicalismo mais horizontalizado, que possa representar o diverso *conjunto* dos trabalhadores (ANTUNES, 2005:81) (grifo do autor).

A modificação no mundo do trabalho na era da informatização e na era da diluição dos direitos trabalhistas gerou como consequência a dificuldade de organização sindical, centrada em torno do mundo do trabalho. Outra consequência destas alterações de cunho neoliberal foi o que Antunes chamou de “neocorporativismo” dos sindicatos, que consiste em privilegiar os “estáveis”, não representando os “terceirizados”. Os sindicatos deveriam então se reorganizar e se reestruturar para: unir “estáveis” e “terceirizados”, organizados e desorganizados; reverter o “sindicalismo de empresa”, o “sindicalismo de envolvimento”; superar o “neocorporativismo societal”; gerar um “sindicalismo horizontalizado” e renovar os vínculos com os movimentos populares (ANTUNES, 2005:83-84).

De acordo com Mattos (2009), na década de 1990, a queda nos índices de sindicalização aliado a problemas para as direções na mobilização das bases, bem como questões de ordem econômicas associadas a dissensos quanto às opções políticas de lideranças, indicaram uma “situação de refluxo” no sindicalismo brasileiro. As causas deste refluxo, segundo Mattos (*ibidem*), foram: a vivência da classe trabalhadora nas mudanças no mundo do trabalho como consequência da reestruturação produtiva; a manutenção de uma estrutura sindical corporativa (sindicato único, poder normativo, impostos) e os posicionamentos políticos das lideranças da Central Única dos Trabalhadores (MATTOS, 2009). As deliberações das assembleias da CUT, em parte enquanto ação sindical sob pressão de ameaças de demissão, segundo Mattos (*ibidem*), aceitaram a autonomia dos empresários nas tomadas de decisão sobre a jornada de trabalho, a redução salarial e o estímulo a demissões por meio de programas como o de “demissão voluntária” (Mattos, *ibidem*: 140).

Para o autor, os militantes e dirigentes identificados com o projeto político central julgaram ser necessário, para resistir às reformas trabalhistas da era Lula da Silva, deixar a CUT. Vários destes sindicatos que desfilaram-se da CUT, tinham como

objetivo desenvolver “outros instrumentos de organização” (MATTOS, *ibidem*: 148). Em 2003, a entrada de Lula da Silva no poder por meio de alianças com partidos conservadores reformistas teve como consequência a reforma sindical em 2004 que, dentre outras consequências, abriu as comportas para a flexibilização da legislação trabalhista via criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto de forma “tripartite”, no qual a CUT teve assento representando os trabalhadores (MATTOS, *ibidem*).

Sobre a reestruturação dos sindicatos, Mattos (*ibidem*) identificou cinco características fundamentais da crise pela qual passaram as economias capitalistas na década de 1990. A primeira é a emergência protagonista do capital financeiro especulativo que encerrou um novo passo da internacionalização do capital; a segunda é a desindustrialização já apontada por Antunes (2005) motivada, dentre outras razões, pela expansão do setor de serviços; a terceira é a substituição de mão de obra por novas tecnologias, gerando o desemprego estrutural; a quarta diz respeito ao “incentivo à polivalência do operário”, às “novas formas de colaboração entre capital e trabalho” pela lógica do produtivismo e da meritocracia; e, por fim, a quinta característica da crise que afligiu o sindicalismo brasileiro foi uma recomposição da força de trabalho, marcada pela precarização das relações de trabalho (terceirização, alterações no nível de qualificação etc.).

Neste processo de fragmentação e desmobilização no sindicalismo brasileiro é preciso destacar que o SEPE-RJ foi parcialmente afetado pela chegada do PT ao poder em 2003. De acordo com Coelho (2005), uma das novas práticas que justificaram a atuação da CUT nas brechas do Estado foi o “uso extensivo de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para generalização da prestação de serviços de educação e formação profissional pelos sindicatos ou por ONGs a eles associadas” (COELHO, 2005:447). Esta consideração sobre a reestruturação sindical no Brasil reflete o fato apontado pelo autor segundo o qual “as mudanças no chamado ‘mundo do trabalho’ [seriam] produzidas não apenas como consequência direta das medidas econômicas do governo, mas também de iniciativas empresariais” (COELHO, *ibidem*, 438).

Os impactos do processo de reestruturação sobre os sindicatos tiveram quatro principais causas: a proposta de colaboração entre capital e trabalho através da noção de

“trabalho participativo” usando a ameaça de demissão para contenção da mobilização; a localização de postos de trabalho em regiões com baixa atividade de sindicatos; a desregulamentação do mercado de trabalho; e a redução de “setores tradicionais do sindicalismo operário típico”, o que gerou a queda de filiações sindicais que, segundo Coelho (2005), é um indicador da ofensiva das frações de classe dominante brasileira contra os trabalhadores. Além disso, as políticas reformistas retiraram direitos para os trabalhadores, o que piorou o cenário de precarização e desemprego (MATTOS, 2005).

Sobre este processo de instrumentalização da classe trabalhadora, é interessante sublinhar deste estudo de Mattos (*ibidem*) que a disposição internacionalista de um operariado advinda de uma esperança reformista não possui densidade teórico política e está distribuída entre “organizações de classe e ONG conformadas com a ordem”, reiterando ainda a necessidade de maior integração sindical que lhe imprima um caráter mais classista e anti-sistêmico. Os sindicatos, de acordo com o autor, apesar de não poder contar com a CUT, comprometida com a ordem (e considerando que houve um recuo do teor classista no PT que não é mais um partido de massas) precisam construir espaços de discussão que não sejam guiados por ideais corporativistas. Torna-se necessário, segundo Mattos (*ibidem*), a unificação das lutas contra a privatização dos projetos reformistas, bem como uma renovação das direções sindicais.

Os elementos trazidos sobre a reestruturação do sindicalismo brasileiro remetem às políticas de ressignificação da sociedade civil, presentes nas políticas públicas de socialização da política e de controle social, voltadas para a educação, dirigidas e dominadas por partidos, empresas e governo. Na década de 1990, a estratégia de obtenção do consenso pelas frações de classe dominante brasileiras apontadas pelos estudos, foi alterada com a ressignificação do conceito de “sociedade civil” e com a reforma administrativa do Estado.

A visão liberal de sociedade civil se opera uma contraposição entre civil e militar. Virginia Fontes (2010) aponta o fato do Estado Brasileiro no fim da ditadura militar (1985) guardar esta concepção simplificada na relação civil-militar, que pesa negativamente sobre as conseqüentes noções de público e de privado e incide sobre as políticas públicas.

A categoria “sociedade civil” passa a ser reivindicada tanto por movimentos sociais quanto pelo Banco Mundial. No início dos anos 2000, o Banco Mundial mudou sua visão sobre a sociedade civil, do confronto à colaboração (LEHER, 2002). Na América Latina, o termo “civil” passou a ter a característica daquilo que é “não militar” e rapidamente virou o que não é autoritário e não burocrático. No caso da América Latina, para Leher (2011), os golpes militares não suprimiram toda a sociedade civil (DREIFUSS, 2004).

O Golpe de 1964 no Brasil foi “comemorado” pelos seus 40 anos em 2004 pelos que defendem que houve um apoio da sociedade à ditadura introduzida em 1964¹⁴, em que está sendo combatida a “vitimização” da sociedade. Convém salientar que esta sociedade civil era (e continua) sendo dividida em classes orientadas por interesses antagônicos. Não é possível, assim, abordar a sociedade civil como um “bloco” “harmônico”, mas como arena fragmentada por disputas entre as frações de classes dominantes, que precisam garantir o domínio e a direção política necessários à obtenção da hegemonia.

Neves (2005) chamou de “*nova pedagogia da hegemonia*” a concretização da atuação efetiva nos aparelhos do estado e da sociedade civil no final do século XX. Esta atuação nos aparelhos do Estado, aliada à necessidade de adesão aos seus projetos de sociedade, resultaram no que Neves chamou de uma “*nova dimensão educativa do Estado capitalista*” (NEVES, 2010: 24). Neste sentido, como forma de obter a adesão voluntária das pessoas ao novo padrão de sociabilidade do capital, o Estado *educa* a classe trabalhadora.

Para alguns autores, mesmo após 1964, a sociedade civil “conservou uma margem de autonomia real e após 1970 [quando] cresceu e se diversificou em função da inevitável tendência à abertura política” (COUTINHO, 1999). Coutinho (1999) aponta ainda que a diferença entre a ditadura brasileira e a ditadura fascista clássica é que não

¹⁴ cf. “A anistia historiográfica”. O autor problematiza os sentidos dados à ditadura no Brasil. A leitura histórica deste episódio está sendo disputada entre os que são à favor e os que são contra a anistia aos torturadores. Artigo publicado na revista eletrônica “Brasil de Fato” do dia 04/04/2012. Demian Melo (Doutorando em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/content/anistia-historiogr%C3%A1fica#.T3zoIK54vko.facebook>. Acessado às 17h e 34 min. 07/04/2012.

houve bases de massas, nem hegemonia real na sociedade civil. No Brasil, para alcançar o consenso mínimo, o Estado foi obrigado a tolerar a presença do Parlamento. Para Coutinho, a ditadura brasileira foi uma ideologia da “anti-ideologia” com seu pragmatismo tecnocrático contrapondo “eficiência” às ideologias em geral. A ditadura aqui não foi como a fascista, com base de massas, ou seja, não houve aqui senão um “consenso passivo” (ibidem).

Em termos gramscianos, a “ocidentalização” brasileira inibe uma “guerra de movimento” (assalto ao poder ao estilo bolchevique), pois antes do palácio governamental existem inúmeras casamatas, representadas pelos aparelhos privados de hegemonia¹⁵, responsáveis pela hegemonia dominante na sociedade civil. O socialismo democrático deveria, então, ser condicionado e determinado no Brasil pelo aprofundamento da “democracia de massas”, originada da democracia pluralista (ibidem).

Sobre a concepção contemporânea de sociedade civil, Acanda (2006) faz críticas ao projeto cultural e moral do neoliberalismo marcado pelo refuncionalização do Estado, e pelo valor que passa a ter o papel da direção moral e intelectual desenvolvida por Gramsci. Será necessário, salienta Acanda (ibidem), perceber no interior da cultura popular a presença de “relações hegemônicas de dominação”. Hegemonia, em Acanda, está sendo compreendido como a forma com que o poder exercido obtém consenso, ou seja, como conquista a adesão voluntária da maioria aos seus projetos.

De fato, ocorre no Brasil o processo de “onguização” e de mercantilização filantrópica, em um contexto onde organizações não governamentais foram multiplicadas, ao mesmo tempo em que foram elevadas politicamente pelo crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Estes processos culminaram em projetos de educação e formação de mão de obra no que Fontes (2010: 231) chamou de “cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes na origem das aflições imediatas”. Neste sentido, a redemocratização brasileira e os anos 1990 e 2000

¹⁵ Conceito complementar ao de “aparelho ideológico de estado” de Louis Althusser, os aparelhos “privados” de hegemonia são entidades compostas por membros que aderem voluntariamente a elas. É destacada uma relativa autonomia da entidade face o Estado no sentido estrito. Gramsci coloca o adjetivo “privado” em aspas, pois os aparelhos privados de hegemonia possuem uma dimensão pública, uma vez que são produtos das relações sociais de produção capitalista (GRAMSCI, 2011).

assistiram à difusão da “crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes”. Segundo Fontes (2010), ocorreu uma separação no perfil do militante, que passou a ser moeda de troca no mercado de trabalho, consolidando uma:

Profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares, aprofundando a rotação que transformava militância em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam ser remunerados conforme o mercado (FONTES, 2010: 237).

Então, se um mercado de “assessores” estava se formando, havia também agenciadores de recursos dentro e fora do país. A autora explica que estes militantes de ONG eram peças de um processo em que “a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar ‘a serviço de’, desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade” (ibidem). A militância foi profissionalizada e o movimento social despolitizado.

De acordo com Fontes (2010), as entidades sociais populares basilares deste processo eram o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST. Cabe destacar o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seguindo a Teologia da Libertação que foi restringida pela Igreja Católica. Mesmo assim, coube à institucionalidade que já existia a adequação ao formato ONG em expansão. Sobre a visibilidade das ONG, a autora destaca a politização dos movimentos populares advindos da própria existência do PT. Segundo a autora

A capacidade de aglutinação do PT e a multiplicidade de movimentos que coordenava ameaçavam desestruturar os esquemas de dominação tradicionais, obrigando a uma recomposição (FONTES, 2010:251).

De fato, por meio da integração de movimentos populares, o resultado desta politização foi conseguir a inserção de temas que interessavam ao povo trabalhador na pauta de debates públicos durante a década de 1980: universalização das políticas públicas, ênfase na saúde e na educação. Neste contexto, ocorre o crescimento dos aparelhos privados de hegemonia, além da diluição de movimentos sociais engajados. Segundo Fontes (ibidem), as organizações não governamentais não atentavam para o caráter de classes na composição da sociedade civil, que por elas seria tida como

instância “sagrada” (bem como a democracia), como se a sociedade civil fosse um fenômeno novo na história brasileira (ibidem).

A ampliação do PT engendraria o debate sobre hegemonia, adquirindo centralidade na compreensão do fenômeno da sociedade civil no Brasil. O conceito de sociedade civil passou ser interpretado como “o terreno dos movimentos populares, olvidando-se do peso histórico e social das organizações de base empresarial e ficando à sombra o empresariamento que se iniciava no interior das ONG” (FONTES, 2010, p. 240).

É neste contexto que cresceram as associações empresariais, sedentas pela permanência da propriedade, contrárias às lutas populares e desejosas de expressar racionalmente “a contraposição entre sociedade e Estado, de cunho tipicamente liberal” (ibidem, 2010). Estas entidades do empresariado eram encampadas pela luta anti-Estado, que teriam sido agressivas no processo constituinte (CUNHA, 2009), e eram também ambíguas, pois tanto poderiam atuar corporativamente quanto politicamente como sociedade civil.

Vale destacar os processos de cooptação dentro da CUT, dentro do PT e nos Sindicatos, especialmente na Força Sindical, criada para combater a CUT. De acordo com Fontes (2010), os empresários penetravam as entidades sindicais pela proximidade com os patrões e pela concepção dos sindicatos como “empreendimentos”, que Antunes (2005) chamou de “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2005:83). Neste sentido, Virgínia Fontes (2010) chamou atenção para o teor corporativo do processo contra hegemônico coordenado pelo PT na década de 1980. Segundo a autora, houve

Marcas da influência fascista na organização sindical nacional e a expansão das ONG contribuiriam pra uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. As ONG – e por extensão, boa parcela do PT – sacralizavam a sociedade civil como momento virtuoso, com o risco de velar a composição de classes em seu interior (FONTES, 2010, P. 251).

O “antiestatismo funcionou como proposta aglutinadora do empresariado e dos conservadores” (DREIFUSS, 1989, p. 218 apud FONTES, 2010). Virgínia Fontes

(2010) defende que a conduta “clássica” do Estado sempre foi a de defender as condições de expansão do capital, no sentido de gerir uma sociabilidade adequada à reprodução do domínio e da direção moral e intelectual das frações de classe dominante.

A proliferação das ONG como instrumento de execução e formulação de políticas públicas está diretamente implicada à uma concepção de “sociedade civil”. Esta categoria foi utilizada por influências fascistas no contexto de “diluição” de uma militância genuína e “desinteressada”, conforme formulação de Gramsci, ou seja, que não visa o interesse próprio. Este dado trazido por FONTES (2010) reforça a relação da majoritariedade das ONG com a expansão do PT. Este processo foi norteado por esta confluência de debates por um projeto nacional das frações de classe dominante de reorganização de uma nova sociabilidade do capital (NEVES, 2005), o que pode ser explicado por esta “profissionalização” da militância.

A tarefa de tornar clara qual é a concepção de sociedade civil de cada sujeito histórico exige um referencial teórico capaz dar conta deste debate. A categoria sociedade civil no Brasil produziu interpretações sobre o Estado, o que implica uma revisão da função do Estado, da função da institucionalidade legitimada, até mesmo para problematizar as “novas institucionalidades” investigadas por autores críticos (LOUREIRO, 2010). A tarefa antes, contudo, precisa ser acrescida de uma base na qual a categoria sociedade civil ganhe riqueza metodológica, que é outra tarefa correlata da análise da categoria “sociedade política” no país.

1.2.2 Sociedade política no Brasil

Neste subtópico a categoria “sociedade política” foi analisada com base na realidade brasileira. Apresentamos a análise documental da política pública encerrada no “Plano da Reforma Gerencial” (2004) de Luís Carlos Bresser Pereira à frente do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O conceito de “sociedade política” obriga o leitor a fundir dois conceitos diferentes, o de Estado e o de sociedade civil, entendidos nas palavras de Gramsci como

“Conjunto das superestruturas” (...) dois grandes ‘planos’ estruturais, o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política’, planos que correspondem, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio” (GRAMSCI, 2011:237).

De acordo com Bresser Pereira (2002), no Brasil, a Reforma administrativa que caracterizou a passagem do Estado Patrimonialista para o Estado Burocrático se deu na década de 1930. O modelo burocrático de Estado keynesiano, de Bem Estar Social, se desenvolveu até a década de 1970. Nesse período, a profissionalização e a formação de quadros não foram capazes de produzir a eficiência técnica (alguns países foram igualmente caracterizados neste mesmo período por uma crise deste modelo de Estado). Na década de 1980, a Inglaterra se movimentou no sentido de romper com tal modelo e, na década de 1990, as frações de classe dominante no Brasil e também as dos EUA, sentiram a necessidade de reformar o Estado. Esta reforma foi baseada em um conceito de Administração, o de gerenciamento.

Bresser Pereira (1995) afirmou que “a legislação que regula as relações de trabalho no setor público é inadequada, notadamente pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor” (Brasília, 1995 p.27). Há indícios no Plano Diretor Reforma do Aparelho de Estado (1995)¹⁶ de que o gerenciamento seria uma metodologia no campo da Administração de Empresas adotada pelo Estado,

¹⁶ Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995

referenciado em experiências concretas do setor privado. Segundo Pereira (2002) e de acordo com o Plano Diretor,

Como resultado do retrocesso burocrático de 1988 houve um encarecimento significativo do custeio da máquina administrativa, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos (PEREIRA, 1995 p.22)

Segundo Bresser Pereira (1995), “o Estado é a organização burocrática que possui o poder de legislar e tributar sobre a população de um determinado território” (PEREIRA, 1995: 41). Sobre as formas de propriedade (pública ou privada), afirmou que

Existe no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante: a propriedade pública não estatal (...) organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público (Pereira, 1995; p.42)

Para Bresser (1995) a Reforma do Estado tem como justifica a crise do Estado e a falta de realismo da proposta neoliberal de Estado Mínimo, afirmando que “reformular o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança”(PEREIRA, 1995 p.44). Nas suas palavras

O mecanismo por excelência de motivação, na administração pública burocrática, é o da promoção por mérito em carreiras (...) Dada, entretanto, a dinâmica do desenvolvimento tecnológico das sociedades contemporâneas, esse sistema de carreira foi se tornando crescentemente superado (...)Torna-se, assim, essencial repensar o sistema de motivação dos servidores públicos brasileiros (...) em momentos de crise e de transição como o que vivemos, o papel do Estado e do servidor público ficam confusos. A idéia burocrática de um Estado voltado para si mesmo está claramente superada (PEREIRA, 1995 p.39)

O Estado Gerencial substituiria o Estado Burocrático por duas razões: 1) a questão da eficiência; e 2) a gestão pública não estatal.

A propriedade pública não estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo em que favorece a parceria entre sociedade e Estado. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação seus dirigentes são chamados a assumir uma

responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição (PEREIRA, 1995 p.43-44).

O Estado Burocrático foi marcado por um Estado de Bem Estar Social, e as décadas de 1950 e 1960 foram caracterizadas pela influência econômica norte americana na América Latina. Esta perspectiva de desenvolvimento e crescimento foi analisada por muitos autores (CARDOSO, 1962; PARETO, 1984; FURTADO, 1970) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL (ligado à UNESCO) que, recentemente, reiterou a importância dos conselhos no processo de consolidação dos programas sociais, através de uma concepção liberal de Estado e sociedade civil.

Para atenuar os custos não econômicos da focalização será preciso aperfeiçoar os espaços comunitários de participação, como as assembleias comunitárias do Programa Oportunidades ou os conselhos de controle social do Programa Bolsa Escola. Os organismos da sociedade civil em alguma medida se envolveram na prestação de serviços, no planejamento e na seleção dos beneficiários, tal como o ilustra a experiência dos conselhos de controle social do Programa Bolsa Escola. Uma alternativa é **subcontratar os serviços de organizações não governamentais** experientes no trabalho com populações complexas, como as crianças de rua. Uma condição para efetuar as transferências poderia ser a assistência a programas oferecidos por essas ongs, o que permitiria maximizar a eficiência das intervenções, **ao diminuir os custos associados à expansão da oferta** e dispor da experiência destas instituições. (VILLAROTO, 2010:139).

Em 2002, o processo de seleção de beneficiários abrangia o levantamento de dados pelos municípios, a seleção de famílias habilitadas por uma instância do governo federal e a escolha definitiva das famílias beneficiárias no âmbito local com a participação de Conselhos de Controle Social, que incluem representantes de organizações da sociedade civil (Secretaria do Programa Nacional Bolsa Escola, 2002 apud CEPAL, 2010:131)

A concepção de sociedade civil da citação acima foi identificada como próxima da visão reformista e liberal, pois “diminuir os custos” e “subcontratar ongs” são práticas condizentes com os princípios da Terceira Via, o da conciliação das classes e da noção de “cidadania” como se estivesse dissociada do mercado e do Estado. Ao tratar a “sociedade civil” como redentora e salvadora, nega-se o conflito do capitalismo e reforça-se a criminalização dos movimentos sociais classistas. O governo Lula enquanto

exemplo de transformismo, forneceu ao mercado terreno fértil para a desregulamentação do mercado financeira através da administração dos fundos de pensão das estatais geridas pelo governo e os sindicatos cooptados pela nova pedagogia da hegemonia, ou seja, acolhidos pela nova sociabilidade do capital.

Segundo Cunha (1999), entre 1945 e 1970, a inserção empresarial em conselhos, aparelhos e espaços institucionais direcionaram recursos públicos em forma de subsídios, empréstimos a fundos perdido etc. para a iniciativa privada (CUNHA, 2009). A primeira razão, a eficiência, foi associada ao setor privado que, inserido política e economicamente, passou a ser considerado mais eficaz do que o setor público. Há importantes indicadores que sugerem uma progressiva redução salarial neste período (SENRA, 2006), bem como a sistemática prática de repasse de verbas públicas para o empresariado. A abertura econômica e política nas décadas de 1980 e 1990 foram precedidas por um processo de deteriorização do “público”, por difusão da mídia do “atraso” do serviço “público” e a eficiência do “privado”. (ibidem, 1999).

A segunda razão se justifica pela necessidade de uma gestão “pública não estatal”. Para reorganizar o Estado na nova pedagogia do capital (NEVES, 2005), a Reforma adequou um modelo de reorganização da sociabilidade do capital a um reforço da concepção harmônica de sociedade civil, como separada do Estado. Então, a gestão cooperativa entre Estado e “sociedade civil”, usa termos como “eficiência”, “eficácia”, “*accountability*”, e teria, supostamente, a meta de ampliar a cidadania.

O conceito de “cidadania” é ligado ao de “democracia”. Este último é sublinhado por Bresser (2002), por identificar no exercício da cidadania a chave para a democracia defendida pelos liberais, sem considerar a união da esfera econômica e da política que impedem, a democracia substantiva à despeito da democracia formal. Isto se dá pois os instrumentos de coerção estão na esfera econômica que, ela mesma, é coerciva enquanto uma relação de expropriação.

A concepção liberal entende a cidadania fora de uma relação entre mercado e Estado, pois ignora que redes e ONG ocupam, por exemplo, no campo da EA, majoritariamente as CIEA no país. De fato, em outro momento, concluímos que os movimentos sociais de teor mais classista são minoria e as ONG e Redes são majoritárias na composição, no histórico e no funcionamento das CIEA do Brasil

(D'AVILA & LOUREIRO, 2012). Os liberais defendem a cidadania de Bresser, que foi identificada como uma democracia limitada a uma concepção de Estado e de sociedade civil, bem como de “público”. Se o Estado não é concebido de forma integral, a sociedade civil ganha uma roupagem de um espaço harmônico, sem conflitos e, o que é mais danoso, gera a desmobilização.

As conseqüências desta abordagem liberal são graves para as políticas públicas, pois as contradições na sociedade política são naturalizadas, não considerando que essas contradições estão presentes na composição da sociedade civil. Com efeito, uma consequência foi diagnosticada por autores que estudaram as categorias “público” e “privado” no campo das políticas educacionais brasileiras. Estudos na área da educação, especificamente sobre como o ensino religioso foi e é usado para ressignificar o sentido de “público” (CUNHA, 2000; SENRA, 2006), serão úteis para entender a tese de Bresser Pereira. No livro “O Público Não Estatal na Reforma do Estado” (2004), Bresser utiliza a expressão “público não estatal”.

Etimologicamente, o termo “público” quer dizer “povo”, embora compreenda o sentido do verbo publicar (fazer visível ao povo), além de complementar o vocábulo república (coisa do povo). A idéia do público, portanto, pode ser entendida pelos destinatários das políticas públicas, ou seja, a população representada por um Estado formado por pessoas eleitas pelo povo para tomar as decisões para o coletivo. Novamente, e reforçando o papel dessa dissertação, o “estatal” sugere explicações.

O termo “estatal” vem de Estado, que é uma categoria histórica, portanto interpretada de várias formas de acordo com a época. Karl Marx supôs, em uma simples operação lógica, que uma sociedade sem Estado (em sentido estrito) teria superado a contradição capital x trabalho. Por dois motivos: 1) o trabalho livre seria auto-regulado, ou seja, a produção não geraria excedentes suficientes para valor de troca, findando o mercado; e 2) sem trabalho para explorar, o capital não se reproduziria, superando a dominação ao nível societário, ou seja, sem capital, toda atividade humana é “desinteressada”, não havendo necessidade de um árbitro (o Estado) e menos ainda mediação privada dos recursos públicos.

Gramsci (2011) sublinhou o fim do Estado com base em uma elevação moral e intelectual das consciências, que gerariam um ethos coletivo ou “desinteressado”, ou

seja, um modelo societário organizado desprovido de um poder de mercado centralizado. O termo estatal foi concebido no fim do Estado Patrimonialista, pois neste o público era atravessado pelo poder religioso.

O privilégio nobre e religioso é superado pela Revolução Francesa, mas os séculos de um modelo de Estado Patrimonialista geraram, pela “economia política”, teorias adequadas ao modo de produção industrial: o mercado e a liberdade, naquele momento, eram produtos de novas necessidades. Neste sentido, houve uma revisão do Estado como forma de superar o modelo inapto a existir em uma sociedade pré-industrial. O Estado Burocrático foi, então, um tipo de Estado que atendia aos interesses dos que ostentavam posição de vanguarda no mercado.

As lutas sociais do séc. XIX foram motivadas pela conquista de direitos civis, sociais e políticos. Durante todo esse século, a Sociologia foi um instrumento para análise deste modelo de Estado, gerando interpretações diversas que produziram correntes marxistas e liberais. Por isso, nos primeiros anos do séc. XX, em meio a um surto de desenvolvimento fruto da 2ª Revolução Industrial (1870), o capital concorrencial se transformou em capital monopolista.

As lutas sociais se intensificaram culminando na Revolução Russa de 1917. Uma crise econômica grave em 1929 exigiu uma adequação do modelo de Estado, que passou a concentrar poder graças ao ranço militar que tanto caracterizara o Estado em sentido estrito. O modelo Burocrático provedor de bem estar social vigorou até meados da década de 1970, quando outra crise tornou insustentável tal modelo.

Após duas décadas de Guerra Fria, o conceito de Estado “forte” foi difundido nas escolas e na cultura, como associado ao comunismo. Houve, no século XX inteiro, um discurso da “*democracia* contra o *comunismo*”. O estatal passou a ser combatido em uma renovada teoria liberal (neoliberalismo). O “estatal” seria ineficiente e não funcionaria.

O discurso do “público não estatal” foi utilizado pela Igreja Católica para criticar o monopólio do Estado sobre a educação pública. Segundo Senra (2006), o discurso dominante nos setores conservadores da Igreja interessados em entrar nas escolas públicas era o de que o ensino religioso estava acima do Estado, no sentido teológico de

conhecimento. Em sua tese de doutorado “Matizes do Privado” (2006), Senra trouxe indicadores que sugerem a relação entre o setor privado e a Igreja Católica no que se refere à luta contra o monopólio do Estado sobre a educação pública.

Analisando os documentos como as epístolas papais, a tese de Senra (ibidem) diferenciou os momentos históricos. Até a década de 1960 e início de 1970, empresários da educação incipientes convergiam seus interesses com os da Igreja: ocupar conselhos e, em suma, privatizar a educação pública. Mas, após a década de 1970, os interesses divergiram, pois os empresários queriam lucro, o que não era diretamente o interesse da Igreja.

Cunha (2009) também destacou a expressão “público não estatal” no que se refere aos interesses da Igreja. A concepção de “não estatal” deve ser entendida de duas formas: 1) o anti-estatismo justificado pela visão “ocidental” de comunismo; e 2) pela suposta “missão” católica que são as bases do dogma. Além disso, percebe-se, que o “público não estatal” guarda ainda outro sentido, o de gestão entre Estado e sociedade civil, essa identificada com a categoria cidadania e democracia.

Se as categorias “público” e “estatal” forem analisadas separadamente, é possível não ver grandes diferenças de concepção da categoria “público”, que varia conforme nuances, mas que em geral quer dizer o destinatário de um serviço ou política – o povo. No entanto, a expressão “público não estatal” adjetiva o “público”, operando dois movimentos simultâneos: 1) descaracteriza o público; e 2) dá ao Estado uma nova função ao desvinculá-lo do público. Existem estudos no campo da educação ambiental que já identificaram a “refuncionalização” do Estado brasileiro, bem como a pretensão de certos sujeitos sociais de reivindicarem uma legitimidade representativa fora da institucionalidade, como é o caso das Redes (LAYRARQUES, 2001; LOUREIRO, 2010).

A reforma gerencial é parte de uma função do Estado brasileiro de reorganizar a nova sociabilidade do capital (NEVES, 2005). Uma das novidades da Reforma Gerencial é que o discurso é marcado por um fortalecimento do público e do Estado. O Estado Gerencial, de fato, reforça o poder do Estado, mas não na área social e sim na área do Judiciário. É possível sugerir uma diferença entre o Estado Gerencial e o Estado

Mínimo, em que o primeiro divide a gestão em certas áreas, investindo recursos no Poder Judiciário. O Poder Judiciário tem a função de resolver conflitos de interesses, interpretando a lei e punindo conforme a legislação. Exemplos concretos da função coercitiva do Estado são: a criminalização de movimentos sociais, repressão policial aos grevistas, a criminalização da pobreza e das populações autóctones.

Além de fortalecer o Estado coercitivo, a reforma gerencial concebe a sociedade civil desintegrada do Estado. Nesta terminologia, sua visão de direitos republicanos criminaliza e naturaliza a pobreza, sugerindo um projeto de nação orientada para exportar commodities, e beneficiar, por exemplo, frações de classes do setor financeiro e do agronegócio (esta possui uma entidade, a ABAG, que responde por 30% do PIB brasileiro) (LAMOSA, 2010).

1.3 O Novo Estado Educador: o “modo petista de governar”

Desde 1990, no contexto de reorganização da sociabilidade do capital, no Brasil, uma nova pedagogia da hegemonia do capital refletiu a proposta de Reforma do Estado descrita nos tópicos anteriores. Na perspectiva de um *Estado educador* (NEVES, 2000), o Estado deve reproduzir formas de pensar/sentir/ver o mundo, de acordo com uma dada sociabilidade¹⁷. Quando a escravidão foi abolida, os escravos foram assimilados pela sociedade, e foram “educados” (preparados ideologicamente, não sem conflitos e contradições, para naturalizarem as formas de organização moral, política e econômica da vida das classes dominantes do início da república). Da mesma forma ocorreu com a classe operária que, anteriormente formada em grande parte por ex-camponeses, foi assimilada e “educada” de acordo com os valores dominantes.

Nesta seção analisaremos as correntes internas do PT e a formação do “campo majoritário” orientada pelo “modo petista de governar”, materializado nas políticas de orçamento participativo, na “gestão democrática” e na “participação social”. Os desdobramentos da correlação de forças do PT geraram a apropriação pela sociedade civil da sociedade política, com o deslocamento de membros do PT de São Paulo - lideranças do

¹⁷ Sociabilidade: formas como as classes sociais produzem e reproduzem suas condições objetivas e subjetivas de existência (LAMOSA, 2010).

Instituto Ecoar - para o MMA e o MEC, e a expressão no campo da educação ambiental de um “modo petista de governar” por meio de comissões interinstitucionais, coletivos educadores e redes. No campo da educação ambiental identificamos a corrente classificada como “crítica” dividida entre “crítica marxista” e “crítica liberal” e, neste deslocamento, a correlação de forças deste Partido.

Na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat) (1981), segundo Antunes (2011) estavam reunidas tendências organizadas em torno, de um lado, da Unidade Sindical e, de outro, ao redor da Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (Anampos). Houve uma divergência entre estas correntes e um ambiente propício à cisão do movimento, que se adensaria nas décadas de 1980 e 1990 (ANTUNES, 2011).

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, anos após os coletivos “Autonomia”, “Trabalho”, “Independente” e “Grupo Lula” derem origem à corrente Articulação dos 113, em 1983. Houve uma reconfiguração na luta de classes no Brasil, com a projeção de um campo majoritário formado por Unidade na Luta (UL) e Democracia Radical (DR), além de incorporarem parcialmente membros de correntes como independentes e o Movimento por uma Tendência Marxista (MTM). Estas duas correntes a UL e a DR, formaram o bloco histórico¹⁸ hegemônico a partir de 1998, e a “Tendência Movimento” como grupo contra hegemônico (COELHO, 2005).

Um estudo sobre as origens e os debates do PT entre 1983 e 1989, antes das eleições, apontou que o PT cresceu em números de votos de 3% para 10% entre 1983 e 1989, o que representou a maioria dos votos em cidades médias urbanas - sobretudo em áreas rurais. A caminhada do PT ao poder foi avaliado pela adesão eleitoral de uma fração de classe na faixa de renda de frações de classes dominadas. Isto indica um crescimento dos colégios eleitorais seja o campo seja na cidade, e a “posição de decolagem eleitoral privilegiada”. No entanto, salienta Gurgel (1989)

Aos demais partidos progressistas ou de esquerda faltam ou a diversificação das suas bases, que no PT vão do intelectual ao bóia-fria, ou a independência em relação ao passado político viciado, que no PT vai de suas bases às suas direções, ou a militância, que no PT é o próprio cerne da sua vida ativa, ou apoios institucionais

¹⁸ Originalmente empregada por Georges Sorel (1847-1922), esta expressão foi concebida de maneira nova por Gramsci como “a unidade na diversidade de infraestrutura e superestrutura” (GRAMSCI, 358: 2011).

de peso, que no PT vão da chamada Igreja da Libertação à Central Única dos Trabalhadores – CUT (GURGEL, 1989:30).

A tarefa de atuar politicamente dentro da ordem, com a possibilidade de vitória nas eleições presidenciais de 1989, exigiu uma reflexão sobre a composição do PT naquele momento. É possível identificar no trecho acima a heterogeneidade do partido, as potencialidades da atuação do PT “a caminho do poder” e a perspectiva de renovação tendo sua precocidade como especificidade, influenciando em seu programa e em sua política em geral. A concepção de Gurgel (1989) não identificou o PT como um partido eleitoral, pois este seria “fiel ao espírito auto-gestionário que pairou sobre seu nascimento e ainda frequenta [va] suas ideias sobre o poder popular e o socialismo” (GURGEL, 1989:33).

O autor identificou o PT no plano orgânico como partido de massas, organizado em “núcleos, às facções internas e à especialização dos seus organismos auxiliares (secretarias de formação, de propaganda, de divulgação, imprensa, material, organização, etc...)” (GURGEL, *ibidem*). E, no plano teórico, faltava o acesso dos militantes ao conhecimento historicamente organizado, ponto de vista por meio do qual o autor ressaltou a falta de tempo para reflexão e estudo aos militantes, dada suas trajetórias originadas dos movimentos sociais de tor classista.

De fato, “o partido não cuidou bem da formação política desses quadros” (GURGEL, *ibidem*: 37). Para assegurar a aceleração do conhecimento teórico, o PT deveria criar espaços, como comitês e núcleos, de discussão e adensamento das formulações políticas, seja em época de campanha, seja fora dela. O Novo Estado Educador possui na renovação dos seus quadros o cerne de seu potencial de direção política. Para os fins desta pesquisa, que analisou o “modo petista de governar” na política de educação ambiental no Rio de Janeiro, através da participação do SEPE-RJ no GIEA-RJ, a reflexão de Gurgel (*ibidem*) contribui de forma significativa na análise, pois, segundo o autor:

A máquina estatal, para o caso de um partido anti-sistema, é um aparelho limitado. Sua eficácia dependerá do outro aparelho, o aparelho partidário. Talvez mais: dependerá de novas formas e instrumentos de controle e ação popular sobre o aparelho estatal, a serem criados *pelo* e com o aparelho partidário (GURGEL, 1989: 38) (grifos do autor).

A esquerda Socialista e Democrática “Movimento por um novo partido” foi aliada a grupos progressistas da Igreja, ligados à burocracia sindical e ligados a movimentos de trabalhadores rurais e urbanos (ANTUNES, 2011). O debate interno ao partido pode ser entendido a partir de um documento ¹⁹ sobre o II Congresso do PT em 1983. Este foi visto pelo autor do artigo (Valter Pomar) como uma chance para o PT romper com métodos, segundo ele, “precários” na abordagem dos movimentos sociais.

Temos trabalhado com a seguinte formulação: a disputa e o exercício de governos fazem parte do acúmulo de forças necessário para a disputa pelo poder, sendo que esta exige um processo de ruptura revolucionária (Revista Outubro Dossiê O futuro da esquerda “O Rubicão petista” 1983 87-88).

É possível analisar pelo trecho acima que existia um debate interno no PT em torno de propostas mais ou menos radicais e mais ou menos reformistas, sendo o atual grupo hegemônico denominado “Campo Majoritário” (que evoluiu da articulação que se apuraria na década de 1990 e 2000) identificado como “próximo da moderação de Bachelet e Vázquez” (ANTUNES, 2011:135) (presidentes de Chile e Uruguai, respectivamente).

O Novo Estado Educador identificado com o “modo petista de governar” possui três elementos centrais em sua estrutura: o transformismo do PT, a onguização e o papel do Novo Estado Educador de produzir o consenso por meio de espaços coletivos forjados nas políticas públicas educacionais, em torno da lógica da participação social. Em matéria de política pública educacional, a concepção de cidadania apartada do mercado e do Estado, atrelada ao modelo reformista, estará fadada a reproduzir as desigualdades sociais.

A faceta educativa do Estado é a força impulsionadora do “modo petista de governar” que exige a necessidade de ampliar seus filiados e renovar seus quadros de acordo com a nova sociabilidade do capital. Cumpriu ao PT formular e elaborar políticas sociais voltadas para a formação de quadros políticos como medida para garantir sua hegemonia pela formação de seus intelectuais orgânicos (formados pra reproduzir princípios de determinada fração de classe). O que se convencionou chamar de “social

¹⁹ Revista Outubro Dossiê “O futuro da esquerda” - “O Rubicão petista” Valter Pomar 1983

liberalismo” ou “reformista liberal” está organizado hoje a partir de uma alteração na correlação de forças do PT.

A coligação entre as correntes Articulação e Unidade na Luta (AUNL) constituiu o que hoje é conhecido como o movimento “Construindo um Novo Brasil” que, em linhas gerais, estimularia o “modo petista de governar” através de seminários destinados a este convencimento. Trata-se do que estamos chamando aqui de o Novo Estado Educador, que ressignifica a noção de “participação”. Defendendo a participação na perspectiva gramsciana de guerra de posição, segundo Neves (2005):

A nova pedagogia da hegemonia propõe-se a estimular um tipo de participação que, fortemente relacionada ao conceito de catarse, tenta incentivar movimentos caracterizados por soluções individuais. O ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que, mesmo nesse movimento, não é possível abrir mão da ideia de participação política (NEVES, 2005:35)

Um destes seminários foi agendado para ocorrer em 2012 e na própria convocação para a participação para o mesmo está a dimensão educativa do Estado. Segundo o próprio sítio organizador do “Seminário Nacional – desafios do modo petista de governar” realizado em 2012 ele

Tem o objetivo de dialogar com os/as candidato/as a prefeito/a do partido sobre a atualidade do Modo Petista de Governar, incorporando as experiências recentes de nossos governos locais. Além disso, pretende estabelecer os novos desafios para as administrações municipais diante dos atuais cenários nacional e internacional e das necessidades criadas pelo novo patamar de desenvolvimento vivido pelo Brasil a partir de 2003. (Fonte: <http://seminario2012.pt.org.br/#justificativa>) Acessado 17/02/13.

Quais as novas formas e avanços na participação popular e na democracia local? Quais as formas mais eficientes e atualizadas de comunicação com a população? (Fonte: <http://seminario2012.pt.org.br/#justificativa>) Acessado 17/02/13.

É possível identificar nas falas acima uma ênfase em um modelo de governo rentista, em que a concepção liberal de sociedade civil está presente na medida em que se nega o conflito, marcante no chamado “campo majoritário” do PT, que hoje está organizado no movimento “Construindo um novo Brasil”. Trata-se de um mecanismo

de obtenção do consenso e difusão de uma lógica própria de governo distante dos movimentos sociais de teor classistas e com projeto político reformista liberal. De fato, se definem como:

Construindo um Novo Brasil (CNB) é uma corrente interna do PT, da qual fazem parte alguns dos principais ministros do nosso governo e o próprio Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros quadros importantes. A corrente nasceu em 1983, a partir do Manifesto dos 113. O objetivo era alargar os horizontes e destravar o debate interno para dar conta dos desafios que se apresentavam à novíssima esquerda que nascia no Brasil e encontrava no PT seu principal canal institucional. Inicialmente, a corrente denominou-se Articulação-Unidade na Luta. Depois agregou outros grupos, até formar, já nos anos 2000, o Campo Majoritário - maioria política que comandou a eleição de Lula em 2002. Após a crise de 2005, o Campo passou por um processo de reorganização. Em 2007, foi rebatizado de CNB e, após o PED de 2009, junto a outras correntes, voltou a ter maioria no Diretório Nacional do PT - além de conquistar 22 dos 27 Diretórios Regionais do partido. Algumas das principais formulações estratégicas na história do PT partiram de nossa corrente. Entre elas destaca-se a resolução adotada no 5º Encontro Nacional do partido, em 1987, quando o PT decidiu que disputaria o Poder Executivo com vocação de governar - passo fundamental para as vitórias que vieram a partir de 1988. Foi igualmente por iniciativa desse grupo que, em 2001, o PT decidiu ampliar a política de alianças e indicar José Alencar como candidato a vice na chapa presidencial, movimento que ajudou a garantir a vitória nas eleições do ano seguinte. Fonte: <http://www.construindounovobrasil.com.br/>

A alteração de um partido de massas para um partido de eleição é um importante elemento na análise das políticas públicas emanadas pelo PT e influenciadas pelos resultados de suas disputas internas. O programa do PT foi alterado radicalmente e o grupo hegemônico foi formado através de um “modo” específico de estabelecimento do consenso, consolidando o que Braga (2010) em prefácio de Braga, Oliveira e Rizek (2010) chamou de “hegemonia lulista” (direção política e domínio econômico). No contexto do pós 1964, o Brasil mantinha um cunho de política econômica submetida às economias e países centrais, chamado por Antunes (2011) de “capitalismo monopolista de Estado dependente e subordinado” (ANTUNES, 2011:137).

Com o objetivo de identificar as possibilidades de formulação da esquerda sindical, Antunes (2011) analisou o desenrolar das transformações da estrutura de

classes no Brasil, destacando que houve uma ampliação do movimento operário. Isto se explica pela ampliação da classe trabalhadora (e o aumento da base social) operária que insurgiu em um “novo movimento operário” ou “novo sindicalismo” e o processo concomitante na década de 1970 de proletarização pela qual passaram categorias como, por exemplo, professores de ensino básico, bancários e funcionários públicos.

A exigência de obtenção do consenso é uma das consequências da socialização da política e, no que se refere às nossas formas de organização partidárias, nosso “transformismo” foi parecido com o que ocorreu nos EUA, o americanismo, em que um Estado educa de forma bipartidária, ou seja, conforme a sociabilidade ou conformismo. De acordo com Fontes (2010), a década de 1990 perdeu em ímpeto democratizante, uma vez consolidado o regime democrático após 1988, o que fortaleceu a classe financeira a partir do livre acesso aos fundos de pensão das estatais. De fato:

O novo projeto político da esquerda no Brasil parece desprezar esta nova realidade do capitalismo ao propor esta nova edição da estratégia de colaboração de classes para retomar o desenvolvimento com base na expansão do mercado interno e distribuição de renda. O campo majoritário do PT estabeleceu como sua meta chegar ao lugar que acabou de ser abandonado pelos seus ocupantes mais tradicionais (COELHO, 2005:15)

As greves por categoria, em 1985, as greves com ocupação de fábricas (1985) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1989, passando por explosão de greves nacionais entre 1985 e 1989, foram concretizações da ampliação do sindicalismo dos professores e um aumento dos níveis de sindicalização em 1980 (9.833) e em 1990 (15.972) (ANTUTES, 2011: 138). As chamadas “comissões sindicais de fábrica” são interessantes para pensarmos a socialização da política neste processo de “ocidentalização” brasileira (que só se consolidaria nos anos 1990), remetendo aos “conselhos de fábricas” registrados por Gramsci.

Ao longo de toda a década 1990, o PT ampliou o número de prefeituras governadas e criou o que ficou conhecido como “modo petista de governar”, que pode ser entendido como a construção de políticas de socialização da política e controle social (como as CIEA). O maior exemplo é o “Orçamento Participativo”, em que a “sociedade” e o governo “decidem” o destino das verbas orçamentárias. Trata-se de

ampliar a participação da sociedade civil na formulação, execução e avaliação de políticas públicas.

De acordo com Antunes (2011) o PT se expandiu muito em função do distanciamento do PCB das “classes em movimento” em um contexto de estruturação das classes no Brasil. A figura de Lula da Silva foi identificada, segundo Antunes (ibidem), por políticos como Barack Obama e Sarkozy como “político da integração e da conciliação” (ANTUNES, 2011:135).

As agências e as empresas, juntamente com os partidos políticos poderiam projetar teses acerca de serviços ao público, tangenciando uma ação que na concepção marxista tem uma trajetória: estado – público. Este caminho é interrompido por membros da sociedade civil, como empresas e ONGs organicamente vinculadas a estas ou que reduzem a atuação à prestação de serviços e execução de projetos, e o trajeto redefinido de acordo com as diretrizes de quem tem o consenso e o poder deliberativo.

No contexto de crise de hegemonia, a estratégia das classes dominantes teria que passar pela capacidade de dirigir a política, ou seja, conquistar o consenso através da educação política dos empresários e dos trabalhadores. A hipótese aqui apresentada é de que a multiplicação de espaços interinstitucionais é produto das mesmas premissas e políticas reformistas liberais do “modo petista de governar” (que pretendem transformar direitos conquistados em serviços oferecidos). A abertura política e depois econômica trouxe necessidades novas para as estratégias de criação de consensos passivos e/ou ativos, gerando assimilação de frações de classes dominantes. Este processo se deu através da melhoria de aparelhos privados das classes dominantes já existentes, mas também na conquista de aparelhos privados de hegemonia das classes dominadas.

Se o Estado mudou, tanto em função da socialização da política quanto em função da socialização do trabalho, este Estado também procurou educar segundo uma pedagogia do capital através do domínio e da função diretiva. O problema se deu porque ao tempo em que as ONGs e empresas ocuparam a posição de formuladores e executores de políticas públicas na década de 1990, o Estado se viu na posição semelhante à de um gerente.

A política de criação de espaços como os conselhos é parte de um conjunto de políticas submetidas a uma educação política desenvolvida por aparelhos privados de hegemonia. A pedagogia do capital é exercida na forma e no conteúdo de programas e projetos políticos para que sejam assimiladas as frações de classes que estejam atravancando o percurso de certa fração de classe dominante, no sentido de estabelecer um consenso.

A importância do debate sobre o Estado e da nova pedagogia da hegemonia associada a isto, está na incorporação pela sociedade civil de parte da sociedade política. Gramsci enfatiza este movimento, em casos de crise de hegemonia, e é através da “onguização” que a sociedade política foi incorporada, dispondo o poder público a atuar em parceria, escondido em discursos envolvendo responsabilidade social e sustentabilidade. O novo padrão de sociabilidade do capital foi moldado segundo a lógica da união de ONGs, partidos e governo em torno do mesmo fim: a responsabilidade social. A estratégia de educar o consenso consiste em um convencimento coletivo, de grupos coletivos, pois a base de uma hegemonia é a universalização de interesses particulares.

Se a luta pela hegemonia envolve principalmente o domínio e em seguida a direção política, tanto as classes dominadas podem utilizar seus aparelhos privados de hegemonia quanto as classes dominantes podem e usam o seus. A tarefa de garantir domínio e a direção política move e expressa a luta de classes, embora estejam em certa medida atrelados, em um campo intermediário que mescla frações de distintas classes. Apesar da capacidade de incorporação das massas ter sido capaz de imobilizar os movimentos sociais, estes foram marcados na história pela pressão que exerceram na sociedade política de cada época, segundo condições específicas.

De acordo com a estratégia de assimilação de frações de classes em torno dos ideais de responsabilidade social e etc., a “desresponsabilização” do Estado para com os serviços públicos foi crescendo brutalmente no Brasil. Estudos apontam para uma política que discipline as massas (FONTES, 2010), no sentido de tornar a sociedade responsável por um serviço que ela deveria receber gratuitamente pelo Estado, mesmo porque pagou impostos.

A estratégia nesta nova pedagogia seria promover uma educação política através de intelectuais orgânicos em condições de formular e divulgar seus ideais. A promoção

e a divulgação possuem enorme impacto tanto para os trabalhadores quanto para os empresários, e estes projetos e programas se destinam a dialogar com outras correntes, fortalecendo casamatas, unindo partidos, governo e empresários em prol de um novo programa político. Com este pensamento, entre a formulação neoliberal e a terceira via, a influência nas políticas públicas expressou a ofensiva das classes historicamente dominantes no Brasil pela garantia de uma nova sociabilidade do capital.

Esta nova sociabilidade envolvia o aumento do poder do capital financeiro nas políticas locais e nacionais, além de aglutinar formas variadas de ONGs e entidades do terceiro setor em torno de uma mesma função social: a de promover serviços ao público, com recursos públicos, embora não esteja atuando em nome do poder público, mas fora do Estado, em entidades filantrópicas ou comunitárias. Neste sentido, ocorreu um processo descrito por Fontes (2010) que seria o de uma mercadorização do voluntariado, ou seja, a atividade em ONGs passou a ser gerenciada por uma nova sociabilidade do capital, em que os serviços prestados por ONGs teriam como referência material e moral os padrões do mercado.

Na prática, a socialização da política vem acompanhada por políticas contrárias, como, por exemplo, a propaganda que bombardeia o “público” e enaltece o “privado”, justificando seu discurso pelo critério tecnocrático da eficiência e da eficácia. A valorização do privado em detrimento do público gera a desvalorização do servidor e logo do serviço público, o que é um impacto grande aos destinatários destes serviços, que não podem pagar por serviços oferecidos pelas instituições privadas, como a educação, por exemplo.

Segundo Martins (2005), o sistema sindical patronal se fortaleceu por políticas de representação do setor industrial, agindo pedagogicamente e justificando as parcerias e a colaboração. Para o autor, houve uma ampliação de conselhos numa perspectiva de que a luta de classes deve “ceder lugar ao reconhecimento das ‘diferenças de interesses’ e que a energia empregada no ‘confronto político’ deve ser convertida e em uma nova postura, a da ‘colaboração social’” (MARTINS, 2005: 142). Os estudos sobre a reorganização da sociabilidade do capital no Brasil apontam que uma das estratégias de obtenção de consenso foi a ocupação e apropriação do aparelho estatal (MARTINS, *ibidem*).

Neste sentido, nas décadas de 1990 e 2000, o novo arranjo de reorganização da pedagogia da hegemonia se compõe e é dirigido pelas frações de classe financeira. Para Gramsci (2011) todo Estado é educador e se orienta para o conformismo (ou a sociabilidade), e pode ser positivo para a classe trabalhadora na perspectiva de uma sociedade sem classes e negativa para os trabalhadores na lógica capitalista. Uma das definições de conformismo para Gramsci é:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2000: 23).

O Estado Educador liberal e marxista se diferem pelos projetos societários que encerram projetos de humanidade. A perspectiva da sociedade sem classes orienta a corrente marxista, pois no capitalismo a riqueza sempre foi o acesso privilegiado ao poder, em uma relação nova entre poder econômico e político, opondo direitos políticos universais a domínio econômico classista (WOOD, 2006). O capitalismo entende como necessária a separação entre as esferas econômicas e políticas como resultado da educação que a classe trabalhadora passa a imprimir até que seja superada pelo autogoverno não classista e os conselhos populares soberanos, característicos de uma sociedade sem classes. A perspectiva liberal de Estado também educa segundo sua sociabilidade, ou seja, conforme sua lógica de produção e reprodução das condições objetivas e subjetivas de existência.

A natureza educadora do Estado remete ao papel dos projetos societários e das políticas públicas educacionais nacionais e, especificamente, as voltadas para a Educação Ambiental no estado do Rio de Janeiro. A Política de educação ambiental no país reflete uma disputa em torno da concepção de “homem” quando coloca como principal atributo da educação ambiental criação de valores. Toda educação envolve valores que são liberais ou marxistas em relação ao papel do Estado e do que seria a própria realidade em sua totalidade, ou seja, entendendo a realidade à partir de suas relações sociais de produção para os marxistas ou a compreendendo como naturalmente competitiva em termos societários.

A educação política é, portanto, central para apontamos na direção política, na medida em que orienta a formação do quadro político, de um lado, dos liberais e, de outro, dos marxistas. Para Coelho (2005), a estratégia para obtenção do consenso no contexto de hegemonia da classe financeira foi voltada para a socialização da política e da criação de espaços de controle social. A tarefa educativa operada pela direção política e pelos dominadores econômicos entendem a escola pública como estratégica para a reprodução dos valores liberais.

A participação em conselhos passa a ser entendida pela corrente marxista como um espaço estratégico para denúncias e, mais ainda, um colegiado motivador, por exemplo, para SEPE-RJ unificar a esquerda majoritária de sua direção em torno de um programa de formação política em termos de uma educação política e de ocupação do aparelho de Estado. De acordo com Gramsci (2011), “toda ação pedagógica é política”: a diferença está no fato de que toda ação é política e é um ato de educar, o que sugere certa redundância da frase de Paulo Freire quando interpretada à partir da lógica de Gramsci.

As disputas internas ao PT na década de 2000 refletiram os distintos programas e projetos político pedagógicos, pois, de acordo com Neves & Sant’anna (2005) as correlações de forças foram alteradas e um novo bloco histórico se constituiu na década de 1990. A “revolução passiva”, de acordo com Coutinho (2010), é uma reação das classes dominantes a pressões das classes subalternas que exigiu, segundo Fontes (2010), não apenas extração de mais valor, como também formas de participação política e de como adequá-la ao projeto hegemônico em curso.

A “hegemonia às avessas” de Oliveira (2010) é entendida dialeticamente como as conquistas de partidos da classe trabalhadora (os de baixo) que fortalecem a expropriação e exploração da classe trabalhadora segundo a lógica liberal. O resultado, no caso do PT, foi um governo que consolidou a refuncionalização do Estado pela administração da pobreza, reforçando a desmobilização das lutas sociais. Foi o caso do fenômeno de “onguização” característico da composição da sociedade civil nas décadas de 1990 e 2000. Segundo Oliveira (ibidem)

Lula nomeou como ministros do trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de

pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política (OLIVEIRA, 2010:25)

Ao identificar o “transformismo” da burocracia sindical lulista – cooptação ou acolhimento das lideranças da oposição – segundo Oliveira (ibidem) a formulação da “hegemonia às avessas” entendeu os fundos de pensão como o “rapto” dos movimentos sociais pelo Estado Liberal. Na mesma linha de raciocínio, de acordo com Coelho (2005)

O caminho do PT, sob este aspecto, muito se assemelha ao dos partidos social-democratas europeus do começo do século: as lutas sociais criaram a necessidade histórica da organização política e, simultaneamente, criaram as possibilidades de superação desta necessidade (COELHO, 2005:15).

O debate acerca do conceito de hegemonia é necessário para a compreensão da discussão interna do PT, particularmente entre a corrente *Articulação* e a Nova Esquerda, em 2004, que se definiram como “esquerda socialista e democrática movimento por um novo partido” e que tinha como objetivo, dentre outros:

Defendemos a construção de uma alternativa partidária com todos os que não aceitam a continuidade da submissão do país aos interesses dos bancos e do FMI, que rejeitam a Alca, o pagamento da dívida externa, a autonomia do Banco Central, o corte dos direitos trabalhistas, previstos na proposta de reforma sindical-trabalhista do governo Lula, e a política de destruição da universidade pública, prevista na reforma universitária (Movimento por um Novo Partido Socialista, 19.01.2004)

O mecanismo de manutenção da direção política se dá por uma forma de se educar para o conformismo a uma dada sociabilidade, no sentido de cooptar as lideranças de oposição e desmobilizar a base dos movimentos sociais. Este quadro é desfavorável para os movimentos sociais de caráter mais classista e é produtivo para as ONG, pois, como se procedeu à Reforma Gerencial, seguindo a cartilha da Organização Mundial do Comércio (OMC), houve uma requalificação do “direito” educacional para “serviço” e a educação passou a ser tratada como um serviço “público não estatal”, executado e elaborado por ONG e empresas (LAMOSA, 2010; KAPLAN, 2011).

Se este Novo Estado Educador está sendo o instrumento para obter o consenso, como os sindicatos podem estar dispostos a aderir voluntariamente a programas e projetos contrários a seus interesses políticos? Como os conselhos estaduais sem poder deliberativo, no caso das CIEAs, podem ser concebidos politicamente? Dentro da estratégia educadora para adaptar a sociedade a um novo padrão de sociabilidade? Ou estes espaços interinstitucionais e as políticas que os criaram representam possibilidades de conquistas por parte das classes historicamente dominadas? A formulação e execução de políticas públicas, ao serem responsabilidade de ONGs e empresas, reduzem o caráter do público? As políticas criadoras de conselhos como as CIEA são parte da estratégia do Estado gerencial?

Este capítulo retomou a concepção de Estado Integral, identificando sociedade civil e sociedade política como um Estado ampliado ao tratarmos da entrada de lideranças do Instituto Ecoar - uma ONG ambientalista que acumulou debates acerca de formação de educadores ambientais -, em posição de direção e coordenação de uma política nacional através do “modo petista de educar”. Temos, assim, a chance de ampliar o debate sobre a socialização da política entendida como a relação entre a sociedade civil e o Estado *strictu senso*.

A tarefa destes tópicos foi refletir sobre a concepção de Estado presente no Partido dos Trabalhadores ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000 para, com o foco na formulação gramsciana de sociedade civil, revelar que, na verdade, a sociedade civil representou não apenas o Instituto Ecoar, mas este foi o resultado de uma política nacional emanada pelos programas e projetos petistas norteados por uma despolitização como parte do processo de transformismo no governo Lula (OLIVEIRA, 2002; COUTINHO, 2011).

Os próximos capítulos tratam das políticas de educação ambiental pensando-as à luz do debate interno ao PT e em torno do que foi traçado até aqui: intelectuais orgânicos ligados à ONG que atuaram na implementação e formulação de políticas públicas dentro e fora do Estado. De fato, os fundadores do Instituto Ecoar (Marcos Sorretino e Raquel Trajber) passaram a ocupar as duas frentes, respectivamente – MMA e MEC - direcionadoras da política nacional de educação ambiental. A lógica de uma cidadania apartada da economia e de uma sociedade civil relacionada à “boa vontade” é

identificada com a lógica reformista liberal da terceira via. Vejamos, a seguir, como as políticas de educação ambiental remetem às consequências da incorporação pelo Estado de agentes sociais organizados no Instituto Ecoar com projetos afinados com a terceira via, que passam a ser responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas voltadas para a educação ambiental.

Capítulo 2. Políticas de Educação Ambiental e “socialização da política” no Brasil

Ao estudarmos a formação do GIEA detalhamos o espaço político no qual se materializaram as políticas públicas em educação ambiental no país nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, bem como no bojo deste detalhamento identificar a reconstrução do pensamento liberal, implementados na forma e no conteúdo da dita “gestão participativa”. O aspecto integrado de Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, a união entre Secretarias de Educação e Ambiente, além da criação de um Órgão Gestor, cuja assessoria conta com alguns representantes, dentre eles uma indicação das CIEA, foram explicados pela conjuntura de redefinição do domínio e da direção da política, disputada pelas frações de classes (financeira, agrária, industrial, bancária, empresarial, trabalhadores rurais) em busca do consenso.

Por isso, foi analisada a concepção liberal desenvolvida até a definição do formato das CIEA, à luz da tradição crítica consubstanciada no materialismo histórico dialético. Importa investigar quem foram os “porta-vozes” destes espaços colegiados, e identificar ainda que inicialmente, a frequência com que foram representadas Redes, ONGs e empresas, notadamente majoritárias no campo da educação ambiental do país, para a investigação dos limites e possibilidades da socialização da política. Desse modo, o capítulo dois apresentou um estudo sobre a formação das CIEA no Brasil. O capítulo se desdobrou em três tópicos 1) a socialização da política de EA, 2) a Política das CIEA e 3) Mapeamento das CIEA no país.

2.1 A socialização da política através da Educação Ambiental

A socialização da política é um desdobramento das conquistas burguesas em detrimento da concentração de poder marcante no chamado Antigo Regime, forma política existente na Europa entre os séculos XVI e XVII. Segundo Gramsci (2011), a socialização da política é a ampliação da participação na política, construída pela “ocidentalização”²⁰ do Estado e pelo ideário democrático no capitalismo. A divisão dos

²⁰ Gramsci (2011) identificou o “Ocidental” em contraposição ao Estado autoritário “Oriental” que, obrigado a reconhecer o sufrágio universal, não pôde arbitrar pela força, mas teve sua estratégia de dominação alterada. No Estado “Ocidental”, a hegemonia deve ser disputada no campo da economia, da

poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) formou um conjunto de teorias atinentes às novas necessidades da expansão das forças produtivas na Europa. Os casos mais exemplares foram ocorridos na Inglaterra no século XVIII e na França e nos Estados Unidos ao longo dos dois próximos séculos decorrentes.

A socialização da política forçou a tomada de decisão por meio de eleições obrigando os “donos do poder” a uma alteração nas suas estratégias de reprodução da hegemonia, que passou a exigir a construção de um novo projeto societário marcado por um dado grau de socialização da política e de socialização do trabalho (esta na forma do assalariamento e da progressiva extinção da escravidão institucionalizada). A socialização da política no Brasil sempre foi muito restrita. A título de exemplo, o país foi um dos últimos a abolir a escravidão, os analfabetos (maioria da população até as últimas décadas do século XX), só puderam votar a partir da constituição de 1988. A história do Brasil está repleta de Golpes, desde a Reforma de 1930, ao fechamento do Congresso Nacional de 1937 a 1945, até a tentativa de golpe em 1955 no governo de Juscelino Kubitschek e o golpe de 1964, que durou até 1985.

Desde os anos 1990 inúmeras políticas educacionais propuseram a socialização da política através do controle social por parte da sociedade. No entanto, considerando os debates do capítulo 1, sabe-se o quanto este foi interpretado e reinterpretado ao longo da história, sendo alvo de muitas disputas e debates. A “crise de hegemonia” do Brasil na década de 1990 engendrou novas roupagens para o desenvolvimentismo clássico, com a noção de democracia participativa, fórum do orçamento participativo e um conjunto de conselhos, comissões, comitês, câmaras e fóruns.

A década de 1990 foi marcada por uma crise do neoliberalismo que culminou nas crises financeiras de 2006 e 2008, na década seguinte. A passagem da década de 1990 para o novo milênio foi marcada pela PT no poder, por uma política de gestão da pobreza (FONTES, 2010) e pela consolidação de uma nova estratégia por parte das frações de classe dominante (financeira, bancária e agrária) na tarefa de obter o

cultura e da educação. As principais características da ocidentalização do Estado brasileiro foram a reprodução de inúmeras organizações da sociedade civil e a abertura de espaços interinstitucionais com vistas a formação do consenso durante a década de 1990. (COUTINHO, 2009).

consenso e a direção moral e intelectual: os programas de combate à fome e medidas cambiais e fiscais ajustadas para o crescimento econômico. Na verdade, estas frações de classe só estão interessadas em instituições de reprodução ideológica (LOUREIRO, 2012).

A Reforma do Estado atingiu a educação através do Movimento Todos pela Educação e de políticas públicas pró-parcerias. Os Coletivos Educadores são frutos desta Reforma Gerencial enquanto políticas criadas durante o governo Fernando Cardoso (1994-2002) e continuou no Governo Lula da Silva (2003-2010) com o objetivo de desempenhar tarefas extensivas ao Estado.

As três principais políticas de EA originada da coordenação da PNEA foram a formação de redes de EA, a organização de coletivos educadores e as comissões interinstitucionais. No período que os fundadores do Ecoar estiveram à frente das agências da sociedade política o “modo petista de governar” se materializou em políticas de socialização da política através da formação de redes, coletivo educadores e as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA).

As Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA) foram criadas em um documento do MEC e do MMA, como “espaços educadores democráticos”. Segundo os Documentos Técnicos nº 1 (MMA,MEC 2005), a institucionalização desta seria “recomendável” aos municípios para se considerarem as especificidades municipais das políticas de educação ambiental. Trata-se de uma política de cunho de controle social afinado com os princípios educativos do “modo petista de governar”, no que diz respeito a possíveis dificuldades na socialização do poder para representantes dos movimentos sociais classistas.

Em 2006, houve um edital da Chamada Pública do MMA com o título de “Mapeamento de potenciais Coletivos Educadores para territórios sustentáveis” (Brasil, 2006a). De acordo com Kaplan e Loureiro (2011), é presente no edital o “consentimento das classes oprimidas”, no sentido de justificar o projeto político. As formulações de Estado e sociedade civil estariam próximas às formulações neoliberais da chamada “terceira via”, operando na requalificação de “direitos” sociais como “serviços” sociais. Esta tarefa educativa do Estado integral, em Gramsci, une o poder coercitivo do portador da materialidade ao estabelecimento de consensos, com vistas à formação de

“um novo padrão de sociabilidade”. No edital de chamada aos Coletivos educadores analisado, é defendida a “capacidade organizativa” (KAPLAN e LOUREIRO, 2012: 5) das políticas públicas de educação ambiental.

A concepção destes coletivos jovens está atrelada a uma visão de juventude que está em disputa pelo papel do jovem e pela função do Estado para sua formação. O caráter ideológico da apropriação do termo “jovem” no contexto de protagonismo de ONG como o próprio Coletivo Jovem (CJ), é a causa da assessoria do CJ o MMA e o MEC para formação de jovens, após o próprio Instituto Ecoar impulsionar estes coletivos jovens presentes na Conferência Infanto-Juvenil, estratégica ao grupo majoritário do campo da educação ambiental, após a Rio 1992. Tratou-se, neste sentido, de uma estratégica apreensão da categoria “jovem”, consubstanciada no “modo petista de governar” através de uma política como a de Coletivos Jovens. Esta é uma faceta do Novo Estado Educador que será tratado na última parte do presente capítulo.

Ainda sobre a análise do edital, no trecho destacado que aborda a “organicidade” destas, é dito que os coletivos educadores seriam “apoio permanente e continuado”, o fato de que se “comprometem” com um “programa territorializado” de educação ambiental e que articularia iniciativas e capacidades locais, pela Análise Crítica do Discurso (ACD), o sufixo “idade” produziria um “efeito” de uma característica inerente àquele objeto num poder performativo. As capacidades seriam, então, inerentes a cada um dos coletivos. O programa “Vamos Cuidar do Brasil”, segundo os autores, é colocado como se fosse reivindicado pela comunidade, e acaba não considerando as demandas históricas nascidas dos trabalhadores da educação em suas formas sindicais de organização coletiva (KAPLAN e LOUREIRO, 2011: 6).

De acordo com Kaplan e Loureiro (2011) é presunção a ideia de que trabalhadores e empresários possuem os mesmos interesses, por uma sustentabilidade que os congregasse. Coletivos educadores são composições e as ONG-OSCIP compõem a grande parte dos Coletivos Educadores, e os autores questionam a verdadeira “natureza” do por que haver alguns setores da sociedade civil que saem mais fortalecidos com esse tipo de política (KAPLAN e LOUREIRO, 2011: 7).

Outros estudos (BARBOSA & LOUREIRO 2007) avaliam que houve uma mudança das ONG nos anos 90, caracterizada pela imposição do Estado Mínimo. As

ONGs passariam a concorrer ou ser adversários das entidades de movimentos populares e o fato de serem entidades formais é um critério de facilitação. Corroborando a idéia dos autores Kaplan e Loureiro (ibidem), de que a "mobilização social foi sendo diluída e ressignificada nessas ONG" e o militante foi sendo transformado em ativista que atende usuários de serviços sociais.

Os autores falam em uma "via institucional", para designar o trajeto dos grupos que abandonariam as lutas por outro projeto do estado. Tais políticas beneficiaram e continuam a beneficiar tais grupos e agentes sociais.

Aqui os autores analisam o 3º item do tópico da Justificativa do edital de Chamada: a proposta de Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), que data de 2003. Os termos "competências" e "responsabilidade" se repetem. As CIEA são mencionadas como parceiras deste sistema "articulado e orgânico", com parcerias, e também o Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEM, a CGEA/MEC, a DEA/MMA, os NEA (núcleos de EA) do IBAMA. A idéia é haver um diálogo articulado pelas redes de educação ambiental por todo o país.

E, por fim, as redes, trata-se, em linhas gerais, de um grupo de pessoas que se comunicam pela internet e, eventualmente, se encontram presencialmente, não estão ordenados pelas normas institucionais do país e reivindicam representatividade institucional para esta forma de atuação. Labrea (2009) empreendeu um estudo das posições de dominantes e dissidentes entre os enredados, articuladas com a sua construção discursiva (de sua identidade) e de seus processos decisórios (LABREA, 2009:15). Segundo a autora, a rede seria composta por pessoas ligadas ao Estado e, de acordo com Sánchez (2008), é um movimento que se articula com a estrutura governamental federal.

As argumentações de Sánchez (2008) e Labrea (2009) contribuem para o entendimento de que o movimento ambiental foi despolitizado, na virada da década de 1980 para a de 1990 e que isto acarretou uma refuncionalização estatal e a cooptação de lideranças pelo Estado ("onguização"). Por outro lado, devemos partir de suas contribuições quando afirmam que neste processo "os movimentos sociais se vinculam ao Estado": os movimentos sociais não são um bloco homogêneo. Neste sentido, é preciso entender a "representatividade" das redes e da politização:

Pensando a rede enquanto uma “rede de redes”, desvinculada do local e não possuindo uma agenda ou pauta elaborada no coletivo pode-se inferir que para ela torna-se mais difícil e problemático situar-se ao lado de práticas contra-hegemônicas porque o seu formato não favorece a redistribuição de poder e a governança compartilhada (LABREA, 2009:156).

A tese apresentada acima aproxima a pauta dos movimentos sociais com uma noção de “outra hegemonia”. A correlação de forças é que deve ser analisada, pois esta não é apenas uma força em movimento, mas são concretamente forças opostas ou afinadas, em certa medida, que disputam projetos societários, a formação e a educação voltadas para a reprodução da hegemonia.

As lideranças organizadas no Instituto Ecoar que foram incorporadas pelo Estado formularam as políticas conhecidas como “coletivos educadores”, atuar em “redes” e formular as comissões interinstitucionais de educação ambiental (conselhos). A “onguização” implica em relacioná-las com a tarefa educativa do Estado. Esta breve menção a estas três políticas é necessária na medida em que a entendemos como política nacional caracterizada pelo “modo petista de governar” na lógica do Novo Estado Educador.

A análise do papel da educação ambiental nas políticas públicas deve levar em conta o processo de institucionalização da mesma, que se deu no contexto da globalização e dos movimentos sociais no enfrentamento da crise socioambiental. O “Tratado de educação ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, assinado após a Conferência Rio 92, destacava que a educação ambiental não é neutra e que busca contribuir para a construção de sociedades sustentáveis. Ao longo dos últimos 20 anos o campo da educação ambiental, com a ampliação da produção acadêmica e materializada em políticas públicas, e por sua institucionalidade, passou a se caracterizar por sua heterogeneidade.

Segundo Layrargues (2011), a educação ambiental é, como toda área, cindida em frações dispostas em uma dinâmica de organismo social. Estudos sobre as macro-tendências político pedagógicas da educação ambiental contemporânea do Brasil registraram que a educação ambiental diferenciou-se internamente em torno de uma nova visão ambiental de mundo. Este trabalho apresentou as três macro-tendências

político-pedagógicas no campo da educação ambiental: Conservacionista, Pragmática e Crítica.

Layrargues (2012) apontou para o “caráter potencialmente empobrecedor” das correntes conservacionistas e pragmáticas. Segundo Layrargues (2012), a corrente conservacionista é marcada por uma visão estritamente ecológica, não possuindo condições de questionar a estrutura social. E a educação ambiental pragmática, por ser marcada por “atividades fim” (LAYRARGUES, 1999) e por separar a prática da reflexão (LAYRARGUES, 2012:407).

Trata-se de um importante trabalho que resgata o cenário que se conformou ao longo da luta do campo de educação ambiental no Brasil. Porém, é necessário avançar sobre esta análise ressaltando que esta divisão é histórica, no sentido de estar permanentemente se transformando, a partir de conflitos que nascem, inclusive, no interior de cada uma das macro-tendências. Sugerimos que a corrente “crítica” é subdividida entre crítica liberal e crítica marxista. A divisão entre liberais e marxistas não se dá pela negação de um Estado, ao contrário, a questão é que são concepções de Estado diferentes, que incidem de forma regulatória ora pra enfraquecer o trabalhador ora para fortalecê-lo. Reforçando o debate sobre o Estado, no entanto, Layrargues (ibidem) apontou que o papel do Estado está sendo disputado e sugeriu que os “intelectuais orgânicos” das macrotendências, ocuparam o Poder Público através de cargos em ministérios, conselhos, prefeituras e secretarias, ao longo de todos os anos 2000.

A primeira macro-tendência, conservacionista, de acordo com Loureiro (2011) se orienta pela conservação do meio ambiente. O conservacionismo está ligado à concepção da natureza e está associada às políticas de áreas protegidas, além de estar relacionado com os ecologistas por analisarem a dinâmica do meio, deixando de lado o estudo da influência social no meio. A análise que parte da conservação está calcada em resultados de procedimentos técnicos, sem estabelecer mediações com a realidade além da mediação estritamente técnica. A naturalização da idéia segundo a qual a tecnologia pode solucionar os problemas ambientais é uma das críticas feitas por Loureiro (2011) à macro-tendência conservacionista.

Considerada problemática, a segunda macro-tendência, pragmática, está restrita aos debates urbanos industriais. Com a iniciativa privada como sujeito de uma disputa em torno do conceito de “público”, a evolução dos pragmatistas e sua responsabilização individual, contribuíram para o deslocamento do foco ecológico para o do consumo sem, entando, contemplar a totalidade social e as relações de produção (LAYRARGUES & LIMA, 2011:8). As políticas públicas educação ambiental foram marcadas por uma hegemonia reformista liberal que seria a corrente pragmática, gerando a despolitização e uma atuação política enquadrada na “atividade-fim”; que busca soluções imediatas para problemas estruturais.

Para esta pesquisa, o principal conflito que interessa ocorre no interior da educação ambiental crítica. Este trabalho sustenta, com base no debate introduzido no capítulo 1, que existem pelo menos uma divisão na macro-tendência “crítica”: a crítica liberal e a crítica marxista. Neste sentido, será preciso retomar o debate sobre a função do Estado e as concepções de “público” e “sociedade civil” identificados no estudo de caso para verificar a socialização da política no GIEA-RJ e identificar como o SEPE-RJ se percebeu no período em que esteve representado no GIEA-RJ.

A crítica liberal se aproxima da Terceira Via, pois esta tendência entende a educação ambiental como aliada ao colaboracionismo de classe, reforçando a refuncionalização do papel do Estado. A crítica liberal na educação ambiental se aproxima das análises da Terceira Via que entende que a redução do Estado não deve eliminar as funções sociais. Estas devem ser realizadas em parcerias com setores da sociedade civil. A visão de sociedade civil que simplesmente associe a sociedade civil à liberdade reforçou o ideário anti Estado e pró-privado marcantes nos últimos 40 anos no Brasil, desde as privatizações até as adjetivações como público não estatal (CUNHA, 2009; PEREIRA, 1995).

Ao longo da breve história da tendência crítica liberal no Brasil, seus agentes ocuparam o MEC e o MMA com a regulamentação da PNEA. Raquel Trajber e Patrícia Mendonça organizaram em 2006 um documento da “Coleção Educação para todos”, “O que dizem as escolas que dizem que fazem a educação ambiental?” (Brasília, 2006) em uma parceria entre MEC e UNESCO onde está explícita a relação estabelecida entre sociedade civil e ONG:

A busca por parcerias foi identificada como mais factível junto a ONGs e empresas do que as universidades, provavelmente em decorrência da agilidade institucional e operacional das mesmas e dos interesses de certos setores sociais na promoção de projetos vistos como de educação ambiental. Quando as instituições de ensino superior aparecem, a referência é feita preponderantemente a entidades particulares, que buscam adequar seus cursos e horários de oferta dos mesmos à demanda dos professores e equipe de direção e coordenação, atendendo às necessidades imediatas destes e garantindo, com isso, um número de cursistas que viabilizam a lucratividade da iniciativa. Independentemente do percentual de escolas que se articulam com uma dessas instituições, mas reconhecendo a relevância e implicações educacionais dessas parcerias, é importante ampliar as discussões sobre o tipo de relacionamento que pode assegurar o caráter público, autônomo e crítico da educação ambiental brasileira e as atribuições das instituições de ensino superior na garantia disto (Brasília, 2006:73).

O problema colocado diante da ocupação do Estado por agentes sociais associado à ONG é justamente no que diz respeito à composição tanto de conselhos como as CIEA (ou como os Conselhos de Unidade de Conservação) (LIMA e LOUREIRO, 2006) que, conforme citação acima, apontam para a presença majoritária de ONG e empresas na metade relativa à “sociedade civil”. As universidades particulares aparecem como “preponderantes” para garantir a “lucratividade da iniciativa”, o que explicita o caráter privatista do documento acima. Portanto, é contraditória a argumentação segundo a qual é preciso “assegurar o caráter público, autônomo e crítico da Educação Brasileira”.

A vertente crítica liberal defende a composição paritária dos espaços colegiados, mas em termos exclusivamente numéricos (metade Estado e metade sociedade civil). No entanto, a metade da sociedade civil é majoritariamente formada por ONG. Há um distanciamento dos movimentos sociais populares de teor mais classista nestes espaços. O que ocorre é uma desobrigação de financiamento de políticas públicas pelo Estado para que estes agentes possam atuar efetivamente, o que os obriga, ou a conseguir verbas públicas submetendo projetos para fundos privados (ou públicos, por exemplo, o FECAM no Rio de Janeiro), ou fazendo parcerias voltadas para políticas educacionais e especificamente as voltadas para educação ambiental, por exemplo, como as que

ocorrem entre o Governo do Rio de Janeiro com empresas como a Oi Futuro ou a TKCSA²¹.

As parcerias com ONG e empresas distorcem o caráter público. A autonomia significa liberdade relativa, o que não é real se considerarmos, por exemplo, a questão fundiária no Brasil (ausência estrutural de liberdade de acesso à terra). A autonomia sugere um controle interno sobre o processo de trabalho, mas requer recursos como qualquer atividade exige para ser efetivada. E aí reside o diferencial da corrente crítica liberal: ao mesmo tempo em defendem as parcerias, reafirmam a importância de discutir o caráter público da educação ambiental.

Em 2006, o Instituto Ecoar, de onde emergem vários dos nomes que ocupam cargo no MEC e no MMA, desde 2002, promoveu a Oficina "*Formação de Educadores para a Sustentabilidade*"²² em São Paulo. A concepção de sustentabilidade se associa a lógica da Terceira Via, ou seja, dando a luta de classes como ultrapassada, como se o colaboracionismo e a harmonia de classes fosse a condição para o desenvolvimento.

Em 2007, uma parceria entre PNUD, UNESCO, MEC e MMA concretizou um documento chamado "Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental nas escolas" (Brasília, 2007)²³. No MMA, o documento foi elaborado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e pelo Departamento de Educação Ambiental e, no MEC, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, pela Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – SECAD. A concepção de "sociedade civil" presente no documento reforça a aproximação da corrente crítica liberal com os princípios colaboracionistas da Terceira Via, especificamente no que diz respeito ao projeto de ampliação da socialização da política pela política das CIEA. Segundo o documento:

²¹ A ThyssenKrupp CSA é um complexo siderúrgico integrado produtor de placas de aço de alta qualidade, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O empreendimento, que ocupa uma área de 9 Km², é fruto de parceria do grupo alemão ThyssenKrupp com a brasileira Vale, o maior aporte privado dos últimos 10 anos no Estado. Fonte: <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/institucional.html>. Acessado 21/05/2023

²² Fonte: <http://www.ecoar.org.br/web/news.php?id=31>. Acessado 23/12/12 às 17 horas e 51 minutos.

²³ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acessado 23/12/2012 12:19h

Por serem organismos abertos e fluidos, as representações das redes e da sociedade civil podem incluir pessoas de órgãos governamentais, ou mesmo entidades de classes – OAB, CREA, Associação de Biólogos, Federação da Indústria – ou movimentos sociais e ONGs. Temos hoje, formalmente criadas por decretos governamentais, 24 CIEAS e dois estados e o Distrito Federal com Comissões pró-CIEAS. O esforço do OG tem sido não só torná-las presentes e atuantes em todas as unidades federativas, mas de incentivar a sua democratização, seu enraizamento nos municípios ou outras territorialidades regionais. E, especialmente, promover o seu reconhecimento por todos os atores do campo da educação ambiental identificando nelas a responsabilidade pela elaboração da Política e do Programa de Educação Ambiental (Brasília, 2007).

É possível identificar pelo trecho acima que a “sociedade civil” foi apropriada de forma liberal: a indústria é posta em condições de igualdade com demais movimentos populares como associações de pescadores, por exemplo. Colocar a indústria como sociedade civil, no entanto, contraditoriamente reforçou a conceituação gramsciana de Estado no qual a Federação da Indústria seria um aparelho privado de hegemonia destinado à obtenção de consenso e à sustentação da hegemonia.

A categoria “comunidade de aprendizagem e interpretativa” desenvolvida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, embasou trabalhos em torno da teoria do diálogo e sua relação com a educação ambiental e com as políticas públicas de educação ambiental no Brasil. Segundo Sorrentino (2012), neste sentido, as comunidades interpretativas não são destinadas ao consenso, pois o debate de idéias desestabilizaria as certezas da comunidade. É perceptível um discurso que afirma o espaço de diálogo, mas nega a discordância de idéias. Sorrentino sugere também que a educação ambiental guardaria em si essencialmente uma prática e essencialmente uma reflexão, relativizando a interdependência destas duas esferas (ação e pensamento), como se pudessem ser separadas, em uma acepção liberal da categoria “práxis”, anteriormente identificada por Loureiro (2011). Neste sentido, é realizada uma leitura de Boaventura acerca do papel do Estado que reproduz os elementos da teoria do Estado liberal: não intervencionista na economia, árbitro e mediado por interesses privados:

Para Santos (2007), as comunidades interpretativas seriam espaços de cidadania que poderiam possibilitar condições de experimentação de sociabilidades alternativas. Essas deveriam procurar estarem centradas em torno do Estado, numa tentativa de

transformá-lo e até reinventá-lo radicalmente, na direção de, ao invés de condicionar práticas sociais, fator principal por trás das formas hegemônicas de sociabilidades, este possa criar condições necessárias para que as sociabilidades alternativas venham a ser credivelmente experimentadas (Luca, Andrade, Sorrentino 2012:596-597).

Diante da importância de processos dialógicos na educação e também no campo mais específico da educação ambiental, de se sugerir, a partir da teoria do diálogo proposta, metodologias de pesquisa que sejam capazes não só de reconhecer, mas também de se produzirem as condições para que o diálogo ocorra dentro de grupos. E aqui sugerimos dois métodos de pesquisa-intervenção inseridos no rol das pesquisas participativas que podem colaborar para isso, a observação participante e a formação de grupos focais (Luca, Andrade, Sorrentino 2012:596-597).

É destacado o papel do Estado de criar condições necessárias para sociabilidades alternativas. Percebeu-se no trecho a possibilidade de criar formas de interação que suplantem o padrão desigual hegemônico, mas somente na intencionalidade e de uma visão essencialista de diálogo. É preciso questionar se há condições iguais de diálogo que permitam considerar se somente a presunção dialógica garantirá a participação dos agentes interessados. Por exemplo, ao tentar garantir a presença de representantes de ribeirinhos ou pescadores, é preciso reunir meios materiais extras, pois os movimentos sociais camponeses ou urbanos se caracterizam por condições objetivas e subjetivas desfavoráveis em relação aos representantes de ONG urbanas.

A lei nº 9795/1999 teve o art. 18º vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Este artigo definia a ordem orçamentária a educação ambiental e sua execução pelo governo, alegando que tinham recursos por fundos de meio ambiente para Educação Ambiental. A falta da dotação orçamentária obrigou a CGEA/MEC e o DEA/MMA a negociar para conseguir recursos para os projetos, seja fazendo emendas parlamentares e/ou parcerias (Petrobrás, Oi Futuro, Itaipu).

A crítica liberal entende o Estado a partir de uma lógica reformista, caracterizada pela redução de gastos públicos e a parceria público-privada nas políticas para a educação, saúde e cultura e suas concepções de Estado identificadas com os princípios e valores mais próximos da Terceira Via. Nesta corrente, a composição paritária é exclusivamente numérica e orientada para tratar de forma diferenciada instituições que

estão em condições socioeconômicas desiguais: pescadores, extrativistas, seringueiros, ribeirinhos, sem-terra etc. para além de um convite formal destinado a todas as instituições. Aí, precisam ser criadas as condições objetivas e subjetivas efetivas de deslocamento para estes segmentos que, dentre outros cuidados, devem envolver um tratamento diferenciado em função da condição desigual destes agentes sociais em situação de pobreza e miserabilidade.

Trein (2012) afirmou que “não é suficiente que a crítica se faça apenas enquanto negação do existente, mas é importante que ele se faça também como anúncio de uma outra direção”. A lógica da crítica marxista é a denúncia do modelo societário atual e o anúncio de uma proposta societária que elimine as desigualdades de classe e garanta igualdade no uso dos produtos sociais e políticas públicas. Trein (ibidem) salientou o contexto atual (2012) quando da realização da Conferência das Nações Unidas Rio +20 cujo tema central girou em torno do “desenvolvimento sustentável”, da “economia verde” e em um momento de institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (TREIN, 2012:310).

Uma das formas de denunciar os usos liberais por parte de empresas da escola pública é identificar as reformulações dos conceitos de Estado e Sociedade Civil, logo, também de “público”. A Terceira Via no Brasil, conforme desenvolvido no capítulo 1, passou a conceber o público como não estatal e o direito a educação adquirido como serviço prestado. Neste sentido, Kaplan e Loureiro (2011) apontam que avançar na falsa dualidade estado-sociedade civil é superar a aceitação de redução de verbas públicas, ressignificando “público” por “interesse público”, e “transformando direitos sociais conquistados em serviços sociais oferecidos” (ibidem). Uma das formas de requalificar o “público” é considerando-o “público não estatal”, quer dizer, a administração (a gestão) deixa de ser responsabilidade do Estado, e passa a ser responsabilidade da “sociedade civil”.

A forma de problematizar a concepção de sociedade civil neste estudo é entender a questão da composição das CIEA. O debate sobre o conceito de paridade foi feito em um estudo de caso no Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande RJ (SOUZA, 2011). O primeiro deles se refere à questão da composição, em segundo o papel do Estado e em terceiro a concepção de Sociedade Civil. Primeiramente, de acordo com

Souza (ibidem) a totalidade dos interesses dos habitantes da Ilha Grande não estava representada na composição.

Em segundo lugar, esta região sofre com a ausência de organização política e de movimentos sociais, o que sugere novas reflexões acerca desta problemática (que não exclui o debate sobre o papel do Estado); e, em terceiro lugar, através do conceito de paridade é identificado que, sendo estritamente numérica, a paridade exclui muito mais do que inclui. Souza (2011) analisou o Decreto N° 4.340/2002, que veio a regulamentar o SNUC, em seu Capítulo V art. 17° que prevê a paridade numérica e, partir de uma leitura crítica da mesma, conclui que:

A situação de paridade numérica dentro dos conselhos, entre representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, é entendida como um indicador de uma composição democrática. Observa-se que esta se constituiu como a concepção de paridade propagada pelo senso comum. No entanto, sob a perspectiva crítica, se evidenciam o reducionismo científico e a influência dos ideais liberais que regeram a reestruturação do Estado brasileiro após o “ajuste neoliberal” (SOUZA, 2011:18-19).

A falta de representatividade das comunidades locais e dos trabalhadores observado no conselho evidencia a ausência de movimentos sociais na região da baía da Ilha Grande. Conforme dito anteriormente, não existe um movimento social caiçara (SOUZA, 2011:74).

Souza (ibidem) utilizou o conceito de *confluência perversa* de Dagnino (2004) que se refere a uma indistinção no uso de conceitos por uma concepção de uma visão crítica: fazendo parecer que os tipos de crítica estejam dizendo a mesma coisa. Se liberais e marxistas usam o termo *participação* não significa que estejam tendo a mesma concepção de democracia, de Estado e de Sociedade Civil. O conselho deve ser paritário não apenas numericamente, mas é preciso dar meios materiais para a participação do pescador, do extrativista, do agricultor, do ribeirinho etc., pois a paridade numérica não garante a participação de agentes sociais sem condições materiais para deslocamento. É uma “confluência perversa” por conta da indistinção entre os tipos de crítica liberal e marxista, como se fossem iguais, contribuindo para reproduzir a desigualdade, ao tratar de forma igual os desiguais.

O contexto de redemocratização brasileira foi marcado por um fortalecimento da política de conselhos, mas a lógica reformista alterou a responsabilidade do Estado em uma concepção harmônica de sociedade civil. O movimento “Todos Pela Educação” (LEHER, 2011), o caso da TKSCA em Santa Cruz (KAPLAN, 2011) ou a inserção da educação ambiental na estratégia de empresas nas escolas públicas municipais de Teresópolis (LAMOSA, 2012) são parte de uma ofensiva neoliberal. De acordo com Souza (2011) esta ofensiva pode estar colocando em risco os ganhos democráticos com a instituição dos conselhos.

Estas análises sobre conselhos foram importantes para a reflexão sobre o papel do Estado e sobre como os direitos conquistados pela luta contra os privilégios de classe, como acesso universal na educação pública de qualidade, estão sendo transformados por interesses particularistas de “serviços ofertados”. Ora, esta demanda tem explicação. Não se justifica a “oferta” pelo serviço sem considerar o que levou ao aumento da demanda. Está na constituição que a educação é “direito público subjetivo” (ou seja, desautoriza questionamentos sobre sua validade e/ou execução).

Não deveria ter falta de acesso à educação, mas o Estado que, segundo Loureiro (2010), sofre uma “refuncionalização”, se desresponsabiliza e faz parcerias com empresas e ONGs para estruturar a práxis educativa calcada na nova sociabilidade do capital (NEVES, 2005; LAMOSA, 2010). Trata-se de uma visão que “induz a uma tecnificação dos sistemas sociais (encarando como sempre positiva a entrada da dimensão ambiental, ocultando suas disputas políticas internas a cada campo)” (KAPLAN, 2011:190).

É possível identificar, a partir da distinção entre a crítica liberal e a crítica marxista, que existem duas formas teórico-metodológicas de conceber o público. A crítica liberal defende parcerias com interesses privados, ou a criação de um espaço “público não estatal” (PEREIRA, 1995), o que fere a característica universalista do conceito de público. A lógica do mercado prevalece e sugere a ênfase dada aqui ao *papel* do Estado educador, em buscar estratégias de estabelecimento de consensos no terreno da *sociedade civil*. O Estado estaria numa “lógica de apropriação privada das institucionalidades públicas” (LOUREIRO, 2011:12).

2.2 A política das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA)

O decreto 4281/2002 criou formalmente as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental. Este decreto regulamenta a lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta política prevê a composição e as competências do Órgão Gestor (MEC e MMA) e do Comitê Assessor, que tem uma cadeira para um representante das CIEA de cada estado. No estado do RJ esta comissão ficou com o nome de GIEA.

O Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de educação ambiental (PNEA) é formado por um representante do Ministério do Meio Ambiente e um do Ministério da Educação, em uma “gestão “compartilhada” entre o Sistema Educacional e o Sistema de Meio Ambiente. Há uma tendência no documento em recomendar aos estados esta “associação”. As CIEA surgiram para que o diálogo entre os setores da sociedade seja efetivado, bem como para que sejam implementadas as políticas. A função deste espaço é propor as diretrizes da Política Estadual de educação ambiental e do Programa Estadual, sendo um espaço definido como colegiados estaduais.

A Política Nacional de educação ambiental prescreveu como forma de estruturar a educação ambiental no país, o Programa Nacional de educação ambiental (PRONEA) que prevê em sua política a participação social, apoiando as Comissões Interinstitucionais Estaduais de educação ambiental (CIEA). Segundo o PRONEA, as CIEA devem realizar o registro e a identificação de *“manifestações culturais dos estados, com o intuito de estabelecer interfaces entre elas e projetos de educação ambiental, incentivando também atividades culturais de caráter eco-pedagógico”* (Brasília, 2005).

Em setembro de 2003, 19 CIEA debateram com o Órgão Gestor as diretrizes da educação ambiental no Brasil; elegeram um representante para o Comitê Assessor, e no dia 17 de novembro do mesmo ano, se instaurou o Comitê Assessor, órgão de assessoria ao Órgão Gestor (OG). Em 2004, em Goiânia, foi realizado em parceria MEC e MMA o I Encontro sobre Políticas Públicas de EA, reunindo secretários e gestores públicos (Documentos Técnicos n. 1 MMA, 2005).

Segundo o discurso oficial de criação das CIEA, estas vêm sendo implementadas nos estados, como espaços de diálogo capazes de iniciar um “exercício crítico” e “participativo”. A sociedade civil produz as demandas, os “anseios”, e as instâncias governamentais trabalham conjuntamente, para disseminar e “enraizar” a educação ambiental em território nacional. Segundo o documento de 2007,

No âmbito estadual, foram constituídas como instâncias coordenadoras as Comissões Estaduais Interinstitucionais de educação ambiental (CIEAS). Elas variam bastante de estado para estado, mas basicamente são compostas de forma paritária pelas Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente e pelas Redes de educação ambiental estaduais ou regionais (Brasília, 2007: 17)

O documento de criação das CIEA se baseia numa alteração na administração do governo, de “democracia representativa” para “gestão participativa”. Na democracia representativa os políticos eleitos têm inteira responsabilidade pela administração, enquanto na gestão participativa, a sociedade teria parcela de responsabilidade pela administração. Neste documento, o discurso justificador desta mudança é composto por categorias como “transparência” e “clareza”, presente no escopo de uma nova estratégia política das frações de classe dominantes. Expressão muito usada é a de “bem comum”, além dos termos “flexibilidade” e “autonomia”.

Neste sentido as CIEA atuam como uma “gestão integrada” entre os sistemas de ensino e os sistemas de meio ambiente. É importante notar a ênfase na paridade na “representatividade para as tomadas de decisão”. Mas “tomar decisão” é supostamente deliberação, o que a CIEA não pode exclusivamente produzir senão como consultora ou assessora do Órgão Gestor.

O caráter da gestão democrática é reiterado várias vezes no documento. Cada CIEA deve elaborar e implementar a política de acordo com o Programa Nacional de educação ambiental. Dentre as responsabilidades, está a de captar recursos, acompanhando ações de educação ambiental e analisando resultados. O documento afirma que as CIEA, “acima de tudo”, devem ser “espaços educadores”. As CIEA devem trabalhar em sintonia com a Política e o Programa Nacional de educação ambiental. Afirma “acima de tudo”, ou seja, prioriza o papel de um espaço educador

onde se leva em conta a formação dos participantes e de “todos os habitantes do Estado”.

Sobre os Conselhos Estaduais, o documento do MMA ressalta a relação das CIEA com os Conselhos de Meio Ambiente e Educação. No SISNAMA, os colegiados que normatizam as ações ambientais são os Conselhos de Meio Ambiente. Em relação à Câmara Técnica de educação ambiental, suas atribuições e objetivos são diferentes dos da CIEA. A Câmara Técnica é vinculada a uma instituição; a CIEA se diferencia por ter como objetivo trabalhar “conjuntamente” com instituições de meio ambiente e de educação, “contendo um leque de representatividade” da sociedade e do poder público (Brasília, MMA, 2005).

A tarefa da CIEA seria a de definir as diretrizes, aliando interesses do poder público e da sociedade civil. Além disso, este espaço, segundo o documento de criação (2005), é uma “instância legítima” de elaboração do Programa e da Política que atuaria de forma consultiva (embora este termo não apareça na lei), para garantir a forma “participativa” no processo de estabelecimento de diretrizes para a Política de elaboração de propostas do Programa Estadual de educação ambiental. A CI possui caráter deliberativo, apenas internamente, por meio de seu regimento, onde é definida a composição e o seu funcionamento.

Cada CIEA possui a função de coordenação do “processo de construção” da política e do programa, devendo divulgá-los e articulá-los com as instituições em seus “orçamentos”, para tornar viáveis as ações de educação ambiental. As CIEA deveriam, segundo o documento (2005), criar espaços dentro dos “orçamentos” das instituições.

As CIEA teriam também função de “porta-vozes” de coletivos com as Redes de educação ambiental. Segundo Layrargues (2012), em 20 anos, a Rede Brasileira de educação ambiental realizou sete fóruns pelo país. A difusão da informação das Redes foi identificada por Layrargues (ibidem) como “caixas de som” que vendem e divulgam interesses particularistas, e ainda reconhecidos pelo autor como distantes dos movimentos populares.

Focalizando o encurtamento dos atores, o CIEA cumpre a missão de interlocutor entre os espaços de atuação dos diversos coletivos da sociedade civil. Estes coletivos

criaram muito desde a Eco 92, e o poder público. De acordo estudos, “os conceitos de estado e sociedade civil [estão] mais pertos das formulações do neoliberalismo da ‘terceira via’ (...) sociedade pautada pela parceria, pelo consenso, e conciliação de classes” (KAPLAN & LOUREIRO, 2011). A crítica marxista entende a participação em sua forma substantiva, que dê tratamento diferenciado aos socialmente desiguais. Para Dagnino (2004), é possível identificar os limites da democracia liberal, pois, segundo Dagnino (ibidem):

O risco - real - que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico (DAGNINO, 2004:97).

A lógica da parceria, das articulações, das interações e das comunicações são demandas a serem influentes e terem participação em um espaço como o da CIEA. As Redes teriam o papel de “controle social” sobre as políticas públicas, e mesmo de avaliação das mesmas. A primeira diretriz daquelas que irão implementar as CIEA, é a necessidade de produção de um instrumento legal - o decreto ou a lei estadual. O documento destaca que os objetivos do colegiado devem estar claros, para “dimensionamento de sua competência”.

Destaque para os termos “flexibilidade” e “autonomia” que condicionam a liberdade de cada comissão para elaborar seu regimento interno. O decreto de criação das CIEA prevê quais as instituições que comporão a comissão, definido internamente, e o decreto define as atribuições da comissão. É salientado no decreto o fato de ter que haver uma harmonia entre os representantes de entidades tão diversas.

A composição da CIEA segundo os Documentos Técnicos nº 01 (Brasília, 2005) é caracterizada por 17 instituições do Poder Público²⁴ e 17 instituições da Sociedade

²⁴ a) 01 representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente; b) 01 representante do Órgão Estadual de Educação; c) 01 representante do Órgão Estadual de Saúde; d) 01 representante do Órgão Estadual de Ciência e Tecnologia; e) X representantes de outros Órgãos Estaduais; f) 01 representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente ou 01 representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente com objetivo, interesse e atuação comprovada em Educação Ambiental; g) 01 representante da Câmara Técnica de educação ambiental do Conselho Estadual de

Civil²⁵. Sobre a estrutura organizacional e operacional, o regimento interno norteia o funcionamento, regras de convivência e de “sistematização de suas deliberações” (internas). Aqui, o documento nota a importância de se diferenciar a instituição da qual o coordenador eleito é representante, da “figura de coordenador de comissão”. Ele deve ser “o porta voz do coletivo e jamais refletir a decisão da instituição que representar”. As CIEA enfrentam dificuldades de criação nas UF, mas segundo o documento, ao mesmo tempo conquistaram avanços, como a experiência de “novas formas de construção de políticas públicas” de educação ambiental, de novo trazendo jargões próximos da concepção de Estado Gerencial e da Terceira Via, como se a lógica do mercado fosse nova.

2.3 As CIEA pelo país

A Política Nacional de educação ambiental prescreveu como forma de estruturar a educação ambiental no país, o Programa Nacional de (PRONEA) que prevê em sua política a participação social, apoiando as CIEA Interinstitucionais Estaduais de (CIEA). Segundo o PRONEA, as CIEA devem realizar o registro e a identificação de

Educação ou 01 representante do Conselho Estadual de Educação com objetivo, interesse e atuação comprovada em Educação Ambiental; h) 01 representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos com objetivo e interesse em Educação Ambiental; i) 01 representante do Ministério Público Estadual; j) 01 representante do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA; k) X representantes das Associações de municípios, indicados por região do Estado; l) 01 representante da Universidade Federal; m) 01 representante da Universidade Estadual; n) 01 representante das Forças Armadas; o) 01 representante da Polícia Militar Florestal ou Ambiental; p) 01 representante de Instituição de pesquisa e extensão; q) 01 representante do poder legislativo Estadual.

²⁵ a) X representantes de organizações não governamentais ambientalistas, legalmente constituídas, inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – CNEA. b) 01 representante da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – organizações de trabalhadores; c) 01 representante da CUT – Central Única dos Trabalhadores; d) 01 representante da Força Sindical; e) 01 representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; f) 01 representante da Federação das Indústrias; g) 01 representante da Federação do Comércio; h) 01 representante da Federação da Agricultura e Pecuária; i) 01 representante da Federação de Transportes; j) 01 representante da Associação de instituições privadas de ensino superior; k) 01 representante das populações tradicionais; l) 01 representante dos povos indígenas; m) 01 representante de entidade ambientalista não governamental, inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – CNEA, indicado pela Rede Estadual de Educação Ambiental; n) 01 representante de entidade ambientalista não governamental, inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – CNEA indicado pelo Conselho Jovem do estado; o) 01 representante do movimento estudantil. p) 01 representante da Associação Brasileira dos veículos de Comunicação com atuação no campo da Educação Ambiental; ou 01 representante indicado pela Rede de Jornalismo ambiental, q) 01 representante da seccional da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; r) 01 representante da UNDIME estadual.

“manifestações culturais dos estados, com o intuito de estabelecer interfaces entre elas e projetos de educação ambiental, incentivando também atividades culturais de caráter eco-pedagógico” (Brasil, 2005).

A proliferação de CIEA pelos estados brasileiros e a realização do encontro nacional de CIEA, em 2010, em Goiânia/ GO, de fato, merecem um cuidado especial. Afinal, realizam e encerram os projetos e programas políticos divulgados e propostos pelos membros do poder público, e representantes da sociedade civil motivados pela institucionalização das CIEA. Portanto, este tópico pretende unir todas as CIEA dos estados em torno de elementos comuns, que as tornam semelhantes, mas procurando compará-las quando possível por meio de sua composição. Será feita uma análise dos estados por região.

A primeira das Unidades Federativas do país a implementar uma CIEA, foi o estado do Pará. No dia 10 de maio de 1988, o governador do Pará Hélio Mota Gueiros sancionou um decreto da Assembléia Legislativa do estado do Pará que criou e instituiu o Instituto Estadual de Florestas do Pará. Em 1990, o mesmo chefe do executivo estadual sancionou o estatuto da Assembléia Legislativa que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente²⁶.

No dia 03 de setembro de 1999, o Governador do Pará, Almir Gabriel, emitiu o decreto estadual n.º 3632²⁷ que criou a Comissão Interinstitucional de educação ambiental, o CINEA, no estado do Pará. Segundo este documento a CINEA seria coordenada pelo Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente²⁸. Este foi alterado pelo decreto n.º 1638 de 08 de junho de 2005 que, além de implementar o Programa Estadual de , deveria integrar as áreas de meio ambiente e educação, já em seu art. 1º “integrada por representantes órgãos públicos”.

Esta alteração se deu no sentido de estabelecer um número específico de representantes de organizações públicas. A composição ficou com 01 representante de

²⁶ Disponível no sítio <http://www.sema.pa.gov.br> acessado no dia 24 de janeiro às 20 horas e 20 min.

²⁷ Fonte: http://sma.visie.com.br/wp-content/uploads/ceducação_ambiental/CIEAPA.pdf

²⁸ Disponível no sítio http://sma.visie.com.br/wp-content/uploads/cea/CIEA_PA.pdf acessado no dia 24 de janeiro às 20 horas e 31 min.

cada organização do Poder Público (03 secretários, a UEPA, o Batalhão de Polícia e duas empresas; 05 representantes de ONG, 05 de instituições de ensino e pesquisa, 02 representantes das organizações representativas do setor produtivo, 02 representantes das organizações representativas dos trabalhadores, 01 representante de cada associação de municípios e 02 representantes de cada uma das Câmaras Técnicas de Educação nos Conselhos Estaduais de Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos ²⁹.

Neste sentido, o art. 2º do decreto especificou a nova composição, e em seu parágrafo único do art. 3º, exclui o representante de organizações representativas dos trabalhadores da função de atuar nas ações de educação ambiental em suas organizações de origem. Além dos trabalhadores, ficaram de fora desta função 02 representantes de cada uma das Câmaras Técnicas de Educação nos Conselhos Estaduais de Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A atuação nas bases é um ponto disputado quando se identifica conflitos referentes à composição de uma CIEA³⁰ e este objeto tem como característica a especificidade de cada estado para definir critérios de composição. Cabe ressaltar que a própria definição de espaço interinstitucional carrega em si um papel de diálogo de tentativas de criação de consensos em prol de uma finalidade comum.

É possível identificar que no estado do Pará a composição das CIEA se caracterizou por uma restrição à participação de trabalhadores, e por membros da Câmara Técnica dos Conselhos de Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A participação restrita destes representantes conferiu uma especificidade da CIEA no Pará, ainda que esteja submetida a leis maiores (Constituição Federal de 1988 e Política Nacional de EA) que a aproxima de outras CIEA pelo país.

No dia 1º de junho de 2005, por meio do decreto nº 25.043/05, o Governador do Amazonas Eduardo Braga instituiu o CIEA no estado. Os membros do CIEA/AM são

²⁹ Fonte: <http://www.sema.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=2308>. Acessado dia 21/01/12.

³⁰ Cf. TODT, Caroline. “Participação, Representatividade e Legitimidade na Construção de Políticas Públicas – A experiência do CIEA-BA, 2003-2006”. Dissertação de Mestrado defendida na UNB, 2008. Este estudo revela que a questão das bases era um elemento em disputa.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SDS, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino SEDUC, quatro instituições de ensino e pesquisa, quatro Organizações Não-Governamentais ambientalistas, que desenvolvam ações em EA, quatro movimentos sociais e associações que desenvolvam ações em EA, quatro entidades representantes de instituições estaduais, quatro entidades representantes de instituições municipais, que desenvolvam ações em EA, quatro entidades representantes de instituições federais, e quatro entidades representantes do setor empresarial (Brasil, 2005).

O regimento do CIEA do Amazonas indicou que são membros do colegiado: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) Instituições de Ensino e Pesquisa; Organizações Não-Governamentais Ambientalistas que desenvolvam ações em educação ambiental; Movimentos Sociais e Associações que desenvolvam ações em educação ambiental Instituições Estaduais (Educação e Meio Ambiente); Entidades representantes de instituições municipais, que desenvolvam ações em educação ambiental; Instituições Federais; e o Setor Empresarial (Art. 2º do Regimento Interno do CIEA/AM)³¹.

Destaque para a presença de movimentos sociais e associações atuantes em instituições públicas de educação, e ao mesmo tempo a presença do setor empresarial, o que confere ao colegiado do Amazonas característica semelhante ao GIEA. Além disso, o decreto de criação do CIEA/AM define como finalidade deste espaço “promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento, a avaliação e a implementação da política de educação ambiental no Estado do Amazonas, inclusive de propor normas, observadas as disposições legais vigentes” (ibidem).

No Amapá o CIEA foi criado pelo decreto 2196 de 18 de julho de 2006 segundo as orientações nacionais presentes na PNEA. Em abril de 2008, este estado promoveu um I Encontro Estadual de educação ambiental do Amapá, que gerou um relatório institucional. A temática deste encontro foi o “fortalecimento, enraizamento e articulação da educação ambiental no Amapá, o que aproxima a CIEA/AP às demais

³¹ Disponível no sítio <http://www.sds.am.gov.br/index.php/publicacoes/category/26-ciea-am.html>. Acessado às 19h e 39 min. No dia 07/04/2012.

CIEA pelo país. Neste relatório há uma minuta da política estadual construída durante o evento e, no que se refere à implementação da Política Estadual de educação ambiental no Amapá, é dito que cabe “à CIEA/AP promover a educação ambiental de maneira integrada entre as Instituições Governamentais e Não-Governamentais que a compõe, junto ao plano estratégico que desenvolvam”³². No Estado do Amapá, “a CIEA será representada por 16 membros de entidades públicas e 16 membros de entidades privadas. (Diário do Amapá, jornal, 28 de julho de 2006)”³³.

No dia 19 de outubro de 2005, o Governador de Roraima Ottomar de Sousa Pinto, publicou no Diário Oficial do Estado o decreto nº 6.681 de 17 de outubro de 2005, que instituiu a CIEA/RR. Segundo este documento, o CIEA/RR tem caráter “democrático, consultivo e deliberativo”, o que sugere novas aproximações, uma vez que o poder deliberativo, em geral, está concentrado nos Conselhos de Meio Ambiente e de Educação.

Entre as instituições que participam da CIEA de Roraima estão: Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos (SECD), Ministério Público Estadual, (MPE), Embrapa, Ibama, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Estadual de Roraima (UERR), Secretaria Estadual de Saúde, (Sesau), Fier. SESC, Senai, Senac, Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femahr), Faculdades Catedral, Estácio Atual, Coletivo Jovem, Apirr (Associação dos Povos Indígenas de Roraima) e Eletrobrás³⁴.

³² Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_8272/artigo_sobre_relatorio_institucional_do_i_encontro_estadual_de_educacao_ambiental_do_amapa_-_ciea. Acessado no dia 25/01/12 às 20 horas e 07 min.

³³ Disponível no sítio http://edgar-rodrigues.blogspot.com/2011_07_01_archive.html. Acessado no dia 25/01/12 às 20 horas e 15 min.

³⁴ Disponível no sítio <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=120671>. Acessado no dia 25/01/12 às 20 horas e 30 min.

No dia 12 de maio de 2006 foi publicado no diário oficial de Rondônia, que o Governador Ivo Narciso Cassol, através do decreto nº 12.180 de 11 de maio de 2006³⁵, instituiu a CIEA/RO. No art. 1º do decreto está explícito que este colegiado tem caráter consultivo, diferentemente do caráter deliberativo identificado no CIEA de Roraima (uma exceção nacional). A composição do CIEA/RO é dividida entre instituições do Poder Público e da “sociedade civil”, que são do poder público: representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente; representante do Órgão Estadual de Educação; representante do Órgão Estadual de Saúde; representante das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, escolhido entre seus secretários representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente; representante do Conselho Estadual de Educação; representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; representante do Ministério Público Estadual; representante do Núcleo de educação ambiental do IBAMA; representante da Universidade Federal de Rondônia-UNIR; representante do Batalhão Ambiental; representante do Poder Legislativo do Estado; representante do Departamento Estadual de Transito – DETRAN representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; representante da SEAPES; representante do IDARON; representante do CREA; representante do INCRA.

E da sociedade civil: representante de organização não governamental KANINDÉ; representante de organização não governamental Conselho Jovem; representante da instituição de ensino superior FARO-AESA; representante da instituição de ensino superior SÃO LUCAS; representante da instituição de ensino superior UNIPEC/UNIRON; representante da instituição de ensino superior ULBRA; representante da instituição de ensino superior FIMCA; representante dos povos indígenas - CUNPIR; representante do Movimento de Cidadania Encontro das Águas; representante do segmento da mídia (jornal, TV ou rádio), com atuação no campo da educação ambiental – SINJOR representante de organização não governamental dos Seringueiros – OSR; representante de organização não governamental RIO TERRA;

³⁵ Disponível no sítio http://sma.visie.com.br/wp-content/uploads/cea/CIEA_RO.pdf. Acessado no dia 25/01/12 às 21 horas e 29 min.

representante do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua; representante da TERMONORTE; representante da PETROBRAS representante da Central de Movimentos Populares - CMP; representante da FECOMERCIO; representante da FIERO; representante da CUT; representante da FEROM (Federação Rondoniense das Mulheres)³⁶.

No CIEA/RO o destaque da parte da sociedade civil é a presença de representantes da Central Única Sindical (CUT) e da Central de Movimentos Populares. Por fim, cabe salientar que o §1º do art. 9º que trata da composição, afirma que os assentos às ONG ambientalistas têm prioridade na “paridade da sociedade civil com o governo” (ibidem). Com isso, fica explícita a prioridade dada à presença de ONG neste espaço colegiado.

No Tocantins, a Comissão Estadual de educação ambiental – CEA foi criada pelo Decreto 866, de 24 de novembro de 1999. Mas no dia 27 de fevereiro de 2008, o Governador Marcelo de Carvalho Miranda, por meio do decreto nº 3.304/08, passa a denominar CIEA/TO, o órgão consultivo e vinculado somente a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Não à Secretaria de Educação. Importa anotar esta especificidade de não haver vínculo entre educação ambiental e a Secretaria de Educação no art. 1º do decreto, apesar desta Secretaria ter represente no espaço. A composição está exposta no art. 4º e dividida entre “poder executivo” Do “Poder Executivo, um representante: a) da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, como presidente; b) da Secretaria da Educação e Cultura; c) da Secretaria da Saúde; d) da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e) da Secretaria do Planejamento; f) da Secretaria da Juventude; g) da Polícia Militar do Estado do Tocantins; h) do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS; i) do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS; j) do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS; k) da Fundação Cultural do Estado do Tocantins; l) da Agência de Desenvolvimento turístico – ADTUR; m) do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO; II – das Universidades, um representante: a) da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; b) da Fundação Universidade

³⁶ (Brasil, 2006).

Federal do Tocantins – UFT”³⁷, “entidades públicas civis” que são “Das entidades públicas e civis, a convite, um representante: a) do Ministério Público Estadual; b) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; c) da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; d) da Associação Tocantinense de Municípios – ATM; e) do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC³⁸ e ONG, na verdade “cinco representantes, a convite, de Organizações não governamentais educacionais e/ou ambientalistas, com existência legal há mais de um ano no Estado, contado a partir da data da publicação deste Decreto”³⁹. O detalhe da divisão em três e não em apenas *poder público* e *entidades civis*, é um ponto em destaque. De fato, a autonomia da ONG é peculiar, e aponta para a inserção da ONG no processo de formulação de políticas públicas brasileiras, afetando sua gestão e utilização dos recursos públicos (LAMOSA, 2010).

Outro dado específico de Tocantins é o fato de não haver previsão de representação dos profissionais da educação no CIEA/TO. A Secretaria de Educação é membro do CIEA como Poder Executivo, mas nas “entidades públicas civis” não há representação dos trabalhadores, em uma composição marcada por ONG ambientalistas e SENAC. No §3º do art.2º, é reafirmada que a Secretaria de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente é mesmo a principal força motora, enquanto “apoio administrativo”, ou seja, ajuda material. Esta marca reforça a ausência da Secretaria de Educação no art.1º do decreto.

No estado do Acre, a denominada Comissão Estadual de educação ambiental (Comeea) nasceu em 2000 por meio do Decreto Estadual 242/00, é composta por órgãos públicos estaduais municipais e ONG, tem caráter consultivo e normativo, e é vinculada ao gabinete do secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais. A primeira revisão do Programa de educação ambiental data de 2002, quando da realização da I e II Conferência Nacional do Meio Ambiente. Mas a Política Estadual de educação ambiental data de 2006 quando, por meio de uma licitação pública, uma empresa catarinense foi contratada para revisar o programa estadual de educação ambiental. Com

³⁷ (Brasil, 2008).

³⁸ (ibidem)

³⁹ (ibidem)

feito em 2005, realizou reuniões e criou Grupos de Trabalhos como, por exemplo, o que gerou a Consulta Pública do ProNEA e de Revisão do Regimento Interno⁴⁰.

No dia 15 de agosto de 2003, a CIEA no Maranhão foi criada pelo decreto 19.800/03, como um órgão deliberativo, normativo e consultivo, com a função de unir o alcance das discussões no Conselho Estadual de Meio Ambiente e Conselho Estadual de Educação⁴¹. Apesar da dimensão política do CIEA/MA, trata-se de espaço de articulação política destinado a gerir e promover a Política Estadual de educação ambiental no Maranhão. No entanto, cabe atentar para o poder deliberativo e o poder normativo como aspectos peculiares, conforme demonstrado na análise das CIEA dos estados da região norte.

Com o nome Ciedam, a comissão interinstitucional de educação ambiental no Alagoas foi criada pelo Decreto Estadual 38396/00, no mesmo ano em que foi produzida uma primeira versão do Plano Estadual de EA. Após alterações em 2003 e em 2005, a composição passa garantir a participação paritária entre governo e sociedade civil. O objetivo principal desta comissão em 2007 seria a de construir a Política Estadual de educação ambiental, tratando-se de um atributo comum a todas estas comissões pelo país⁴².

No dia 28 de abril de 2004, o Governador da Bahia Paulo Souto, por meio do decreto 9083/04, institui a CIEA/BA. De acordo com o decreto, a CIEA/BA é estruturada de forma tripartite: a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Educação e uma “diretoria ajunta”, que seria um representante da sociedade civil, indicada em plenário – a ONG Garra⁴³. O curioso da formação da CIEA/BA foi o “engano” cometido na primeira versão quanto à composição, pois teriam colocado

⁴⁰ “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008

⁴¹ Disponível no sítio http://ongidesam.blogspot.com/2010_04_11_archive.html. Acessado no dia 5/01/12 às 23 horas e 35 min.

⁴² Cf. “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008. Disponível no sítio <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3oAmbiental.pdf>. Acessado dia 26/01/12 às 00 hora e 32 min.

⁴³ Ibidem “Os diferentes matizes da no Brasil 1997-2007” DEDUCAÇÃO AMBIENTALEDUCAÇÃO AMBIENTAL/MMA Brasília, 2008.

“universidades públicas do estado da Bahia”, ou seja, no plural. Mais tarde, ao tentarem corrigir, já era tarde em função da participação de várias universidades estaduais baianas. Outra peculiaridade foi o fato de ter sido reivindicada pelos membros, que são IBAMA; Fundação Nacional de Saúde - FUNASA; Poder Executivo do Município de Salvador; Poder Executivo de todas as regiões do Estado da Bahia; Universidades privadas do Estado da Bahia; Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia; Federações Empresariais; Sindicatos de Trabalhadores; Comunidades Tradicionais; ONG da Região Metropolitana de Salvador; da Região da Mata Atlântica; da Região do Cerrado; da Região da Caatinga; e da Região da Chapada Diamantina⁴⁴ como órgão deliberativo ao Órgão Gestor, o que lhe negado pelas instâncias superiores⁴⁵.

No Ceará, a CIEA/CE foi instituída pelo Decreto Estadual 26465/01, mas foi regulamentada somente dois anos depois pelo Decreto Estadual 27028/03. Em 2005 foi feita uma revisão garantindo a representação paritária entre “governo” e “sociedade”. A meta da CIEA/CE se completaria ao longo dez anos quanto seriam revisto o programa estadual de educação ambiental (Peace), que data de 1997⁴⁶. Os referidos decretos não foram localizados ficando, portanto em aberto a exposição mais profunda de sua composição, bem como a identificação do alcance de seu poder: se consultivo ou deliberativo (e normativo).

Em 2005, um GIEA, cujas atribuições o identifica com uma CIEA, bem como a política e o programa de educação ambiental, são instituídos pela Lei Estadual 771805 no estado da Paraíba (PB). Neste estado, a mobilização do Fórum Paraibano de educação ambiental data de 1997, resultando em encontros de educação ambiental em 2000, 2004 e 2007 (de responsabilidade da Rede de EA da Paraíba), com a meta de

⁴⁴ (Brasil, 2004).

⁴⁵ Sobre a formação da CIEA na Bahia cf. TODT, Caroline. “Participação, Representatividade e Legitimidade na Construção de Políticas Públicas – A experiência do CIEA-BA, 2003-2006”. Dissertação de Mestrado defendida na UNB, 2008.

⁴⁶ Ibidem “Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008.

formar a política estadual de educação ambiental. De fato, a denominação de CIEA/PB é oficializada à partir da Lei Estadual 8130 de 2006, ano que a CIEA teria sido elaborada de forma participativa por representantes do governo e por representantes da sociedade civil, inclusive com o intuito de ser encaminhada na forma de decreto à Casa Civil do Estado.⁴⁷

No dia 26 de outubro de 2001, o Governador de Pernambuco Jarbas de Andrade Vasconcelos, mediante o decreto nº 23736/01, instituiu a CIEA naquele estado. No seu art. 1º estão os objetivos de “coordenar e fomentar processos de EA em todas as regiões em desenvolvimento de Pernambuco”⁴⁸. No que se refere à composição da CIEA/PE, é preciso salientar a ausência da organização dos trabalhadores entre os membros, que são Um representante da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado - SECTMA, que a presidirá; Um representante da Secretaria de Educação do Estado, incumbindo-lhe a vice-presidência; Um representante da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH; Um representante do IBAMA; Um representante da Universidade Federal de Pernambuco; Um representante da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Um representante da Universidade do Estado de Pernambuco ; Um representante da Fundação Joaquim Nabuco; Um representante da Sociedade Nordestina de Ecologia; Um representante do Instituto de Ecologia Humana; Um representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI; e Um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE⁴⁹. A falta de um sindicato não deve ser justificada como a fraca mobilização dos trabalhadores, a não ser que se prove o contrário. Em 2006, oficinas regionais resultaram na elaboração de forma “participativa” de um programa estadual de Educação Ambiental, sob a coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Neste estado, foi criada uma Rede de Educação Ambiental ligada de forma direta à Secretaria Estadual de Educação.⁵⁰

⁴⁷ Ibidem “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008.

⁴⁸ (Brasil, 2001) Decreto 23736/01. Disponível no site http://www.recife.pe.gov.br/meioambiente/lei_estadual.php. Acessado no dia 26/01/12 à 01 hora e 26 min.

⁴⁹ (Brasil, 2001)

⁵⁰ Ibidem “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008.

A criação da CIEA no estado do Piauí data de 2000, através do decreto estadual 2399/00, além de seu regimento, que expunha uma composição estruturada da seguinte maneira: 13 instituições do governo e apenas 02 da sociedade civil. O Programa de Educação Ambiental deste estado foi estabelecido em 2000 com “três linhas de ação: capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de instrumentos e metodologias e produção e difusão de conhecimentos” (DEA/MMA, 2008: 249). Em 2005, em um encontro estadual de Educação Ambiental organizado pela CIEA/PI, foi discutida a atualização do programa e a construção de uma política estadual para a Educação Ambiental⁵¹.

No estado do Rio Grande do Norte, a CIEA/RN foi produzida pelo decreto estadual 14922/00, quando foi lançado também o programa de EA do estado. Este decreto foi revisado em 2004 para que fosse alterada sua composição, e em 2005 foi formada a Rede de EAEA deste estado que, porém, “entrou em refluxo após o I Encontro Nordestino de Educação Ambiental, realizado naquele ano”⁵².

No Sergipe a CIEA/SE foi instituída, em 1999, pelo Decreto Estadual 18509/99, e revisado pelo Decreto Estadual 18833/00, no ano seguinte, porém mantendo-se meramente como uma instância do governo, até padecer inativa posteriormente. Houve, em 2006, contudo, a “construção participativa” de uma política estadual de Educação Ambiental, mas que não se concretizou, apesar de ter sido realizado o Seminário de Reestruturação da Rede de Educação Ambiental do Sergipe (que data de 1996), com subsídio do OG-PN, “para rediscutir sua estrutura e planejamento”⁵³.

No Distrito Federal foi formado um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (Gtea-DF) para se debater a política distrital de Educação Ambiental. Este Grupo foi uma experiência interinstitucional única com foco na formação de profissionais movidos pela necessidade de superação dos problemas ambientais, sobretudo em prol do “enraizamento” da Educação Ambiental do DF. Após um intervalo de tempo desmobilizado, a regulamentação tornou a mobilizar o conjunto de instituições,

⁵¹ Ibidem pag. 249

⁵² Ibidem pág. 249

⁵³ Ibidem pag. 249

principalmente por meio da Lei 3833/06 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental⁵⁴.

No estado de Goiás a CIEA foi formada em 1999, mas oficializada somente em 2006, por meio de um decreto que era debatido desde 2000. O CIEAEA/GO mantinha em 2006 a maioria de membros do governo, e minoria de ONGs ligadas à Rede Cerrado⁵⁵. Sobre este estado, cabe sublinhar que foi palco do I Encontro Nacional de CIEA realizado em Goiânia, em 2010, e teve como resultado uma “Carta de Responsabilidades”. Este Encontro Nacional sintetizou as prioridades e as diretrizes norteadoras das CIEA pelo país.

No estado do Mato Grosso do Sul (MS) a CIEA-MS foi criada pelo Decreto Estadual 9939/00, quando montou um Grupo de Trabalho que produziria a minuta do decreto de criação de Política Estadual de Educação Ambiental, que só foi publicado no final de 2006. Este estado possui uma rede de Educação Ambiental, composta por membros da sociedade civil e do governo, que atua na construção de programas nacionais na área de Educação Ambiental A, como o de “educomunicação socioambiental”⁵⁶. A composição da CIEA/ MS parece ser formada por sociedade civil e governo, porém sem maiores detalhes sobre a composição.

No estado do Mato Grosso (MT) o processo de criação do CIEA/MT se iniciou em 1999, mediante o Decreto Estadual 561/99, que foi alterado dois anos depois pelo Decreto Estadual 3449/01. Neste estado, existe a Rede de Educação Ambiental de MT (Remtea) e o Fórum Mato-Grossense de (Formad), tida como “instrumento de articulação da Educação Ambiental no estado”. A Política Estadual de Educação Ambiental no Mato Grosso foi lançada em dezembro de 2002, e o regimento interno do CIEA/MT data de março de 2003, tendo ocorrido o primeiro encontro estadual em 2005. Nesta ocasião teria sido discutida a criação das CIEA regionais. Um novo encontro em 2006 teria ocorrido, quando se “aprofundou o debate sobre diretrizes e

⁵⁴ Ibidem pag. 249

⁵⁵ Ibidem pag. 249

⁵⁶ Ibidem pag. 250

implementação do Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental (ProMEA), também sintonizado com o programa nacional”⁵⁷.

No dia 18 de novembro de 2005 o Governador do Espírito Santo Paulo Cesar Hartung Gomes, mediante o decreto nº 1582-R/05, instituiu a CIEA daquele estado, como órgão de caráter permanente, democrático, consultivo e deliberativo. Outro estado a modificar o padrão de poder limitado das CIEA da maioria dos Estados, em outras palavras, uma minoria se afirmando órgão deliberativo. De acordo com a lei, a CIEA/ES teria como objetivos gerir, promover, acompanhar e avaliar projetos de Educação Ambiental no estado. O colegiado capixaba seria coordenado por um representante dos integrantes, eleitos pelos seus pares.

A composição do CIEA-ES se divide em: Setor Público, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA; Secretaria de Estado da Educação – SEDU; Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca – SEAG; Secretaria de Estado da Saúde – SESA; Universidade Federal do estado do Espírito Santo – UFES; e o IBAMA (Brasil, 2005); Sociedade Civil, reunindo os Populares do Espírito Santo – FAMOPES; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo –FETAES; Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Fórum das Organizações Não Governamentais Ambientalistas; Organizações Não Governamentais ligadas ao Ecoturismo⁵⁸ e Setor Produtivo, que reúne as seguintes entidades: Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo - FAES; Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do estado do Espírito Santo – SENACES; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do estado do Espírito Santo – SEBRAEES; associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior ABMES, com atuação no estado do Espírito Santo⁵⁹. Deve se destacada a ausência da organização dos trabalhadores, os

⁵⁷ Ibdidem pag. 250

⁵⁸ (Brasil, 2005).

⁵⁹ (ibidem).

sindicatos, embora haja a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no estado do ES. Além disso, é premente sublinhar a presença da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior – ABMES, no Setor Produtivo, especialmente porque o primeiro nome deste setor é a Federação de Indústrias do estado do ES. Isto sugere novas aproximações, no sentido de saber em que medida esta composição do CIEA/ES é marcada pela forte presença do empresariado industrial e de ensino, com destaque para SEBRAE e SENAC do ES, sem falar das mantenedoras de ensino superior: os centros universitários, as faculdades e as universidades privadas que se reproduzem no país e destaque também para a coordenação do CIEA/ES, exercida por um representante eleito por todos.

No estado de Minas Gerais a Comissão Interinstitucional Coordenadora (Comfea) foi oficializada em maio de 2000, como desdobramentos da realização do I Fórum Estadual de Educação Ambiental do estado, em setembro de 1999. Este primeiro evento resultou na criação do Fórum Permanente de Educação Ambiental de Minas Gerais e em 2002 ocorreu o II Fórum de Educação Ambiental no estado, que foram as bases para se lançar em 2004 o programa estadual de Educação Ambiental.

Na leitura de um livro publicado pelo Governo em 2008 “Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997-2007”, é exposto que em 2006 houve “uma profunda reforma, através do projeto Participação Cidadã (com envolvimento de instituições da sociedade civil, empresariais e poder público) (...) a reestruturação da CIEA-MG resultou em CIEA descentralizadas”, que são “de composição paritária, teriam a função de interligar as atividades relacionadas à Educação Ambiental em sete mesorregiões: 1- Sul, 2- Alto Paranaíba/ Triângulo, 3- Norte de Minas, 4- Oeste, 5- Vale do Rio Doce, 6- Zona da Mata e 7- Jequitinhonha/Mucuri”⁶⁰. As CIEA regionais foram formalizadas em 2006, quando foi gestada a Política Estadual de Educação Ambiental pela criação do Fórum Técnico de Educação Ambiental, que começou a discussão na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.⁶¹

⁶⁰ “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008 pag. 451

⁶¹ Ibidem “pag.251

Por fim, em relação aos estados da região sudeste, cabe lembrar que o estado de São Paulo não possuía uma CIEA até 2004, quando foi criado um Grupo de Trabalho Intersecretarias, por resolução das Secretarias de Educação e Meio Ambiente (SMA/SEE 02/2004)⁶². Segundo o documento do DEA/MMA, um representante de cada secretaria deveria propor e coordenar a CIEA, tendo ocorrido alguns encontros, em 2007 no II Encontro Estadual de Educação Ambiental do estado de SP.

No dia 22 de agosto de 2002, o Secretario de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Paraná, José Antônio Andreguetto, mediante a Resolução nº 022/2002, resolve criar a Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental – CINEA. No art.1º é exposto que o colegiado será coordenado pela Câmara Temática de EA criada pela resolução 019/2002, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA). O art. 2º trata da composição: os membros do CINEA são os membros do CEMA, e os representantes das quase 200 entidades. Destaque para a presença do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do estado do PR, e para a ausência do sindicatos dos profissionais da educação do PR.

No dia 13 de julho de 2000, o Governador do Rio Grande do Sul, mediante o decreto nº 40187/00, instituiu a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, vinculada de forma direta à Secretaria do Meio Ambiente, com o objetivo de “promover a discussão, formulação e implementação da Política de Educação Ambiental no Estado”⁶³. A composição deste colegiado está disposta da seguinte maneira: “3 (três) representantes do Poder Executivo, 02 indicados pela Secretaria do Meio Ambiente e 01 indicado pela Secretaria da Educação”⁶⁴ e por representantes de órgãos e entidades convidadas, que são dois representantes dos municípios, dois representantes das Universidades Públicas; dois representantes das Universidades Privadas; três

⁶² Ibidem pag. 452

⁶³Decreto nº 40187/00 Paraná, 2000. Disponível no sítio <http://www.sema.rs.gov.br/upload/Dec.%20Estadual%20n%C2%BA.%2040.187-00%20-%20Institui%20a%20CIEA-RS.pdf>. Acessado no dia 26/01/12 às 4 horas e 46 min.

⁶⁴ Ibidem Decreto nº 40.187/00 Paraná 2000.

representantes de Organizações Não-Governamentais Ambientistas de caráter regional ou estadual, constituídas há mais de um ano; dois representantes de Entidades de Classe; dois representantes do Fórum Gaúcho de Bacias Hidrográficas; dois representantes do Governo Federal; um representante do Cooperativismo de Produção Agrícola Ecológica; um representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS; um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul – FETAG⁶⁵ Em 2006 houve uma alteração do texto no sentido de “ampliar a representação do movimento ambientalista em sua composição”⁶⁶.

A coordenação executiva do CIEA-RS é integrada pelos representantes da Secretaria do Meio Ambiente; da Secretaria da Educação; dos Municípios; das Universidades Públicas; das Universidades Privadas; e das Organizações Não-Governamentais Ambientistas.⁶⁷ Destaque no art. 5º do decreto de criação o poder de “expedir instruções normativas” desta comissão, e ausência do sindicato dos profissionais da educação, bem como pela menor representação da Secretaria de Educação nos três membros da coordenação do Poder Executivo: 01 representante da Secretaria de Educação contra 02 da Secretaria de Meio Ambiente.

O regimento interno do CIEA-RS foi instituído pelo decreto 43 957 de 2005, e aprovado pelo Plenário da CIEA-RS em sua Reunião Ordinária de 19 de abril de 2007. Segundo o regimento, o CIEA-RS tem como meta definir atribuições e estabelecer suas normas de funcionamento, além de determinar sua composição que conta com 31 membros: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança, através do Comando Ambiental da Brigada Militar; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento; Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assuntos

⁶⁵ (Brasil, 2000).

⁶⁶ “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA Brasília, 2008 pag.252

⁶⁷ Ibidem Decreto nº 40.187/00 Paraná 2000.

Internacionais; Secretaria de Estado de Obras Públicas e Saneamento; Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicação; Secretaria de Estado dos Transportes; Conselho Estadual de Meio Ambiente CONSEMA; Conselho Estadual da Educação CEED.

E também a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul FAMURS; Associação Gaúcha de Municípios AGM; Universidades Públicas representante que desenvolva atividades de pesquisa e extensão na área ambiental; Universidades Privadas representante que desenvolva atividades de pesquisa e extensão na área ambiental; Dois representantes de Organizações Não-Governamentais ONGs que desenvolvam ações em Educação Ambiental, de caráter regional ou estadual, constituídas há mais de um ano, inscritas no Cadastro de Entidades Ambientistas CNEA, indicados pela APEDEMA/RS; Dois representantes de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIPs, que desenvolvam ações em Educação Ambiental, de caráter regional ou estadual, constituídas há mais de um ano, inscritas no Cadastro das Entidades Ambientistas CNEA, indicados pela APEDEMA/RS; Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, com anuência da Associação Brasileira dos Veículos de Comunicação; Setor produtivo laboral, indicado pelos Sindicatos ou Federações Estaduais, garantida a alternância; Conselhos Profissionais do Rio Grande do Sul; Comitês de Bacia, indicado pelo Fórum gaúcho de Comitês; Núcleo de EA do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA; Setor produtivo-patronal, indicado pelas Federações Estaduais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância; Conselhos Regionais de Desenvolvimento, indicado pelo Fórum de COREDES; e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO ⁶⁸.

A CIEA-RS tem como função promover, discutir, formular e implementar o Programa Estadual de EA, para então determinar atribuições e normas de funcionamento. Segundo o art. 9º do regimento, “a coordenação da CIEA-RS cabe ao Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, criado e instituído no artigo 1º do Decreto nº 43.957, de 08/08/2005.”

⁶⁸ Disponível no sítio <http://www.sema.rs.gov.br/upload/Regimento%20Interno%20CIEA.pdf>. Acessado no dia 26/01/12 às 05 horas e 13 minutos.

Cabe destacar desta composição do regimento de 2005 a presença, como no RJ e em outros estados, de sindicatos “do setor produtivo patronal” e sindicatos “do setor produtivo laboral”. Isto sugere aproximações para saber qual é a representatividade dos profissionais da educação em um colegiado em que há 01 representante da Secretaria de Educação contra 02 representantes da Secretaria de Meio Ambiente.

Segundo documentos do DEA/MMA, de 2008, no estado de Santa Catarina, a CIEA-SC foi instituída pelo decreto estadual nº 2489/01, sofrendo alterações em 2001 e em 2003 (Decretos 3214/01 e 1288/03), sendo mais atuante em 2004 por novas incorporações à composição e pela formação de 04 Grupos de Trabalho⁶⁹. O CIEA-SC é formado por 28 instituições governamentais e não-governamentais dos diversos segmentos a sociedade catarinense, e tem como meta “analisar, propor ações e processos participativos na construção e acompanhamento de políticas e programas de EA no Estado SC, em consonância as recomendações de Tbilisi/1977 e com o PN (Lei 9.795/1999 e Decreto 4.281/2002)⁷⁰. Abaixo apresentamos a tabela com o mapeamento.

Tab.1⁷¹ Mapeamento das CIEA pelo país

Sigla	UF	Ano de criação	Previsão de participação do Sindicato na lei	Especificidades da composição de cada CIEA
				Restrição à participação de trabalhadores e membros da Câmara Técnica dos Conselhos de

⁶⁹ Os GTs “foram formados: 1- Análise de Projetos, 2- Eventos Coletivos, 3- Pólos, 4- Políticas Públicas. Em 2006, esse último conduziu a construção do Programa Estadual de EA (ProEEA)”. Cf. “Os diferentes matizes da EA EDUCAÇÃO AMBIENTAL no Brasil 1997-2007” D/MMA Brasília, 2008 pag.253.

⁷⁰ Disponível no sítio do I Encontro Catarinense de EA, realizado em setembro de 2011, em Florianópolis, na Assembléia Legislativa de SC ALESC, <http://www.epagri.sc.gov.br/EncontroCIEA/apresentacao.html>. Acessado no dia 26/01/12 às 05 horas e 33 min.

⁷¹ Fonte dos dados: “Os diferentes matizes da EA no Brasil 1997-2007” DEA/MMA, Brasília, 2008. Complementações foram conseguidas na própria internet nos sites relativos a cada estado.

PA	Pará	1999	Não	Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
AM	Amazonas	2005	Não	Presença de movimentos sociais e associações atuantes em instituições públicas de educação; e presença do setor empresarial
AP	Amapá	2006	Não	Instituições Governamentais e Não-Governamentais a compõe: 16 membros de entidades públicas e 16 membros de entidades privadas
RR	Roraima	2005	Não	Tem caráter “democrático, consultivo e deliberativo”; presenças do Coletivo Jovem e da Apirr (Associação dos Povos Indígenas de Roraima)
RO	Rondônia	2006	Sim	Presença de representantes da Central Única Sindical (CUT) e da Central de Movimentos Populares; prioridade de ONG na “paridade da sociedade civil com o governo”
TO	Tocantins	2008	Não	A autonomia das ONG é peculiar; e não há a presença de entidades dos trabalhadores
AC	Acre	2000	Não	Composta por órgãos públicos estaduais municipais e ONG ⁷²
MA	Maranhão	2003	Não	Órgão deliberativo, normativo e consultivo
				Estruturada de forma tripartite; reivindicada como órgão deliberativo, sem sucesso;

⁷² No Acre, a Política Estadual de Educação Ambiental data de 2006 quando, por meio de uma licitação pública, uma empresa catarinense foi contratada para revisar o programa estadual de EA.

BA	Bahia	2004	Sim	presença do Sindicato dos Trabalhadores ⁷³
CE	Ceará	2003	Não	-
PB	Paraíba	2006	Não	-
PE	Pernambuco	2001	Não	Ausência da organização dos trabalhadores
PI	Piauí	2000	Não	Instituições do governo e sociedade civil proporção 13/2
RN	Rio Grande do Norte	2000	Não	-
SE	Sergipe	1999	Não	-
AL	Alagoas	2000	Não	Participação paritária entre governo e sociedade civil
DF	Distrito Federal	-	Não	-
GO	Goiás	2006	Não	CIEA/GO mantinha em 2006 a maioria de membros do governo, e minoria de ONGs ligadas à Rede Cerrado ⁷⁴
MS	Mato Grosso do Sul	2000	Não	-
MT	Mato Grosso	1999	Não	Rede de EA de MT (Remtea) e o Fórum Mato-Grossense de EA (Formad), tida como “instrumento

⁷³ Destaque para um “engano” cometido na primeira versão quanto à composição, pois teriam colocado “universidades públicas do estado da Bahia”, ou seja, no plural. Mais tarde, ao tentarem corrigir, já era tarde em função da participação de várias universidades estaduais baianas

⁷⁴ Sobre este estado, cabe sublinhar que foi palco do I Encontro Nacional de CIEA realizada em Goiânia, em 2010, e teve como resultado uma “Carta de Responsabilidades”. Este Encontro Nacional sintetizou as prioridades e as diretrizes norteadoras das CIEA pelo país.

				de articulação da EA no estado”
ES	Espírito Santo	2005	Não	Consultivo e deliberativo; forte presença do empresariado industrial e de ensino, com destaque para SEBRAE e SENAC; e a coordenação do CIEAEA/ES é exercida por um representante eleito por todos.
MG	Minas Gerais	2000	Não	CIEA descentralizadas regionais
RJ	Rio de Janeiro	2006	Sim	Presença do Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE)
SP	São Paulo	2004	Não	-
PR	Paraná	2002	Não	Presença do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio; e ausência dos sindicatos dos profissionais da educação
RS	Rio Grande do Sul	2000	Não	Ausência do sindicato dos profissionais da educação; 01 representante da Secretaria de Educação contra 02 da Secretaria de Meio Ambiente; presenças do setor produtivo patronal e do setor produtivo laboral
SC	Santa Catarina	2001	Não	28 instituições governamentais e não-governamentais

É possível identificar na tab. 1, pelas especificidades de cada CIEA pelo país, uma forte presença de organizações não governamentais nas composições, bem como por uma menor participação dos sindicatos dos profissionais da educação ou movimentos sociais de teor classista. Estes dados refletem o resultado de políticas baseadas em concepções de Estado historicamente identificadas pela predominância de um projeto societário específico norteado pelo novo padrão de sociabilidade do capital, que tende a colocar sindicatos e movimentos sociais como formas superadas ou atrasadas de organização no processo de superação dos problemas societários. Aqui visivelmente o discurso da parceria e do diálogo que camufla conflitos é parte da legitimação de uma

sociabilidade que naturaliza as relações econômicas expropriadoras dos trabalhadores, com uso intensivo dos recursos naturais, e coloca estritamente no plano ético, comunicacional e técnico o enfrentamento dos problemas ambientais. Assim, tudo se resolveria, em tese, pela boa vontade individual, pelo diálogo e pelo uso adequado de tecnologias, sem considerar outras mediações e relações sociais.

Cabe ressaltar, neste sentido, a presença do setor empresarial nas mediações entre Estado e sociedade civil, o que sugere novas aproximações para desvelar os nexos entre a nova sociabilidade do capital e a reorganização das frações do setor financeiro brasileiro, no tocante às políticas públicas em EA. Foi estudada a inserção da Educação Ambiental na estratégia das empresas de atuação nas escolas públicas via projetos liberais. Ocorreu uma despolitização dos usos do Estado no sentido de se naturalizarem a influência econômica no Estado e nas políticas públicas deslocadas da alçada do Estado, como pode ser percebido nas parcerias entre empresas e governo realizadas na rede estadual do Rio de Janeiro - a OI Futuro e a TKCSA, dentre outras.

Em resumo, os dados da tabela acima demonstram a parca participação de Sindicatos nas CIEA. De acordo com a tab.1, poucas CIEA previram em lei a presença de Sindicato e apenas uma das CIEA possui a presença de sindicatos dos profissionais da educação. Estes dados demonstram a força das organizações sociais (OS) de “interesse público”, como OSCIP (Organizações Sociais de Interesse Público), e comprovam a presença esmagadora de empresas e ONG na composição das CIEA. As políticas de Educação Ambiental no Brasil foram identificadas na análise das CIEA em uma direção que apontou uma composição majoritariamente formada por ONG, indicando a concretização do “modo petista de governar” via conselhos e espaços “educativos” segundo a lógica do Novo Estado Educador.

Capítulo 3. Conselhos e Socialização da Política: Estudo de Caso no GIEA – RJ

O presente capítulo da dissertação apresentou os resultados da pesquisa, ocorrida em 2012, constituída pela coleta, análise e sistematização dos dados, sobre a socialização da política no GIEA pelo SEPE-RJ. Considerando que o SEPE-RJ luta contra a privatização da educação pública e o GIEA-RJ tem, por lei, que avaliar projetos de EA nas escolas da rede estadual, este conselho é visto pelo SEPE-RJ como um espaço com potencial para denúncias. Por isso, a primeira questão da pesquisa no GIEA e que norteou as entrevistas e a análise foi: quais foram os limites e possibilidades da socialização da política no GIEA?

A socialização da política no GIEA exigiu analisar como foi concebido o conceito de “sociedade civil” neste conselho, o caráter consultivo como possível limitação, a questão do voluntarismo e as parcerias. A criação da política das CIEA, em âmbito nacional, é marcada pelo uso de expressões e termos como “democracia participativa”, “parcerias” e “sociedade civil”. Importa saber: quem é a “sociedade civil”? Houve ampliação da socialização da política neste conselho? O que é a “parceria”?

Este capítulo está disposto da seguinte forma: num primeiro momento, analisamos a conjuntura e formação do GIEA/RJ; em um segundo passo, partindo da fala dos conselheiros, a pesquisa investigou por meio de um estudo de caso como seu deu na prática a socialização da política no GIEA. E, finalmente, partindo das falas dos diretores do SEPE/RJ, o capítulo apresentou os limites e possibilidades da socialização da política para o SEPE-RJ. Este capítulo recuperou as concepções dos conceitos de Estado debatidos ao longo da dissertação, procurando substancializá-las à luz da tradição marxista, ou seja, sublinhando as contradições. A dissertação trouxe à tona a questão das limitações deste conselho, mas trouxe também as possibilidades de denúncia guardadas neste espaço criado na conjuntura do Novo Estado Educador.

3.1 Conjuntura e formação do Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental GIEA/RJ

Na conjuntura política de formação do GIEA-RJ, o governo Anthony Garotinho (1998-2002) no estado do Rio de Janeiro foi marcado pela coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). A socialização da política no Rio de Janeiro foi concretizada na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) por meio de uma intervenção federal no Rio de Janeiro. A política de Educação Ambiental no Rio de Janeiro se deu conforme orientação da política de socialização de poder e democracia participativa entendida como o “modo petista de governar”.

O GIEA foi criado em dezembro de 1999, mas só foi existir efetivamente em 2006 (Conselheira GIEA 2012). A socialização da política na formulação das políticas públicas em Educação Ambiental no Rio de Janeiro reproduz um padrão do governo conhecido como “modelo petista de governar”, caracterizado pelas políticas de controle social e ampliação da participação política.

Criado com a lei estadual nº 3325/99, pelo então governador Anthony Garotinho, no dia 17 de dezembro e somente em 2000, o decreto 27599 instituiu o GIEA no Rio de Janeiro. Este dispositivo destaca que é “dever do Estado e da sociedade civil” fazê-lo, baseado no art.3º, inciso I da lei 3325, que se baliza nos arts. 205 e 225 da Constituição Federal e nos Arts. 258 e 303 da Constituição Estadual, sobre “preservação do meio ambiente”.

A Lei estadual nº 3325/99 que criou o GI/RJ, estabeleceu também que a principal finalidade do grupo era avaliar projetos e programas de Educação Ambiental no Rio de Janeiro. As propostas do GIEA/RJ devem ser submetidas à análise e aprovação do Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA).

O Conselho Estadual de Educação é um órgão normativo e recursal do Sistema Estadual de Educação, criado pela Lei nº 51/75. Depois de um projeto de lei (PL 1040/1996), de autoria da deputada Cory Pillar (PDT), a Lei 51/75 foi alterada pela Lei nº 3155/98, que autoriza o Governador a dispor sobre a reformulação do Conselho Estadual de Educação. Outra alteração foi dada pela lei 4301/2004, em que o Conselho

compõe-se em oito membros de livre escolha do Governador do Estado, oito membros indicados pela Assembléia Legislativa, e cinco membros representantes de órgão de classe ou associações da área da educação, contabilizando 21 conselheiros⁷⁵.

O conselho é constituído por: Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional, Câmara de Educação Básica, Comissão Permanente de Legislação e Normas, Comissão Permanente de Planejamento, Comissão Especial de Educação a Distância, Comissão de Inclusão e Diversidade, Presidência, Vice-Presidência, Secretaria-Geral, Assessoria Administrativa e Assessoria Técnica⁷⁶. As atribuições do Conselho incluem “participar da formulação da política educacional do Estado, através dos órgãos próprios, a ação educativa estadual em matéria doutrinária, normativa, consultiva e de planejamento” (ibidem).

No dia 25 de abril de 2007, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) passa a ser regido pelo decreto n.º 40.744 emitido pelo Governador Sérgio Cabral, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do CONEMA. De acordo com o decreto de 2007, ele tem função deliberativa e consultiva e tem como objetivos deliberar as diretrizes da PE, deliberar sobre as políticas ambientais e, dentre outras atribuições, “orientar o Governo do estado na gestão do meio ambiente”. Ao Conselho compete analisar projetos, propor metas, definir áreas prioritárias, fazer articulação, instituir Câmaras Técnicas, entre outras. O Conselho Estadual de Meio Ambiente está estruturado de seguinte maneira: Presidência, Plenário, Câmaras Técnicas, Secretaria Executiva e Órgãos Técnicos de Apoio.

A plenária é composta por membros do Poder Público: “Secretaria de Estado do Ambiente - S; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAAPA; Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil - SESDEC; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT; Secretaria de Estado de Educação - SEE; Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA; – Fundação

⁷⁵ Artigo 6º da lei 3155 “Da composição do Conselho”
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/143740/lei-3155-98-rio-de-janeiro-rj>. Acessado dia 17/01/12 às 17 horas e 07 min.

⁷⁶ <http://www.cee.rj.gov.br/> Acessado no dia 17/01/12 as 16:58 min.

Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA; Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF; Departamento de Recursos Minerais - DRM/RJ; Secretaria de Estado de Obras (incluído pelo Decreto n° 40.806 - 15 de Junho de 2007)” (Brasil, 2007).

Também fazem parte órgãos e entidades convidadas a participar mediante a indicação de um representante, como a “União, IBAMA; Associação de Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro - APREMERJ; Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ; Rede de organizações não governamentais da Mata Atlântica; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; A Rede de EA do Estado do Rio de Janeiro; Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – APEDEMA; Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ; Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ, 03 (três) Universidades Fluminenses indicadas pelo Fórum de Reitores (modificado pelo Decreto n° 40.815 - 20 de Junho de 2007); a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA; a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN; o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Central Única dos Trabalhadores – CUT; (incluído pelo Decreto n° 40.806 - 15 de Junho de 2007); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-RJ (incluído pelo Decreto n° 40.806 - 15 de Junho de 2007); Conselho Regional de Química – CRQ – 3° Região (incluído pelo Decreto n° 40.995 – 24 de Outubro de 2007); comporá também o Plenário do Conselho o Presidente da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA” (Brasil, 2007). De acordo com o decreto, o CONEMA se reúne a cada dois meses.

Considerando esta estrutura institucional, na lei 3325 de 1999, que institui a EA e Política Estadual de EA no estado do RJ, foi identificada a incumbência aos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente de “promover ações de EA integrada aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”. A Secretaria do Ambiente e a Secretaria de Educação do RJ possuem representação nos espaços interinstitucionais chamados de conselhos. O Sistema Estadual de Ensino e o Sistema Estadual de Meio Ambiente, ambos do RJ, são os coordenadores do GIEA: Lara Moutinho, Superintendente de Educação da Ambiental

da Secretaria Estadual de Ambiente (SEA), na época Lilian Couto Cordeiro Estolano (SEEDUC), atualmente Deise Keller, Coordenadora de EA do Rio de Janeiro.

Os estudos (LAMOSA, 2010 E 2012; BERNAL, 2012, KAPLAN, 2011), sobre as políticas de Educação Ambiental no Brasil e no estado do Rio de Janeiro demonstraram que a desvalorização do público, concretizada em projetos políticos de controle social orientados pelas empresas, como em Teresópolis (LAMOSA, 2010) e em Santa Cruz (KAPLAN, 2012) são provas da inserção da EA na estratégia de empresas para usar a escola – um espaço de socialização e, portanto, fértil para reproduzir a sociabilidade do mercado e da individualização da vida social – para fins privados, ou seja, para salvaguardar a direção política e o domínio cultural – a hegemonia e a direção moral e intelectual.

As políticas de controle social e socialização da política foram comprometidas com a estratégia de formação de um Estado Gerencial (KAPLAN & LOUREIRO, 2011), que incluiu o estímulo a uma “gestão” diferenciada, baseada na participação. Esta diretriz marca as principais leis brasileiras desde 1988, e norteiam as hoje possíveis leis estaduais de EA, no sentido de “desresponsabilizar” o Estado por políticas públicas e responsabilizar a sociedade civil concebida de forma neutra e harmônica por uma concepção de Estado e de sociedade civil, no sentido da sustentação dos lucros.

Este é o modelo que foi seguido em todos os estados, pois como visto antes vários estados brasileiros instituíram as CIEA com a maioria justificando suas ações e métodos de “gestão” na “democracia participativa”. O movimento de institucionalização deste espaço interinstitucional cresceu na década de 2000, e o empresariado brasileiro e os bancos passaram a “capitalizar” ações em parceiras público-privadas (KAPLAN & LOUREIRO, 2011), limitando a capacidade de denúncia e precarizando o serviço público. Vejamos como se estruturam a Secretaria de Ambiente (SEA), a superintendência de Educação Ambiental e o GIEA.

A Secretaria do Estado de Ambiente (SEA) do RJ tem por objetivo formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente. A SEA/RJ é composta por três órgãos a ela vinculados: a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema), a Superintendência Estadual de Rios e Lagos (Serla) e o Instituto

Estadual de Florestas (IEF). Com a criação do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Inea), por meio da lei nº 5.1010/2007, estes três órgãos foram unificados e ampliados⁷⁷.

A estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/RJ) está dividida em 03 subsecretarias, 08 superintendências, 02 comissões ou coordenações, além do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), do INEA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) e da Câmara de Compensação Ambiental (CCA).

A Educação Ambiental está situada nas superintendências, especificamente na Superintendência de Educação Ambiental. A superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEAM/SEA) tem como objetivo enraizar e fortalecer a Educação Ambiental no estado. Sua estrutura está dividida em três eixos ou coordenadorias: o formal, o não formal e o de educação socioambiental.

O eixo formal pretende inserir a Educação Ambiental nos projetos políticos pedagógicos das escolas como temas transversais. O eixo não formal tem como meta atuar na formação de grupos e movimentos sociais que promovam a Educação Ambiental no âmbito estadual. O terceiro eixo, enfim, encerra a relação entre comunicação e educação, incentivando programas e campanhas de Educação Ambiental através da implementação de políticas de comunicação educativa⁷⁸.

No dia 15 de junho de 2001, o Governador Anthony Garotinho emitiu o decreto n.º 28.615 que dispunha sobre a reorganização do Conselho Estadual de Meio Ambiente. O GIEA foi criado em 18 de dezembro de 2000, sofrendo alterações em 2001 e 2007, portanto acompanhou o movimento de alterações na própria composição do Conselho Estadual de Educação que se deu pelo decreto n.º 40.744 de 2007. Tanto em 2001, quanto em 2007, o Conselho era composto pelas Secretarias e por instituições privadas, e dentre estas as Centrais Sindicais, que não aparece no decreto de 2007.

⁷⁷ Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/sea> Acessado às 22h e 50 min. 07/04/2012.

É preciso destacar que na década de 1990 foram formuladas políticas orientadas por uma nova função do Estado (LOUREIRO, 2012). Por exemplo, ao se retirar a “garantia de dotações orçamentárias” no processo de criação da Política Nacional de EA (PNEA), a falta de recurso do Estado para o Conselho exercer suas funções e atividades, sugere que se devam fazer parcerias com empresas ou, o que é pior, que as Secretarias partam do pressuposto de que estes espaços e/ou escolas já possuem recursos provenientes de programas de EA de empresas, para desenvolver seus projetos. É uma questão de se definir o estado como vem sendo concebido desde a Reforma Gerencial de 1995, a gestão participativa escondendo a gestão privada. Vejamos a seguir como seu na prática a política das CIEA no Rio de Janeiro para respondermos: houve ampliação da socialização da política no GIEA?

3.2 A socialização da Política do GIEA

Esta etapa da pesquisa envolveu entrevistas com os conselheiros do GIEA, incluiu também a análise das atas do GIEA, bem como procurou sistematizar os dados da pesquisa documental realizada no ano de 2012. À análise dos documentos foram acrescentadas a legislação específica sobre o GIEA, bem como o Regimento Interno, que se desdobrou na análise sobre a socialização da política no GIEA-RJ à partir da entrada do SEPE-RJ. Em 2011, com o SEPE-RJ integrando efetivamente o GIEA, uma nova porta investigativa foi aberta no estudo sobre o GIEA: este espaço representa os trabalhadores? É possível ao Sindicato obter apoio em algumas questões? Em quais questões o Sindicato pode conseguir apoio? O GIEA representa uma ampliação da socialização da política? Quais foram os limites e possibilidades desta participação do SEPE no GIEA?

O presente subtópico está estruturado da seguinte maneira: primeiro apresenta os dados nas políticas públicas que indicam se há avaliação de projetos de Educação Ambiental, em um segundo momento analisa as parcerias; e em um terceiro momento, analisa partindo das concepções de sociedade civil identificadas na análise dos dados o termo “voluntarismo” associado a limitação orçamentária imposta à própria Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Uma dissertação de mestrado estudou este processo de construção, por isso faremos à partir de agora uma descrição dos elementos chaves das atas de 2007 a 2011, mas orientando a análise e as argumentações pelos resultados e pela discussão do estudo sobre a construção do Programa Estadual de educação ambiental (BERNAL, 2012) que teve como objetivo analisar o processo de construção do ProEEA, problematizando as disputas ideológicas ocorridas na consulta pública, os consensos e dissensos produzidos.

Sobre o papel dos sujeitos políticos, sobre a conjuntura sociopolítica e sobre as contradições do objeto estudado, Bernal (2012) usou as categorias Estado e Sociedade Civil para analisar este processo de construção do ProEEA no contexto de refuncionalização do Estado, na década de 1990. Segundo o autor, o processo de construção do ProEEA incluiu “contradições, onde por um lado, observamos a reivindicação de elementos e fundamentos do projeto neoliberal, por outro, o posicionamento crítico dos sujeitos sociais que participaram da consulta pública acerca desse projeto” (BERNAL, *ibidem*, 2012).

O Programa de educação ambiental para o Rio de Janeiro foi feito por meio de consultas públicas. Segundo o autor, “enquanto forma de participação popular, a consulta pública do ProEEA se mostrou uma experiência relevante para a construção de novos consensos” (BERNAL, *ibidem*, 2012). Alex Bernal atribuiu a relevância da consulta pública pelo “modo de realização” da consulta e pelo “caráter pedagógico do processo” (BERNAL, 2012:92).

Loureiro e Kaplan (2011) utilizaram o discurso do edital da chamada pública do Ministério de Meio Ambiente (MMA), de 2006, que tinha o objetivo de analisar o processo de institucionalização da educação ambiental e suas implicações político-institucionais e pedagógicas e mapear “potenciais coletivos educadores”, acentuando que o caráter “pedagógico” é “político” na medida em que encerra um projeto político nacional de participação política via CIEA. Foi destacado o modelo de estado (de cortes de recursos ao social) que não seria questionado, bem como não questionado o suposto “diálogo” com sujeitos e instituições de cada região.

No Rio de Janeiro, a lei 3325 de 17 de dezembro de 1999 instituiu a Política Estadual de educação ambiental (PEEA). Em seu art.3º, inciso V, atribui a “empresas, os órgãos públicos e os sindicatos promover programas destinados à capacitação dos

trabalhadores visando uma melhoria das condições de trabalho e o controle efetivo sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, inclusive sobre os impactos da poluição sobre as populações vizinhas e no entorno de unidades industriais” (Lei 3325/99). Contudo, como esse artigo opera no concreto? É possível tratar em condição de igualdade sindicatos e empresas? Estes têm interesses em comum?

As falas sobre o surgimento do GIEA-RJ atestaram que as CIEA no Rio de Janeiro “nao teve recursos orçamentários para executar programa nenhum”. Isto é um elemento da análise referente às causas da política de parcerias como marcas da legislação sobre a política das CIEA, bem como referente à questão da composição, outro elemento deve ser analisado para melhor compreender os limites e possibilidades deste conselho. A fala abaixo começa explicando as origens do GIEA/RJ:

O GIEA foi criado por força de uma Lei, no mesmo ano em que o Governo Federal publicou a Política Nacional de educação ambiental, que foi 1999, nós também - só que a do Governo Federal foi no início do ano e a nossa foi em dezembro, 17 de dezembro de 1999, foi publicada a lei 3325 que cria a Política Estadual de educação ambiental, o Programa de educação ambiental e o GIEA. Então, o GIEA foi criado por lei. O projeto de lei é de 1996, e então ele demorou três anos, a gente fez de três a cinco audiências públicas; três grandes e duas menores, então foram cinco audiências públicas, que mexeu no texto da lei, **claro que a gente usava muito também a base do texto federal, mas adaptado para o Rio de Janeiro.** Então o GIEA é criado por força da lei. Aí pressionamos lá, o Governo, na época, foi em 1999, estava chegando o Garotinho (Anthony Garotinho), ele em 2000 já criou o Grupo mesmo de trabalho, solicitando que os órgãos enviassem os representantes, e o GIEA caminhou bem até mais ou menos. O GIEA caminhou formalmente até 2003, mas que não discutia politicamente nada porque a educação ambiental não estava estruturada nos órgãos públicos, então você não tem orçamento para disputar e a gente ficou três anos discutindo regimento interno, enfim... Então muitas pessoas se esvaziaram de interesse na época, eu inclusive, que participava do GIEA educação ambiental, via Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, desisti, porque a gente não ia conseguir trabalhar mesmo a pauta da educação ambiental, e a gente não tinha apoio nenhum na estrutura governamental, o governador Garotinho apesar de ter criado a lei, foi ele que assinou, não teve recursos orçamentários para executar programa nenhum, não se estruturou uma superintendência, uma gerência, uma diretoria, seja o que fosse, um setor, uma seção, para que pudesse estar pensando

em termos de políticas públicas, as ações de programas e projetos na educação ambiental (Conselheira 4 GIEA 2012).

O processo de construção da CIEA no Rio de Janeiro envolveu um projeto político específico e é preciso considerar as particularidades com as quais se deu esta história de criação do GIEA-RJ. A especificidade com a qual foi realizado se deve em parte à trajetória política e da história de Carlos Minc e Lara Moutinho (por muitos anos assessora de Carlos Minc) Superintendente de Educação Ambiental do RJ. Lara Moutinho fez mestrado com uma orientação crítica marxista, envolvida em um histórico de movimentos sociais e ONG e é, juntamente com Deise Keller (SEEDUC) a coordenadora do GIEA-RJ: Lara representando a SEA e Deise a SEEDUC. Por esta formação de mestrado orientada pela tradição crítica marxista e por possuir histórico de luta junto aos movimentos sociais, houve uma proposta no Rio de Janeiro de inclusão do Sindicato Estadual dos Profissionais da educação no decreto de 2007.

A novidade da CIEA no Rio de Janeiro foi a entrada do SEPE-RJ como desdobramento de uma superintendente afinada em maior ou menor medida com a orientação política e acadêmica crítica marxista. O GIEA é a única representante das CIEA no Brasil que possui representação do Sindicato dos Profissionais da Educação. Este é um elemento da análise que deve permear toda a discussão envolvendo conceitos de Estado na perspectiva de analisar o processo de institucionalização das CIEA no país e, neste estudo de caso, no Rio de Janeiro.

A conjuntura de favorecimento de institucionalização dos conselhos foi a da redemocratização, que na década de 2000 assumiu novas facetas pela crise reformista (MOTTA, 2012). Ao mesmo tempo, ocorreu a tentativa de ampliação da participação política embora tenha havido uma redução da socialização do trabalho, pela política econômica iniciada com Fernando Collor, se estruturando com Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) e se consolidando com Lula da Silva (2003-2010): precarização da carreira docente, a desmobilização do movimento sindical, a entrada de Carlos Minc no Ministério do Meio Ambiente, a flexibilização das leis trabalhistas, a presença de ONG e empresas na maior parte das composições das CIEA do país de acordo com a tab.1 sugerem que a composição nas CIEA é reflexo da forma com a qual os agentes sociais empreenderam a política, primeiramente reunidos no Grupo Ecoar para a

Cidadania, na década 1990, posteriormente ocuparam à partir de 1999 cargos de alto escalão do Governo no MMA e no MEC.

Um diferencial notado no GIEA foi a ausência de instituições como, por exemplo, o sistema FIRJAN de uma frequência regular nas reuniões do GIEA-RJ. Segundo um dos conselheiros, o GIEA-RJ possui 12 instituições da sociedade civil, afirmando que em algumas CIEA do país há sociedade civil com 40 instituições, mas todos reiterando a ausência sistemática, por exemplo, da FIRJAN (Conselheiro 3 GIEA 2012).

A variação de cada estado segundo a lógica sócio-política local foi parcialmente sugerida pela tab. 1 nas peculiaridades das CIEA pelo país sistematizado no mapeamento das CIEA. A configuração partidária e os nexos estabelecidos com os tentáculos presentes nos altos escalões do governo e pela ligação direta com as ONG e as Redes, entendidas como fóruns virtuais, ou seja, em Redes concebidas segundo a teoria do diálogo, foram parcialmente apreendidas por Marcos Sorrentino (2012) acerca do conceito de diálogo e seu papel na educação ambiental.

No Rio de Janeiro, podemos considerar uma influência, além da própria conjuntura nacional de política das CIEA, a forma específica como Lara Moutinho e Carlos Minc a concretizaram. Lara Moutinho obtém recursos públicos para realizar seus programas e projetos de educação ambiental. No entanto, as falas indicaram que o GIEA não faz as avaliações dos programas e projetos de educação ambiental nas escolas, o que fere os objetivos do SEPE-RJ na luta contra a privatização da educação. No entanto, vejamos como a questão da composição nas falas pode nos ajudar a entender as concepções de Estado e sociedade civil dos Conselheiros e, do GIEA como um todo.

A composição do GIEA mudou várias vezes (...) quando teve a gestão do Marcos Sorrentino e da Raquel eles tinham uma certa preocupação, enfim, tinham um certo entusiasmo com essa proposta do coletivo jovem afinal eles surgiram em decorrências da da Conferência Infante Juvenil, que foi uma ação bem simbólica dessa convergência do DEA, no caso. O Departamento de Educação do Ministério do Meio Ambiente e o CGEA que era Coordenação Geral de educação ambiental, do MEC, então como os coletivos jovens surgiram desse processo de conferência que eles dois ministérios formentaram eles incentivaram que os

coletivos jovens fizessem parte dessas comissões (Conselheiro 7 GIEA 2012).

A fala trata do papel que os Coletivos Jovens desempenharam para o MMA que foi o de capacitar os jovens que iriam realizar atividades de educação ambiental, o que aproximou os Coletivos Jovens das CIEA. O ideário de sociedade civil da corrente crítica liberal incorporou a temática “jovem” como um símbolo de participação social pelo protagonismo na Conferência Infanto-Juvenil no contexto de Rio 92.

A sociedade civil foi identificada com a “juventude” em parte, por este contexto internacional e, em parte, pela existência no Rio de Janeiro de um Coletivo Jovem organizado e capaz, inclusive, de formar e capacitar outros jovens, que pode ter sido um dos motivos pelos quais o MMA se aproximou dos Coletivos: na estratégia de reprodução da nova sociabilidade do capital segundo o princípio do Estado Educador, a juventude foi formada em trabalhos voluntários em ONG, representantes da corrente crítica liberal, majoritariamente. A fala abaixo contém elementos que identificam o movimento interno do GIEA com ONG e Redes.

[Comissões] que no Rio ele ganhou um nome diferente, nos outros estados é Comissões Interinstitucionais de EA, no Rio é GIEA. O interdisciplinar a gente fala que é um pouco “viagem” porque na verdade não é. Que o Grupo tenha várias disciplinas dentro, até pode ser. Ele é muito mais um grupo interinstitucional do que uma CIEA, por isso foi o único estado que ganhou esse nome, ao invés de CIEA, é GIEA. Aí enfim quando teve essa gestão da Lara – a Lara já estava a frente da Educação ambiental - rolou até uma pressão, acho que a Jaqueline Guerreiro foi uma das principais protagonistas dessa pressão para incorporar alguns movimentos da sociedade civil, então no caso era o REARJ e o Coletivo Jovem. Foram dois desses grupos reivindicados pra entrar na composição do GIEA e de fato isso acontece nesse decreto que foi o decreto que à partir de então regeu o GIEA, então tanto o CJ como a REARJ passaram a configurar o GIEA. (Conselheiro 7 GIEA 2012).

Ao analisarmos as atas do GIEA é possível verificar que a mobilização das Redes e do Coletivo Jovem foi tão significativa que gerou o decreto de 2007 que alterou a composição da GIEA. A concepção do papel do Estado e da noção de sociedade civil foi identificada nas falas como próximas da corrente conhecida como Terceira Via, com a qual a macro-tendência crítica liberal possui afinidades. A fala abaixo foi útil para a

análise da socialização da política no GIEA e para o entendimento de como este colegiado concebe o papel do Estado, como concebeu a sociedade civil e como, em maior ou menor medida, se deu a influência das tendências crítica liberal e crítica marxista na correlação de forças do GIEA.

É difícil, fora do mercado é e você exercitar o tempo todo de que há a pressão do mercado, você está falando isso porque há a pressão do mercado, a discussão de que há essa presença do mercado já facilita você tomar alguns cuidados e de ver se você não está caindo no que o mercado quer naquele momento, naquele assunto, naquela proposta, então eu faço uma reflexão muito grande no grupo de trabalho que eu estou, se você parar pra ver que como medida mitigadora, estão os planos de educação ambiental na avaliação de impacto que não é avaliação, porque daí avaliação de impacto é uma coisa e transformaram tudo em EIA/RIMA, mas se você parar eu fico irritada porque pra mim aquilo não é, porque você coloca no papel, você já ganhou a licença de mercado, depois você vai fazer o plano de educação ambiental, já te deram a licença pra você fazer, então que educação ambiental vai contra esse mercado? Eu não conseguiria, vou falar se revoltem? (Conselheira 8 GIEA 2012).

O que se percebe na argumentação acima é a visão de que o licenciamento e a lógica do mercado são passíveis de uma separação, pela oposição reformista feita entre política e economia. Ao dissociar a esfera econômica da esfera do mercado, a crítica liberal acaba desconsiderando o poder e a dominação da esfera econômica nos espaços decisórios. O licenciamento é feito, neste contexto de ressignificação do que é público, por instituições públicas como o IBAMA que, desde 2007, vem sendo crescentemente mediado por interesses do mercado.

Este movimento interno se aproximou de forças à esquerda do PT e do PMDB para fornecer suporte neste debate e a forçar um viés legalista com o objetivo de derrubar os argumentos estritamente técnicos. A conquista do ambiente como “bem comum” (Art. 205 “bem de uso comum”) reforçou o discurso de reverter o processo de desigualdade que legitima a contramão daquilo que a Constituição prescreveu. O processo educativo, no entanto, não é neutro: todo ato pedagógico é político e intencional. O argumento legalista é reforçado por outras leis que surgiram com a lei Nacional de Recursos Hídricos em 1997. Qual educação ambiental é compatível com a questão do “bem comum”?

Sobre a questão da representação, o Conselheiro 06 questionou: “*o que é o GIEA? O GIEA realmente representa os diferentes grupos e os diferentes aspectos da educação ambiental que existe no Estado? Senão quais seriam as instituições?*” (Conselheiro 7 GIEA 2012). A indagação deste conselheiro permite verificar sobre o GIEA-RJ que sua função não é clara, nem para seus próprios membros. Esta reflexão que o conselheiro sugeriu indica que não está clara a finalidade da política das CIEA no país e, especificamente, no Rio de Janeiro, embora, saibamos, seja parte do “modo petista de governar”. Sobre a questão da composição, tratada no debate sobre projetos de agricultura familiar, o Conselheiro 6 questionou a ausência de representante de agricultores no GIEA-RJ.

A sociedade civil é reduzida a esfera da cidadania na fala da Conselheira 4 ilustrando a concepção de sociedade civil que norteia a construção do espaço e sobre os critérios de participação: “Vi em abril a publicação de um decreto que não estava contemplada ali, por exemplo, a REARJ, que era a rede de educadores, e nem o SEPE como sindicato. E tinha SENAI, FIRJAN, quer dizer, você tinha o setor industrial presente. Não, empresa não é sociedade civil, universidade não é sociedade civil, né” (Conselheira 1 GIEA 2012).

Por que “*empresa não é sociedade civil*”? O *conceito de sociedade civil* passa a não incluir o SENAI e a FIRJAN que são, na teoria de Gramsci (2011), representantes da sociedade civil organizados em aparelhos privados de hegemonia que integram um projeto político societário usando a educação como forma de reproduzir sua hegemonia. Estas que seriam simples entidades do “setor industrial” são aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil brasileira, entidades marcadas por um projeto societário privatista e que influenciaram a formulação das políticas públicas educacionais no Brasil (CUNHA, 2009).

Ao identificar o SENAI fora da sociedade civil, a Conselheira 4 concebeu a sociedade civil como espaço de exercício de cidadania, para além da política (Estado) e da economia (Mercado). Assim, esquece que a cooptação existe na mesma sociedade civil onde há a apropriação privada dos recursos públicos. Este discurso da sociedade civil como exercício cidadão esconde que, para a maioria, os recursos do Estado são o único meio possível de obter educação e saúde, no sentido universalizável, coletivo e

político do “público”. De acordo com os depoimentos dos conselheiros, a própria definição do GIEA instigou questionamentos sobre sua natureza, pois:

Ele nem é no caso conselho, ele não tem esse status, ele é um grupo diferente de todo o território nacional que todos os outros estados federativos são comissões, algumas até com CNPJ próprio e com a vida própria, no Rio, saiu na lei, no decreto, grupo, então assim, não tem nenhum status de conselho, comissão, nunca foi convocado por nenhum dos conselhos, nem de meio ambiente e nem de educação, então assim, eu penso que há muito que se reformular politicamente e assim, dar esse reconhecimento pra ele, que hoje não tem. (Conselheira 1 GIEA 2012).

É possível identificar na fala acima que há uma concepção de conselho fora da institucionalidade. Por outro lado, a fala exige o reconhecimento dos espaços colegiados, indicando um possível diferencial da CIEA no Rio de Janeiro em relação às CIEA do país. A especificidade do GIEA-RJ é a presença, no tocante às políticas públicas educacionais, de um “modo petista de governar” que incluiu o SEPE-RJ no seu regimento, juntamente com a REARJ e o Coletivo Jovem (CJ). A fala acima ilustra um equívoco aparente, uma vez que todas as CIEA são reguladas e formuladas pelo mesmo decreto em consonância com a política de controle social e participação.

A definição de conselho de Martorano (2011) leva em conta a discussão sobre os conselhos como formas de autogestão operária e popular, bem como o debate que a forma conselho gerou dentro do marxismo e do movimento socialista. Para o autor, “os conselhos operários são os órgãos indispensáveis da luta revolucionária pelo socialismo [mas] eles só podem adquirir tal condição, na medida em que sejam a expressão do movimento dos trabalhadores” (MARTORANO, 2011:58). A definição de conselho por Gramsci (2011) segue abaixo:

É a negação da legalidade industrial: tem como meta negá-la a cada instante, conduzir incessantemente a classe operária à conquista do poder industrial, fazer com que a classe operária se torne a fonte deste poder (GRAMSCI, 2011: 80).

O Conselho gostaria de, a todo momento, escapar da legalidade industrial; o conselho é a massa, explorada, tiranizada, obrigada ao trabalho servil, e, por isso, tende a universalizar todos os seus atos de poder (GRAMSCI, op. cit.)

Os conselhos são espaços necessários à denúncia pelos movimentos sociais, como é o caso do SEPE-RJ ocupando o Estado por meio do Conselho de educação ambiental no Rio de Janeiro. No entanto, o autor diferencia conselho de sindicato: aquele deve tensionar ao máximo a relação com o Estado. O sindicato, segundo Gramsci (2011) é parte constitutiva da legalidade do mundo do trabalho, porém é no conselho que reside o espaço de disputa no qual aí sim a representação da categoria via Sindicato passa ter alcance interinstitucional para denunciar e anunciar e formular políticas públicas voltadas para educação ambiental de acordo com princípios da macro-tendência crítica marxista.

No entanto, a fala da própria conselheira 1 indicou que o GIEA-RJ não é um conselho, mas é um “grupo”, sugerindo que apesar de ser a CIEA no Rio de Janeiro, o GIEA se diferencia dos outros estados. Esta é uma fala que indica confusão quanto à própria definição deste colegiado. Sobre o caráter consultivo ou deliberativo, a conselheira 1 além de negar o status de conselho, ainda nega o caráter consultivo: “ele não é consultivo pra nenhuma instância do estado, ninguém consulta o GIEA” (Conselheira 1 GIEA 2012). Isso tem relação com a legitimidade política do GIEA-RJ e, portanto, com suas atribuições.

A plenária do GIEA/RJ é composta por representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro e da Fundação Oswaldo Cruz, em sistema de revezamento anual. As “instituições convidadas”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino – SEPE/RJ e o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – Sinpro-Rio, em sistema de revezamento anual.

É preciso destacar as parceiras que estão destacadas nesta dissertação na análise da política da CIEA no Rio de Janeiro. A ausência da ordem orçamentária na PNEA refletiu no GIEA nunca a obrigação de fornecer a educação ambiental, mas o “dever” de fornecer. É importante destacar que os conselheiros não são pagos para executar suas funções, o trabalho é voluntário. No entanto, os conselheiros podem receber ajuda para deslocamento e alimentação para garantir a participação não apenas “cidadã”, com

apregoam os liberais, mas que considere a desigualdade econômica que impede a participação efetiva de grupos desfavorecidos e que precisam ser representados: a cidadania não está separada do mercado, nem do Estado.

É possível analisar pela fala da conselheira 6 um problema neste espaço que reside na questão da representatividade, da suposta legitimidade da presença de redes, conforme demonstrado no mapeamento das CIEA pelo país. Segundo demonstra a fala da conselheira 2, a Rede não possui uma forma clara de sucessão das suas representações. O risco, assinalado por outra conselheira, é que uma mesma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas se perpetuem a frente da Rede em clara contradição aos princípios de democracia direta, afirmados pelas Redes. Como podem grupos organizados em Redes de internet, espaços ditos horizontais, ter uma representação que não se renove? Este espaço democrático exige regras coletivas sobre renovação e representatividade, mas isto não está claro nas redes, o que facilita a repetição de nomes nos colegiados. Este é um problema que suscita questões segundo a Conselheira 6, quando demonstra como a falta da socialização da política pode ser nociva.

A proposta da política da CIEA no Rio de Janeiro é parte de uma política nacional orientada pelo PT, marcada pela ampliação da socialização política. No entanto, existem dois grandes problemas colocados no interior do GIEA-RJ, tendo em vista sua identidade, identificados nas entrevistas: a definição das responsabilidades e o critério de participação do conselho. A socialização da política reúne em seus deveres o da avaliação de projetos de educação ambiental no estado Rio de Janeiro. Além disso, é movido por interesses que podem estar atrelados a “grupos” distantes dos movimentos sociais populares de teor classista, como as redes, presentes no GIEA na condição de “sociedade civil”, segundo a concepção crítica liberal do termo, distante da concepção da crítica marxista. A rede também pode ser uma forma de organização, mas, no campo da educação ambiental, está descolada dos movimentos sociais classistas ou lutas populares e não possui regras de participação, representação e deliberação, o que fere princípios da democracia direta.

Uma das formas de se identificar o quão problemática pode ser a tentativa de ampliação da socialização da política é verificar, no caso dos conselhos, se eles cumprem o que está previsto em lei, sobre a avaliação de projetos de educação

ambiental em escolas da rede. É importante identificar se este instrumento está sendo utilizado pelo colegiado, pois para o SEPE-RJ é um espaço para possíveis denúncias necessárias à luta contra a privatização da educação pública e anúncio de propostas que visem instrumentalizar a classe trabalhadora.

Segundo a conselheira 1, *“vários projetos, programas, ações não são acompanhados, avaliados, é feito na secretaria e não passa pelo GIEA”* (Conselheira 1 GIEA 2012). Ainda questionada sobre a atribuição de acompanhar os projetos de educação ambiental, a conselheira 1 é lacônica: *“O GIEA tem que supervisionar, analisar, orientar a implementação das políticas de educação ambiental no estado como um todo, isso ocorre? Ainda não (...) Deveria passar. Hoje não passa* (Conselheira 1 GIEA 2012).

Apesar do GIEA-RJ ter por lei a responsabilidade de avaliar e acompanhar projetos de educação ambiental, é possível comprovar pelos depoimentos que de fato isso não ocorre: *“avaliação já é uma coisa complicada, então você precisa ter parâmetros muito definidos. O que acontece que a educação ambiental nas escolas fica muito por conta da responsabilidade da pessoa que tem formalmente esse posto dentro da própria secretaria”* (Conselheira 5 GIEA 2012). O caso mais recente, não avaliado pelo GIEA-RJ, é a Escola Sustentável, projeto de parceria público-privada do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o grupo ThyssenKrupp CSA (TKCSA).

Devemos ampliar o escopo de análise sobre a socialização da política no GIEA-RJ abordando a questão da avaliação, do papel do Estado e da sociedade civil. A política das CIEA também orienta os estados a formularem políticas públicas como o Programa Estadual de educação ambiental. Perguntada se não seria uma contradição o GIEA-RJ formular política se é um espaço institucional que tem poder consultivo, Conselheira 8 respondeu:

Então, boa pergunta, eu acho que se você parar pra pensar o GIEA não é como os coletivos gestores, consultivos de unidade de conservação, são literalmente consultivos, só que tem uma coisa legal nesse consultivo, no que você é consultado você já esta se excedendo e participando de um processo que você pode induzir por outros caminhos, pela participação, pela fala, a deliberação, porque é uma pressão, um controle social, cara a cara, você mostra as fraquezas, as fortalezas dos atores que estão ali. Não vejo o GIEA assim porque, na verdade, eu acho que não estão escrito em lugar nenhum que ele é consultivo, se está eu não estou lembrada,

o que eu vejo nos GIEA. Mas, na verdade, já foi feito isso há muito tempo atrás e não tinha nem esse nome de GIEA, o que eu vejo é um grupo e foi um equívoco no Rio de Janeiro ser chamado GIEA, é coletivo, comissão, interinstitucional e não interdisciplinar, mas tudo bem, quem fez esse erro no passado não consertou num segundo momento, então está bom, a se vê como CIEA e o Rio de Janeiro é o único que é GIEA, mas então assim, ele é consultivo? Ele é consultado pra algumas coisas, por exemplo, essas instruções normativas que eu participei no grupo de trabalho que infelizmente não viraram instruções normativas, ele é um conselho consultor, os CONEMAS são consultores, claro, não é deliberativo porque ele não tem o poder, nesse sentido ele é consultivo, mas não é no consultivo de ser consultado é no sentido de construir os objetos de consultoria que ele quer prestar, então isso me vontade e obrigação de continuar, obrigação eu tenho por um lado, mas me da vontade de continuar, porque se saírem as pessoas quem serão os consultores? (Conselheira 6 GIEA 2012)

Sobre a questão de ser consultivo ou deliberativo, há ainda uma postura que não nega o caráter consultivo, mas busca relativizá-lo, como na fala da Conselheira 2 a seguir:

Mesmo sendo um órgão consultivo é um espaço político, então a força dele ou a fraqueza, ou a possibilidade efetiva de colocar aquelas diretrizes numa pauta de execução vai depender do próprio espaço político, da força que esse espaço político possa vir a ter (Conselheira 2 GIEA)

A Conselheira 2 afirmou acima que o espaço interinstitucional pode ter força política, independente de ser consultivo ou deliberativo. Com efeito, é idealismo apostar na força política de um coletivo sem representações de classes fortes e capazes de fazer o enfrentamento dentro da institucionalidade. O principal problema neste espaço reside na questão da representatividade no GIEA, pois, segundo as falas dos conselheiros, consideram em condições de igualdade de poder de decisão a participação de todos (indistintamente) e consideram que todos são igualmente movidos pelos mesmos interesses.

Pelo fato de não haver regras coletivas de representação, participação e deliberação e, por estarem, no campo da EA, descoladas dos movimentos sociais classistas e lutas populares, foi identificado um problema de legitimidade na representatividade das redes, o que a aproxima da corrente crítica liberal (deslocando a cidadania do mercado e do Estado). Sobre a questão da representação, é afirmado que

A REARJ representa hoje, quem está ali articulando, a gente não usa a palavra representar, mas os outros utilizam, então pros outros a gente está *representando*, pra gente a gente está *articulando*, o assento REARJ, quando a pessoa que está lá fala, ela fala por quem? Ela fala hoje pelas sete redes na malha da REARJ (Conselheira 2 GIEA 2012) (grifos meus)

Se o coletivo de educadores ambientais como é a rede que tem uma história não está lá, quem estará? Quem estará são universidades, centros de pesquisa, poder público, uma “king KONG”? (...) As organizações mais institucionalizadas e com poder efetivo, porque tem recursos, tem gente que manda, tem gente que obedece, terem voz ativa lá dentro? Então eu penso, se a rede não estiver lá, educadores ambientais da base, professores do ensino formal, educadores ambientais que trabalham em ONG, que trabalham em ONGs, que não são da hierarquia das ONGs, educadores ambientais que trabalham em movimentos sociais não teriam a possibilidade de ter voz (Conselheira 2 GIEA 2012).

A fala da conselheira 2 segundo a qual os “educadores ambientais que trabalham em movimentos sociais não teriam voz” sem as redes é, no mínimo, questionável. O que a conselheira 2 chama de “educadores ambientais” e o que chama de “movimentos sociais”? Esta argumentação escondeu que os movimentos sociais têm no SEPE a voz dos educadores, estes sim verdadeiramente “da base”, e que, portanto, não há dependência ou consonância com o fato de haver ou não redes no conselho. Parece que houve uma interpretação de movimentos sociais com pouco ter classista, além de supervalorização das redes como se fossem imprescindíveis para que os “educadores” “de base” tenham voz. Perguntada sobre a renovação da participação e ao explicar como está, há anos, a frente da sua rede, ela respondeu:

Não, a gente vai mudando, a gente tem uma ideia de que a história não deve ser perdida, eu, por exemplo, fui durante muito tempo titular, na última reunião eu agora fui suplente, pra que a gente não tenha um “gap” aí dessa história, não a história escrita, mas o saber oral e saber da experiência que a gente vai passando de um pra outro evidentemente, provavelmente, mais do que provavelmente eu saio do GIEA e entra um suplente, porque também é um espaço de formação, quando chegar num determinado tempo, não tem um estatuto, “de dois em dois anos”, é a própria dinâmica do que está acontecendo que nos faz ter essas decisões (Conselheira 2 GIEA 2012)

Na fala acima quando afirma “provavelmente eu saia do GIEA” sugere que a definição da questão está condicionada à esfera estritamente pessoal da conselheira 2. A ausência de um estatuto suscitou questionamentos no que diz respeito a essa concepção

de política, que deposita em respostas pessoais as esperanças para os problemas coletivos, ao afirmar que “a gente vai mudando”, e pelo “saber da experiência que a gente vai passando de um pra outro”, o que esconde uma permanência no poder.

É possível identificar na fala dos Conselheiros uma grave limitação da socialização da política concretizada no GIEA. A renovação da representação e da legitimidade desta representação é questionável quando se identificou o fraco sentido democrático dado ao espaço das Redes, pois estas possuem uma “outra institucionalidade”, não “usam” o termo “representatividade”, mas “articulação”, sugerindo até certo ponto um personalismo e por decisões desligadas dos movimentos sociais. Notou-se, pois, que a socialização da política foi limitada quando se reconheceu que ficou a cargo da “própria dinâmica do que está acontecendo que nos faz ter essas decisões” (quem toma as decisões?) O que seria uma “própria dinâmica do que está acontecendo”? Trata-se de uma concepção a- histórica e otimista da realidade.

Sobre a representatividade das redes, foi esclarecedora a fala da Conselheira 6, quando demonstrou como a falta socialização da política pôde ser nociva para a política pública do GIEA:

Quem é que representa a rede? Quem que disse que fulano ou beltrano representa a rede? Por quê? Há quanto tempo essa pessoa representa a rede? Por que ela delega quem a substitui, inclusive? Nunca vi uma coisa dessas! (...) Desde 2003 (...) é a mesma pessoa até hoje (...) Não tem vergonha na cara! Falando sério, se tivesse vergonha na cara, não ficava tanto tempo sido sentada (...) Como é que pode há dez anos ou mais a mesma pessoa estar representando a rede? Eu não encontro resposta a não ser a seguinte: a rede tem dono. E se ela tem dono, ela não é rede (...) [mas] uma antítese de si própria. Como é que uma rede de educação ambiental não se propõe a renovação? Não existe isso eu era facilitadora de rede, dessa rede. Saí porque já que eu disse que o rei estava morto então me saíram, e foi a pessoa dona da rede que me saiu (Conselheira 6 GIEA 2012).

É possível analisar pela fala acima que existe um problema de representatividade no conselho, pois no caso das redes uma mesma pessoa está há muitos anos como representante. No caso das CIEA isto é um grave problema, pois cada entidade é representada por uma pessoa. Como são escolhidos os representantes de rede? Existem formas para isto? Quantos participam da decisão? Considerando que as redes são maioria nas CIEA pelo país, este é um grave problema, pois pouco participa dos

próprios espaços públicos de educação ambiental, essencializando as redes como a forma por excelência de organização dos educadores ambientais.

Perguntada sobre a possibilidade de o mercado não interferir na gestão

Claro que não, vamos pensar que por mais que a gente seja a favor de coletivos o papel do estado de educação, habitação e saúde tem que manter, afinal de contas a gente paga imposto agitando o sistema capitalista também pra isso, eu pago imposto, estou atendendo ao que a política, o projeto político me impõe. Eu não vejo nada de mais a pessoa ser voluntária e colaborar num projeto na escola, tem voluntário dentro de hospital, mas não tem que ter empresa pra fazer obra na escola, quem tem que fazer obra é o estado, não me chame pra fazer coleta seletiva, catar lixo na praia, quem tem que catar o lixo é o serviço público, quem tem que me dar água é o serviço público, o que eu tenho que fazer é não piorar uma situação que também piora a qualidade do serviço público, agora eu não tenho que ir lá catar o lixo da praia como uma ação de EA (Conselheira 1 GIEA 2012).

[É obrigação] o estado e da sociedade fiscalizar, de todos nós, nunca se pode colocar o seguinte, essa coisa que tudo é pro estado, o estado é que tem que ser o grande mantenedor, não, o estado somos nós, o estado é formado de pessoas e as pessoas com mais informação, com mais liberdade e mais consciências vão fazer o estado funcionar, porque não pode dizer que é o estado, o estado está com um, vinte e sete, com quantos gestores, mas a sociedade é que tem que estar junto ali (Conselheira 1 GIEA 2012).

Sociedade civil é quando tinha ditadura, a ditadura acabou, a sociedade, todos nós cidadãos, então ter instrumentos de tornar isso público cada vez mais para que cada pessoa tenha acesso, quem sabe no nosso estado o que é GIEA? Só quem permeia por esse campo ambiental, quem não permeia não sabe o que é isso, mas todos nós podemos ter acesso a instrumentos de comunicação para publicizar isso e mais cidadão estarão acompanhando e até no caso propondo, nós fizemos oito consultas públicas viajando pelo estado, você vai pra Campos, Itaperuna, “Eu quero propor isso” (Conselheira 1 GIEA 2012).

A fala da conselheira 8 há um posicionamento que atribui ao Estado fazer e não a empresas. Neste sentido, a fala da conselheira 1 trata do papel do Estado e expressa uma visão contrária ao monopólio da oferta de educação pública pelo Estado, inclusive reforçando um personalismo do Estado. É possível perceber nesta fala uma dissociação entre Estado e Sociedade Civil, tendo até reduzido o Estado ao papel de mantenedor e fiscalizador e enaltecido a sociedade que estaria “junto ali”.

A definição de sociedade civil é expressa na fala da conselheira 1. É possível analisar que a tal concepção está acoplada a dissociação entre esfera política e esfera econômica bem como a defesa de uma cidadania que estaria abstratamente separada do mercado e do Estado. A sociedade civil, segundo esta visão encerrada na corrente crítica liberal é composta por ONG e Redes que “todos” representariam os mesmos interesses: trabalhadores urbanos ou os rurais teriam os mesmos objetivos do patronato rural, do agronegócio ou das frações financeiras.

Com o decreto nº 40889 de 2007, que deu nova redação ao decreto 27599, de 2000 (já havia sido alterado pelo decreto 40710, de 2010) que institui o GIEA, é explícita no inciso V do art.1º “fomentar parcerias entre instituições educacionais, empresas públicas e privadas” e no inciso VI “avaliar programas e projetos de educação ambiental” e no inciso VIII “promover eventos e espaços para discussões sobre a educação ambiental”. Segundo a ata de 2007 houve a inclusão de 6 instituições e 6 organizações não governamentais, e a coordenação passou a ser exercida pela Secretaria de Estado do Ambiente, ressaltando ainda que “das não-governamentais, nenhuma instituição é considerada “sociedade civil” (Ata GIEA 2007).

Na trilha da política de controle social e participação da sociedade civil, a maioria dos conselheiros possui uma concepção de sociedade civil distante da acepção dada por Gramsci. As entrevistas revelaram que “empresa não é sociedade civil”, se referindo a aparelhos privados de hegemonia como a FIRJAN e o peças do Sistema S, quando na verdade as empresas é que estão reproduzindo por meio de políticas das CIEA um ideal de sociedade civil harmônica e inédita como um projeto societário neoliberal.

Na atualidade, por exemplo, o SEPE-RJ e os empresários têm posição contrária em relação às parcerias público-privadas que caracterizam muitos projetos de educação ambiental presentes nas escolas. Além disso, o modo como abordam os efeitos do processo produtivo, no geral, caminham em sentido contrário. As empresas tendem a discursivamente apresentar tais efeitos como possíveis de serem controlados pela técnica e gestão racional. Quando isso não ocorre, tratam como efeitos inexoráveis de um desenvolvimento naturalizado. Os sindicatos tendem a considerar em suas argumentações os custos desiguais dos efeitos ambientais e a injustiça ambiental

estabelecida, mesmo quando pouco problematizam o desenvolvimento em andamento no país.

Segundo Bernal (2012), a consulta pública inerente ao processo de construção do Programa Estadual de educação ambiental no Rio de Janeiro, permitiu sublinhar as contradições do processo. Segundo Bernal (ibidem), como o Banco Mundial passou a financiar projetos de EA e suas propostas são de ordem comportamental de “eco-eficiência”, então o discurso da economia verde foi e está sendo usado para a apropriação da temática ambiental por partes das frações de classe dominantes.

A análise documental nas atas do GIEA revelou que o GIEA passou um período de cinco anos ocupado com projetos de educação ambiental, em formação de grupos de trabalho e em debates. Os projetos em educação ambiental foram submetidos a seis pareceres e tinham relação com o programa do “pró-lixo” sobre reciclagem. Mas nesta mesma ata outra coisa chamou a atenção: o decreto Nº 40889, de agosto 2007, tratou da recomposição das instituições membros da plenária por meio do qual a “sociedade civil” passou a ter assento.

A concepção liberal de sociedade civil é problemática por entender que todos têm as mesmas condições, ignorando que seja necessário arcar com os custos de transporte e alimentação como condição de participação de lideranças comunitárias ligados a movimentos sociais de massa. Na visão crítica marxista a sociedade civil é conflituosa e deve ser pensada pela centralidade do trabalho. Com isso, é possível identificar que o Estado e a sociedade civil na perspectiva do Estado Educador entendem que “todo mundo é do bem” e, ignorando as condições desiguais, ressignifica o caráter do público, além de privatizar serviços públicos e alterar contratos e promoção de regimes (de contratos) temporários – que passam a mesclar benefícios de servidor com CLT -, e possuir forte protagonismo na gestão pública de Organizações Sociais (OS). O Estado não investe em pessoal concursado (qualificado) e desloca o papel do Estado para as Organizações Sociais gerirem a educação ambiental (ou outro direito como na saúde, na cultura) orientadas por diretrizes de empresas como a Oi Futuro, a TKCSA, a Fundação Itaú Social, dentre outras.

No tocante às possibilidades e conquistas do SEPE-RJ no GIEA-RJ, o informe sobre a greve estadual dos profissionais da educação foi marcado pela avaliação

segundo a qual haveria uma “desvalorização dos profissionais da educação”. Aos professores caberia manter a greve enquanto não houvesse “propostas adequadas por parte do governo”. O informe também registrou os processos de criminalização aos quais vêm sendo submetidos os professores envolvidos na greve. Este informe gerou a proposta de uma conselheira para ser deliberada uma nota de apoio, o que propiciou a elaboração da “nota de apoio” do GIEA à categoria dos profissionais de educação do Estado do Rio de Janeiro, encaminhada para os órgãos propostos (SEA, SEPLAG, SEPE e ALERJ), além da divulgação pública.

Sobre o balanço das políticas públicas de educação ambiental no estado do Rio de Janeiro, foi feito um balanço avaliativo na forma de um diagnóstico que pudesse promover um panorama real dos projetos e programas desenvolvidos no estado. Foram identificadas as ações de educação ambiental em comitês e câmaras técnicas ligadas às bacias hidrográficas do estado do Rio. Foi solicitada às secretarias uma relação de ações consideradas de educação ambiental e informações para o entendimento dessas ações: “objetivo, metodologia, público, fontes de financiamento, recursos disponibilizados, área de abrangência” (Ata da 23ª Reunião Ordinária GIEA 2011).

Sobre a pauta das “atribuições do GIEA” o documento revelou a dúvida dos conselheiros quanto às atribuições do conselho, o que reforçou a análise dos dados presente nas falas sobre a falta de definição das atribuições do GIEA. A Ata da 23ª reunião Ordinária registrou

A necessidade de esclarecer, perante a lei, quais são as atribuições do GIEA, posto que algumas ações não caminham à contento. Fez a leitura dos artigos 17 e 22 da Política Estadual, que versam sobre as atribuições do GIEA e destacou o não encaminhamento (sistemático) do FECAM dos projetos de educação ambiental para análise no GIEA, nesse caso por ação (ou não ação) da SEA, posto que o respectivo grupo se preparou para realizar a tal atividade, no entanto não é demandando” (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012)

Em seguida foi lido o decreto no que diz respeito às atribuições do GIEA, e o conselho tomou a providência de “solicitar um retorno da Lara sobre a relação SEA-FECAM nessa circunstância” e:

[Houve a] reivindicação do GIEA de que volte à carga com o novo secretário para que delibere sobre a atuação do GIEA no que tange a aplicação dos recursos, conforme previsto no artigo 22, parágrafo II (“São atribuições do GIEA: I -... II- A articulação e a supervisão de programas e projetos públicos e privados de educação”) (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012).

[Foi proposto] que a Lara buscasse internamente informações na SEA (possivelmente com Suzana Kahn) sobre o processo do Rio +20 e se disponibilizou também a contribuir nesse contato (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012).

[Foi citado] que no processo de aprovação de moções oriundas dos GT's, havia uma criticando “paralisação” do ProEEA RJ. Teresa fez uma fala, se apresentando enquanto participante na elaboração do plano e esclarecendo em que esse ponto o documento se encontrava, citando o atraso devido à realização das audiências públicas, mas destacando, sobretudo, que o mesmo seguia em andamento. Nesse sentido, Teresa colocou que a educação ambiental teve na realização do Rio +20, em termos de agenda, o plano tem plenas condições de estar concretizado. Dada a apresentação de Teresa, a moção que seria de repúdio à paralisação, tornou-se uma moção de apoio à realização. Solicitou informações sobre em que ponto estamos em relação ao FECAM, sobretudo no aspecto da realização de nossa audiência pública (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012).

Chamou atenção para que não percamos de vista a possibilidade de financiamento a audiência pela SEEDUC (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012).

Elaborar um documento a ser encaminhado para os secretários de Educação e do Ambiente, solicitando recursos para a conclusão dos trabalhos de elaboração do ProEEA-RJ, que envolve recursos para: estruturação da audiência pública, transporte interestadual para a garantia da participação dos educadores ambientais que participaram das audiências públicas nas regionais, sistematização e publicização dos trabalhos (Ata da 23ª reunião Ordinária GIEA 2012).

As atas acima foram marcadas pela presença do debate em torno do financiamento via fundo público para concretizar seus objetivos e programas. O debate sobre o papel do Estado passou a ser enriquecido pela análise das falas e das atas, pois está presente características de um Estado marxista, pelo fato de recorrer a financiamento público. Este é um contraponto importante se concluirmos, pelas atas, que o processo de construção das diretrizes da Política Estadual de educação ambiental do estado do RJ foi

caracterizada por concepções de sociedade civil e sobre o papel do Estado que aproximam o GIEA da corrente crítica liberal.

É importante destacar que o estudo de caso no GIEA demonstrou na análise documental e pelas falas, que este conselho não avalia projetos e programas de educação ambiental. À despeito de uma faceta inovadora, a política das CIEA no Rio de Janeiro é fruto de uma aliança entre PT e PDT em um contexto de proliferação de políticas voltadas para a “democracia participativa” pela atuação da “sociedade civil”, na conjuntura de “crise de hegemonia” na década de 2000 no Brasil (MOTTA, 2012).

Como está presente nas falas dos Conselheiros, é possível ao SEPE-RJ pressionar o GIEA-RJ para que este amplie a socialização da política, avaliando e acompanhando projetos de educação ambiental nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O fato de não avaliar implica também na ausência de um caráter consultivo do GIEA, pois a interlocução com a escola, com a comunidade e com o Sindicato está emperrada pela falta de recursos destinada à educação ambiental, pelo não cumprimento do GIEA do que está previsto em lei e pelo conseqüente distanciamento deste conselho com a sociedade como um todo. Este cenário indicou problemas para a educação pública no tocante ao tema da privatização, pois quanto menos o GIEA-RJ avaliar projetos de educação ambiental sob a perspectiva do interesse público e com baixa participação dos trabalhadores, maior será a chance do estabelecimento sistemático de parcerias com a iniciativa privada.

A questão da privatização da educação é o que moveu o Sindicato na luta por princípios democráticos e de esquerda, e o que o deslocou do espectro político do governo. Com 70% de seu corpo de diretores representando partidos de esquerda (PSOL e PSTU), o SEPE-RJ possui projetos de escola e de educação, bem como de Estado e sociedade civil que são distintos dos projetos de escola em curso no estado do Rio de Janeiro, marcado por parcerias, e pela precarização da profissão docente.

3.3 A participação política do SEPE-RJ

A participação do SEPE em conselhos é antiga, e este debate foi atualizado aqui no contexto do conselho de educação ambiental. A análise retomou as características identificadas anteriormente, nas CIEA pelo país. A inserção da trajetória deste Sindicato foi realizada, sendo necessário para compreender os processos internos do SEPE, identificá-los à luz do cenário político nacional, para daí traçar um diagnóstico inicial, dos limites e possibilidades da socialização da política do SEPE-RJ no GIEA-RJ, qualificando o debate sobre a política das CIEA no Brasil, pois trata da presença do Sindicato e abre uma importante porta investigativa.

A falta de consenso quanto à participação do SEPE pôs em jogo o debate entre anarquistas, social-democratas, socialistas e demais correntes da esquerda, que foi em certa medida incorporado ao texto. Analisamos as correntes internas do SEPE quanto à participação em conselhos, as parcerias público-privadas na lei e a função de avaliar projetos de educação ambiental nas escolas. O SEPE-RJ luta contra parcerias público-privadas e sem avaliação do GIEA-RJ, a luta do sindicato se enfraquece nas escolas.

Uma das razões para o SEPE participar do GIEA-RJ é que o SEPE-RJ luta contra a privatização da educação na atualidade em projetos de educação ambiental empresarial. Este espaço é considerado útil para a denúncia de projetos privatistas na educação, como aparece na fala dos diretores do SEPE entrevistados:

É um espaço que tem a sua relativa importância no sentido de debater alguns temas considerados para o movimento ambientalista. É um espaço com relativa pluralidade, existem movimentos de naturezas muito distintas ocupando espaços naquele grupo e nós ainda estamos de alguma forma tentando entender quais seriam as melhores formas de atuação desde espaço, tem muito pouco tempo desse grupo, desse conselho. Temos aí acompanhado alguns debates, incidindo de alguma forma em momentos que a gente acha que a gente deveria incidir, mas ainda falta acúmulo sobre esse tema, o próprio SEPE, que viria ser a educação ambiental que é um tema novo, acho que são movimentos concomitantes: a gente ter melhor entendimento da nossa participação no GIEA e amadurecer o debate sobre GIEA e sobre a própria participação nesse tipo de espaço dentro do SEPE (Diretor 2 SEPE 2012).

A fala acima revelou as vantagens e desvantagens da participação do SEPE em conselhos, indicando que o aprendizado sobre as possibilidades deste espaço é parte de um processo de amadurecimento e entendimento da participação. É possível notar no discurso do Diretor 2 a possibilidade de incidência política quando achar conveniente e necessário, o que reforça as potencialidades da participação neste conselho. A fala acima sublinha que cabe ao SEPE-RJ se apropriar do entendimento sobre um tema novo que é o da educação ambiental, para que amadureça e conscientize os trabalhadores da educação.

O SEPE-RJ possui uma concepção de participação que entende as limitações sem temê-las.

A participação nos conselhos não pode se pretender como fim último da política, mas como um acúmulo de instrumentos ou de um dos lugares onde a gente pode disputar informações, exercer pressão política, modificar a correlação de forças em favor de um projeto de escolas que os trabalhadores historicamente tentam construir e defender (Diretor 3 SEPE 2012).

A fala acima expôs um tema central para as possibilidades de avanços do SEPE-RJ no GIEA-RJ, ao revelar a importância da correlação de forças. A alteração desta correlação possui limites que, no capitalismo, são explicados pela cooptação para que o consenso e a hegemonia se mantenham. A estratégia política no Estado Ocidental se dá pela cooptação, como ocorreu no Governo Luís Inácio Lula da Silva com a entrada da maior parte do aparato sindical do Brasil no Governo, descaracterizando o próprio PT e gerando rachas internos dentro do SEPE-RJ.

Nas falas dos Diretores, foi possível identificar uma participação sempre caracterizada por uma limitação. Dentre as limitações sugeridas pelas falas e explícitas na fala abaixo está a que se refere a políticas de favorecimento à política do Gestor, o que é uma prática combatida pelo SEPE-RJ, mas que faz parte da limitação da participação em Conselhos:

Temos clareza que não conseguiremos fazer nenhuma mudança radical usando esse instrumento o conselho, mas fazemos parte de alguns conselhos para ter acesso minimamente a documentos, a informações que foram importantes que muitas vezes ficam só

dentro da própria. A parte da sociedade civil, ela passou a ser cooptada pelos gestores da cidade, fazendo inclusive votações favoráveis à política do gestor. (Diretora 7 SEPE 2012).

A fala acima reforçou a tese segundo a qual os conselhos assim como os sindicatos são potencialmente fortes. As possibilidades dos conselhos são explicadas pelas concepções de sociedade civil que, refletindo a crítica marxista, estão em constante disputa, pois a própria “sociedade civil passou a ser cooptada pelos gestores da cidade”. A análise destas entrevistas está confirmando as hipóteses iniciais da dissertação que são: a socialização da política para SEPE-RJ é limitada e reflete as diferentes atribuições que o Estado deve adotar, bem como as concepções em disputa acerca da sociedade civil.

A fala abaixo sublinhou que estas disputas não só de concepções, mas de práticas concretas, são permanentes e que o diferencial se dá pelo nível de organização e mobilização que cada corrente ou macro-tendência (ainda que subdivididamente) venha a ter. O que é possível afirmar desde já é que o GIEA não faz avaliação. A fala abaixo sugere ainda como o SEPE-RJ deve amadurecer neste processo tendo em vista que, no que diz respeito aos conflitos internos:

O setor que defende a não participação ele fica de fora, ele não disputa esse espaço. Tem um marco de diferença, qual é a disputa? Entre setores de esquerda e setores governistas, porque a visão é diferenciada, então há uma diferença de atuação nesse conselho, então a disputa se dá entre esses dois setores, os governistas – os setores da direita- e os setores da esquerda que acha que tem que estar lá que tem que acesso a materiais (Diretora 7 SEPE 2012).

A fala acima deslocou a concepção harmônica (cidadãos reunidos em nome do bem comum) de sociedade civil para reflexão sobre o tema ambiental como o que foi feito por uma das Diretoras. Ainda sob o prisma socialista, a fala abaixo retoma os grandes efeitos negativos da experiência capitalista e reflete sobre a atuação do SEPE-RJ, defendendo que se combata um fenômeno marcante dos últimos vinte anos: o corporativismo dos sindicatos.

Eu acho que é importante que a direção discuta não só a direção, mas também as direções locais, porque na minha visão de sindicato, a gente não pode ter uma atuação meramente

corporativa. Eu acho que o tema do meio ambiente ele abarca toda uma visão de mundo. Então não basta a gente fazer as lutas que são mais específicas, umbilicais da categoria, se essa própria categoria não conseguir enxergar o seu entorno de maneira de como essa cidade é organizada e de como ela é gestada. Não digo participação efetiva no conselho, mas eu acho que isso serve como estímulo para que essa direção passe também a refletir sobre essa política, não só na linha na questão ecológica, mas como são organizados os espaços, e de como acontece o desmatamento, a desvalorização desse espaço, o extermínio mesmo do meio ambiente como um todo. Então acho que isso é um tema que tem que ir as escolas, não meramente também como projeto de reciclagem, aquela coisa redondinha que às vezes o professor fala e faz, mas é muito fragmentada, entendeu? É muito estanque. Eu acho que tem que provocar uma reflexão que é muito maior, acho que abarca o pensar a vida é repensar a vida e o espaço onde nós seres humanos defendendo inclusive um horizonte diferenciado de mundo. Agora eu acho que isso é um desafio imenso para essa direção, seja a nível estadual ou municipal, até pelos ataques constantes que sofrem, onde vive muito mais em dar respostas do que criar política, estimular que essa categoria também possa abrir os olhos para esse mundo e a maneira como esse mundo tem que ser organizado. E o ambiente hoje ele está sendo atacado assim desastrosamente, está sendo depredado (Diretora 7 SEPE 2012)

Este discurso sintetizou o posicionamento majoritário dos diretores entrevistados e, ao mesmo tempo, registrou um balanço da experiência no GIEA-RJ. A análise dos depoimentos indicou que há um movimento dialético, sendo que é possível “incidir de alguma forma na política, reconhecendo as limitações da atuação neste espaço” (Diretor 1). A fala da Diretora 7 demonstrou um dos principais argumentos favoráveis à participação do sindicato em espaços interinstitucionais, como o GIEA. Mas, segundo a Diretora 7, a cooptação é um instrumento de uso freqüente em votações e manipulações de espaços para favorecimento dos representantes do Governo.

O que deve ser considerado é que não é um consenso entre os Diretores a participação do SEPE em conselhos. A fala abaixo da Diretora 1 apresenta o principais argumentos que justificam a posição contrária à participação, entendendo que há uma correlação de forças desfavorável na linha de uma política de “cartas marcadas”. Esta fala aponta que não é uma pauta da Assembléia do SEPE-RJ a participação ou não, pois a maioria é favorável e quem é contra se abstém de votar. Os motivos pelos quais uma corrente do SEPE é contra é por que:

A gente entende que a correlação de força nesses fóruns ela é muito desfavorável e na maioria das vezes ela acaba legitimando as mudanças que já estão determinadas pelos organismos internacionais e que na verdade as secretarias acabam implementando e legitimando o que eles acham que deve ser feito. Desde a instituição desses conselhos o SEPE vem participando, inclusive esse é um elemento para o balanço da participação nesses conselhos. O que isso veio a acrescentar com nossa luta? Muito pouco (diretora 1 SEPE 2012).

Houve um desrespeito a uma determinação de datas-bases anteriores a correlação de forças é muito desfavorável. Já dá pra você ter uma idéia, quem dirige o conselho municipal de educação é a secretaria de educação (Diretor 1 SEPE 2012).

A corrente contrária à participação permite que seja desnecessário pautar a participação em conselhos, pois a pauta da participação ou não do SEPE-RJ nos conselhos é uma questão superada. A perspectiva gramsciana foi identificada na fala do Diretor 3 que, identificou a guerra de posição como política de participação de conselhos. A socialização da política segundo o próprio Diretor 3, permite inferir parcialmente os elementos que representam possibilidades para o SEPE-RJ. As limitações estão sendo identificadas nas falas pela disputa em torno do papel do Estado, pela questão da avaliação e projetos societários distintos dentro do campo da educação ambiental e, especificamente, no GIEA. Coube ao SEPE, segundo a fala do Diretor 3,

Analisar dialeticamente as possibilidades que aquele conselho pode construir com a luta de classes em prol da instrumentalização das propostas da classe trabalhadora. Em termos de Brasil, isso já é um grande avanço tendo em vista que o Brasil é marcado pela presença do clientelismo, foram as formas arcaicas de fazer política que estão na ordem do dia quanto mais se afasta do centro político. (Diretor 3 SEPE 2012)

O depoimento do Diretor 2 ilustra perfeitamente o sentido dos ganhos que a categoria pode almejar pela participação em conselhos. A análise é conjuntural e reúne as práticas políticas tradicionais de dominação presentes no Brasil como o clientelismo, logo sua fala sugere que os ganhos estão na própria consolidação de um espaço democrático neste país. Segundo sua fala, é possível identificar no cenário uma disputa partidária a projetos societários distintos que exigem a estratégia de “instrumentalização das propostas da classe trabalhadora”.

A participação do SEPE-RJ no GIEA-RJ gerou resultados acerca da problematização ambiental por parte dos sindicalistas. Os acontecimentos sobre conflitos entre a empresa ThyssenKrupp CSA TKCSA em Santa Cruz no Rio de Janeiro e a sociedade, auxiliam na compreensão de como o Estado (mediado por interesses da empresa) foi refuncionalizado para a tarefa de mero Gerente. Esta perspectiva foi gerada pela Reforma do Estado brasileiro que reduziu recursos para a educação o que, para o SEPE-RJ sempre foi uma pauta das mais estratégias no combate à exploração pelo trabalho docente e à precarização da carreira docente.

As denúncias, feitas nas greves de 2010 e 2011 no Rio de Janeiro e, em todo o país, em 2012, foram potencializadas por um acirramento e tensionamento entre as frações de classe dominante e dominada no Brasil. Este contexto de intensificação dos conflitos é marcado por uma economia de desregulamentação dos mercados financeiros, de crise do neoliberalismo e na necessidade ajustes estruturais de gestão da pobreza (MOTTA, 2012; FONTES, 2010) pelo ataque ao funcionalismo público, pela exigência de crescimento pela lógica neoliberal que gera energia e distribui de forma desigual as riquezas e a poluição advinda desta lógica de expropriação e exploração dos recursos naturais. A denúncia contra a exploração foi feita, como podemos perceber na fala de uma das diretoras

O caso do Supermercado Guanabara em São Gonçalo. Um CIEP foi tomado virou até um conceito novo de ilha. Ilha para nós é uma escola cercada de supermercado por todos os lados, a escola está literalmente cercada pelo supermercado no terreno da escola, a obra do supermercado está dentro da escola, dentro da escola, as crianças estão convivendo, tem horário integral lá ainda de primeiro segmento (Diretor 6 SEPE 2012)

Sobre a participação do SEPE no GIEA, a fala do Diretor 2 mostrou os limites e possibilidades de denúncias contra a privatização. A participação aumenta consideravelmente as possibilidades do sindicato de ao mesmo tempo ampliar filiações e reduzir a incidência de projetos de Educação Ambiental empresarial nas escolas.

As falas dos sindicalistas indicaram que o SEPE-RJ pode pautar no GIEA-RJ, por exemplo, uma Comissão que projete e programe acompanhamento e avaliações de

programas e projetos de educação ambiental em um dado número de escolas. Neste sentido, a fala de todos os diretores sinalizou para os limites e possibilidades deste espaço colegiado que, de um lado, não cumpre a lei que é avaliar e acompanhar projetos e programas de Educação Ambiental e, de outro, é uma ferramenta de instrumentalização da luta da categoria docente, através da participação do SEPE-RJ neste conselho contra a privatização da educação, que é o principal mecanismo de reprodução da desigualdade. Sobre o SEPE discutir a entrada da Educação Ambiental nas escolas:

Com certeza, é um debate importante, eu inclusive dei aula numa escola que tem tudo a ver com a discussão da EA que é uma escola no Alto da Boa Vista chamada Marcos Ferrei, inclusive tinha uma parceria com o Parque Nacional da Tijuca na Floresta da Tijuca e foi só um pequeno exemplo, da capilaridade que a rede municipal possui com as escolas e creches aonde a questão ambiental seja ela Mata Atlântica, mas a questão ambiental nós sabemos que não é só isso, é muito mais do que isso, e o SEPE deveria ter essa preocupação, afinal de tudo chegamos a eleger uma pessoa para nos representar, mas é como eu estou de falando foi uma maioria conjuntural na Assembléia, tem uma vaga, ah vamos eleger alguém, mas alguém que nunca mais... Esse alguém que foi eleito veio uma vez na reunião da direção apresentar um balanço, um relatório da sua atuação, o que tem feito, o sindicato também tampouco se preocupa com que esse representante está fazendo, naquela de Ah deixe ele lá eu também não quero que o sindicato se meta no que eu to fazendo, há um certo acordo de cavalheiros, entendeu? E isso é que eu estou te explicando, tem a ver com a concepção de como o sindicato deve participar dos espaços, qual deve ser a postura dos sindicatos nos espaços (Diretor 8 SEPE 2012).

A fala da Diretora 8 sugere que a questão ambiental para o SEPE deve ser potencializada, ressaltando que elegeram um representante, mas que estão faltando reuniões com a direção para apresentação de um relatório ou balanço da participação. A fala registrou a falta de consenso sobre qual deve ser a postura dos sindicatos nos espaços. O SEPE-RJ, segundo as falas dos seus representantes, possui a tarefa de tensionar a relação com o Estado ao máximo e entende que este espaço representa esta tensão. Além disso, reforça a necessidade de o sindicato repensar sua postura, o que sugere questionamentos. A postura de um Sindicato de Esquerda deve refletir tática e estrategicamente sobre a participação nos conselhos.

A relação entre trabalho e educação, na visão dos sindicatos, mostra as concepções distintas de educação orientadas, ou por projetos socialistas, ou por projetos sistêmicos que não alteram a relação capital-trabalho. Uma pesquisa realizada por Miranda (2011) teve como objetivo compreender como os trabalhadores organizados nos sindicatos debateram, discutiram e apresentaram propostas educacionais para a categoria docente. A autora analisou nesta pesquisa as formulações pedagógicas de três sindicatos que compunham a diversidade do movimento docente da educação básica no Rio de Janeiro.

Segundo Miranda (ibidem) a humanidade em sua formação está diretamente vinculada ao projeto classista, e o SEPE teria uma visão de classes da sociedade em constantes mobilizações e enfrentamento como estratégia de luta, mesmo frente à ofensiva neoliberal. Sobre a questão da educação ambiental e de como o SEPE pode contribuir na participação do GIEA:

Educação Ambiental é algo relativamente novo, antes de tudo é educação com essa adjetivação ambiental em função de um lado do acirramento das contradições provenientes da crise social oriunda do sistema que a gente vive. E do outro lado o crescimento dos movimentos que tem pensado nisso no interior nos partidos da esquerda, inclusive aqueles que possuem militantes que ocupam espaço dentro próprio SEPE, é o meu caso no PSOL, que tem acumulado esse debate sobre o que viria ser o ecossocialismo, Então é algo novo, a educação ambiental é algo novo, essa adjetivação chamada educação ambiental é algo novo que vem as explorar essa contradição esse típico de contradição que na atualidade no interior de vários espaços, inclusive no espaço que interessam ao SEPE que são as escolas e ainda educação ambiental tem entrado com relativa expansão em todo país ne, a escola, desde pelo menos 2000 e início do ano 2000, trabalhando esse debate acerca das conseqüências da crise do capital na temática ambiental, na temática socioambiental, na problemática das conseqüências dessa crise da vida social, como um todo (Diretor 2 SEPE 2012).

O Estado está sendo entendido como parte do Estado Integral, na perspectiva de construção de outra hegemonia, a dos trabalhadores da educação que, em linhas gerais, são os que são profissionais em uma categoria de base: o educador ambiental nas escolas não deve ser outro senão o profissional da educação (embora não exclusivamente).

O debate suscitado por Trein (2012) sobre as Diretrizes Curriculares de educação ambiental suscita questionamentos como: a disciplina educação ambiental vai entrar como tema transversal mesmo sem haver uma diretriz curricular nacional de educação ambiental? Quem vai formar estes educadores ambientais? O SEPE-RJ vai formar professores em sua Escola de Formação Política inaugurada em 2012 ou os professores serão capacitados por um Coletivo Jovem, ou ONG ou uma empresa ou Governo?

O SEPE-RJ está destinado a combater a presença da empresa e ONG nas escolas. Para tanto, vem lutando contra a precarização da carreira docente entendendo a educação ambiental como mais um objeto de disputa com interesses privados mediadores das políticas públicas. Ao SEPE-RJ cabe garantir que a escola pública seja de qualidade sem a qual não se tem atividade com os alunos, gerando um distanciamento da comunidade. A crise que a escola vive em função da precarização da carreira docente foi identificada como um dos motores da entrada estratégica de empresas e ONG nas escolas públicas, neste caso específico, através de programas e projetos de educação ambiental

E a educação ambiental entra nas escolas de diversas formas, através de projetos através de algumas redes com disciplinas específicas que contraria a lei, como trabalho da Jaqueline, tem trabalhos que mostram que tem avanços é o caso do estudo de Búzios que tem Educação Ambiental, e trabalha com temáticas socioambientais a partir de uma perspectiva crítica, se distingue na luta do que a crise do sistema que a gente vive e hoje em dia tem uma especificidade muito grande que a gente, alguns setores do sindicato, tem acumulado sobre a relação que se tem atual entre a entrada da EA nas escolas com a entrada nas empresas nas escolas, então tem se tornado para além do debate curricular do que significa a entrada da educação ambiental no currículo da escola, ou seja, trabalhar com temas que produzem uma reflexão uma crítica uma historicidade do que viria ser a crise socioambiental da atualidade mas entender a natureza da entrada da educação ambiental nas escolas (Diretor 2 SEPE 2012).

O que se pode extrair como central a partir da análise da fala do Diretor 2 é sobre o que se entende sobre a educação e a escola pública, o que se entende sobre a concepção de sociedade civil e acerca do papel do Estado. Ao se consolidar de uma maneira frágil o GIEA limita a socialização da política e potencializa, pelo menos a

nível nacional, o cenário no qual a Educação Ambiental está inserida que passa a ser questionada pelo sindicalista:

O que é essa inserção, o que é essa entrada dessa nova temática curricular, quais são as consequências para a escola, sobretudo quais são as consequências do projeto que nós do SEPE, um sindicato que hoje tem aí pelo menos 70% da esquerda na direção do sindicato, para nós, o projeto de escola defendido por esse sindicato: uma escola democrática, uma escola unitária, mesma alta qualidade em todas as regiões do nosso estado para toda a população, uma escola que valorize o professor, que valorize o tempo de trabalho do professor, e uma escola que valoriza o aluno, então em que medida, e a nossa preocupação é essa, em que medida a EA, que na verdade não é uma só, é algo heterogêneo, porque se você perguntar o que na verdade é muita coisa, eu posso te exemplificar o que é à partir dos projetos dos que os professores das escolas municipais e estaduais vem desenvolvendo ou eu posso te definir EA a partir de critérios e dos resultados, das intenções de um projeto, por exemplo, de uma empresa ou de uma Organização Social exterior à escola, como Instituto Ayrton Senna, como o Instituto Itaú Cultural ou como uma ONG como a Viva Rio, que são projetos de natureza muito diferente, muito distinta, porque as intencionalidades são muito distintas na sua origem e nas intencionalidades de um projeto formulado por um professor não é a mesma ou não tem a mesma natureza do que um projeto formulado por uma organização privada, por motivos muito simples, a organização privada produz projetos com fins e interesses que são privados portanto a EA produzida ali é uma EA muito diferente na sua origem na sua intencionalidade dos projetos formulados nos espaços públicos pelos trabalhadores que compõem a escola pública e portanto esse é um elemento que é um elemento que talvez hoje seja central da nossa intervenção nesse campo que é EA (Diretor 2 SEPE 2012).

Os interesses privados estão mediando a relação entre a sociedade e a escola pública, por meio de instrumentos de controle social e responsabilização difundida pela transparência em uma gestão participativa. A participação do SEPE-RJ guardou intencionalidades formuladas por trabalhadores da escola pública, os que vivenciam toda essa alteração de gestão pelo projeto reformista gerencial do Estado desde meados da década de 1990 e concretizada no PNE e nas Políticas de educação ambiental em todos os âmbitos. A sociedade civil foi concebida como a esfera do “bem” e o Estado vista como a burocratizada, gerando uma despolitização da esfera pública.

O contexto no qual o SEPE-RJ se organizou em 2011 e passou a participar do GIEA/RJ, foi marcado pela ação do governo de fechar 48 escolas públicas estaduais

noturnas⁷⁹ de maneira sistemática. Estes são resultados de uma concepção de educação a pública de maneira a ampliar a mediação privada da gestão e do planejamento da escola pública.

A chamada “terceira via” formulou programas de políticas de parcerias com empresas, como foi o caso da TKCSA. A empresa financiou um projeto de “Escola Sustentável” e um ano depois os alunos se revoltaram contra o governo e cobraram condições mínimas de infra-estrutura, reclamando da falta de professores, entre outras reivindicações. Estas empresas costumam financiar projetos em parcerias com o Estado nas áreas mais pobres da cidade.

A escola pública foi realçada nas falas dos diretores como sendo o lócus de atuação destes novos programas de gestão da pobreza. Aos programas de conscientização da categoria, são reforçados programas contrários à categoria docente que crescem porque oferecem “bonificações” e “prêmios”, operando uma manipulação, ao se valer da alienação da categoria em sua grande maioria. As possibilidades de conscientização da categoria são maiores se o SEPE-RJ investir nas intencionalidades expostas nas falas sobre a mobilização política no GIEA-RJ. Mesmo limitado este espaço ofereceu em menos de um ano de participação do SEPE-RJ, uma moção de apoio aos professores do estado do Rio de Janeiro. Não é possível desconsiderar que houve conquistas. A fala abaixo renova o debate sobre os ataques do projeto neoliberal aos trabalhadores da educação:

Mesmo num período duro de dificuldade de você avançar você tem uma tarefa e uma responsabilidade, é esse o papel dos sindicatos de esquerda a nosso ver, fazer a contra hegemonia. E a contra-hegemonia ela se faz exatamente com essa entrada nos aparelhos da burguesia, da hegemonia, e aí Gramsci pé melhor pra explicar isso, não vem ao caso. Na nossa concepção é essa a nossa tarefa é estar em todos os espaços, em todos os espaços fazendo a contraposição para que não haja um pensamento único uma voz comum e tentando trazer dali elementos para potencializar a nossa luta. Não temos dúvida que a luta é a organização dos trabalhadores, são os trabalhadores nas ruas que vão de fato conseguir superar e modificar esse cenário, não é de forma institucional, não é a partir de acordo com governo ou negociação, a gente sabe muito bem o que esse projeto neoliberal significa. Agora o que a gente puder fazer para instrumentalizar as lutas e

⁷⁹ Fonte: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=2652. Acessado 08/02/2013 00:48hrs.

exatamente para mostrar para a categoria que a gente está a serviço deles, que a gente está ocupando os nossos lugares, mas com esse papel desmistificando esses espaços. Acho que é por aí, acho que é a tarefa de um dirigente e de um sindicalista que atua num sindicato de esquerda em defesa dos profissionais da educação (Diretora 3 SEPE 2012).

É possível identificar nas falas dos diretores do SEPE a necessidade de combater a concepção de escola produtivista propedêutica que é orientada e norteada por princípios liberais: a naturalização do trabalho positivado e a alienação ocultam o sentido ontológico do trabalho, que pelas atuais condições das forças produtivas vem sendo expropriado e explorado de maneira a se adequar à nova sociabilidade do capital. Como apontado nas falas dos coordenadores na pesquisa de Miranda (2005), e também neste estudo de caso, as falas dos diretores indicam que a escola pública deve manter seu caráter de público universalizável (sem gestão privada ou projetos de empresas e ONG).

Nas falas, a menção à ofensiva reformista é freqüente entre os dirigentes do SEPE-RJ. A flexibilização das leis trabalhistas, desde a década de 1990, aliada à concepção do “público não-estatal” formulada na Reforma Gerencial do Estado (1995) são elementos que explicam o ataque ao trabalhador. A Reforma tendeu a cercear os direitos trabalhistas, desvalorizando direitos e transformando-os em serviços prestados por empresas, como na fala do Diretor 2: “Organização Social exterior à escola, como Instituto Ayrton Senna, como o Instituto Itaú Cultural ou como uma ONG como a Viva Rio”, é notória a menção ao modelo de inserção da educação ambiental nas estratégias das empresas. Mais ainda, é um relato de como a escola ainda continua sendo um espaço estratégico para as frações de classe dominante, importante para seus projetos, seus construtos sociais. Por isso a escola está em disputa, por isso a refuncionalização do Estado, como um movimento estratégico de “estímulo disfarçado” aos banqueiros do Itaú, Banco do Brasil e Bradesco para oferecer serviços que, como defende o SEPE-RJ em congresso, são direitos conquistados e devem ser preservados através da incessante conscientização e reflexão das massas e, principalmente, da direção do SEPE.

Cabe ressaltar, por conta da eleição do sindicalista Lula da Silva (2002-2010), a ocorrência da desmobilização e fragmentação do movimento sindical. A estratégia do SEPE-RJ precisa estar focada, conforme apontaram trechos das falas nas entrevistas, na

questão da formação política do SEPE. A Escola de Formação Política do SEPE foi concretizada no ano de 2012 e, no mesmo final de semana, a prefeitura do Rio de Janeiro também inaugurou a “Escola de Formação do Professor Carioca – Paulo Freire”⁸⁰. Isto demonstra que a luta por hegemonia no Estado Integral envolve ler dialeticamente a realidade (que é constituída na dimensão natural e na dimensão social, por isso é caracterizada como possuindo múltiplas determinações, ou seja, em sua totalidade). Trata-se de projetos políticos antagônicos que compõem a realidade da relação capital-trabalho no Rio de Janeiro.

A educação ambiental empresarial encontrou na CIEA no Rio de Janeiro uma resistência por ser o único estado no país a garantir o assento do Sindicato de Profissionais da Educação, em regime de suplência a cada dois anos entre SEPE-RJ e SINPRO-RJ. Logo, a CIEA no Rio de Janeiro sofreu a influência das intencionalidades expostas nas falas dos diretores que, resumidamente, consistiram em tensionar a relação capital-trabalho nos conselhos em que possuam representação.

No entanto, os fatores que impossibilitaram o GIEA ser um espaço de denúncias para o SEPE são: a) apesar de ter caráter consultivo o GIEA não faz avaliação dos projetos e programas de educação ambiental; e b) no interior do GIEA é possível identificar, através das falas analisadas no ponto anterior de que a correlação de forças “naturaliza” as parcerias, por contar majoritariamente com representantes identificados com a corrente crítica liberal no campo da educação ambiental.

Os conselhos são espaços de discussão das políticas públicas e o sindicato como entidade da sociedade civil deve ter uma postura constante de disputa da política: de criticar, de fiscalizar, de denunciar, mas também de disputar. E tendo sempre a preocupação de ter transparência na ação desses conselheiros para que a categoria tenha mais conhecimento do que se passa nesses fóruns e possa também dentro das suas possibilidades de pressionar para esse conselho ou esses conselhos reflitam o que a categoria entende por política pública mais avançada para educação ou qualquer conselho que o sindicato venha ter representação (Diretor 8 SEPE 2012).

⁸⁰ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=2964912>

A necessidade de refletir a participação política ofereceu ao SEPE-RJ a possibilidade de continuar a pressionar o GIEA-RJ para que empreenda o que estava previsto em lei. Mas se o Regimento Interno ao Conselho estimulou parcerias, denunciar a privatização e a precarização da educação torna-se mais difícil. Estas políticas focalizadas típicas da reforma gerencial do Estado foram formuladas pelas mesmas empresas que degradam o meio ambiente. O SEPE-RJ deve desenvolver críticas que qualifiquem o debate interno entre os sindicalistas, para que amadureçam a questão ambiental, façam a autocrítica de sua participação, marquem posição, tenham acesso a informações, publicizem questões, criem novos fóruns e com a militância contribuam para uma educação pública de qualidade.

O SEPE-RJ é uma entidade de categoria profissional comprometida com a luta por uma escola pública gratuita e de qualidade, laica e “desinteressada”⁸¹. Este modelo de “escola unitária” é parte de projeto societário identificado com a corrente socialista gramsciana, o que prevê a guerra de posição como etapa mais do que necessária para deslocamento da classe que domina o Estado, para a transformação estrutural do mesmo.

A presença do SEPE-RJ no GIEA-RJ, em síntese, qualificou o debate sobre o papel do conselho que, inclusive, propiciou uma moção de apoio à greve. Esta contradição é marcante na política de Educação Ambiental no Rio de Janeiro, que guarda possibilidades e limites. De um lado, a macro-tendência crítica marxista que é contra a lógica de “naturalização” da parceria e das ONG como executoras de educação ambiental nas escolas; e que denuncia que o GIEA-RJ não realiza suas atribuições regimentais. E, de outro lado, a macro-tendência crítica liberal que não problematiza as políticas e é favorável às parcerias com empresas; e à pretensão de Redes de serem iguais às formas de organização dos trabalhadores (e das ONG de serem executoras as políticas nas escolas). A escola pública é vista como espaço estratégico para “orientá-los” segundo um “ethos” específico, na perspectiva de perpetuação do domínio cultural e da direção política, de refuncionalização de Estado e na insistente concepção despolitizada da sociedade civil.

⁸¹ Na perspectiva gramsciana entendido como aquele que não é mediado por interesses que não sejam os do público.

Conclusão

Esta dissertação concluiu, primeiramente, que a sociedade civil foi e é parte integrante do Estado em seu sentido Integral. As décadas de 1990 e 2000 assistiram ao processo de onguização pela opção da “terceira via” feita pelo PT, que se materializou na chegada ao poder de Estado de amplos setores de ONGs, entre elas o Instituto Ecoar, no caso em particular da educação ambiental. O deslocamento sugeriu que os cargos de direção são ocupados por dirigentes e militantes ligados a ONGs ambientalistas que são marcadas pela influência do Movimento “Todos Pela Educação” e por políticas pró-parcerias.

A dissertação concluiu, através das falas dos conselheiros e dos diretores do SEPE-RJ, que somados à análise das atas a participação do SEPE no GIEA/RJ permitiu responder ao questionamento sobre a ampliação da socialização da política na política de EA no Rio de Janeiro: de fato, houve uma ampliação limitada. As entrevistas apontaram para a reprodução de uma concepção de sociedade baseada na conciliação de classes, ocultando novas formas de expropriação e exploração da classe trabalhadora como, no caso do SEPE-RJ, foi identificado pela denúncia da precarização da carreira docente. A pesquisa concluiu que a CIEA no Rio de Janeiro não realiza avaliação e acompanhamento de projetos de educação ambiental.

A consequência para a educação pública é a ampliação da mediação privada da escola pública, pois o não cumprimento do que está previsto em lei por parte do GIEA-RJ impede o acompanhamento de projetos de educação ambiental nas escolas públicas. O acompanhamento e avaliação são ferramentas metodológicas capazes de sugerir pesquisas envolvendo indicadores que enriqueçam as pesquisas e o debate voltados para as políticas públicas de educação ambiental na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

A pesquisa concluiu que a socialização da política apresentou avanços para o SEPE-RJ. As conquistas envolveram, dentre outras coisas, a moção de apoio à greve dos professores da rede estadual em 2011, o que agregou valor à luta dos sindicalistas. Por fim, após essa experiência na CIEA do RJ, o SEPE-RJ amadureceu sobre participação no GIEA-RJ e sobre a problemática da Educação Ambiental empresarial na

escola pública. As conclusões desta dissertação confirmaram a hipótese inicial e apontam para a mobilização dos movimentos sociais, na medida em que devem explorar os limites e possibilidades desta política de controle social que foi, neste estudo de caso, a CIEA no Rio de Janeiro.

Os Sindicatos de Educação orientados pela “pequena política”, no sentido de Gramsci - como ação imediatista do cotidiano - concretizaram dentro da ordem, ou seja, no poder, um “populismo” acrescido de forte ofensiva do capital aos direitos trabalhistas. Estudos sobre os sindicatos e da relação do capital com os trabalhadores no Brasil revelaram que, durante a década de 2000, os sindicatos recrudesceram em função da corporativização (acesso a dinheiro) e burocratização dos sindicatos (o problema do trabalhador contratado não ter as mesmas condições objetivas e subjetivas e por isso não se reconhecer ou não se identificar com trabalhadores sindicalizados CLT ou servidores) (MATTOS, 2009). No entanto, em função da crise de hegemonia vivida em 2006 em 2008 (fruto da “crise” financeira internacional) pela fração de classe agrário-financeira brasileira (HARVEY, 2011), uma fração de classe trabalhadora sindicalizada voltou a tentar unificar a categoria e vencer as batalhas referentes à ofensiva reformista (ANTUNES, 2005).

Este novo desenvolvimento foi caracterizado como um reflexo da crise de hegemonia que marcou as décadas de 1990 e 2000. A nova sociabilidade do capital busca o consenso, essencial para a hegemonia as frações de classe dominante financeira e a do agronegócio, que redefiniram suas estratégias após uma década de 1980 de recessão econômica. O discurso de responsabilidade social das empresas gerou na prática um fator que dificulta a luta contra a privatização da educação: não ocorre a avaliação, mas alguns projetos não destinados ao FECAM necessitam de recursos de empresas para financiar seus programas e projetos de educação ambiental.

Analisamos que a maioria dos projetos não é avaliada e que, na verdade, o FECAM não contém recursos para o GIEA avaliar, acompanhar, supervisionar projetos de EA em todo o estado. Em tese, a lei é clara quanto à necessidade de parcerias com a iniciativa privada, logo muitos projetos não são avaliados e os recursos ficam reduzidos aos que forem originados por parcerias entre Estado e empresas, em nome da governabilidade, na lógica da nova sociabilidade do capital, reforçando a ideologia

liberal segundo a qual esta nova sociabilidade é o que há de mais possível e adequado no cenário contemporâneo (LOUREIRO, LAMOSA, SERRÃO, KAPLAN, 2012).

Foram identificados que ao socializar a política de forma limitada o GIEA revelou seu contraditório caráter de encerrar avanço e recuo. A presença do SEPE-RJ no GIEARJ incitou o debate interno ao sindicato quanto à renovação da luta contra a privatização da educação. A participação social prevista nas políticas de controle social fornece meios para formalização de canais de denúncias, mas é limitada por não garantir meios materiais de participação, ficando restrita a uma paridade numérica.

A dissertação trouxe elementos que qualificaram o debate das políticas educacionais de EA na rede estadual de ensino. O processo de ongização está associado à opção do petista da terceira via. Logo, é preciso rever as estratégias de luta e incorporar os resultados desta pesquisa como motivação para cobrar, denunciar e anunciar novas propostas de participação política.

A presença do SEPE-RJ foi identificada como fator de mudanças dentro do próprio GIEA-RJ. Na análise das atas, verificou-se que somente dois conselheiros intervieram após o informe do representante do SEPE-RJ sobre a greve estadual dos professores. Provavelmente, não era consensual a moção de apoio aos professores, mas a correlação de forças permitiu que, sem questionamentos (ao menos explícitos), votassem pela nota ou moção de apoio aos grevistas. Considerar que um conselho do estado atado ao governo apoiou a greve contra este mesmo governo e que isso pode gerar polêmica se for frequente, ajuda a entender por que provavelmente a moção é um avanço político embora, na prática, com as duas intervenções o dissenso tenha se dirimido em intenções que foram inibidas pelo coletivo que acatou a posição dos interventores.

Os Sindicatos na visão gramsciana estão entre a legalidade industrial e a perspectiva de elevação da consciência das massas. Um sindicato de esquerda se posiciona entre os que pensam o Estado atual como algo histórico, momentâneo e passível de alteração estrutural.

A Reforma do Estado é parte da política concretizada no Brasil no movimento “Todos Pela Educação” que consistiu numa ofensiva à educação pública já denunciada

pela crítica marxista ligada ao SEPE-RJ (LEHER, 2011). Por outro lado, a lógica da crítica liberal é marcada pelo colaboracionismo entre as classes, ora externando intenções de parcerias ora implicitamente aceitando o jogo do mercado sem examinar a estrutura do modelo econômico.

O papel do Estado deve ser referido ao conceito de público no sentido universalizável, o que exige uma discussão sobre o serviço público, neste caso, na carreira docente, para entender o processo de precarização que a categoria vem sofrendo nas últimas décadas (DALILA, 2004). O conceito de “público” foi ressignificado como “público não estatal”, de acordo com a Reforma do Estado Brasileiro (BRASIL, 1995). Esta reconceituação é parte da característica da corrente crítica liberal de ser próxima da Terceira Via. A corrente crítica liberal representa a maioria da composição das CIEA no país e, no GIEA, é representada por ONG e rede.

Ao pensarmos como o SEPE-RJ se percebeu enquanto instituição representada no GIEA-RJ, é preciso delinear alguns elementos importantes para pensarmos o papel do Estado: o SEPE-RJ é contra um Estado privatista, por isso quer que o GIEA-RJ avalie programas e projetos de educação ambiental. Quer que o GIEA-RJ passe a acompanhar o projeto de educação ambiental desenvolvido pela TKCSA em Santa Cruz e exige avaliação de projetos de educação ambiental de cunho empresarial para que seja possível denunciá-los. A tarefa da corrente crítica marxista é, não apenas denunciar, mas anunciar uma nova proposta, pois trata-se de criar uma alternativa ao que está sendo denunciado.

Ao concluirmos nas possibilidades o avanço representado pela entrada do SEPE-RJ e pela conquista deste no GIEA-RJ de uma moção de apoio à greve de professores, é possível perceber que o SEPE-RJ entende o GIEA-RJ como uma trincheira, na qual exerce uma guerra de posição. A dinâmica de consenso e dissenso foi analisada no GIEA a partir de uma denúncia do SEPE-RJ maior e interior acerca da privatização da escola pública, nos últimos 20 anos.

A ausência de recursos públicos representa, na verdade, uma brecha para que ocorra a privatização da educação. O exemplo foi o próprio GI-RJ, pela falta de recursos públicos suficientes, não consegue avaliar os projetos e programas de das escolas

públicas. Logo, a privatização tem espaço para se estabelecer como “salvação” fornecer o serviço que, devemos sublinhar, foram na verdade direitos conquistados.

A presença de EA nas escolas públicas remete ao SEPE-RJ questões acerca da sua condição proletarizada: a ausência de formação continuada de professores, a falta de material didático ou de infra-estrutura, o que sugere que a escola passa a ser um posto necessário ao mecanismo de sustentação dos lucros. Partindo dos tipos ideais weberianos anteriormente classificados por Layrargues (2011) sobre a divisão entre tendências no campo da EA, a dinâmica que se quer destacar aqui é simples: se falta recurso público, o financiamento passa a ser privado, mas daí condicionada pela lógica liberal do direito privado, ou seja, não mais um direito público em seu sentido universalizável.

A concepção liberal do Estado defende a lógica das parcerias, entende o público como “não estatal” e reforça a criminalização dos movimentos sociais de teor classista. Ao SEPE-RJ coube até o momento no GIEA-RJ, intervir quando necessário para combater esta corrente crítica liberal identificada no campo da educação ambiental. Ao longo da dissertação, desde o debate entre concepção de Estado liberal e Estado marxista no capítulo 1, até as subdivisões no campo da EA no capítulo 2, a corrente crítica liberal foi identificada como uma das correntes internas à macro-tendência identificada como “crítica”.

A corrente crítica marxista, por sua vez, não negando que haja contradições internas no campo da educação ambiental, denuncia os usos e apropriações liberais dos termos como “público” e sociedade civil, como desdobramento de uma concepção do papel do Estado.

Esta dissertação mostrou que, apesar da maioria das CIEA não possuir sindicatos de profissionais da educação, no Rio de Janeiro isto foi possível tendo em vista a trajetória da superintendente de EA da SEA/RJ e pela correlação de forças favorável, de acordo com a proposta petista de ampliação da socialização da política. A construção da CIEA no Rio de Janeiro foi marcada pelo toque peculiar da atual direção da SEA/RJ que, em comparação com outras CIEA, mesmo perdendo numericamente, ganharam qualitativamente em termos de composição pela presença de um Sindicato de esquerda que conseguiu importantes conquistas e reuniu elementos para novas disputas.

A participação do SEPE-RJ colocou uma nova questão: o SEPE-RJ deve abandonar este espaço em função das suas limitações ou lutar para que ele cumpra com a sua responsabilidade prevista em lei, tornando possível ter no GIEA-RJ mais um espaço de denúncia da privatização da educação e construção do caráter público da educação no Rio de Janeiro? O SEPE-RJ deve utilizar o GIEA-RJ como espaço de denúncia e anúncio de alternativas, propostas, programas e projetos de políticas públicas, em favor das condições de trabalho dos profissionais da educação, para a construção de uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **“A desertificação neoliberal no Brasil”** Autores Associados SP 2005

ANTUNES, R. **“O continente do labor”** São Paulo, SP: Boitempo, 2011

BERNAL, Alex Barroso **A construção do Programa Estadual de EA do Rio de Janeiro: disputas pela agenda pública em tempos de hegemonia neoliberal** / Alex Barroso Bernal. Dissertação de mestrado PPGE UFRJ, 2012.

CARDOSO, F. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional** E. Civilização 1962

COUTINHO, C. N. **“Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira 2007

CUNHA, L. **“Educação, Estado e democracia no Brasil”**. Editora Cortez. São Paulo 2009.

DAGNINO, E. **“¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”** in Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110 2004

DALILA, A. O. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização** in Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89, p.1127-1144, Set./Dez. 2004

DARWIN, C. **“A origem das espécies”** Ed. Martin Claret 2004

D'AVILA, E. C. P. ; LOUREIRO, C.F. . **A Guerra de Posição nos conselhos: um estudo de caso no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA-RJ)**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 29, p. 1-17, 2012.

DREIFUSS, R. **A Transformações, matizes do século XXI** Ed.Vozes 2004

FONTES, Virgínia **“O Brasil e o capital-imperialismo”** 2º Ed. Rio de Janeiro EPSJV/Editora UFRJ, 2010

FURTADO, C. **Análise do "modelo" brasileiro**. RJ, Civilização Brasileira, 1972

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benito Croce**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. **Os intelectuais, O princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. **O ressurgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

GIDDENS, A. **“O debate global sobre a terceira via”** SP Editora UNESP, 2007.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Prós, 1995.

GUIMARÃES, M. **EA: No consenso um embate?** Campinas, SP: Prós, 2000. Indústria Brasileira de Bebidas Com Ary. Projeto Fazendo a Diferença. Rio de Janeiro: 2008.

HAYEK, F. Os princípios de uma ordem social liberal; In **Ideologias Políticas**. Tradução e revisão de Sérgio Duarte. Campinas, SP: Editora UNB, 1999.

HOUTART, F. **“Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico”** in A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas (orgs.) Atílio Boron;

Javier e Sabrina González – 1ª ed. 1ª reimp.-Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales CLACSO, 2006

KAPLAN, L. **“Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de EA no Brasil”** Dissertação de Mestrado, PPGE-UFRJ, 2011.

KAPLAN, L. & LOUREIRO, F. **“Concepções de Estado e Sociedade Civil institucionalizadas em políticas públicas de EA: um estudo de caso a partir de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente”**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 2, n. 2, p. 99-114, jul/dez 2011.

LABREA, V. **“A ‘vanguarda que se auto-anula’ ou a ilusão necessária: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede brasileira de EA 2003-2008”** Dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília (UNB) 2009

LAMOSA, R. A. C.. **A EA e a Nova Sociabilidade do Capital: um estudo nas escolas de Teresópolis**. Dissertação de mestrado, PPGE-UFRJ, 2010.

LAYRARGUES, P. **“EA: 20 anos”** Revista Comciência 2012

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In LOUREIRO C. F., LAYRARGUES P.P; & R.S CASTRO (organizadores) **Sociedade e meio ambiente: a EA em debate** 7º Ed.- São Paulo Ed. Cortez 2012

_____. Muito além da natureza: EA e reprodução social in LOUREIRO, C. F. **Pensamento complexo, dialética e EA** pp.30-71 2006

LAYRARGUES, P. & LIMA, G.; **Mapeando macro-tendências político pedagógicas da educação ambiental contemporânea do Brasil** in VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil Ribeirão Preto, setembro de 2011.

LEHER, R. Desafios para uma educação além do capital. In. **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

LEHER, R & SETÚBAL, M. (orgs.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis* São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. e COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a EA nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem EA”. In: MELLO, S. e TRAJBER, R. (orgs.) **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em EA**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. e VIEGAS, A. Diálogos entre a tradição dialética marxiana e a complexidade em Morin: contribuições para a EA. In: BAGGIO, A. e BARCELOS, V. (orgs.) **Educação Ambiental e complexidade: entre pensamentos e ações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

LOUREIRO, C. F. **Teoria Crítica in Encontros e caminhos: Formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005. PP. 323-333

_____. Crítica ao Fetiche da Individualidade e aos dualismos na EAEA. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. – uma abordagem emancipatória. São Carlos: RiMa **Educação Ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana** Editora, 2009d.

_____. O que queremos com a política de EA no Brasil? in MOLON, S. I. e DIAS, C. M. S. (orgs.) **Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão**. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, v. 01 p. 33-50.

_____. **Gestão Pública do ambiente e educação ambiental : caminhos e interfaces** / organizado por Carlos Frederico Bernardo Loureiro São Paulo: RiMa Editora, 2012.

_____. Crítica ao teoricismo e ao praticismo na EA. In: Neto, A. C.; Macedo Filho, F. D. e Batista, M. S. da S. (orgs.). **EA: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010

MATTOS, Marcelo Badaró **“Trabalhadores e sindicatos no Brasil”** 1º Ed. São Paulo Expressão Popular 2009

_____. **Trajatória e Fundamentos da educação ambiental** 4º Ed. Cortez São Paulo 2012

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

_____. **Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI**. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho, as 23 h.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.

_____. **“Crítica ao Programa de Gotha”** Ed. Boitempo 1875.

MIRANDA, K. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo de caso sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In: Sadi Dal Rosso (org.) **Associativismo e Sindicalismo em educação** (org.) – Organização e Lutas Brasília: Paralelo 15, 2011

MONTANÕ, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo Cortez 2010

MOTTA, V. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital/** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

OLIVEIRA, A. & MARTINS, J. **“Sindicalismo e “questão ambiental” – uma análise das concepções entre os dirigentes do sindicalismo urbano sergipano”**. Monografia defendida na UFSE 2011

OLIVEIRA, F. **A economia política da social-democracia**. Revista USP, São Paulo, Fev/Jul., 1993, p. 136-143

PARETO, V. **Manual de economia política** Ed. Abril 1984

SORRETINO, M., TRAJBER R., MENDONÇA, P., FERRARO, L. “**EA como política pública**”. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Ver. Atual – Florianópolis: UFSC, 2001, 121 p

SOUZA, H. N. **Uma análise crítica sobre o papel dos conselhos gestores de Unidades de Conservação. Estudo de caso do conselho gestor do Parque Estadual da Ilha Grande, RJ/** Dissertação de Mestrado EICOS Instituto de Psicologia – UFRJ, 2011.

SOUZA, D. B. **Conselhos municipais de meio ambiente: estado da arte, gestão e EA/** Donaldo Bello de Souza, Victor Novicki. – Brasília: Liber Livro, 2010.

TODT, C. “**Participação, Representatividade e Legitimidade na Construção de Políticas Públicas – A experiência do CIEA-BA, 2003-2006**”. Dissertação de Mestrado defendida na UNB, 2008.

TREIN, E. Revista Contemporânea de Educação N ° 14 – agosto/dezembro de 2012

WOOD, E. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo Boitempo 2011

_____. **Estado, democracia e globalização** in Atílio Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.) “A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas” Buenos Aires, CLACSO, 2006.

VILLAROTO, P. & FERES, J. C “**Rumo a um núcleo de indicadores-chave de coesão social. Um passo atrás, dois adiante**”, CEPAL, “**Coesão social na América Latina. Uma revisão de conceitos, marcos de referência e indicadores**” (pág. 185-219) Santiago 2010

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e método**. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2010.

Legislação

Brasil. Constituição Federal, Brasília 1988

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394, Brasília 1996

Brasil. Lei 3155, Rio de Janeiro 1998

Brasil. Lei 3325, Rio de Janeiro, 1999

Brasil. Lei 9795, Brasília, 1999

Brasil. Lei 5597, Rio de Janeiro, 1999

Brasil. Lei 4528, Rio de Janeiro, 2005

Brasil. Documentos Técnicos nº 1 Brasília, 2005.

Brasil, Decreto 40.889, Rio de Janeiro, 2007

Anexo 1

Entrevistas realizadas e transcritas durante o segundo semestre de 2012

Entrevista com Maria Teresa Gouveia – Jardim Botânico

Como é o sistema de composição do GIEA?

Na verdade o Jardim botânico não fazia parte da primeira composição histórica do GIEA há alguns anos atrás, quando houve a reforma do GIEA e a retomada que foi convidado o Jardim botânico que, na verdade, todos os CIEAs do Brasil, que tem assento comum é o IBAMA, no caso do Rio de Janeiro ele não se vê muito participante nesses coletivos e como o Jardim botânico foi originalmente uma unidade do IBAMA e hoje é uma franquia ligada ao MMA, pela nossa participação nas comissões de organizações estaduais de conferência infanto-juvenil pelo meio ambiente a gente foi convidado pra estar no GIEA e o Jardim botânico está representado no GIEA nessa última e atual composição do GIEA. Vou dar a minha percepção, eu acredito nos coletivos gestores, não importa se é de política pública como o GIEA é como em coletivos gestores de unidades de conservação que eu faço parte ou representando o Jardim botânico representando projetos que eu trabalho vinculados ao Jardim botânico, por exemplo, pelo Museu Nacional, eu acredito e é legal porque você acompanha o processo de formação de conselheiros num modo geral, seja de organizações governamentais, não governamentais ou setor privado, então assim, no GIEA nós temos de tudo um pouco, claro, não é uma comissão bipartida ou tripartida, mas tem governamental ou não governamental e não governamental em especial a Rede estadual de educação ambiental, REARJ. Quando a gente trata de assuntos que vão pro GIEA em alguns momentos a gente percebe, e aí vem o respeito, as divergências de opiniões, de posições, de ausências e presenças e também por outro lado há uma outra diferenciação que eu percebo mais pela minha história, na verdade assim, a minha origem funcional é a Secretaria especial do meio ambiente que foi antes do IBAMA, então a FEEMA tinha questões que hoje venho percebendo que também conduz à diferenciações de educadores ambientais. O que a gente tem de comum em representar o Jardim botânico é que a gente vem de um histórico, a gente criou os NEAs do IBAMA, os educadores dos NEAs foram formados na mesma proposta do próprio IBAMA. Outra coisa que temos tranquilidade pelo nosso lado, nós somos funcionários públicos, nós iramos a um conselho nós estamos indo carregando a nossa grade horária com permissão, a despesa que nós vamos ter nós vamos ter indo pro trabalho também, agora, já pela parte dos representantes das ONGs e similares provavelmente estão deixando de dar uma aula, os educadores né, estão deixando de trabalhar num projeto relacionado ao seu ganha-pão, ao seu salário, então mais uma vez pra gente o esvaziamento não tem que ocorrer porque passa a ser uma obrigação institucional, nós estamos representando um órgão público, mas entendemos que há essas ausências por esses motivos todos e inclusive por esse, eu já ouvi de um ex-conselheiro do GIEA que mudou de estado e falou: “Mas não dá pra gente vir sempre, porque eu estou largando o projeto que eu coordeno, que eu ganho, tenho gasto de deslocamento”, e tem mesmo, o que pra nós é tranquilo, porque

nós estamos com o nosso salário, eu vir para o Jardim botânico ou pro centro da cidade dá no mesmo, então eu acho que isso é uma coisa que tem que ser considerada e é engraçado porque a gente acaba trabalhando com princípios de respeito à diversidade porque até isso é adverso, a composição é mais do que uma diversidade de atores sociais, é uma diversidade não só de representantes de grupos como de pessoas que estão ali como representantes e que tem vidas complexas e que demandam várias ações. Tem uma coisa que me incomoda um pouco que eu vou falar pra você e falo pra poucos que eu tenho sentido que pode ser uma avaliação muito pequena minha e que não é em relação ao GIEA, não é só ao GIEA é aos educadores ambientais, se nós somos educadores ambientais eu acho que está faltando em alguns momentos nos colocarmos voluntariamente, porque é quase voluntário mesmo sendo funcionário público, eu digo com maior tranquilidade que eu faço parte dos grupos de trabalho do GIEA, às vezes eu sinto falta dos educadores ambientais acompanharem mais de perto questões ambientais levantadas pela sociedade, não problemas ambientais, porque isso está no jornal, na mídia, no fórum de especialidades, questões ambientais mesmo, então às vezes eu sinto falta e eu fico muito feliz porque eu vou a encontros que a sociedade civil convoca, eu sou chamada por eles, eu recebo e-mail, e eu brinco: “Não vem me chamar de chapa branca não porque eu sou cidadã” e eu me vejo muito tranquila de ser cidadã, estar profissionalmente ligada com um órgão público, mas às vezes sinto falta desse acompanhamento e acho que esse acompanhamento é muito rico quando a gente contextualiza algumas questões que a teoria nos coloca pra educação ambiental.

Como funcionam as eleições?

Existe um ato elencando instituições, esse ato existiu, a gente entrou nessa versão final. Há um envio de uma ficha pela Secretaria do estado de ambiente e educação solicitando às instituições eleições de titular e suplente, aí é indicado isso. O que acontece na verdade é que nunca há votação. O ato do secretário do meio ambiente coloca as instituições que recebem os ofícios, agora quem ele realmente indica porque quem pode indicar é o pessoal da secretaria.

Como se define a pauta?

Qualquer membro pode encaminhar, tem uma secretaria executiva, é composta a pauta tem um momento de informes gerais que a gente pode colocar e até uma coisa interessante, a Lara tem optado muito para que o GIEA seja presente representando em outros coletivos também gestores de políticas públicas, então o GIEA tem assento em alguns coletivos.

A gente sabe que o GIEA tem segundo o decreto uma atribuição de acompanhar e avaliar projetos de educação ambiental em escolas, quem de fato avalia? São os membros?

São é só de escolas não, é geral, já discutimos isso no GIEA. As diretrizes de apresentação do projeto se fossem pelo licenciamento do PEA, enfim, isso ainda não foi pra frente, tem muita coisa parada no GIEA, eu fico muito triste em dizer isso porque eu sempre estou nos grupos de trabalho, eu e Lara estamos sempre no grupo de trabalho e a gente não vê o produto final, eu sou uma cobradora, por isso eu não quero mais entrar em grupo de trabalho porque a gente trabalha e não vê o produto, voltando pro exercício

do coletivo eu acho que a gente está aprendendo, mas eu acho que estamos aquém, o PROEA já deveria estar sendo apresentado no CONEMA há muito tempo porque tem que passar pelo CONEMA quanto pelo Conselho estadual de educação e ainda estamos fechando, agora o nosso PROEA a gente é muito crítica, por exemplo, a gente está num momento do PROEA, que estamos vendo com muito cuidado os termos que vão entrar no glossário, e também no RPONEA que você viu tem sempre uns parágrafos explicando as diretrizes, fizemos isso, eu fiz até de alguns, o glossário foi uma preocupação assim, eu estou no grupo de trabalho desde o início, o que acontece, o glossário tem que traduzir ou reproduzir o contexto das discussões que se deram através dos processos de consulta pública e dos entendimentos dos membros do GIEA, vamos combinar que os membros do GIEA a gente não modifica a consulta pública, a gente teve a sistematização pro grupo de facilitadores o Alex inclusive foi um facilitador e também trabalhou no grupo de trabalho de sistematização e viam as considerações pra discutir no GIEA e é a cara do GIEA o contexto daqueles pensadores é que deram a cara, então o glossário tem termos que merecem interpretações diferenciadas, qual nós seguimos? Então estamos nesse momento agora de ver com muito cuidado, só pra dar um exemplo, eu me vejo muito organizada, alguns termos durante as discussões do grupo de trabalho com a sistematização e todas as contribuições regionais que tiveram, isso eu senti falta no trabalho do Alex, ele foi por outro caminho, se eu tivesse que escrever enquanto membro do GIEA eu me lembro que a gente tirava assim: “Isto merece ir pro glossário, essa palavra vai ser discutida quando for explicada essa diretriz”, o glossário mesmo não é um verbete de dicionário, um verbete de uma descrição técnica daquele termo ou daquele conjunto de palavras, na verdade ele é mais do que isso, como eu estou falando ele vem de um processo, o entendimento daquele termo vem de um processo de construção do PROEA, então não pode ser uma coisa descabida quando você pegar aquele termo e jogar e estar induzindo a outro pensamento que não tem nada a ver com o glossário, então estamos nesse momento e eu vejo como um momento muito rico porque hoje somos nós, estamos com tudo fresquinho na cabeça, nas minhas anotações, nas anotações de outros, mas o programa vai ficar aí, o programa estadual vai ficar aí e amanhã as pessoas podem ler, se era pra fazer verbete faria verbete, então a gente está nesse momento de construção e nesse momento de questionamento porque eu mesma notei que eram poucos termos que estariam no glossário e não enormes, vários, porque vamos pensar que a intenção e eu não sei se é você que vai fazer parte desse grupo do trabalho do Felipe e fica até uma sugestão é ver o alcance que os programas estão tendo entre os educadores ambientais gerais, até aqueles que se acham educadores ambientais e talvez pra alguns não sejam, merecem o trabalho que eles fazem, mas talvez não seja, porque eu tenho muita vontade de ver claramente quem é o educador ambiental, porque educação ambiental também é processo, não que a informação não seja a base, o inicial e o importante, agora interpretação é uma coisa, então a gente está nesse momento de reflexão pra fazer uma coisa legal porque a gente espera que seja um instrumento do conjunto de políticas públicas e que seja acessível, seja usado, questionado, como nós usamos o PRONEA, nós usamos o PRONEA e algumas coisas a gente acha, tanto que a gente modificou

algumas coisas de diretrizes do próprio PRONEA, a gente aumentou, foi um pouco além porque a gente achou, pode ser que a gente esteja errado, mas a gente achou, a gente achou não, as consultas públicas acharam.

Você acha que esses encaminhamentos que o GIEA faz vai direto pro CONEMA ou eles tem uma definição de trajeto pro legislativo ou pro executivo?

Não, o procedimento pelo o que as secretarias estão falando é apresentação aos conselhos, ao CONEMA e ao Conselho estadual de educação.

O espaço institucional que tem poder consultivo não seria uma contradição ele formular política?

Então, boa pergunta, eu acho que se você parar pra pensar O GIEA não é como os coletivos gestores, consultivos de unidade de conservação, são literalmente consultivos, só que tem uma coisa legal nesse consultivo, no que você é consultado você já esta se excedendo e participando de um processo que você pode induzir por outros caminhos, pela participação, pela fala, a deliberação, porque é uma pressão, um controle social, cara a cara, você mostra as fraquezas, as fortalezas dos atores que estão ali. Não vejo o GIEA assim porque, na verdade, eu acho que não estão escrito em lugar nenhum que ele é consultivo, se está eu não estou lembrada, o que eu vejo nos GIEAs, na verdade, já foi feito isso há muito tempo atrás e não tinha nem esse nome de GIEA, o que eu vejo é um grupo e foi um equívoco no Rio de Janeiro ser chamado grupo interdisciplinar de educação ambiental, é coletivo, comissão, interinstitucional e não interdisciplinar, mas tudo bem, quem fez esse erro no passado não consertou num segundo momento, então está bom, a se vê como CIEA e o Rio de Janeiro é o único que é GIEA, mas então assim, ele é consultivo? Ele é consultado pra algumas coisas, por exemplo, essas instruções normativas que eu participei no grupo de trabalho que infelizmente não viraram instruções normativas, ele é um conselho consultor, os CONEMAS são consultores, claro, não é deliberativo porque ele não tem o poder, nesse sentido ele é consultivo, mas não é no consultivo de ser consultado é no sentido de construir os objetos de consultoria que ele quer prestar, então isso me vontade e obrigação de continuar, obrigação eu tenho por um lado, mas me da vontade de continuar, porque se saírem as pessoas quem serão os consultores? Vai ser um grupo externo? Ou vai ser só de tal secretaria ou de outra secretaria, então esse consultivo é um termo que fica esquisito, na verdade a gente é consultado, mas a gente tem a liberdade de propor questões para sermos consultores, então não vem a demanda: “Queremos a consulta de vocês”, a gente pode e agente vai, por exemplo, as duas secretarias não baixaram, “Vamos fazer o PROEA”, as representantes das secretarias, o GIEA e as outras pessoas do GIEA falaram: “Está na hora de termos um programa estadual”, vamos fazer um programa estadual, então assim, não veio do secretário, o que seria a contratação de um consultor, então não vejo muito incoerência. O que ainda nós falta é a prática política de sermos mais voltados ao controle social das políticas públicas, o que eu acho pra essa questão de como vamos tomar conta da educação ambiental e todos os projetos do estado do Rio de Janeiro, a gente já solicitou e como estão lá os representantes da secretaria do estado de ambiente e educação de tratarmos de alguns assuntos específicos, por exemplo, vou dar um exemplo bem claro que estou desde a primeira

Conferência infanto-juvenil pelo meio ambiente que vem lá do MEC, o cara do MEC senta na nossa frente fala e fala, toda versão da Conferência é apresentado ao GIEA, dali do GIEA são os membros que saem das comissões organizadoras, Jardim botânico sempre fez parte, eu estou lá desde a primeira, só que se não houvesse o GIEA não haveria aquele momento de “olha MEC, nós queremos isso, achamos aquilo outro”, o MEC agora mesmo fez uma reunião em Goiás que chamou membros de todos os COEs estaduais por causa da próxima edição da Conferência infanto-juvenil e um representante do COE eleito pelo COE, eu estou desde a primeira, fui quem discuti mais com o cara do MEC no dia da reunião no dia que ele apresentou a proposta, eu me candidatei, e o que acontece nas comitativas legais as pessoas falam claramente se é legal sim, se não, então isso é legal, se o Rodrigo tivesse se candidatado talvez eu abrisse mão porque vamos combinar que a conferência existe se o professor quiser, o professor, não é nem a escola nem a secretaria, o professor quiser, muito melhor do que o Jardim botânico querer, o Jardim botânico está lá no COE, é operacional a gente faz até as oficinas, aquelas coisas, mas é muito mais a palavra do professor, só que o legal quando você está num coletivo como o GIEA você escuta a fala dos professores através da representação da secretaria do estado de educação, através de outros colegas que estão lá da rede que são professores de sala de aula, eu não sou, e outros colegas de lá não são, outros são, então assim, a gente leva os questionamentos, as dúvidas, os anseios, as broncas, incorpora com um coletivo, mas também é outra coisa muito legal, a gente incorpora, tem coisas que a gente tem o mesmo discurso, eu vejo por aí que isso é legal, só que há uns momentos que as pessoas se sentem mais desmotivadas, mais motivadas, todas aquelas razões que eu já falei.

Como você justifica o assento das redes se elas não têm figura jurídica, assembleias internas, como se justifica o assento delas?

Você diz nominalmente? Individualmente?

Não, a rede mesmo.

Então, a rede é representada por pessoas.

Estou perguntando como que pessoas de um determinado espaço que não possui figura jurídica, como se justifica num conselho institucional?

Por causa desse negócio de não ter CNPJ?

Também.

Justificativa pura é que não tem cabimento num coletivo de um estado não estar a rede do seu estado, poderíamos ter outras redes temáticas? Poderiam, mas lá no decreto só está a REARJ, eu acho importantíssimo eu acho que deveriam ter outras redes, por exemplo, nós temos redes temáticas, mas não sei, a REARJ está lá desde o início daquela primeira versão que o Jardim botânico não estava, eu digo isso porque as reuniões de coletivo são abertas né, são públicas, então por conta do GIEA em algumas reuniões eu já ia, historicamente não sei te dizer, sei que houve conflitos, representantes, mas essa coisa do CNPJ, de rede é uma coisa que às vezes pega mesmo, porque no cadastro de organizações do ministério do meio ambiente tem que entrar com CNPJ aí não sei como fica essa discussão.

Eu ia te perguntar sobre a legitimidade.

A legitimidade da representação eu sei que rola uma consulta, então, por exemplo: “Quem quer ser representante da REARJ no CIEA”, acabei de te falar que teve uma reunião dos educadores do Rio de Janeiro que todo ano tem ou de tempos em tempos e eu estava lá me perguntaram se eu não queria ser facilitadora da REARJ eu falei que não tinha o menor tempo pra isso, então tinha um acervo, a REARJ tinha um acervo documental e está com uma colega nossa na UERJ, mas ela se aposentou e teria que levar pra algum lugar, então falei, espaço eu tenho, eu arrumo na minha sala e me deram o apelido de facilitadora da REARJ simplesmente porque eu sou guardiã da memória da REARJ, então estou com o acervo da REARJ, institucionalmente pedi permissão ao Jardim botânico, não é uma coisa minha é da REARJ que é uma caixa com tudo arrumadinho, as pastas arrumadinhas, então eu sou facilitadora da REARJ hoje por conta disso senão não seria porque eu realmente não tenho tempo, mas eu fui nessa reunião e me pediram pra ficar. Por ser facilitadora da REARJ, mas não estou lá divulgando, não sou mediadora, não sou nada disso, não acompanho essas discussões outro dia tivemos uma reunião dos facilitadores da REARJ, então nessa reunião de facilitadores da REARJ é que rola assim, você pode ser representante da REARJ no coletivo “x”? Aí me elegeram representante da REARJ junto a REBEA, os assuntos que vem da REBEA pra cá como agora tem rede planetária, está uma discussão entre nós facilitadores da REARJ, eu posso opinar como facilitadora, então assim, quem melhor fala de rede com certeza é a Jaqueline Guerreiro, mas eu fico escutando e fico aprendendo, sempre aprendo um pouquinho, então é como se esse grupo formatasse uma ou mais opiniões e explode pra rede e todo mundo pode opinar, mas os facilitadores discutem, então eu não faço mediação porque eu estou sem tempo e nessa discussão eu tenho que opinar, então eu estou sem tempo, porque eu sou uma facilitadora.

Na sua opinião por que tem a presença do REARJ no decreto?

Isso aí foi uma lembrança da Lara com certeza, a Lara estava na primeira versão porque ela era do gabinete do Minc, desde que o GIEA existe como GIEA, não nessa segunda versão de composição foi o Minc que fez enquanto deputado né, acho que sempre foi uma boa lembrança o que é muito comum as redes estarem presentes nos CIEAs, nessa reunião em Brasília eu vi claramente.

Há uma metodologia de avaliação ou acompanhamento?

Não, o que a gente fez foi pra um caso bem específico dos planos de educação ambiental que estariam vinculados ao licenciamento, fizemos diretrizes pra amanhã quando a gente entrassem os projetos via SECAM caíssem no GIEA, isso nós fizemos, mas não está em exercício porque não virou instrução normativa, tem que virar instrução normativa.

É uma pendência.

Uma pendência que não é nossa, quer dizer que um grupo de trabalho já fez e o GIEA já aprovou, mas não foi pra frente. Esse item do decreto que é muito maior do que isso que eu tô falando tem que ser revisto porque se você ler a interpretação de que todo e qualquer projeto nós vamos analisar, não tem como, de jeito nenhum.

Se fosse pessoal pra analisar como seria a forma de contratação pra analisar? Seria voluntariamente? Seria pago e pago por quem?

E em que âmbito, porque aí assim, várias ações são chamadas de projeto de educação ambiental, várias ações que são partes talvez de um projeto de educação ambiental, talvez de educação, iam cair tudo, já é difícil entre educadores ambientais o entendimento do que é educação ambiental, vamos combinar que isso é fato, a gente vê isso e eu acho que ainda a gente tem que exercitar a aplicabilidade da teoria que é rica, eu acho que a gente está bem fundamentado, a gente é bem fundamentado, mas comparar com a prática como fundamentos que regem algumas ações na pesquisa biológica, então nós temos termos que sabemos em comum.

O que significa pra você as decisões tomadas ali? Qual a repercussão?

Das discussões que a gente tem, das ponderações que a gente faz, por exemplo, essa do MEC em relação às Conferências infanto-juvenis, ali por trás se discutiu muita coisa, principalmente por conta dos temas, do material didático, a gente discute tudo, isso seria um estudo de caso do pensamento de um coletivo quando chega uma proposta de política voltada pra educação ambiental que mexe com a educação ambiental na linha forma, não formal e até na informal. O que traz pra mim é de fortalecimento de posições enquanto coletivo, e o coletivo são de instituições, e instituições são pessoas, eu tenho certeza que amanhã mudando todas as pessoas que estão ali representando as instituições, portanto estão fazendo a cara deste GIEA, o GIEA será diferente, claro, a cultura organizacional é feita por pessoas, fica sempre o resquício na cultura, a cultura de uma organização vem de um processo histórico, de constituição, de cultura, então eu acho que pra mim eu me vejo como uma pessoa que está construindo a cultura desse GIEA que eu não vejo morrendo quando amanhã eu não estiver mais no GIEA pelo tipo de interferências que a gente está tendo em outras instituições, em outras instâncias, talvez o outro GIEA tivesse considerado aquela fala e a discussão naquele momento como um informe, um informe triste, todo mundo chateado, que chato, os professores estão sempre penalizados, nunca são realmente gratificados pelas suas ações, pelo o seu papel na sociedade, mas esse é um pensamento que não combina com a composição do GIEA hoje, amanhã outro GIEA não fazendo absolutamente nada o que se perdeu nesse caminho? Não está escrito isso no nosso regimento, mas são as pessoas que estão lá que tem uma visão de participação política muito maior do que simplesmente estar no coletivo e ter que cuidar de política pública, então eu me vejo constituindo uma cultura organizacional do GIEA Rio de Janeiro, mas isso não é pra engrandecer eu e os outros que estamos fazendo isso é simplesmente porque somos assim, nós temos essa visão assim, acho até que temos que fazer mais, estamos fazendo muito pouco por falta de tempo e dedicação de muitos. Podemos fazer mais não por termos poder, mas por acreditarmos que um coletivo tem mais força do que uma voz isolada, por isso que acho que não somos consultados, nos promovemos como consultores, mas a gente já formou uma massa crítica, que são pessoas que tem penetrações e eu acho que essas penetrações vão deixar uma marca desse GIEA, inclusive na construção do PROEA do estado essa marca esta ficando bem marcada, aí eu volto a dizer, isso tem que estar na apresentação do GIEA, do programa, é uma coisa que a gente faz questão de estar, outra coisa é

respeito a quem trabalhou, então não vai entrar toda a composição do GIEA porque aí tem também aquelas vaidades do nome e sobrenome da instituição, na hora da festa todo mundo é GIEA, na hora da mão na massa alguns lembram que são do GIEA, então eu sou bem crítica em relação a isso, quem vai entrar numa reunião, não é que todo o GIEA vai estar lá, mas quem botou a mão na massa, quem se preocupou foram alguns representantes, então esses alguns representantes tem que estar identificados, isso porque não são só os termos do glossário, quando alguém pegar o PROEA vai ver ali a educação ambiental que se emprega no Jardim botânico, vai estar de certa forma a questão das divergências de algumas instituições que estão lá porque tem divergências, e por outro lado, também vai ver que houve aprendizagem dessas instituições que entraram e não tinham a educação ambiental tal como alguns de nós já tínhamos, claramente já tivemos momentos de dizer que educação ambiental é essa de que está falando, essa não é a que o GIEA prega, entre nós, então isso é muito legal, a gente tem uma cara, o GIEA tem uma cara e essa cara tem que estar reproduzida por enquanto num único documento que nós vamos ter que nos mostra que foi um processo de apresentação de construção do PROEA, não é só quem financiou, quem não financiou, quantas consultas públicas teve, foi das discussões que dualizaram, então elas vão estar retratadas nas diretrizes e por isso a minha preocupação do glossário que é esse momento nosso de discussão não ser apenas um conjunto de verbetes, na verdade ele vai traduzir também essa cara que o GIEA tem e está impregnada ali no texto base que foi pra consulta pública, na sistematização, na sistematização discutida no grupo de trabalho composto pelo GIEA e é mesmo, em algumas consultas públicas surgiu o termo sustentabilidade, você pode imaginar a discussão que teve e a nossa decisão também, então a nossa decisão é a nossa cara. O PROEA é o documento que está aí hoje que vai traduzir a cara desse GIEA, não sei se vão ter outros, na instrução técnica que a gente fez e está lá parado pra ir pro CONAM, parado não porque a gente saiu do IBAMA, e essa outra das diretrizes também tem a cara do GIEA, mas essa do PROEA vai estar a cara das discussões que a gente teve enquanto coletivo.

Essa conversa com o representante do MEC em relação ao material didático em escolas, como está?

Eu acho os materiais muito ricos, mas eu não sou professora de sala de aula eu estou trazendo pra você o que eu escuto de professores e o que eu penso porque eu trabalho no jardim botânico e em algumas ações a gente está junto com professores de sala de aula. O material chega nas escolas e eu te pergunto qual o tempo que o professor tem pra digerir aquele material que é rico, amplo, pra organizar uma conferência, então tem a questão do prazo de recebimento, tempo do professor pra ler, pra aprender, pra optar em fazer ou não a conferência na escola. Eu sei que a intenção do MEC é a de deixar a semente fortalecer temas ambientais dentro das escolas, fortalecer a participação juvenil, isso vem fortalecendo, os meus questionamentos é que é um esforço muito grande e eu até entendo que tem questões que passam mesmo assim, é o tempo que o dinheiro sai, o orçamento da união sai pra preparar material, por outro lado, por exemplo, esse tema específico desse ano eu acho muito controverso porque são espaços educadores sustentáveis, então quando ele veio aqui a gente discutiu isso porque no

imaginário popular está somente uma das vertentes que é a construção, o habitat escolar físico que seja sustentável e tem uma conjuntura de ações que pode tornar aquela escola não sustentável e aí são três vertentes, o currículo, o espaço e me esqueci do terceiro item, ter um e não ter outro não a desqualifica como espaço educador sustentável, mas isso no imaginário ficou a apropriação de uma escola sustentável que é o espaço e aqui no Rio de Janeiro a gente tem aquele caso clássico que a gente não considera uma escola sustentável nem a pessoa de secretaria de educação também não considera, ela é do GIEA, aliás, o Rodrigo perguntou uma vez isso pra ela na nossa frente e ela falou que não temos nenhuma, nós não consideramos, agora o que a mídia fala é outra história, aí o meu questionamento é que com tanto tema, outras conferências tiveram temas mais palatáveis já dentro da escola como segurança alimentar, biodiversidade que está em muitas grades no ensino fundamental, mas de qualquer maneira eu fui lá pra oficina já trouxe, só não teve a reunião do COE porque sabiamente Deise Keller, para que os estados façam o MEC repassa o recurso e aí tem documentação trocada então ela só vai convidar COE quando estiver com essa documentação em dia, porque não adianta tomar o tempo da COE.

A COE seria?

A COE é a comissão organizadora estadual, todo do estado tem pra realizar as conferências.

E essas conferências são?

É um processo de conferências, começa nas escolas aí pode ser municipal ou regional ou local depois tem do estado e os delegados que vão pra nacional. É um processo muito rico, eu particularmente fico emocionada porque a gente é emotiva então ver os meninos debatendo é legal, ali se manifestam talentos pro exercício da palavra política, exercício político todo mundo tem que ter né, mas tem talentos voltados pra isso né, não são meninos e meninas tímidas são meninos que falam, que aparecem que têm o dom da fala. Eu só acho que a gente tem que melhorar o processo coletivo de construção das conferências.

Voltando pro GIEA, como vocês se relacionam com as divergências?

Imagina um grupo de consultores, cada vez nós estamos constituindo entendimentos mais afinados, nós estamos todos trabalhando num projeto chamado PROEA, somos três e somos afinadíssimos, tem umas confusões da sua área que confunde educação científica com educação ambiental então uma pessoa estava confundindo nessa linha, não chega a ser um conflito, mas ficam identificadas divergências, mas divergências que são tranquilamente discutidas. Tem casos de divergências que são históricas às vezes até entre os próprios representantes do mesmo ator social, mas essas divergências que ficam evidenciadas de contexto político de qual a educação ambiental que se emprega pelo GIEA vêm sendo cada vez menos presente e por outro lado assim, o caso SEP, o SEP é o sindicato dos professores, não é um sindicato nem uma rede de educadores ambientais, quando ele traz uma questão daquele movimento da grava dos professores não houve em nenhum momento o questionamento do que temo a ver com isso, a pessoa não se

atreveu a falar porque as vozes que saíram primeiro viram que se a gente prega educação e se a educação tem pilares que podem enfraquecer a importância da educação do estado temos que fazer alguma coisa, então esse entendimento fica muito palatável e as pessoas se retraem um pouco, então realmente há vozes dominantes, mas se constituíram dominantes porque estão mais frequentes, mais presentes, porque estão nessa história há muito tempo, na educação ambiental há muito tempo, na área ambiental há muito tempo, eu me questiono um pouco a ausência de um acompanhamento dos educadores ambientais e de questões ambientais, mas de estarem lá no meio escutando, então como a gente está nas duas áreas há muito tempo, obrigatoriamente pelo serviço, tem vozes dominantes, não estuo falando que seja do Jardim botânico só, mas há vozes dominantes e não é só a minha, então essas divergências ficam muito evidenciadas pra quem já tem um olhar crítico, outras pessoas independente de idade e de tempo tem o mesmo posicionamento e tem uma voz dominante do mesmo jeito e aí eu posso fazer o coletivo jovem, por vezes se equivocam por desconhecimento dos trâmites, questões históricas, mas param, refletem, não ficam só ouvindo e repetindo, fazem questionamentos completamente cabíveis pra mudar alguma reflexão ou pra mudar o rumo da reflexão e isso é muito legal então dá mesmo uma dinâmica. Então não tem conflitos que gerem enfraquecimento do GIEA como um todo, pelo menos nessa gestão nunca teve.

O termo sustentabilidade é realmente muito disputado, qual a sua visão sobre esse termo?

Mania de criarem termos sabia? Por exemplo, eu sou bióloga outro dia eu estava em um *workshop* de ciências de pesquisadores de uma unidade de conservação, aí surgiu “recurso”, eu fiz uma pergunta: “Vocês querem recursos mesmo?”, na minha época recurso natural era elemento que pode ser da fauna, da flora, solo. Uso racional tem uns termos, uso sustentável, vão inventando uns termos é igual desenvolvimento sustentável, tem uns termos que é pra matar a gente, mas massifica, então eu acho melhor não porque cria conflito de movimento, vira discussão, não há necessidade.

Mas dá pra pensar uma educação ambiental fora da determinação do mercado?

É difícil, fora do mercado é se você exercitar o tempo todo de que há a pressão do mercado, tipo assim, você está falando isso porque há a pressão do mercado, a discussão de que há essa presença do mercado já facilita você tomar alguns cuidados e de ver se você não está caindo no que o mercado quer naquele momento, naquele assunto, naquela proposta, então eu faço uma reflexão muito grande no grupo de trabalho que eu estou, se você parar pra ver que como medida mitigadora estão os planos de educação ambiental na avaliação de impacto que não é avaliação, porque daí avaliação de impacto é uma coisa e transformaram tudo em EIA/RIMA, mas se você parar eu fico irritada porque pra mim aquilo não é, porque você coloca no papel, você já ganhou a licença de mercado, depois você vai fazer o plano de educação ambiental, já te deram a licença pra você fazer, então que educação ambiental vai contra esse mercado? Eu não conseguiria, vou falar se revoltam? Vão pra audiência pública? Já aconteceu, agora, na avaliação de impacto ambiental você preparar a população envolvida diretamente ou indiretamente, capacitar para o seu papel num audiência pública, pra instrumentalizar o poder que a

sociedade tem ou que não tem, os cuidados pro poder dela não ser manipulado dentro de uma audiência pública num processo de avaliação, aí eu vejo educação ambiental, porque aí está o papel dela como mediadora de conflito ou então como mediadora, como educadora, agora, eu questiono essa educação ambiental que está aí posta pra esses processos, vai atender ao mercado? Não é que ela se vendeu ao que foi licenciado, mas ela vai se basear em que em relação àquele empreendimento, porque é um empreendimento.

Enquanto política pública de educação, pensando aí nas escolas públicas, talvez o mercado não devesse interferir na gestão e na formulação.

Claro que não, vamos pensar que por mais que a gente seja a favor de coletivos o papel do estado de educação, habitação e saúde tem que manter, afinal de contas a gente paga imposto agitando o sistema capitalista também pra isso, eu pago imposto, estou atendendo ao que a política, o projeto político me impõe. Eu não vejo nada de mais a pessoa ser voluntária e colaborar num projeto na escola, tem voluntário dentro de hospital, mas não tem que ter empresa pra fazer obra na escola, quem tem que fazer obra é o estado, não me chame pra fazer coleta seletiva, cata lixo na praia, quem tem que catar o lixo é o serviço público, quem tem que me dar água é o serviço público, o que eu tenho que fazer é não piorar uma situação que também piora a qualidade do serviço público, agora eu não tenho que ir lá catar o lixo da praia como uma ação de educação ambiental.

A educação ambiental deveria ser dada pelo estado?

Também pelo estado, só que como a gente trabalha com ambiente e ambiente tem contextos diferenciados, locais, regionais, temáticos, não vejo nada demais. Educação ambiental entra na escola se convidada pelo professor como enriquecimento, porque está dentro do conteúdo que ele quer abordar, agora pra trabalhar com comunidade é claro que a educação ambiental como qualquer prática vamos considerar que a educação ambiental que a gente está falando tem fundamentos teóricos que vêm de ciências, é uma intervenção científica, então claro que a gente não é neutro, nenhuma ciência é neutra, portanto a nossa situação também não é neutra, a gente vai com sentimento de agregar alguma coisa boa pela intervenção porque é uma intervenção, a nossa fala é intervencionista, o nosso papel é intervencionista, logico que a gente procura seguir os princípios de diretrizes que nos regem, respeito à diversidade, por exemplo, um educador ambiental tem as suas percepções e sentimentos, mas no momento em que ele vai pra uma audiência pública pra mediar e ele escuta o empreendedor falando que o empreendimento dele é maravilhoso, perfeito, ele ali está num papel que ele tem que exercitar, ele está falando de um papel que ele desempenha, então se ele está mentindo ou se ele não está mentindo, mas ele está no papel que ele desempenha, não existe bonzinho e malzinho, mesma coisa quando um grupo da sociedade que tem uma identidade territorial e que está ali falando também tem os interesses deles, então ele tem legitimidade, tanto este quanto aquele, agora, isso enquanto mediadores, o que eu acho do educador ambiental nesse momento, ele tem um exercício muito legal e nem todo mundo tem esse perfil, de levar a reflexão, sabe? Por isso que a gente promove diálogo, não é consenso é diálogo, consenso ninguém consegue é difícil conseguir, mas

pelo menos o diálogo, a reflexão baseada em diálogo, evidenciar falas, por isso que evidenciar conflitos é muito importante porque você consegue evidenciar conflito, você pode conduzir, pode mediar esses conflitos para que sejam evidenciados e aí deixa a discussão rolar, você não vai induzir o pensamento.

E.Você pensa que esse diálogo pode ser possível se houver numa mesma mesa representantes de um latifúndio e um representante de uma liga camponesa há condições igual de diálogo?

M.Depende da mediação, por exemplo, se você for numa audiência pública de EIA/RIMA, o CONEMA esta revendo isso de novo, os tempos eram sacanas, quem começa a falar primeiro é o empreendedor que vem com *PowerPoint*, vem com um aparato que às vezes oprime, fragiliza, outros lados, não só o segmento da sociedade que não é letrado, mas pelo poder da fala, pelo jeito, um exemplo foi que teve uma consulta pública para a criação de várias unidades de conservação marinha no Brasil, ampliação de algumas, mudança de outras, enfim, o que houve, a pessoa da instituição pública que foi falar disso federal só usava jargões técnicos, é a mesma coisa que você ir num médico e o médico vir com aqueles nomes e você fica não sei o que é isso não sei se estou morrendo, se não estou morrendo, um bom médico vai explicar pra você como se você não tivesse o corpo. Tem educadores ambientais graças pra nós que eu não sou dessa linha que discutem e refletem sobre educação de um modo geral e aplicam pra educação ambiental outros está aí na prática e conseguem ver, por isso que eu acho que tem que ter mais diálogo.

FIM DA ENTREVISTA

14/03/2012

Entrevista com Sérgio Filho, um dos cinco coordenadores gerais do SEPE, corrente do PSOL

Entrevistador: Eduardo d'Avila

E. Existe ou já existiu consenso no Sindicato em torno da participação do SEPE em conselhos interinstitucionais?

S.Nos últimos vinte e cinco anos, vinte anos que eu acompanho mais com proximidade não existiu consenso sobre a participação do sindicato nos conselhos interinstitucionais. Existe uma posição majoritária e todas as vezes que nós discutimos isso em congressos de sindicato, a necessidade e conveniência da participação do sindicato existiam um grupo de militantes que defenderam contra a posição. Mas a condução deles nos congressos sempre foi minoritários sendo aqueles militantes em maioria que defendiam a participação, obviamente a participação crítica reconhecendo os limites de atuação de um militante sindical em conselhos desse tipo.

E. Você tem experiência em participação em conselhos no sindicato?

S.Já tive uma participação como representante do SEPE no Conselho Municipal de Educação, faz mais ou menos doze, dez anos que participei como membro efetivo do Sindicato no Conselho Municipal de Educação.

E.Você fala dez doze anos remete ao início do governo Lula

S.Exatamente, a gente até avalia que como a eleição do Governo Lula, tanto a nível federal como de forma em cascata a nível estadual e municipal, estas participações ficaram mais complicadas porque a lógica de trajetória do governo Lula acabou tentando e muitas vezes conseguindo para alguns setores cooptação de dirigentes sindicais à lógica do Governo. O SEPE tem uma história de resistência a isso. Tanto resistiu como resiste e até a sua ligação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) da qual ele foi um dos apoiadores fundamentais nos anos 1980, foi questionada e em um plebiscito do Sindicato em 2006 nós deliberamos a desfiliação da Central Única dos Trabalhadores, até por avaliar que a central única dos trabalhadores em estava em rota de adaptação governista à lógica do Governo Lula.

E Quais correntes historicamente defenderam e quais foram favoráveis a participação em conselhos?

S.Os militantes que hoje se referenciam nas correntes identificadas partidariamente como PSOL como Enlace, a APS o campo de Luta Educadora sempre tiveram uma posição de participação crítica desses conselhos. Os militantes do Sindicato que tem uma referência maior com o PSTU atual tiveram sempre uma posição mais de resistência a essa participação, só que eu falo para você, em todas as plenárias que nós avaliamos e deliberamos que deveríamos continuar ou não com essa participação crítica, a posição majoritária foi de defesa da participação. Hoje inclusive na pauta da assembleia do município de hoje está a discussão da indicação do SEPE para o conselho municipal de educação. Normalmente nas discussões sobre isso os militantes que tem posição contrária à participação se abstêm, já não fazem mais defesa contrária, fazem a declaração de abstenção e não entram na polêmica, mas fazem questão de deixar registrado que não compactuam com a indicação pela abstenção.

E. Os anarquistas?

S. Têm também setores além do PSTU que se identificam mais como o anarquismo a filosofia mais libertária, mais independente de referências partidárias mais formais que também fazem crítica, a carga mais crítica, à posição da participação crítica nos conselhos.

E.Você lembra de ter havido alguma mudança de posição em torno da participação nos conselhos?

S.Não me recordo que as pessoas que defendiam ardorosamente contra tenham passado a defender a posição à favor. O máximo que pode ter acontecido foi uma passagem para a abstenção, que os militantes independente tinham posição mais contrária ou à favor, e agora não querem se posicionar.

E. E quais são os argumentos da sua corrente?

S.Eu faço parte de uma corrente organizada dentro do PSOL chamada Enlace uma tendência interna do PSOL, nós defendemos a participação com o argumento que é muito importante você aproveitar dentro dessa sociedade dominada pelo capitalismo, as brechas institucionais, os conselhos interinstitucionais são brechas. Então na verdade para o Governo a fonte com que ele quer dizer que está dialogando com a sociedade, só que nós temos que inverter a mão. A nossa participação crítica mostra que o governo

não dialoga com a sociedade, apenas quer instrumentalizar a sociedade. Do nosso ponto de vista, tendo a concepção de que o conselho não é panacéia e vai resolver todos os problemas, mas que o conselho pode revelar mais os problemas, uma participação crítica pode ajudar isso. Por isso, a gente avalia que é importante garantir a participação, sabendo conscientemente dos limites dela. Não é no conselho interinstitucional que nós vamos conseguir avançar a sociedade, mas é no conselho que a gente pode contribuir para esclarecer um pouco mais à sociedade da dominação em que o capitalismo se encontra.

E. E no contexto Lula, essa autonomia sindical dentro dos conselhos diminuiu ou aumentou?

S.Com certeza até pela trajetória anterior do governo Lula, dos militantes que o formam, foram militantes petistas, são militantes petistas, mas que hoje são figuras do governo, a tendência é o aparelhamento muito mais intenso do que os governos anteriores. Então hoje a sociedade civil tem mais risco de aparelhamento ou no governo Dilma agora mais presente, do que antes no governo FHC. Até muitos militantes que eram oposição à lógica FHC hoje pelo PT estar no poder são situação. E os discursos que faziam contra o que nós ainda consideramos problemas, eles hoje não mais consideram problemas e apóiam.

E.O que seria o sindicalismo empresarial?

S.Um sindicalismo reformista, uma lógica de sindicato de resultados, ne É uma lógica de sindicato que na verdade quer se acomodar à sociedade capitalista ou seja, “o mundo é desigual, o capitalismo é a única solução do planeta mesmo, vamos apenas adaptar a realidade para tentar de alguma forma trabalhar com o sindicato transformando o operário, o proletário, o trabalhador, uma espécie de pré empresário, ne, pré empreendedor.

E. Você acha que a informalidade influenciou na desorganização sindical

S. Com certeza. Quanto mais você cresce à lógica da informalidade, mais você enfraquece os sindicatos. Se você tem uma informalidade, você não tem o proletário ou o operário uma vinculação mais estreita com o sindicato, você precisa para esse trabalhador informal de associações mais comunitárias que o próprio sindicato também se abra para recepção desses trabalhadores. Só que isso é muito difícil na atual estrutura sindical que nós temos, é uma estrutura sindical que na verdade dominante é que faz o jogo do trabalhador formal, da lógica formal, inclusive porque a maioria do sindicato defende a formalidade do imposto sindical. Por exemplo, o SEPE tem deliberação contrária de sustentação fora setor sindical, ou seja, como se sustenta? O que se filia e faz uma contribuição voluntária mensal, na maioria dos sindicatos a sustentação não é por aí, é pelo imposto descontado em todos trabalhadores do setor uma vez por ano. Então só por isso você cria no sindicato tradicional um aparelhamento.

E. Na verdade seria o trabalhador informal tendo condições subjetivas diferentes do trabalhador formal e obviamente a disponibilidade diferenciada para a organização.

S.Porque na visão tradicional do sindicalismo o trabalhador informal porque não desconta imposto sindical não participa do sindicalismo.

E. Ou seja, o sindicato ele acaba...

S.Excluindo dos trabalhadores...

E. Excluindo o trabalhador. Existe uma cisão entre...

S. Por isso a gente defende um espírito novo no sindicalismo que não pode ficar atrelado ao imposto sindical, o sindicato tem que ser sustentado pelos próprios membros do sindicato de forma voluntária.

E. A ausência do consenso atrapalha a participação em conselhos?

S.Olha sempre quando você não tem um grande consenso sobre uma coisa principalmente no enfrentamento interno ao governo, você não tem um avanço muito significativo. Só que é inevitável quando você tem uma polêmica, tem que tentar vencer a polêmica, a posição majoritária tem que tentar de alguma forma avançar o que for possível avançar. No meu ponto de vista, existem militantes referenciados no PSTU que tem uma crítica na participação dos conselhos, que poderiam ser muito úteis como representantes do Sindicato nos conselhos. Só que os companheiros geralmente não indicam até porque tem uma posição de crítica à participação. Então nesse ponto de vista é um prejuízo não ter o consenso sobre a participação crítica dos conselhos.

E.De quais conselhos o SEPE participa?

S.Atualmente conselho de merenda escolar, conselho do FUNDEB, conselho de alimentação escolar, nós pretendemos voltar a participar do Conselho Municipal de Educação e tentar participar do conselho estadual de Educação. Até porque nesses conselhos normalmente os governos limitam a participação de entidades que eles acham que são muito complicadas. Obviamente o nosso ponto de vista de complicação é outro.

E. Por que?

S. Porque nós entendemos que nós não complicamos o conselho, nós ajudamos o conselho. E o governo obviamente como quer manipular o conselho, a presença de uma maneira muito autônoma atrapalha e complicação.

E. Você acha que houve alguma autonomização à partir da participação atual dos conselhos.

S. Eu acho que a gente conseguiu hoje ao participar em dar um maior grau de autonomia, só que muito limitada até porque não pode fazer tudo sozinho, você tem que tentar uma parceria com as outras instituições da sociedade civil, porque os conselheiros indicados pelo governo não tem autonomia, obviamente, são representantes da vontade do governo.

E. Você desde quando o SEPE participa de Conselhos?

S.Desde o início dos anos 1990, em 1994 em 1995, em 1996, quando começou a se institucionalizar os conselhos.

E. E aí havia uma efetiva participação ou havia só um indicativo legal?

S. Não, nós chegamos a participar concretamente dos conselhos, como representação do SEPE do sindicato no conselho de educação, conselho do fundeb, conseguimos fazer essa participação. Teve problemas no final dos anos 1990 para os anos 2000 quando os governos começaram a tentar cercear alegando problemas burocráticos. O que na verdade, no nosso ponto de vista, é um subterfúgio para dificultar a participação crítica dentro do conselho, principalmente no conselho municipal de educação, por exemplo.

E. Você acha que o Plano Collor desestabilizou o movimento sindical no Brasil?

S. Eu acho que o desestabilizou o movimento sindical não foi nem o reequilíbrio da lógica econômica, a continuação do impacto inflacionário posterior ao plano Collor; o que mais desestabilizou a lógica sindical no Brasil foi a postura do governo Lula quando assumiu de tentar abertamente cooptar as centrais sindicais para diminuir a oposição interna ao governo. Isso foi um prejuízo muito maior do que nos anos precedentes no governo FHC.

E. Essa cooptação vai influenciar a esquerda brasileira e a correlação internas do SEPE, então primeiro como seu deu essa mudança da esquerda e como influenciou na correlação de forças do SEPE?

S. Nós vivenciamos um momento que o SEPE formalizou apoio inclusive ao Governo Lula por entender que aquilo era uma candidatura que representava um avanço de esquerda no Brasil, a eleição de 2003. Então nosso entendimento é que à partir desta situação, na prática a esquerda foi esvaziada da sua combatividade, grande parte dela, tanto os militantes referenciados no PC do B, no PV, na Central Única dos Trabalhadores que antes eram militantes muito mais combativos na questão das propostas governamentais que atacavam o direito dos servidores, tiveram uma diminuição da sua força de combate, até porque a central única dos trabalhadores integravam base do governo, então isso na verdade rachou a esquerda e aí enfraqueceu, e isso se traduziu no sindicato por exemplo a discussão para se o sindicato ficava ou não ficava na CUT. E aí a gente decidiu por maioria sair da CUT, embora já existissem como existem militantes do PT, como governo diretor do sindicato que ainda defendem uma reaproximação com a Central Única dos Trabalhadores.

E. Você já ouviu falar ou conhece o GIEA Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

S. Eu já ouvi falar mas não conheço em detalhe mais estrutural profundo sobre ele.

E. É um Conselho Interinstitucional que no Rio se chama Grupo e desde 2011 o SEPE participa e o GIEA, ele divulgou uma nota de apoio do sindicato na greve do ano passado (2010). Você alguma coisa a dizer à respeito dessa nota.

S. Não, acho que foi muito boa. Lembro da nota, por isso que conheço o grupo mais pela nota, do ano passado mas não conheço detalhes de composição e participação, mas acho que é sempre importante por exemplo em espaços como esse, você ter militantes do sindicato justamente para isso, porque por exemplo, pegando este mesmo exemplo, se não tivesse nenhum militante do sindicato, ou você não tivesse nenhuma discussão sobre uma educação de mais fôlego no Grupo, não sairia a nota, então o Grupo não se pronunciaria formalmente. A discussão não chegaria ao Grupo. No nosso ponto de vista esse é um espaço que tem que ser ocupado, mesmo de forma muito limitada e singular às vezes por militantes até para fazer o tensionamento, até para que o Governo não utilize desse grupo para fazer o contrário. Se você não tivesse militância boa na participação desse grupo podia ser o contrário, o Grupo poderia até, dependendo do tensionamento do governo, se posicionar contra a mobilização, por isso a gente acha que é sempre bom, embora limitado, a participação crítica dos sindicatos nesses espaços. E você acha importante.

E. E você acha importante o SEPE discutir a entrada da Educação Ambiental nas escolas, considerando o empresariamento da política pública?

S. Eu acho que é sempre muito importante que os sindicatos e os movimentos sociais façam discussão e interfiram na lógica de construção curricular. O que nós temos que é evitar e isso é uma discussão que é até defensiva, que as ideologias neoliberais se atualizem para compartimentações curriculares, que defendam por exemplo o caso ambiental o capitalismo verde, ou seja, o empreendedorismo ecológico. Se a gente não conseguir interferir nesse processo de discussão curricular, educação ambiental pode se tornar patamar da defesa que o capitalismo faz bem ao meio ambiente. Só precisa fazer ele funcionar direitinho. No nosso ponto de vista, não é essa a lógica, a educação ambiental tem que mostrar que a natureza vive com uma parte dela mais dinâmica vamos dizer assim ou mais destrutivas muitas vezes pelo humano, pela humanidade, ela tem que ser respeitada. E muito do respeito passa pelo questionamento dos valores capitalistas que são dominantes, ou seja, explorar o meio ambiente sem controle não é uma lógica civilizada. Do nosso ponto de vista o capitalismo verde nesse aspecto não é a base da educação ambiental, por isso até para combater lógicas que podem vicejar assim, a gente tem que de alguma forma entrar na discussão em que é a educação ambiental mais adequada para os currículos. Para isso você tem que participar dos espaços que disputam essas proposições?

E.O que você entende por Educação Ambiental?

S.É fundamentalmente isso: uma forma de você trabalhar como profissional de educação e como comunidade escolar no entendimento de que na natureza, nós como humanidade temos uma relação inicialmente muito destrutiva, até porque a humanidade cresceu na verdade destruindo a natureza em vão; a civilização é por si só destrutiva, só que a nossa concepção de civilização, ao reconhecer isso, buscar tentar transformar em outro patamar de convívio da natureza, que parta da limitação do seu aspecto destrutivo, e parta da estimulação do seu aspecto reconstrutivo, então para isso você ter uma concepção de Natureza e meio ambiente que parta do companheirismo entre a humanidade e o que os cerca. Do nosso ponto de vista, o capitalismo tem um dos pecados mortais quando não pressupõe isso, ele pressupõe um crescimento geométrico do seu poder e ao crescer assim você acaba naturalizando a destruição ambiental. É exatamente o que a gente quer fazer invertendo na constituição da educação ambiental, ou seja, o meio ambiente não pode ter a sua destruição naturalizada, o que tem que ser naturalizado é a sua preservação e construção, mesmo que isso signifique muitas vezes limitar o potencial tecnológico e de crescimento econômico, porque você não faz crescer o bolo a todo custo, como o capitalismo prega.

14.03.2012Entrevista Vera Lúcia Costa Nepomuceno

Entrevistador: Eduardo d'Avila

E. Existe ou já existiu algum consenso em torno da participação do SEPE em conselhos interinstitucionais?

V. Não, não tem consenso em torno mas o SEPE é um candidato que se organiza nos seus pólos com uma democracia direta e o congresso sempre referendou a participação

do sindicato nesses conselhos. Nós temos uma trajetória que sempre procurou garantir a manutenção da participação do sindicato nos diversos conselhos, mas também temos um balanço muito negativo dessa participação onde não houve retorno de fato que pudesse municiar a luta através das denúncias e a gente tem hoje isso mais é... é.... dividido pelas redes municipais, é uma participação maior na rede municipal o conselho de alimentação, o conselho do FUNDEB, mas a gente nunca teve esse consenso, a gente já teve posições distintas mas a categoria sempre optou que o sindicato deveria participar.

E. Quais correntes historicamente defenderam e quais foram a contra a participação

V.É... o SEPE já tem uma história grandinha né. Eu estou na direção há dez anos, e nesses dez anos, o que eu posso dizer para você é que acho que a reorganização muda muito nas insígnias dos grupos, vai pra lá e pra cá. Então hoje por exemplo, a Bia (Beatriz Lugão), hoje que é uma das organizadoras gerais do SEPE -ela é do Movimento Terra e Liberdade (MTL- PSOL) e hoje sinceramente eu nem sei qual é a posição da Bia, ela faz parte do PSOL mas na época ela era do PSTU, e ela defendia a não participação nos conselhos, eu não sei como está hoje esse planejamento. Hoje nós temos vários grupos como ENLACE, o NÓS DE CAXIAS, que num dado período histórico estiveram lá trás como democracia socialista a DS e campo socialista que sempre defenderam a participação e hoje continuam defendendo. Então basicamente a gente sempre teve uma maioria da direção do Sindicato, que hoje a gente identifica no Partido dos Trabalhadores, num setor que não era da DS mas hoje se reivindica como democracia socialista, à partir das vezes do Governo Lula, numa discussão internacional, houve uma ruptura quem era DS virou o Enlace ne, mas todos esses reivindicam a participação do Sindicato nesses espaços.

E. Você fala há dez anos, foi quando começou o Governo Lula, ne...

V. É Governo Lula. O Governo Lula ele foi delimitador desse processo de reorganização, ne, de rupturas, de movimentos que passaram a não mais participar de determinadas organizações pelo advento do Governo Lula eu acho que a Democracia Socialista era um exemplo caro disso no que veio se chamar depois de Enlace, saiu.. teve uma ruptura a nível internacional da discussão da 4º Internacional e hoje se organizam no Enlace, mas sempre tiveram na defesa da participação.

E. Mas também a esquerda brasileira.... você percebe uma mudança na esquerda brasileira nesses últimos dez anos?

V.Sim é um fragmentação muito grande eu achoq eu a gente que acompanham, eu tenho 26 anoa de magistério e participei da organização dos trabalhadores como eu fazia parte de um grupo que veio da Igreja. E a gente acompanhou... eu ne em especial pude acompanhar essa história toda desse processo de reorganização, de saída do PT, da fundação do PSTU, da fundação do PSOL, houve uma iniciativa inclusive antes do nascimento do PSOL, de um partido diferente da composição que hoje faz o PSOL centralismo que acabou não vingando ne,, E aí.. então hoje a gente tem várias organizações de cunho inclusive de organizações locais, ne sem uma construção nacional bem localizado mesmo como Nós de Caxias, grupos independentes, Florestan

Fernandes, que também de um pessoal que era da DS democracia socialista que saiu e hoje organiza esse grupo. Então o fracionamento muito grande, e isso traz uma dificuldade muito grande para a gente poder estar organizando o Sindicato mobilizando, o SEPE sempre expressou muito isso ne, muitas correntes, muitas organizações...

E. E quais são os argumentos da sua corrente sobre a participação do SEPE?

V. Na verdade isso não é uma questão de princípio. A gente entende que a correlação de força nesses ... nesses fóruns ela é muito desfavorável e na maioria das vezes ela acaba legitimando as mudanças que já estão determinadas pelos organismos internacionais e que na verdade as secretarias acabam implementando e legitimando o que eles acham que deve ser feito. O exemplo claro disso foi o que a gente viveu recentemente na prefeitura de Caxias aonde houve um desrespeito a uma determinação de datas-bases anteriores diminuiu o alunos de sala de aula que já havia sido acertado com o próprio governo Zito e com a sua antiga secretária e hoje a atual secretária Roberta ela se legitimou no conselho municipal de educação para poder ampliar o número de alunos de sala de aula e a correlação de forças muito desfavorável. Então, na verdade, o Sindicato tem cadeira, participam, denuncia, mas não há nenhum mecanismo que de fato garanta ali as coisas a ser disputadas na verdade é um espaço aonde as coisas são muito marcadas. Já.. pra você ter uma idéia, quem dirige o conselho municipal de educação é a secretaria de educação, então daí...

E. Você acha que esta ausência de consenso atrapalha a participação

V. Eu acho que não porque quem acredita de fato que está fazendo a diferença na participação... a gente inclusive nos fóruns, nas assembleias, aonde você tira nomes apresentados pela base da categoria ou pela direção para compor o conselho, representando o Sindicato, a gente se abstém de se representar chapa. Mas as pessoas apresentam chapa, apresentam nomes, eu acho que de fato é uma estrutura montada para acabar... mais uma vez, reforçando e legitimando aquilo que já está determinado.

E. Como na conjuntura inclusive como você falou do governo Lula. De quais conselhos o SEPE participa atualmente?

V. Conselho Municipal de Educação, Conselho de Merenda, Conselho do Fundeb, Conselho de Direitos Humanos, o que me recordo são esses.

E. Desde quando o SEPE participa desses conselhos?

V. Ah esse histórico não tenho como te dar. Mas eu acho que desde a instituição desses conselhos o SEPE vem participando, inclusive esse é um elemento para o balanço da participação nesses conselhos. O que isso veio a acrescentar com nossa luta? Muito pouco....

E. Tem como dar um exemplo?

V. Eu acho que o exemplo de Caxias é um exemplo claro, é um exemplo claro. Porque, assim, a nossa defesa maior em relação a essa... não que se houvesse uma correlação de forças, uma organização uma mobilização maior, não sei... Mas a gente acredita muito na luta direta, uma organização direta dos trabalhadores, a pressão direta, e como não existe esse canal direto, não é permeável, entende, ne. A gente já teve inclusive cadeiras no conselho estadual de educação hoje não temos mais, mas não é permeável, ali existe uma política da classe dirigente e da classe econômica, então é uma, se cria ali a

hegemonia, que um representante até mesmo os documentos muitas vezes, a gente tem dificuldade de ter acesso a eles, porque as coisas já chegam prontas nos conselhos.

E. Você acha que o fenômeno da informalidade do governo Lula, a questão da flexibilização, atrapalhou a orgao Sindicato

V. Com certeza, muito. Porque fraciona muito, e deixa o trabalhador muito exposto porque na verdade você não tem proteção nenhuma pra esse trabalhador. Nós tentamos organizar alguma coisa com os terceirizados aonde a primeira grande orientação é ninguém tem nome, aqui todo mundo é Maria e todo mundo é José, porque na medida em que você se expõe e muitas vezes não era nem um movimento reivindicatório, eram movimentos para garantir os direitos trabalhistas como pagamento de férias, pagamento de décimo terceiro, entoa isso dificulta muito a organização dos trabalhadores.

E. Você conhece ou já ouvir o GIEA Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

V. Não tenho conhecimento. Não tenho contato.

E. Você acha importante o SEPE discutir a entrada da educação ambiental nas escolas?

V. Sim, é importante. É uma importância da discussão do currículo, a gente precisa se apropriar disso, a gente está perdendo a apropriação daquilo que é pertinente ao trabalho docente, nós na discutimos mais currículo, nós não discutão os nossos projetos políticos pedagógicos, nós não organizamos mais nossa avaliação. Hoje, cada vez mais, esse profissional docente ele está sendo descaracterizado da sua função que é a primeira, a função do professor de refletir, de elaborar preparar, então nesse debate a gente tem que estar retomando... porque é o poder da produção que está pensando o currículo, sabe qual esse currículo, saber qual a realidade que a gente trabalha, o que está sendo completamente anunciado, estamos perdendo completamente, nos transformando em entregadores de materiais de fundações estranhas à educação que não tem nenhuma relação com a realidade, são padronizados, burocráticos e isso para nós é um ataque mortal à essência da educação, porque se a educação não reflete, e não procura estar interagindo para poder fazer as suas formações necessárias, a gente não tem processo educacional, porque você treina, você está treinando aquilo que o mercado determina

E. Então você acha que tem uma determinação mercadológica que impede a percepção dos educadores?

V. Com certeza. Aonde que nós sempre fizemos na década de 1980 e até mesmo na década de 1990 ele hoje ele vem se perdendo muito, mas a gente sequer discute currículo. As coisas estão prontas, existe um ataque na educação à carreira docente na universidade, as novas tecnologias estão sendo utilizadas para aprofundar esse ataque, no discurso da distância, em sua maioria que são curso da área de humanas de licenciatura, então você está entrando numa espiral aí que leva cada vez mais com que esse profissional tenha uma debilidade na sua formação e com isso chegue ao mercado de trabalho enquanto professor, sem o entendimento da dimensão que é o ataque à sua docência. Ele chega como reproduzidor que não pensa não reflete, não elabora, hoje a gente tem uma luta por um terço do horário complementar não é à toa, a gente precisa estar brigando sempre muito por isso, porque essa é a essência do profissional planejar o

seu trabalho, refletir, elaborar, senão a gente deixa de de fato ser o professor, aquele que professa, aquele que está ali para impulsionar, mas dirigir o processo com o aluno de ensino aprendizagem. É curioso que nos estudos a gente observa eu passei por isso, na década de 1970 era só ensinar, o professor era responsável por isso, na década de 1980 o ensino aprendizagem, na década de 1990 e agora início do séc. XXI, a gente disputa só aprendizagem, então o aluno aprende sozinho, você não precisa do professor, essa é idéia que precisa ser desconstruída porque não é verdade, eu pelo menos penso assim.

E. O que você entende por Educação Ambiental?

V. Educação ambiental ela precisa também estar diretamente relacionada com a questão do espaço ocupado, do papel social que cada um tem, porque eu me preocupo muito quando fala em educação ambiental e eu já vi em algumas situações aonde você sempre responsabiliza o indivíduo pela destruição e esquece de levar em consideração que este indivíduo ele está numa sociedade que tem uma classe que dirige as estruturas econômicas e que na sua grande maioria provocam os maiores crimes ecológicos mas que passa a responsabilidade para o indivíduo. Então acho que falar em educação ambiental é necessário não desassociar deste problema que a gente está vivendo que tem haver com esse processo do avanço do sistema capitalista na educação. Não é diferente na questão ambiental, transformar essa luta em defesa do meio ambiente e da vida, numa luta em defesa de uma escola de uma sociedade melhor, porque não dá pra desassociar, é uma luta só. Espero que tenha te ajudado.

11/05/12

Entrevista com Lara Murtinho da Costa Superintendente de Educação Ambiental da Secretaria de Ambiente (SEA) do estado do RJ.

Entrevistador: Eduardo d'Avila do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ.

E. Com surgiu a idéia de construir o GIEA?

L. A idéia de construir o GIEA? Primeiro você sabe como foi criado o GIEA?

E. Sim.

L. Ah então... O GIEA foi criado por força de uma Lei, no mesmo ano em que o Governo Federal publicou a Política Nacional de Educação Ambiental, que foi 1999, nós também - só que a do Governo Federal foi início do ano e a nossa foi em dezembro, 17 de dezembro de 1999, foi publicada a lei 3325 que cria a Política Estadual de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental. Então, o GIEA foi criado por lei, ta! O projeto de lei é de 1996, e então ele demorou, assim, 03 anos, a gente fez umas de 3 a 5 3 audiências públicas grandes e 2 menores, então foram cinco audiências públicas, que mexeu no texto da lei, claro que a gente usava muito também a base do texto federal, mas adaptado para o Rio de Janeiro. Então o GIEA é criado por força da lei. Aí pressionamos lá, o Governo, na época, foi em 1999, estava chegando o Garotinho (Anthony Garotinho), ele em 2000 já criou o Grupo mesmo de trabalho, solicitando que os órgãos enviassem os

representantes, e o GIEA caminhou bem até mais ou menos... bem... o GIEA caminhou formalmente até 2003 mas que não discutia politicamente nada porque a Educação Ambiental não estava estruturada nos órgãos públicos, então você não tem orçamento para disputar e a gente ficou 3 anos discutindo regimento interno, enfim... então muitas pessoas se esvaziaram de interesse na época, eu inclusive, que participava do GIEA, via Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, desisti, porque a gente não ia conseguir trabalhar mesmo a pauta da Educação Ambiental, e a gente não tinha apoio nenhum na estrutura governamental, o governador Garotinho apesar de ter criado a lei, foi ele que assinou, não teve recursos orçamentários para executar programa nenhum, não se estruturou uma superintendência, uma gerência, uma diretoria, seja o que fosse, um setor, uma sessão, para que pudesse estar pensando em termos de políticas públicas, as ações de programas e projetos na Educação Ambiental.

Aí, quando chegamos em 2007, nós tínhamos então já a lei que criava o Grupo e era preciso reestruturar, porque o GIEA criado lei inicialmente, ele tinha uma constituição assim que a gente chama de chapa branca, ta? Ele era 99% governamental, com a ABONG participando assim, como instituição que vinha da sociedade civil. Então eu solicitei que a gente fizesse um programa paritário, mas eles publicaram o decreto, o Governador publicou o decreto em abril, criando o GIEA ... Reestruturando o GIEA, mas que não tinha membros da sociedade civil, tinha universidade, tinha FIRJAN, tinha SENAI, quer dizer, tinham setores não governamentais, mas esses setores não governamentais não eram necessariamente sociedade civil, ta me entendendo? Então mesmo assim, ainda estava muito fechado, então a gente recebia muitas críticas e com toda razão, eu mesmo pedia para o Jardim Botânico fazer crítica, o Ibama fazer crítica na composição... E de tanto a gente apertar em agosto surgiu um novo decreto agora sim reestruturando o GIEA, agosto de 2007, reestruturando o GIEA já com uma formação paritária e aí sim com sindicatos de professores, com Rede de Educação Ambiental, e então com movimentos sociais mesmo, né. É isso.

Quais foram os critérios de participação da sociedade civil?

L. A gente apontou que seria interessante, mas por isso que foi o meu susto quando eu vi em abril a publicação de um decreto que não tava contemplada ali, por exemplo, a REARJ, que era a rede de educadores, e nem o SEPE com ... com .. o sindicato, ou seja, tanto o sindicato de professores de escolas públicas ou particulares. Não tinha sindicato de professor! Então, eu fiquei... E tinha SENAI, FIRJAN, quer dizer, você tinha o setor industrial presente... E eu me lembro muito bem de eu ir para a direção e falar “Olha gente, fica complicado você estar trabalhando a nível democrático, querendo fazer uma construção, e não ter sociedade civil”. Aí me disseram “Ah Lara, tem aí sociedade civil”. Não, empresa não é sociedade civil, universidade não é sociedade civil, né, dentro de um conceito de sociedade civil... Você pode colocar que o setor acadêmico estava presente, o setor científico estava presente, porque tinha o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a FIOCRUZ, tem uma identidade de educação ambiental, mas eles não são movimento social e nem sociedade civil, né? Então era a dificuldade deles entenderem.

A minha sorte é que naquele ano em 2007, o Governo Federal, o DEA que era departamento, hoje ele é uma diretoria, mas na época se chamava departamento de educação ambiental, organizou o I Encontro Nacional de Gestores Públicos de Educação Ambiental, e que chamavam representantes das secretarias de ambiente e educação do país inteiro com um representante do GIEA, que na verdade a nível nacional se chama CIEAs, só no Rio de Janeiro que é GIEA, e que fossem representantes indicados da sociedade civil, e a gente não tinha sociedade civil. Aí eu falei assim “Gente, a gente não tem sociedade civil”. “Ah, então o Rio de Janeiro não vai indicar ninguém” Aí adivinha “Olha a vergonha” (na hora de eu fazer relatório),”que nós estamos passando, apesar de ser o único estado que teve uma superintendência estruturada, entendeu? Tinha doze pessoas na época, hoje também tem doze, com qualificação no campo da educação ambiental, a gente não tinha sociedade civil“. Era uma vergonha “eu vou passar vergonha”. De tanto que eu falei quando eu voltei do Fórum pedi que o Encontro de Gestores fizesse uma moção solicitando alteração, veio a moção e o menino do parque do Jardim Botânico, tipo numa sexta feira noite, me liga o Gabinete Civil para me ler o texto, se eu concordava. E eu falei “Agora?”, que estava com um evento com o Ministério e tal, e pensei “poxa, estão acordando para essa questão”. E finalmente então foi publicado.

E. Já tinha uma coordenação na estrutura da secretaria?

L. Uma superintendência. É, assim que a gente chegou em janeiro de 2007 a superintendência foi criada em janeiro na nossa estrutura da secretaria, ta? Então quando saiu a era Garotinho e Rosinha, a secretaria deixou de ser Secretaria de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano, que era ligado ao Conde, e virou Secretaria de Ambiente do Rio de Janeiro, já com a estrutura de uma superintendência de educação ambiental. Tínhamos pensado numa subsecretaria, para botar peso mesmo, teria sido muito interessante ter uma subsecretaria, mas havia uma limitação na época de um número de subsecretarias dentro das Secretarias, então na época a gente teve oportunidade de criar duas subsecretarias, uma de intervenções especiais – porque o meio ambiente faz muita intervenção, obras de dragagens, então tinha que ter uma cuidasse só disso, e uma outra que tivesse de todo o resto, da pauta, é porque era agenda verde, agenda azul (água ne), e agenda marrom da poluição que come tudo. Você vê a agenda marrom de poluição come tudo, de atenção, de recurso, e tal, e depois vem a questão... a água é uma questão de peso, em terceiro lugar vem a agenda verde, então a agenda de educação fica lá, onde fica né?

E. Por que o GIEA?

L. Olha, por que olha, só. A gente criou a lei, quer dizer, o nosso projeto é de 1996, eu acho que o projeto do Governo federal tramitava a partir de 1995. Então o grupo do Rio de Janeiro, ou cria Comissão ou Grupo. È, e não nos atendemos para isso, de ter seguido a cópia da lei..

E. É o único?

L. É o único do Brasil, porque a gente tinha que criar mesmo uma estrutura que fosse... e criamos o grupo. Agora eu não me lembro mais - porque eu sou uma das autoras do texto da lei -, eu só não me lembro se na realidade, como eram três audiências públicas,

eu acho que na quarta audiência teve uma emenda... Não! Aí passaram as audiências, e aí passaram os processos de tramitação do projeto de lei. O texto é modificado pelas audiências, e o texto passa por Comissões da Assembléia Legislativa. Cada Comissão tem um número específico de deputados. Estes deputados podem propondo emendas do texto original. Se não me engano numa das comissões que ele passou o deputado fez uma proposta de alterar para de Grupo... de Comissão para Grupo. .. sei que acabou ficando Grupo. Porque.. na primeira.. quando o texto foi publicado em diário oficial em primeira discussão já estava grupo. Então é provável que ele tenha já tenha alterado e na hora da primeira votação passou.

E.E o regimento como ele foi feito?

L.Ó, esse último foi feito em reunião, né? A gente cria um grupo de trabalho no âmbito do GIEA, esse grupo de trabalho propõe um texto para todo mundo, você marca reuniões de instituições e delibera. É criado pelo próprio Grupo.

E. Teve alguma pressão na hora de criar o regimento?

L. Não, mas discussões que seriam importantes. A configuração do nosso GIEA hoje é diferente do que era na época do governo Garotinho, ta? Onde você tinha o aparelhamento grande do Estado em cima e onde você não tem tanto aparelhamento, digamos. Embora eu ache que politicamente, o GIEA ainda não tem influência política aqui, tipo... porque poder, você vê. Se o GIEA tivesse o poder de dizer sim ou não, em termos dos recursos que são aplicados, ele teria um poder real, você está me entendendo? Então ele ainda não, isto está sendo construído, mas é porque o FECAM é um pouco resistente. Porque é o seguinte: o dinheiro da educação ambiental, quando a gente chegou em 2007... Bom, se você não tem recurso, só tem militância, e era um grupo que já militava há 20 anos, ou você tem recurso ou então tchau né. Então a gente propôs para o Fundo que de 1% a 5% de todo mundo que pedisse recurso do Fundo fosse para a Educação Ambiental. Então o Fundo só patrocina ações do Governo de Secretarias de Governo, não patrocina nada de terceiro setor ou sociedade civil. Então todo mundo que pede dinheiro para o Fundo de 1% a 5% vai pra educação ambiental e eu fico com o “mini-fundo”. É.....e acaba que o FECAM ele tem medo não só de burocratizar muito, porque muitas vezes as reuniões do Fundo embora tenham seja marcada com antecedência, tem sempre coisa extra pauta, que chega em cima da hora, porque tem emergências acidentais. Por exemplo, teve acidente na região Serrana. Primeira reunião do Fundo já está previsto que vai ter que pára tudo, e entra em contato, se é estatal é porque é estatal tem que ter as questões emergenciais. Então, assim, o que eles sempre falaram para mim que eles ficavam meio apreensivos, ia criar muita burocracia. Qual seria a proposta original? Que o GIEA fizesse as análises da qualidade técnica dos programas de educação ambiental, que entram pro Fundo para serem financiados, mas que na realidade, o que acontece? A grande maioria dos programas é da superintendência aqui mesmo, mas teve casos assim que a CEDAE apresentou uma proposta de um programa, veio para mim, veio para eu dar um parecer, e que envolvia publicar uma revista em quadrinho. Sabe aquele de fazer *datashow*, distribuir chaveirinho e boné e dizer que isso é educação ambiental? Para evitar este tipo de coisa, o GIEA, em 2007 e 2008 ele fez várias reuniões para a gente **criar a racionalidade que**

orientaria então o FECAM, o Fundo Conservação da Natureza. A gente fez os termos de referência. Ou seja, quem fizesse... O FECAM, quando alguém chega e pede “Ah, eu quero pegar recurso” do Fundo ele preenche uma planilha, não é uma planilha. Não, não é uma planilha. Um formulário, tá? Que já ta no Site. Então ele tem que saber... ele tem que ser instruído pelo Fundo que ao preencher o formulário ele tem que pensar também no outro para educação ambiental. Porque de 1% a 5% vai para educação ambiental. Como a maior parte dos órgãos não tem setor de educação ambiental, isso gerava um stress pras instituições, então elas preferem que eu execute, e que... ou seja, eles estão pedindo dinheiro do fundo, mas eles preferem que o dinheiro da educação ambiental vá pras as ações já determinadas que são as ações assim...que a gente tem programas que pegam o eixo formal e não-formal, para ter capilaridade pro estado inteiro então, à medida que vai entrando dinheiro a gente vai capilarizando, aumentando o número de municípios, amplia compramos uma plataforma, com isso a gente conseguiu atuar nos 92 municípios do Rio. Então o que eu percebo assim, eu acho importante que o GIEA tenha maior gerência assim.. interferência política, acho importante... O GIEA passa por momentos de muita participação e por períodos de baixa participação, depende muito dos atores que formam, ne. Vamos supor, a gente botou lá o CJ o Coletivo Jovem, pra ter acesso... desde o primeiro momento desde 2007. Mas o CJ estava desestruturado no RJ, porque há muito tempo que não tem uma formação para formar lá o coletivo, ne. Então uma galera de 2007 esses mesmos ficava Alex Bernal que hoje em dia está lá no Ministério, mas você via que já tinha tido um distanciamento do próprio Coletivo Jovem que foi formado em 2003. Então você, cinco anos depois um casou, teve filhos, aí tem que ter uma renovação sempre das lideranças. Aí tem momentos que se você que esvazia politicamente e tem momentos que aumenta. Ano passado trouxemos finalmente o Sindicato, o SEPE, depois da gente mandando ofício anualmente pedindo para eles indicarem membros e suplentes, eles não indicavam! Ou porque eles queriam boicotar mesmo, podia ser intencional, ou porque não tinham interesse, que o SEPE, sabe? As vezes a pauta de educação ambiental é tão marginal, ne. Ou porque também a pauta o SEPE é outras questões ficam mais marginais mesmo dentro do próprio sindicato, você entendeu? Aí a gente fez uma articulação com pessoas do Sindicato, pra que levassem em reuniões do Sindicato e estimulassem o interesse. Porque a gente tem um assento no Grupo Interdisciplinar, que tem que estar discutindo, controlando, analisando a política, fazendo críticas, contribuindo. Eu fico um pouco desgastada nisso porque eu vejo assim, se eu boto muito energia pessoal a coisa caminha mais. Eu vejo assim, eu enquanto secretaria ou Jardim Botânico do RJ, são as duas instituições que assim mais botam energia mesmo. Eu tinha uma programação que eu tinha feito em 2007 e 2008 da gente sair, com o final do primeiro mandato a gente ter conseguido fazer resoluções, ne, deliberações do GIEA para poder construir diretrizes pedagógicas para...(fim da gravação)

(...)

(continuação)

E. Já existiu alguma presença empresarial no Grupo?

L. A FIRJAN ta no Grupo. Mas não aparece, acho que ela só veio uma vez um representante da FIRJAN depois da gente falar muito.. que nem, era SEPE, FIRJAN que não mandavam, SINPRO RIO, você vê eles não participam, mas eles têm assento. Mas também acho que não dão valor, não. Por que?

E. É.

L. Tem muitos setores que colocam a FIRJAN como assento, então a FIRJAN por exemplo está no Fundo. O representante da FIRJAN está no fundo estadual para conservação da natureza, ta?

E. Não tem muito a cultura nas CIEA pelo país da presença do Sindicato. Por que no RJ foi diferente?

L. Bom, a gente propôs que tivesse sindicato, inclusive sindicato de escola pública e particular para alternar, como a gente fez lá com outras instituições, a gente botou também a ASNAMA que é a Associação de Secretários Municipais de Meio Ambiente com a ANDIME Associação de Secretários Municipais de Educação. Nessa de você tentar fortalecer a educação ambiental nos municípios eram importante trazer essas associações que teoricamente a sociedade civil, entre aspas, porque são associações chapa branca, ne, de secretários municipais. É.... mas a gente é que propôs mesmo. Propus que tivesse o sindicato e há anos que eu luto pro sindicato ta junto. Porque eu acho que é importante..

E. Tem espaço no Grupo para discutir uma pauta do SEPE no que diz respeito ao uso da educação ambiental como estratégia das empresas para entrar nas escolas, por exemplo?

L. Nós propusemos já em reuniões com o Grupo, tiramos como sim de fazer um seminário onde a gente discutisse “educação ambiental: disciplina ou não?” que é onde você discute a privatização da educação, porque já que não é disciplina, é projeto, aí é uma maneira das empresas entrarem dentro da educação, ta? Das escolas. Então a gente ia fazer um seminário, em que na parte da manhã a gente ia discutir “educação ambiental: disciplina ou não?”, e na parte da tarde a gente discutiria a privatização da educação, mas à partir do acúmulo da primeira discussão de manhã, que era de ser disciplina ou transversalidade. Aí a gente discutia a privatização da educação. Mas chegamos a realizar um seminário nesse sentido pra discussão dessa pauta, a composição já saiu ano passado, então assim, esse ano é o segundo ano, no final desse ano é que eu tenho que solicitar a renovação ou a confirmação dos membros que estão, ou a renovação ta. Então quando eles indicam por dois anos o mandato, então eles indicaram ano passado então teoricamente o grupo permanece. Se tiver um esvaziamento, é.... eu vou ter que solicitar novos membros, e se você quiser assistir você está convidado para assistir.

E. Então você acha que de certa forma aumentou a representatividade no conselho?

L. Representatividade, sim, porque é mais de uma instituição que está presente e principalmente a pauta da educação. Porque veja, o GIEA como é um Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental, essa questão do qualificativo ambiental... é mais comum você ver a pauta ambiental entrando no GIEA, do que a pauta de revisão

curricular, que está em evidência, da revisão, das alterações curriculares, a discussão do currículo, então... não entrou. Você percebeu? Que entra mais a demanda do campo ambiental do que a demanda do campo da educação, por exemplo. E que não acho correto porque a educação ambiental ela vai dialogar com o eixo formal e não formal, mas entram mais questões do campo não-formal do que do campo formal da educação, por exemplo. Mas por que? Talvez por... não acho que isso tenha que ser responsabilidade de um membro ou da Secretaria de Educação, tá? Que trabalha com a escola, trabalha diretamente com a escola, não acho que seja responsabilidade só da secretaria de educação querer discutir revisão curricular, revisão de currículo, ok? É uma responsabilidade e o papel de todos os educadores discutirem essa questão. Mas o que você fica esperando, como é uma pauta permanente do campo da educação formal que ela poderia trazer essa demanda, se ela também quisesse ouvir, ou quisesse trazer um protagonismo para o GIEA, né, ou quisesse ter a opinião do GIEA como instrumento político, você tá me entendendo? Mas não trouxe. Aí que você tem a universidade, por exemplo, a UERJ está como pública e quem é particular é a Cândido Mendes. A UERJ traz demanda, mas traz muitas demandas... Você vê, a representante da UERJ ela não faz um reunião antes com a UERJ inteira para saber o que que leva pro GIEA. É muito do protagonismo do próprio membro, esse é um outro problema de participação. Assim, representatividade e participação, eu acho que era uma grande discussão que pudesse se fazer, porque a REARJ por exemplo, tem assento e vem sempre o que o Declève ou Jaqueline que são sempre os mesmos. Declève e Jaqueline estão em tudo em qualquer reunião, de tudo quanto é coisa, tá me entendendo? Aí você começa a dizer assim mas o quanto é representativo? Você trabalhou antes essa pauta – a gente manda a pauta assim com uns 15 dias de antecedência -, mas trabalhou antes essa pauta? Não. Por que nunca tem tempo, ou por desorganização, ou porque às vezes, sei lá, enfim..Entende? É frágil também, acaba sempre com o protagonismo do membro..

E. Assim como o SEPE também teve um protagonismo do representante.

L. Do representante. Mas eu acho que no caso do SEPE, o nome do Rodrigo foi tirado em reunião ampliada, mas já com uma pauta, eu acho que ele já recebeu uma missão do SEPE. Entende? Ó, tu vai lá, você defende isso isso e isso. Você pode até perguntar para ele como foi.. Porque eu acho que tem que dar autonomia mesmo. É muito difícil assim, você tem que pensar, você representar a nossa instituição nesse assento, e então todas as vezes que aparecer esse e esse tema, a direção é essa, e você leve outros temas tais, e tenta ver.. tentar garantir que o posicionamento do grupo seja tal. Isso é uma diretriz, então ele tem autonomia também né, vai que ele está lá observando, mas ele já está previamente direcionado pelo seu grupo. Isso é uma boa forma de organização: o que você está vendo mesmo como pauta com antecedência. Eu mesma sou representante de um órgão gestor, a ABEMA Associação Brasileira de Secretários Estaduais de Meio Ambiente. Eu mando a pauta com antecedência..quer dizer, quando o Ministério me manda a pauta com antecedência do Órgão gestor, que é quase nunca, mas vamos supor que ele me manda com três dias de antecedência, eu mando imediatamente pra ABEMA perguntando se tem alguma diretriz pra mim, só checando, que o presidente, que

secretario executivo me responda, que eu ganhe alguma direção. Porque senão eu vou pensar enquanto gestora.. seria interessante qual (fim da gravação)

(...)

L. Então enfim, eu tenho essa experiência também.

E. Há perspectivas do Sinpro ter uma cadeira já que ele não respondeu ainda? Ou se há um diálogo...

L. Uman cadeira, não. A cadeira é SEPE e SINPRO. E o fato do SEPE agora ser suplemente não é pro SEPE não vir. É que na realidade é um voto para aquele assento, e quem tiver representante... mas tem que pactuar com seu par, entende? Porque assim, eu fico preocupada por exemplo de esvaziar de novo, já que agora entrou o SINPRO e não mandar ninguém então o SEPE não vem e não manda suplemente. Não, na ausência do membro o suplente assume, entendeu? E depois outra coisa, espaço se conquista não se ganha de presente, entende? Também eu fico pensando assim “Eu lutei pelo Sintrpo e pelo SEpe mas eles não tinham interesse nenhum, então eles não conquistaram esse lugar, esse lugar foi dado de presente”, está errado também! Está entendendo o que estou falando? Fui eu que garanti, que quis garantir o espaço do SEPE e do Sinpro, mas isso não veio de uma luta do movimento, então eles não estão aqui. Faz sentido, não tem demanda deles, vai ver que não tem interesse.

E. Mas o Sinpro não tinha nomes?

L.Não. Não indicou ainda. De vez em quando a gente encontra o pessoal do Sinpro em outras reuniões e a gente dá uma cobrada “Entre em contato comigo, vamos indicar, vamos indicar”.

E. Existe uma perspectiva?

L. Existe uma perspectiva sempre, agora vai ter uma nova... vamos ver, eles vão mandar, porque já foi enviado o ofício para que mandasse representantes, vamos ver na reunião. Aí se eles não vierem na reunião eu vou ter que ligar e dizer “Olha, vocês tem assento vocês não têm interesse?” Aí se eu for lá pedir, tentar pedir uma reunião de diretoria, ampliada, de defender.. Veja que o esforço está sendo de cá para lá, mas não de lá para cá.

E. Obrigado, Lara.

L. Mas tem uma coisa que eu acho importante falar, que eu me incomodo, embora eu entenda. Eu estou como coordenadora do GIEA, eu vou entrar no sexto ano. Porque o primeiro decreto que saiu em 2007 colocou a Secretaria de Ambiente como coordenação do GIEA, e a gente trabalha na política desde 2007, com uma coordenação integrada entre três secretarias de governo. Uma coordenação integrada no sentido de que a gente tinha programas em parcerias, hoje está diferente. E eu me lembro de em 2007 estar falando com a Secretaria na época Isabela Trescheira dizendo “Poxa, o decreto saiu dizendo que a Secretaria coordena o GIEA”. Afinal é por que é importante, para garantir a pauta da educação. Mas a secretaria de ambiente ela pega a formal e a não formal, então faz mais sentido a secretaria de ambiente coordenando um grupo interdisciplinar do que do campo da educação. Mas eu vou lhe dizer que eu fico cansada, eu fico cansada. Por que é um esforço, a gente tem.. durante muito tempo lutei pelo Coletivo Jovem. Coletivo Jovem tinha sumido, aí você fica indo atrás Po!! Não desaparece, vem

cá, traz a pauta, é importante, a gente vai discutir tal coisa, é preciso que você esteja, entende assim?

(fim da gravação)

Entrevista 17/10/12 Danielle Gryspain Jardim Botânico

E. Como se chegou a essa composição atual do GIEA?

D. O GIEA já tem muito tempo, eu conheço o GIEA há alguns e desde que eu conheço não necessariamente participava, então eu soube pela pessoa na época que era uma representação de instituições órgãos que trabalhavam com EA no Estado RJ, e na época inclusive que eu houve que o GIEA existia a Fundação Osvaldo Cruz avanço tinha representação no GIEA eu mesma que pedi: disse que aqui não era uma instituição absolutamente de saúde stricto sensu e que a questão da saúde é absolutamente vinculada a ela e que a gente tínhamos muito trabalho do ponto socioambiental e a questão da saúde absolutamente com meio ambiente e que não fazia sentido que a gente não tivesse também representação e nós ficamos com o Jardim Botânico. No caso dois institutos de pesquisa federais o Jardim Botânico e a Fundação Osvaldo Cruz.

E. Como se dá a renovação da composição?

D. Olha só, o GIEA ele tem uma composição e funcionalmente que depende da representação do meu ponto de vista, institucional. Enquanto a instituição delega a alguém essa incumbência essa responsabilidade, o profissional permanece, então é assim que fica a representação dessa forma. No meu ponto de vista, o GIEA (estou te respondendo isso como uma questão de pesquisa e não como questão de pesquisa e não como uma questão política até porque tem determinadas coisas que a gente não fala, até porque se a gente fala a gente briga, e brigar não é exatamente aquilo que a gente quer, a gente quer construir mas é que o GIEA poderia funcionar melhor né, mas funciona melhor ou pior dependendo de quem está na Secretaria de Meio Ambiente. Então às vezes dependendo de quem está, não é só Secretaria de Meio Ambiente, na verdade de quem está.. porque o GIEA acaba sendo um órgão que é vinculado ao Governo Estadual, embora tenha uma representatividade de várias entidades, então ele está funcionando melhor ou pior de acordo com quem está na vez da Política Estadual, então ele funciona assim, mais ou menos intensamente. Acho até que nesses últimos tempos a gente conseguiu fazer ele existir, o que já é muito bom.

E. Há quanto tempo que a Fio Cruz está no GIEA?

D. E se eu te chutar agora não vai ser legal, não sei... Eu tenho participado mais nos últimos anos.

E. Tem eleição no GIEA?

D. Dentro do GIEA?

E. É.

D. Não tem não. Inclusive acho que tem pessoas que participam formalmente... na verdade o GIEA formalmente tem uma lista de entidades, eu estou dizendo entidades porque vai.. tem todo tipo de organismo, público, não público representação civil tem

todo tipo de coisa, mas todo tipo de entidades que estão lá relacionadas nunca foram em reuni-la relacionadas nunca foram em reunião nenhum desde que u participam, então eu nem sei se algumas delas ou o responsável da vez sabe que o GIEA existe não sei, não sei se ele toma uma decisão de não participar ou sem não sabe se este e não manda ninguém m, não sei... Não pergunto para ser franca porque não caberia a mim. Se eu fosse responsável pelo funcionamento do GIEA eu procurava saber porque quês sãs entidades todas nunca vê. Acho também que, por outro lado, tem muita gente ligada que vem e que se diz histórica, não sei o que, e que na verdade manipula bastante, desagradável até, mas não é maioria é uma pessoa ou outra, porque tem pessoas que atuam muito por e-mail ne e que fazem muito pouco na prática, e se eu falar isso eu vou brigar então eu estou te falando isso por confiança porque eu sei que estas questões gravadas de pesquisa são pra fazer com que a coisa funcione melhor sem mencionar a fonte, então a ideia é que seria muito que GIEA fosse um grupo que pudesse mas enfim acho que essas coisa são assim mesmo , houve tempo que eu achava que tinha... acho que isso limita mas ele até compõe bastante neste sentido, ele é uma pessoa bastante sociável, eu já teve tempo que eu brigava mais, sabe... Hoje em dia acho que aprendi a tolerar mais, aprendi a aceitar que as coisas não são como a gente sonhava e aí procuro dar a minha contribuição como parte da minha instituição, e acho que a gente conseguiu fechar um documento que acho que foi maravilhoso, ne, realmente eu gostei e fiquei muito feliz, teve até um momento que uma dessas pessoas que se diz histórica tentou barrar a gente, foi chato, porque a gente não tem nenhum objetivo de disputa de poder a não ser de contribuir mas eu falei logo que a gente não competia a gente não, não, contribuía e essa pessoa que fez tanta onda para fazer parte de um grupo mais específico ela não ia em reunião nenhuma, sempre por um motivo ou outro motivo, mas ela mesmo diz que tem um amigo importante que gosta de botar nome, mas ela mesma estava mais preocupada com o nome do que qualquer outra coisa. A gente não tem interesse, a gente tem interesse absolutamente institucional de contribuição, a gente acredita que pode contribuir a gente acredita que as coisas se fazem no vai e vem às vezes melhora ou piora, mas não saiu um documento? Esse documento a gente acredita que está de qualidade e que a gente contribuiu indo em todas as reuniões ou pelo menos quase todas, aquelas que eram abertas a todos, e a gente foi e contribuiu. Ficamos muito felizes, inclusive essa pessoa que antes nos barrava, foi super gentil na última reunião e acho que caiu a ficha dela, percebeu que a gente só vinha lá contribuir, então que bom ne. Aí ficamos felizes porque eu acho que o que importa é que o trabalho fala pela gente, e aí o trabalho falou pela gente. A gente como Fio Cruz, eu participei durante um tempo, colaborei inclusive levando outras pessoas da Fio Cruz comigo, o que eu acho importante também para que eu não seja a única que soubesse que o GIEA existia e também porque sempre acredito que outras contribuições são importantes, a gente conseguiu fechar um documento de política que a gente acredita que seja um documento que possa ajudar a política pública em educação ambiental e foi muito bom.

E.Você falou em uma interação por email seria por exemplo a presença das redes. Como se justifica o assento das redes se elas não possuem figura jurídica?

D. Eu acho assim que as representações que são efetivamente representações podem participar desde que fique claro que são associações e que essas associações têm legitimidade, ta A nossa... a nossa representante da Rede aqui... na verdade na última reunião, eu estou te dizendo coisa que eu ouvi, ela se virou que houve a opinião e de uma outra pessoa para ver como a Rede tava funcionando e opinião dela foi completamente discordante da outra pessoa que a Rede não tava funcionando e que ela fizesse questão que ficasse eu acho que as críticas tem que ser aceitas não como... não como....destrutivas mas como uma crítica que denota que talvez a rede não esteja funcionando como deveria e que, portanto, aquela representação da Rede deixa a desejar na medida que a rede não funciona como deveria, mas ela ta muito preocupada em se defender de uma crítica do que aceitar uma crítica para melhor e isso... eu acho que o problema não que é pessoa jurídica e pessoa não jurídica é que sinceramente não vejo legitimidade naquela representação que se diz histórica e que senta no negócio e fica., ne Se uma instituição ate delega uma responsabilidade ela pode dizer que essa responsabilidade já não é mais sua, é de outra pessoa que igualmente pode representar bem uma instituição. Agora, se trata-se de uma rede que é uma organização social, aí mesmo é que essa representação tinha que estar funcionando super bem para que houvesse sim um revezamento porque não é possível que uma pessoa senta num negócio e é sempre ela que representa uma rede. Ou essa rede não ta funcionando, e portanto essa pessoa não tem uma mobilização social que exige uma renovação, e isso é mais um atestado de que a rede não funciona do que outra coisa, ta ou então ta havendo uma intimidação das pessoas que não podem nem saber que a rede pode se renovar em todos os sentidos. Uma rede social tem que ter vida, precisa ter ela não pode ser excludente, não pode ser um lugar de poder, ela pode ser lugar de uma mobilização e essa mobilização significa um poder civil, o que acontece pé que tem pessoas que não estão em instituição nenhum e que precisam entrar nos órgãos de colegiado de decisão, de participação, e ela se legitima e o representante de uma rede e fica lá durante dez anos vinte anos. Isso não é existe, isso não existe. Agora é o tal negócio eu não sei bem por que que isso é feito mas acho que isso grupo de poder político de partido, de grupelho político, não é nem partido e aí fica uma coisa absolutamente uma antítese de si própria como é que uma rede de educação ambiental não se propõe a renovação. Não existe isso eu era facilitadora de rede, dessa rede. Saí porque já que eu disse que o rei estava morte então me saíram, e foi a pessoa dona da rede que me saiu, hoje ela me trata super bem, mas ela não gostava, ela acha que eu ia dizer que o rei estava nu o tempo todo, eu disse que o rei estava nu, não preciso disso. Eu tenho lugar mais do que referenciado, sou pesquisadora titular não preciso ficar puxando o saco de ninguém porque não foi assim que eu fiz a minha vida ta e acho uma pouca vergonha que haja a possibilidade de manipular rede pra si mesmo, isso é absolutamente o discurso sem autocrítica nenhuma; a possibilidade de você sentar numa coisa dizer que é histórico, não ter renovação nenhuma não se preocupar com o funcionamento dele... mesmo no ponto de renovar, isso pra ficar na comissão daqui, da comissão daquilo e na comissão daquilo. Isso traz até o que ta acontecendo no Brasil, você vê nas ultimas eleições municipais, apesar do voto ser obrigatório, houve muita gente que não votou,

porque as pessoas ficam incrédulas. Por que? Você pessoalmente não quer ficar disputando o poder, aí você vai fiar se gastando pra dizer que o rei está no por quanto tempo e aí tem uma pessoa que dedicou à vida a ficar lá montada no negócio para manipular poder. Você tem que ter muito saco pra ficar lá brigando e ao é exatamente que as pessoas que não querem poder tem, não tem saco então não brigam, então aquela coisa existe com limitações de representação e não sei nem quem foi essa outra segunda pessoa ela deve ter tentado dizer alguma, não sei o que, mas eu soube pela própria pessoa que hoje é representante da rede que houve essa crítica, é isso que eu acho. A gente que trabalha no mundo acadêmico, muita gente que trabalha no mundo acadêmico também tem dificuldade com a crítica, mas é aquele negócio. Se eu trabalho no mundo acadêmico eu tenho que acreditar que a crítica é boa, eu tenho que conviver num ambiente em que eu possa ter divergência porque é nela que eu cresço, eu acredito nisso, acredito na mobilização social, mas a rede aqui do Rio de Janeiro não está funcionando legal tá todo mundo que tem liberdade pode falar alguma coisa sobre isso poderia funcionar melhor e muito, mas ela fica assim com as limitações, contudo, se eu teu foco não é a rede mas o GIEA, o GIEA está funcionando, tem pessoas que efetivamente contribuem, a gente teve sei lá, tem as representações do Jardim Botânico, da Fio Cruz, a própria atual tem Secretaria Estadual tem pessoas que vem nas reuniões, não faltam e fizeram com que esse documento saíssem, isso pra mim já é muito bom né. A despeito dos problemas a gente persiste

E.Sobre funcionamento uma das responsabilidades do GIEA é a avaliação e o acompanhamento dos projetos de educação ambiental nas escolas, acompanhamento, porque isso está dentro da tarefa de estabelecer as diretrizes para a política estadual de educação ambiental. Há alguma metodologia de avaliação;

D.Também acho que... avaliação já é uma coisa complicada, né então você precisa ter parâmetros muito definidos. O que acontece que a EA nas escolas fica muito por conta da responsabilidade da pessoa que tem formalmente esse posto dentro da própria secretaria. Acho que não deveria ficar assim na medida.. tem hoje uma pessoa super competente e tudo.mas o que acontece é o seguinte: ela é realmente do ponto de vista da secretaria estadual a responsável pela questão da EA no estado e ela acompanha dentro da responsabilidade dela profissional, mas em termos de avaliação ... já teve uma época que a gente discutia um pouco avaliação de projetos,mas isso já tem muito tempo, tinha e tem ainda negócios de recursos da FECAM coisa assim, e a gente tinha que discutir quais projetos... isso já faz tanto tempo, eu não sei quanto tempo que já houve essa discussão, quanto tempo que ... não se é feito mais há tempo, já tem bastante tempo, deve ter um ano e meio ou mais, eu perdi um pouquinho a noção, tenho medo de falar em tempo, mas já tem muito tempo que a gente estava discutindo isso em relação aos recursos pra como é que a gente ia dar recurso pra um projeto ou pra outro,a teve eu me lembro que a gente chegou a discutir isso em determinada época acho que já tem mais de dois anos já uns dois anos pelo menos, ultimamente a gente não tem discutido, e a questão das escolas fica muito responsável dentro da própria secretaria o que eu não acho muito bom pelo seguinte, por exemplo, eu desenvolvo projetos com escolas

também essa é.. eu trabalho com educação ambiental nas escolas e comunidades também, eu trabalho muito com escola aqui na fundação Oswaldo cruz, então eu tenho até alunos que fazem acompanhamento avaliativo que é parte de avaliação que não é de resultados avaliação processo, é uma coisa de, uma que tem que ter periodicidade, tem que ter sistemática, tem que ter indicadores bastante precisamos at[é pra você ter certa objetividade ao coletar dados, que é muito difícil a etnografia da pratica escolar, a gente fazer isso termos de pesquisa, até porque a gente o que ganha muito é a pratica de EA relacionado sempre pesquisa, Agora, a avaliação do nosso trabalho a gente tinha a gente teve uma possibilidade e de ter uma avaliação externa, uma eu acho uma coisa ótima, porque uma coisa é você fazer avaliação de pesquisa: procurar ser bastante criterioso, ler bibliografia dissertação , tese, a gente é ne pesquisador. Só que da sua prática mesmo é bom você ter uma avaliação externa porque como é que uma própria instituição, a própria a Secretaria de Educação vai avaliar o que é feito dentro das próprias escolas do Estado? Fica sendo interno demais não deveria, ne. Então realmente o GIEA também nesse aspecto poderia funcionar melhor, eu já disse a você que já houve reuniões para isso, mas que elas não persistem. Por isso que eu acho que o próprio funcionamento do GIEA pode ser melhor, acho até que nessa última administração foi melhor do que em outros tempos, então nem tudo melhora também no progresso, melhora piora depois melhora de novo.. coisas da vida

E. Como é que se define a pauta?

D. Quem define em geral é a responsável que fica na secretaria de meio ambiente, que tem um secretario pra isso, que essa secretaria muda uma intensidade incrível, o humor dessa secretaria não deve ser muito bom, porque dança gente ali (risos) até teve um rapaz que ficou bastante meses, mas impressionante como a coisa muda aqui.

E. O funcionamento, enfim, a avaliação e funcionamento de se acompanhado está muito atrelado a figura da...

D. A pessoa responsável que é responsável pela Secretaria de Meio Ambiente que na verdade administra os recursos e paga um secretário para isso eu não me to nisso não, não sei nada sobre dinheiro, só imagino.

E. O que é discutido lá, o que é fechado em ata, qual é o encaminhamento disso, vai pra o legislativo, para o executivo, qual é a repercussão da decisão tomada ali?

D. Bom, já te falei que há dois anos atrás teve uma discussão que eu entendo sobre parâmetros para poder julgar projetos etc. acho que isso já tem uns dois anos que eu acho que eu não vejo mais isso acontecer, pelo menos em nível de GIEA nenhum tipo de decisão desse jeito. O que a gente vivenciou foi a conformação do documento de política pública de educação ambiental pro Estado esse a gente fez e finalmente terminou,. Ele foi feito dentro de uma concepção participativa, que claro dependendo de quem ta participando, de quem convocou, mas foi feito acredito dentro das possibilidades ta E esperto que esse documento de política pública seja encaminhado como deva ser como norteador da política pública estadual, todas as secretarias, tudo que diz respeito a educação ambiental no estado, acredito que seja esse o encaminhada e pelo menos assim pactuado.

E. O GIEA é um conselho de caráter consultivo, Você vê alguma contradição por ao mesmo tempo que é consultivo ele delibera e ele formula política?

D. Na verdade, a gente não formula política, a gente constitui um documento eu não existia e que esse documento aponta as diretrizes para a EA porque quem formula política mesmo são os políticos que estão a frente da política governamental, de certa maneira eles dominam o GIEA, porque que o GIEA depende que tenha convocação da pessoa que tem delegação de secretário de meio ambiente e assim a política pública é feita pela secretaria na ano pelo GIEA ta, Mas o GIEA é convidado a participar, a trabalhar nisso, a contribuir, consultivo não é deliberativo mas a gente ajudou a forjar o documento, e procuramos fazê-lo de maneira a .. não fomos só nós, a gente procurou abrir pra consultas em vários lugares do estado para captar idéias, pra trazer o mesmo da pessoa participando desse documento e que ele fosse melhor e mais participativo mas política pública não somos nós ne.

E. No caso o Conselho Estadual tanto de Meio ambiente quanto de Educação que seria sim o órgão responsável por assinar em baixo, delibera...

D. Na verdade, agora esse documento vai passar a ser política pública, na verdade.. tem que ser aprovado por esses Comitês que são efetivamente deliberativos.

E. Então existe essa expectativa de encaminhamento no caso...

D. Existe porque na verdade esse documento foi feito por esse grupo com a participação de várias assembleias em vários lugares e que na verdade ele chega com essa idéia de ter sido um documento que não foi de cima pra baixo totalmente, não foi tão de braço pra cima. Por exemplo, essas redes funcionam com certo limite, ne então se houvesse um movimento social muito mais organizado muito mais estrutura então esse seria um documento,, porque inclusive essa pessoa que deveria agir com as redes, quando ela trouxe dados de algum lugar que foi, chegou com prazo vencido porque a gente já tinha adiantado o documento Então determinados grupos quer dizer poderiam ter contribuído mais, a gente até abriu já tinha passado o prazo a beça, a gente abriu pra voltar tudo, enfim, fui um saco, porque justamente a gente procura fazer com que o documento seja o mais participativo, e a rede não funciona direito e a representante não vinha ou chegava atrasada com as coisas então foi um vai e vem aí nesse negócio de ficar pronto mas ficou e então isso a gente acredita que agora a gente consiga um referendo pelo responsável pelas políticas públicas,. Agora vou te dizer o que eu acho, o que eu acho é que as políticas públicas não deviam ser governamentais, deviam ser de estado, porque aqui quando troca o governo a política pública pode mudar ne, dependendo do político da vez , não é uma política de estado, isso é um problema do Brasil ..

E. Então só para acabar mesmo, qual é a diferença entre criar um documento e formular uma política?

D. Olha só, primeiro de tudo ele não foi criado a não ser com um viés de quem tá envolvido na política pública, então na verdade a gente,.. O GIEA não é um grupo a não se um grupo consultivo mas dele faz parte gente que está envolvido na política pública, então fica um negócio misturado ne acaba tendo na verdade o que aconteceu, a gente não tem os pontos de vistas muito diferentes que quem está no comando hoje, de

qualquer jeito muitas vezes como quem ETA no mando fala forte, para você conseguir fazer com que você fale você tem que falar forte também, senão impera quem manda, quem manda é quem esta com dinheiro quem é visto como chefe do grupo, aquela história toda Mas do ponto de vista intelectual do ponto de vista das idéias, houve muitas convergências, hoje é o Minc, que bom ne, Minc andou, teve um negocio na UFF que educação [é mudança de comportamento duas vezes, e não foi sem querer, ele endossou isso duas ou três vezes numa oportunidade num encontro que teve La na UFF, quase morri, ele é economista ne, ele não e exatamente um educador, eu não sei também, eu também morri com esse rio + 20 que foi tão econômico, mas na parte de saúde a gente teve dificuldade de entrar, porque tem menos dificuldade que a educação saúde, ne educação eles acham que é coisa de bobo ne, p que vale é a econômica, mesmo o pessoal de esquerda, mesmo o pressão de esquerda, muito difíceis levar a gente a serio. Então é o tal negocio, acho que ainda falta muita pressão da EA e que possam ajudar a melhorar sempre ne porque tem que ser uma prosperidade ... Não sei, se a gente tiver efetivamente uma... redes ate mesmo dentro da academia mesmo funcionamento, a gente trabalha muito isoladamente, eu não falo com Frederico há tempos, então não...embora eu goste muito dele, mas a gente não...então a gente trabalha de forma isolada infelizmente por vários tipos de pressão no dia a dia mas a verdade a que gente .. se tivesse um entrosamento maior uma organização, talvez a gente pudesse ter uma pressão maior para que houvesse uma política de estado e nós da academia teríamos esse dever, todas a instituições, ne sei lá a UFRJ é federal, a gente aqui é federal, UERJ é estadual todo mundo aqui é instituição pública, a gente deveria ter o compromisso maior com as políticas de estado porque a gente está, a gente paira acima das secretarias na medida em que eles rodam ne eles vão rodar,a gente não, a gente permanece, a gente nas dependendo de nomeações políticas, a gente permanece, então a gente é um corpo técnico importante, e acho que os corpos técnicos importantes, que não são da secretaria deveriam ter unam preocupação maior com as políticas que deveriam ser de estado, mas como a gente tem outras pressões da capes e do CNPq para publicar pra não sei o que, então a gente deixa o gíea funcionar o melhor possível, e e isso não podemos nem dizer que não tempos culpa, poderiam melhor? Poderiam, se houvesse um compromisso maior..

E.Quando você fala que a legitimidade da rede é questionada, poderia ser porque não tem assembleia?

D.Não há assembleia nem virtual, porque assembleia hoje em dia poderia ser virtual. Não existe.

E.Dai o questionamento?

Inclusive naoi é so questionamento,. Quem é que representa a rede, quem que disse que fulano ou beltrano representa a rede? Por quê ? Ha quanto tempo essa representa a rede? Pro que ela delega quem esta a substitui inclusive? Nunca vi uma coisa dessa!, Sabe? E quer dizer assim eu tem convivido mais com essa coisa desde 2004 em~tao não tem tão pouco tempo, são oito anos que eu vejo, no mínimo oito anos, até mais, 2003 na verdade, 2004 foi quando eu organizei e colaborei bastante com o Encontro de EA no RJ, na verdade desde 2003 que eu tenho convivido mais com esse negocio de.. não que

eu não convivesse antes, mas eu passei a conhecer mais esse negocio de rede, conhecer mais quem esta na gíngua das historia, das ONGs, desde 2003 que eu vejo... 2003 pra 2012 são nove anos, e é a mesma pessoa até hoje,ela já tava, não sei quantos anos ela representa a rede.. e eu vejo que quando ela não,,. Ela delega quem é que vai Brasília quando ela não pode ir, ela delega quem vaio com ela.. Por que é que essa pessoa representa a rede? Quem há nove anos, dez anos resolveu isso? Não tem vergonha cara! Falando sério, se tivesse vergonha na cara, não ficava tanto tempo sido sentada. Porque eu, por exemplo, trabalho no GIEA porque eu quero, não me dá ponto nenhum institucionalmente, não é lugar de poder, não é lugar de dinheiro para mim, não é lugar de prestígio, nada dessem eu vou porque eu acho importante e fico. Agora, o tempo eu vou levo pra um... eu procuro fazer isso ser visto importante na minha instituição. Agora a rede é uma organização civil, como é que pode há dez anos ou mais a mesma pessoa estar representando a rede? Eu não encontro resposta a não ser a seguinte: a rede tem dono. E se ela tem dono, ela não é rede... Agora, já conheci essas discussões sabe, são pessoas que se dizem politizadas, elas fazem parte de grupelhos, elas têm suas vinculações com fulano, beltrano que de vez em quando vai para ministério. E eu, não, porque não preciso disso. Ou seja, eu não acho que é à toa que o PT está uma merda! Esta perdendo, ta fazendo mensalão deixou de ser o PT que eu tanto cultivava, que eu tanto acreditava. Não é porque antes outros partidos não faziam merda, porque o PT não podia ter feito merda, era partido do povo, era sacanagem total. Eles não roubaram dinheiro, eles roubaram foi esperança, eles roubaram muito mais do que dinheiro, eles roubaram crença dos jovens que hoje não fazem questão de votar. Você já viu o número de jovens de 16 anos que não fazem questão de votar? Porque na nossa época a gente brigava para votar era nosso direito. Mas isso não está dizendo exclusivamente isso, mas uma das razões é que o partido que dava força e fazia a gente acreditar roubou, parte dele virou erva daninha que acha que dá para roubar para sentar no poder pra sempre, são essas as pessoas que se dizem a frente de redes de mobilização social. Pra que? Para eles sentarem nas BAFs, para eles ficarem administrando as verbas públicas ao bel prazer, para dizer que eles sabem o que é bom para todo mundo, os ditadores no lugar dos ditadores de direita? Eu não os quero. São todos farinha do mesmo saco, não digo que são todos, não digo que esse é o PT como um todo, porque a gente sabe que o PT é um monte de grupos, mas infelizmente as redes sociais estão manipuladas por pessoas que não sabem o que que é democracia e que não têm interesse de que as redes funcionem, porque se as redes funcionarem, não vão ficar no poder o tempo todo. È isso.

E. Obrigado, professora.

31/05/12 Entrevista com Marco Lamarão PSOL SEPE

E. Existe ou já existiu algum consenso em torno da participação do SEPE em conselhos?

M.Bom, eu milito no SEPE não tem muito tempo, mas posso dizer que no tempo que milito que são 4 anos, 5 anos, eu nunca vi esse debate acontecer. Sei, ouvi dizer, ainda não averigüei, ouvi dizer, que ouve uma resolução em algum congresso do SEPE que

teria negado a participação do Sindicato e dos sindicalistas no diversos conselhos na educação, e os educadores têm assento.

E. Quais correntes foram historicamente contra e a favor da participação do SEPE em conselhos?

M. Quero ressaltar isso, eu não vivi esse momento político para ter clareza e visibilidade às informações que eu estou falando, mas pelo que eu ouvi dizer o PSTU ele foi um partido que se posicionou contra a participação dos educadores no conselho, e os outros setores me parece, votaram com PSTU nesses termos, e outros setores... Também acho que tem um elemento importante que embora o nosso sindicato seja hegemonizado por uma esquerda mais combativa do que em geral em alguns sindicatos do Brasil, ainda há a presença do PT e do PDT e de outros partidos que durante a década de 90 e ano 2000 fizeram uma guinada pro espectro mais do centro da política, não são mais tão de esquerda, são centro-esquerda, centro, centro direita dependendo da ocasião, e essas propostas foram levadas à cabo por esses partidos da participação do conselho, então me parece que a esquerda tomou aquilo como uma intromissão do governo e dos seus representantes do sindicato para responsabilizar o sindicato das más conseqüências ou dos problemas que aconteciam na educação através da participação nos conselhos. Qual era a argumentação desses setores? Diziam isso, que participar dos conselhos significaria em última instância legitimar a política excludente que os conselhos para o qual os conselhos foram criados.. os conselhos garantem aos trabalhadores uma representação muito pequena ao de fato os que os trabalhadores da educação têm como protagonismo na educação.

(...)

E. Dos que da sua corrente apóiam a participação, quais são os argumentos?

M. Bem temos um problema aqui, qual o problema? A LE embora não tenha feito um debate profundo acerca da participação nos conselhos e a LE é um campo plural formando por três decorrentes do PSOL, o REAGE o Corrente Socialista do CSOL e a LSR, A gente internamente não fez um debate de fôlego pra pontuar as nossas divergências para mapear as nossas inconclusões a fim de que a gente formulasse uma política para isso,. Contudo, é sabido por exemplo, eu sou diretor do SEPE Itaboraí, e lá participo do conselho. É um debate em especial da corrente do REAGE socialista que á corrente da qual sou militante orgânico, a gente já fez um debate minimante sobre isso e que os argumentos principais são os seguintes: que a participação nos conselhos, de f to não pode se pretender como fim ultimo da política, mas como um acumulo de instrumentos ou de um dos lugares onde a gente pode disputar informações, exercer pressão policia,s modificar a correlação de forças em favor de um projeto de escolas que os trabalhadores historicamente tentam construir e defender. Então, mais do que negar a participação ou afirmar a participação do conselho eu acho que a tarefa essa pé uma opinai pessoal do militante, é analisar dialeticamente as possibilidades que aquele conselho pode construir com a luta de classes em prol da instrumentalização das propostas da classe trabalhadora. E a bem da verdade, em se tratando de Brasil, o próprio conselho quando imbui uma certa administração ou uma certa localidade ou certas pessoas, um espírito republicano, em termos de Brasil, isso já é um grande

avanço tendo em vista que o Brasil é marcado pela presença do clientelismo, foram as formas arcaicas de fazer política que estão na ordem do dia quanto mais se afasta do centro político.

E. De quais conselhos o SEPE participa?

M. Tem um debate que é importante. Pensando nos diversos conselhos que a escola tem, são nove conselhos que atravessam a escola pública, mas isso inclui por exemplo grêmio como conselho dos estudantes, De sorte que o sindicato mesmo que pudessem, não teria pernas não teria responsabilidade militante para ocupar desses conselhos. E aí duas coisas: 1º coisa: a gente tem que mapear acho importante esse exercício político, mapear portanto aqueles conselhos que de fato oferecem uma possibilidades para algum disputa do que aqueles conselhos que são meramente pro forma e que talvez fosse melhor as energias com outra.. Outra coisa que é importante é que o SEPE é um sindicato estadual e é um sindicato que também municipal, dos municípios. Isso coloca um outro problema porque quando se reveste de números, imaginado que em cada município eu o SEPE estejam organizados diversos conselhos nos quais o SEPE teria assento, nesse sentido e eu sou uma pessoa que me preocupo com esse debate eu acho que existem dois conselhos em especial que o SEPE precisa ocupar que é o Conselho Estadual ou Municipal, de Educação e o conselho do FUNDEB como uma forma de se instrumentalizar materialmente o debate que é central na hora da gente tratar da valorização do profissional que pé o debate acerca do financiamento da educação e das suas lutas, Importante dizer também eu no meu entendimento a existência desses inúmeros conselhos as quais me referi ao meu ver tem haver com uma tendência de uma pseudodemocracia, de uma democracia gerencial, em que sentido? Ter em um, dois ou três conselhos mais centrais muitas atribuições e concentrar muitas nesses conselhos talvez seja fortalecer a capacidade de fortalecer e capacidade de intervenção desses conselhos na educação. Quando você dilui as atribuições desses conselhos, você também dilui a capacidade de intervenção desses conselhos, então você acaba fragmentando o poder de ação, o poder de organização que esses conselhos poderiam vir a te; é importante pensar nisso, a gente tem que participar desses conselhos? Acho que sim, sem nunca esquecer de que esses conselhos são feitos e pensados e executados pela ordenação social liberal ou neoliberal pensado por Bresser Pereira para Brasil na Reforma Gerencial do Estado. Ter esse dado analítico da realidade é importante para que a gente não caia na armadilha que talvez estava sendo acusada pelo PSTU e PSOL quando votaram contra a participação nos conselhos. Essa é a armadilha de acreditar que o conselho tudo pode, que o conselho é um lugar quase que natural dos trabalhadores por conta das experiências dos trabalhadores apontarem as organizações dos conselhos como método de organização do estado de gestão política, mas a gente não pode cair nesse engodo. Esses conselhos que aí estão não foram por nós trabalhadores criados, foi criado pelo instrumento central da classe trabalhadora na manutenção do poder que foi o Estado.

E. Desde quando o SEPE participa de conselhos?

M. Em Itaboraí que é o que eu posso lhe dizer desde 2009.

(...)

E. Você já ouviu falar ou conhece o GIEA Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

M. Já. Conheço.

E. E você acha importante o SEPE discutir a entrada da educação ambiental nas escolas?

M. Acho importante. Acho importante. Não só a EA mas você poderia fazer uma serie de outros debates que dialogassem com a questão curricular m com o processo de ensino aprendizagem de forma mais íntima, a gente tem muito costumem de fazer o debate sócio econômico, o debate acerca de política pública e esquecemos a s vezes de dar a devida a esse debate.

E. E o que você entende por EA?

M Eu tenho uma visão um tanto mais elaborada do que o senso comum tendo em vista minha inserção na faculdade da educação da UFRJ faço parte de um grupo de pesquisa chamado Colemarx orientando do prof. Roberto Leher e isso me faz ter bastante proximidade com alguns elementos inclusive do grupo que você faz a pesquisa o LIEAS que eu era inclusive ate pouco tempo atrás integrante do LIEAS, Isso me permite ter uma visão um pouco mais elaborada a EA como um processo marcado por uma disputa entre os setores que querem Tornar a EA uma maneira de aquietar ou apaziguar os conflitos e de outro lado há aqueles setores que a EA é uma das formas de denunciar as mazelas do capitalista, a destruição que o capitalismo promove, embora tenha o discurso do desenvolvimento sustentável entendendo o quão insustentável é esse discurso tendo em vista que oi capitalismo ao se desenvolver, faz parte da lógica Dio capital o desenvolvimento incontrolável e irracional, nem a natureza nem ao vida humana nem muitas coisas conseguem resistir ao ímpeto a voracidade do capital, então não acredito como não acreditam esses setores que fazem debate ambiental na possibilidade da combinação desses dois termos: desenvolvimento e sustentabilidade sob a orientação capitalista. E eu acho que a EA [e fundamental pra trazer esse debate par a escola o problema tal e qual todo processo de ensino aprendizagem, tem um contraponto a essa visão esse contraponto tendem a ser hegemonzante tendo em vista os mecanismos ideológicos de propagação que gozam a burguesia na hora de divulgar as suas idéias.

(...)

E. Como é que foi essa experiência do SEPE no conselho que você citou o FUNDEB?

M.O conselho do fundeb ele é extremamente limitado em sua ação, esse é um dado que você não pode negar, ninguém imagina que com a entrada no SEPE no conselho a gente conseguisse transformar a realidade do financiamento público, do desvio de verba, do uso impróprio do recurso público, ninguém imagina isso. Mas ao mesmo tempo a gente tem claro que isso foi um espaço muito importante para que a gente qualificasse as nossas intervenções e bandeiras políticas. Na medida em que a nossa pauta política foi somada um pauta técnica, financeira, eu lidasse com numero e que botasse os papeis na mesa que inquirisse o poder público das receitas e dos gastos, e isso deu maior capacidade barganha maior capacidade de intervenção. Não é coincidência que desde que o SEPE Itaboraí passou a compor o conselho do FUNDEb a meu ver não é uma

coincidência, a gente tem conseguido arrancar anualmente reajustes salariais acima do nível da inflação e isso não acontecia,.. a gente entrou no conselho do fundeb em outubro de 2009, isso não acontecia nos últimos quatro anos, desde que 2006 não havia reajuste nenhum, e antes de 2006, desde 1996 que não havia reajuste nenhum pro servidor público de Itaboraí, a partir dessa gestão dessa gestão que possibilitou a entrada no conselho do Fundeb a gente conseguiu arrancar aquilo a principal conquista de um conselho dessa natureza que são as conquistas materiais, o fundeb lida com dinheiro, a gente tem ter que ter claro o limite da conquista ao participar do conselho é isso, são conquistas materiais, não é conquista de gestão da escola não é conquista de projeto pedagógico, é conquista salarial, e conquista de melhores condições de trabalho e isso a gente tem conseguido vitórias parciais bastante substantivas.

E. Como o SEPE central se expressou, como é que isso impactou no SEPE central?

M. Não tenho feito. Acho que é responsabilidade dessa vanguarda, que participa, que estuda, milita próximo aos conselhos proporem para dentro do sindicato não só uma nova revolução mas também espaços onde a gente consiga formar quadros aptos a participarem dos conselhos.

12/09/2012

Entrevistada: Maria Beatriz Lugão Rios - Movimento Terra e Liberdade MTL PSOL

E. Existe ou já houve um consenso em torno da participação do SEPE nos conselhos interinstitucionais?

B. A participação do SEPE em conselhos foi aprovada em congresso na década de 1990, com debate, não foi assim consensual, foi por maioria e de lá para cá não voltou a ser pauta principal nos congressos, outras pautas principais aparecem e o SEPE continuou a experimentação, tanto o SEPE RJ, que a gente chama como o diverso núcleo regional nos diversos tipos de conselhos, na época só existia o Conselho Estadual de Educação, depois em 1996 e 1997 com o FUNDEF, aí veio o conselho do FUNDEF, o Conselho de Alimentação Escolar e aí o SEPE começou a participar desses conselhos também.

E. Quais foram as correntes favoráveis e as contrárias?

Contrárias que eu me lembre na época... Correntes que não existem mais, tem muita mobilidade na esquerda das correntes, foi a DS que defendia participação e outras correntes... Independentes que também defendiam a não participação. Que eu me lembro de claramente na época inclusive a maioria da direção do Sindicato era da antiga DS Democracia Socialista, APS se eu não me engano na época era contrária à participação. É isso. Então foi um debate que continua mas a gente ainda não voltou a fazer esse debate como um debate principal. E aí cada núcleo... a deliberação inclusive do congresso era a participação com limites, é ... Participar, se entender que chegou a um limite dessa participação, que está comprometendo, sair denunciando o conselho, então... Mas mesmo quem defendia a entrada no conselho não tinha a ilusão de que iria conseguir transformar alguma coisa por dentro do conselho. Era consenso para todo que as estruturas desses conselhos não são favoráveis ao movimento. O Conselho Estadual

de Educação, por exemplo, tem muito mais representação por parte do Governo do que por parte de Sindicato e de movimentos,

E.Então esse seria um argumento para participar dos conselhos?

B. Não, para não participar. Mas o argumento para participar na época era porque era mais uma área de atuação que tinha que conhecer por dentro, era isso, então se chegou a essa.. na verdade é uma medida meio que de meio caminho, participa mas limite, primeiro problema que tiver sair denunciando.

E. E como não havia consenso, essa falta de consenso atrapalhou os resultados dessa participação ou atuação?

B. Não, assim...a atuação acaba ficando por o núcleo do SEPE acaba dirigido por uma força política que entenda que esse é um caminho importante acaba dando mais despesa a essa participação do que outros núcleos, ou outra força política que acha que não tem que participar. Aí não coloca, não dispõe nenhum dos seus militantes para participação, ou não investe nas assembléias para eleger alguém que participe desses conselhos. Então acabou não sendo uma camisa de força, pelo contrário é uma permissão para que as coisas aconteçam.

E.Você tem algum relato de experiência positiva de participação em conselhos?

B.Lá em São Gonçalo por exemplo em outros momentos participaram do conselho municipal de educação nunca trouxe frutos, mas a gente veio de uma greve agora na rede municipal a gente elegeu a representação, teve em outros momentos também uma outra militante que foi do conselho municipal de educação e conseguia trazer muitas informações, mas tava muito mais fechado o conselho. No momento agora a gente elegeu uma representante de base para estar no conselho de são Gonçalo que já começou, está no início do mandato, então é só uma impressão inicial. Ela já está levando pautas lá para dentro que ela pega no Sindicato de escolas construídas etc. e tal, e ela está indo para o conselho pautar essas situações, ela não está se conformando com as pautas que o conselho coloca, de escola particular abertura pensamento de escola particular, ela ta indo lá pra dentro pra discutir a rede municipal, então é uma aposta que está fazendo está entrando com muito gás vamos ver no que vai dar isso aí, mas é aquilo que está na resolução do congresso, qualquer momento que a gente veja que a coisa está muito comprometida ali dentro aí a gente se retira fazendo a denúncia, seguindo a deliberação do congresso.

Agora assim, não paramos ainda como Sindicato para fazer um levantamento de todos os núcleos regionais que participam aonde a gente tem participação em conselhos, você tem o conselho de alimentação escolar, do FUNDEB e o conselho de educação, então a gente não teria esse levantamento fechado do sindicato, por n questões, a gente não está conseguindo fazer um levantamento, um retrato inclusive do próprio sindicato internamente do sindicato: quais municípios têm plano de carreira, quais que não têm, então alguns sabem mais do que outros, mas assim... uma fonte de informação que fique claro para todos os militantes do sindicato nós não temos esse levantamento.

E.Você acha que essa participação nos conselhos exige que essa pauta da participação sejs presente nos congressos do SEPE?

B. Não. Porque já tem a deliberação. Então, aí, depende muito mais o desenvolvimento da.. da desenvoltura política de cada núcleo regional tem, na sua atuação junto ao município. Depende mais disso do que de deliberação do Congresso que vem desde a década de 1990 e de lá pra cá é experimentação da vida que a gente está fazendo.

E. Você vê o Governo Lula de uma maneira positiva neste sentido ou de uma maneira negativa, no sentido de despolitizar a luta do sindicato?

B. Não, eu vejo o governo Lula.. não posso ver como positivo (ruídos) Não tem como ver porque assim o Governo Lula rachou para a institucionalidade assim uma grande parte do movimento sindical, e isso quebrou, mas quebrou muito a coisa ne. Então a gente tem uma militância nova com pouca experiência e com a experiência que fundou CUT que fundou os sindicatos em franco movimento de adesão ao governo e isso é óbvio que quebra e desmobiliza o movimento sindical. Não tem como negar a fragilidade que o movimento social está passando muito por conta disso. Então, assim, pelo contrário, não avalio como positivo essa contribuição que o movimento que o Governo Lula tenha dado aos sindicatos.

E. Essa participação em conselhos, ainda têm grupos hoje que são contra, quais correntes seriam?

B. Contra? Como é que é o nome do grupo do Roberto Simões? (fala com outra pessoa) Tem os anarquistas. Já mudou de nome[sobre o grupo do Simões] não sei mais qual é o nome, é um grupo que já está no sindicato, que já foi da direção central do sindicato também, que está na direção aliás, novamente ne. E tem independentes, tem anarquistas, tem grupos marxistas..

E. E Partido?

B. O PSTU acho que é contra também ainda, ne, a participação nos conselhos? Não é à toa que foi aquilo que eu te falei, não tem sido... nas últimas teses pode até ver nas teses dos congressos passados, esse ponto não veio focado como ponto principal, acabou caindo no cotidiano mesmo e investe na participação dos conselhos quem acha que deve e no momento que acha que vai contribuir..

E. Você tem o caso de sucesso no caso em São Gonçalo.

B. É. Atuação importante, agora assim, não tem assim... Porque na verdade a gente começa criar as razões da categoria em todos segmentos porque muita gente diz “Ali olha o MP, o MP está comprado”, mas ta tudo comprado, se for partir desse princípio não tem apoio em lugar nenhum da sociedade porque a sociedade é toda burguesa. O problema é que a gente precisa ir atuando, a ir quebrando esses diversos lugares e a gente faz denúncia ao MP sim, vai ao MP procura audiência, procura isso e começa a tentar desconstruir e construir as razões da categoria e denunciando as coisas que a gente está vendo, como hoje de manhã na audiência pública lá nós denunciando o mundo de Alice que virou secretaria de educação, maquiagem dos números e tal, e a gente comprovando com os números do próprio censo do INEP que diminuiu a matrícula no ensino médio, que a rede está diminuindo, que está indo todo mundo para a rede privada, a rede privada está aumentando, então você começa... E é uma audiência numa.. na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. Nós vamos mudar alguma

coisa lá? Não, mas a gente vai fazendo o debate e é tarefa nossa tá levando o debate, senão só acordava amanhã pra fazer revolução, mais nada. É um problema.

E. Você acha que a sociedade civil ela está representada mais pelo interesse do capital nesses conselhos do que os interesses dos trabalhadores?

B. É, você olhando até a composição do Conselho Estadual de Educação, você olha lá tem representação do Sindicato Patronal, dos donos de escola, ou indicado pelo Governo do Estado, o Sindicato de não sei que, o Sindicato de não sei que, e uma representação de pais, que também você não sabe da legitimidade desse conselho de pais e de um do sindicato. Então assim é todos contra um quase, ne. É difícil, você tem fica lá matando um leão a cada dia, ne, mas não vai conseguir modificar as deliberações daquele... a não ser que você consiga, essas acontecem uma vez na vida, mas acontecem ne

E.No FUNDEB aconteceu alguma coisa positiva?

B.Não.

E.Em Itaboraí?

B. Não sei. A gente não tem notícias assim dos núcleos que tenha no conselho do FUNDEB feito grandes modificação. Tem notícias assim de ver o quanto a gente atuou, por exemplo o Prof. Nicolas, teve uma época que ele fez um levantamento dos gastos do Fundef numa série de núcleos nos municípios do Estado, então com isso a gente conseguiu quebrar muitas prefeituras no debate, ne. Indo inclusive para cima do... com greve, com coisa, cobrando que eles tinham condição de dar plano .. o exemplo é São Gonçalo. Nós pegamos a prestação de contas da Prefeitura junto com Nicolas e estudamos aquilo e comprovamos.. nós entramos em greve na rede municipal exigindo plano de carreira...

E. Qual foi o ano?

B. 2002. Entramos de greve exigindo plano de carreira unificado para professores e funcionários, o prefeito Charles na época colocou a gente na justiça, a juíza chamou a gente para uma audiência de conciliação, uma série de audiências de conciliação, porque estava evidente na cidade a gente (não entendi) grande e nós comprovamos diante da juíza que eles tinham dinheiro para pagar com os dados deles etc. etc. e tal. Então, eles ficaram chamaram a gente lá pra juíza determinar a ilegalidade da greve e acabaram tendo que numa mesa junto com a juíza lá, negociar a feitura do plano de carreira ne. E aí a gente foi para dentro, uma assembléia que a Secretaria chamou com representações das escolas que as diretoras tiraram, nós fomos lá pra dentro com a galera das escolas e conseguimos aprovar naquela instância que a Secretaria chamou o Plano de Carreira que a categoria queria e ele foi aprovado na Câmara dos Vereadores. Então, foi assim.. a gente tem que ir até o inferno ne atrás das coisas, a gente vai e não pode eleger um lugar ou outro, a gente tá construindo em todos os lugares,então foi assim num determinado um determinado momento, até porque a conjuntura na época a UFF..a juíza era professora da UFF, de direito da UFF e a UFF tinha saído de uma greve por plano de carreira também, então ela teve um entendimento de que o que a gente estava pedindo na educação básica era mais do que justa, então o momento

político não é dado só por uma categoria, a conjuntura ajudou a gente a.. e empurrou a gente a ter que atuar em todas as frentes.

E. Dez anos depois, de 2002 a 2012, você acha que conjuntura é favorável?

B. Não, a conjuntura é extremamente desfavorável, totalmente desfavorável, está tudo dominado mesmo, os conselhos, a justiça, os ministérios públicos, a gente não quer dizer que a gente tenha que se abster de fazer disputa em outros lugares, pelo contrário, ne. Senão a gente vai pra casa e não faz mais nada. A conjuntura está adversa, só ver a greve das Federais e uma série de derrotas que o movimento tem amargado. Mas a gente não pode deixar de continuar fazendo o debate, até porque a gente vê contradição no projeto maravilhoso que eles colocam todo dia na imprensa, o dia a dia é a nossa maior propaganda ne, porque não tem... não bate com a realidade, então é obrigação nossa estar fazendo essa disputa em todos os setores, seja na (não entendi), na justiça... é está fazendo esse debate ne, e fazendo a briga ne.

E.O SEPE cresceu ne de dez anos para cá..

B. O SEPE cresceu se expandiu tem 34 anos, 35 ne? 35 anos de existência, nasceu na época da ditadura, foi fechado, suas lideranças o Godofredo que era liderança na época da... em 1969 .. foi preso, e ficou fechado até 1983. Quem reabriu o SEPE foi Brizola em 1984. E aí o Godofredo foi preso pelo Chagas Freitas na época MDB, atual PMDB.

E. E por que ele não foi fechado até 1979?

B. Porque em 1979 teve a greve, ne. Enquanto era uma associação do movimento de professores que estava se organizando, na hora que eclodiu a greve de 1979 junto com a greve dos metalúrgicos, junto com o país pegando fogo, a primeira greve do magistério no Estado do Rio de Janeiro

E. Foi no alvo, ne?

B. Aí é prisão, ditadura ainda ne prisão na certa, então... E aí de lá para cá o SEPE foi se ampliando, ampliou a base social, era só professor, passou a ser professor e funcionário em 1987. Em 1992 passou a ser professor, funcionário e pessoal de pedagogia da área pedagógica, inspeção escolar, orientadora educacional, orientador pedagógico, supervisor, então em 1992 a gente teve um outro congresso de unificação e a gente acatou todas as redes públicas municipais e rede estadual, mas todos os que atuam que era uma grande discussão na época da CUT, ne, pra o Sindicato por ramo de atividade ou por..e a gente apostou no ramo de atividade, todo mundo que atua dentro de uma escola pública é base do SEPE. É diferente da saúde que está pulverizada em todos os sindicatos, dentro do hospital você tem sindicato de auxiliar de enfermagem, sindicato do médico, sindicato do porteiro, sindicato disso, sindicato daquilo tudo no mesmo lugar. Na escola pública, não, o Sindicato é de todo mundo.

E. Você já ouviu ou conhece o GIEA Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

B. Não.

E. Você acha importante o SEPE discutir a entrada da Educação Ambiental nas escolas públicas?

B. Eu acho importante, mas eu acho importante também não só entrar na escola pública, entrar na discussão da escola pública, ne, não só entrar no portão da escola para dentro,

entrar na concepção... Na formulação de uma concepção de escola. A gente está precisando disso, né. E educação ambiental é fundamental dentro da escola porque acho que é mais um fator de inserção dos nossos alunos como sujeitos políticos na realidade que eles vivem, não só histórica, conhecer a história do seu país, a sua história, por que ele se localiza ali, qual o guia da história que ajudou ele a se localizar ali, e também se localizar no espaço em que ele vive, nas consequências das ações que ele tem pro meio ambiente e pra vida da pessoa. Então é fundamental para nós a concepção de educação ambiental não só como aquela que cuida do meio ambiente, da plantinha da florzinha, não poluir o rio.. a educação ambiental é muito mais ampla do que isso.. né acho que é educação mesmo do meio ambiente como um todo não só da natureza, porque quando a gente fala em educação ambiental vem logo a floresta da natureza, a cidade faz parte do meio ambiente, a organização da cidade, a organização cultural da cidade, a organização do trânsito da cidade, a organização das escolas, então isso é fundamental a gente ter essa discussão em alguma disciplina em qual área de disciplina dentro da escola. Por que a organização na cidade faz mal? Uma cidade desorganizada ela desorganiza a vida, ela ajuda a violência, ela ajuda né o aumento da violência de tanta coisa, da segurança, de tudo né então isso é educação ambiental educação para você viver historicamente dentro do ambiente.

E. Você identifica a entrada da educação ambiental e não só da educação ambiental mas o ensino religioso, outras, você identifica essa entrada com o aumento do empresariado?

B. Educação religiosa é pelo lobby das Igrejas mesmo escancaradamente, nós somos contrários porque para nós a escola tem que se laica, pública e laica. A escola dá educação religiosa no RJ é da época da Rosinha, ela consta na LDB mas os dois únicos estados do Brasil que é regulamentado isso foi a Bahia e o Rio de Janeiro, né mais nenhum estado. E nós somos contrários né, educação religiosa para nós é do âmbito particular, cada família escolhe a sua religião (...) mas a gente entende o lobby que as Igrejas fazem.

E. Mas no caso da Educação Ambiental, tem alguma relação com.. ?

B. Com a questão do empresariado? A entrada? Não tenho conhecimento, mas assim dei um exemplo na outra entrevista de como o empresariado também às vezes quer uma capa de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental, aí é só ver a escola.. esqueci o nome da escola do estado Erich..

E. Heine?

B. É, lá em Santa Cruz que é a escola adotada vamos dizer assim pela TKSA. Então, assim, a TKSA todo mundo sabe é interesse para ninguém porque é a maior poluidora, um desastre ambiental que foi instalado lá em Santa Cruz. Agora, ela batizou uma escola que é auto sustentável ambientalmente falando né, reaproveita quase 80% da água, gasta quase nenhuma energia e é brincadeira um negócio desse né. Então ela quer fazer uma propaganda em cima daquilo que ela não faz, então nesse sentido pode ser sim que o empresariado tenha interesses assim na propaganda de... e não na execução real de... porque aí quero citar o caso do Supermercado Guanabara em São Gonçalo né.. um CIEP foi tomado virou até um conceito novo de ilha, né. Ilha para nós é uma escola

cercada de supermercado por todos os lados, a escola está literalmente cercada pelo supermercado no terreno da escola, a obra do supermercado está dentro da escola, dentro da escola, as crianças estão convivendo, tem horário integral lá ainda de primeiro segmento, as crianças estão convivendo com bate estaca com poeira e o ambiente pesado da obra e aquela obra ali ela vai desorganizar toda a avenida maricá ali no Colubandê em São Gonçalo, trânsito lá não suporta aquela estrutura imensa, maior do que um shopping Center, o supermercado está sendo construído lá, não suporta o trânsito pesado que vai se de caminhões pra entregar toda a mercadoria e fazer o estoque da mercadoria e vai ser assim um atrativo de população por um retorno muito grande por conta do comércio e vai desorganizar mais ainda o espaço que já é desorganizado em matéria de trânsito, lixo daquilo outro, então assim.. O meio ambiente está completamente degradado, além do espaço da escola ter sido usurpado na mão grande pelo empresariado, então assim o meio ambiente ali sofreu mais um ataque violento por conta do capital, que interessa ali tanto para a prefeitura quanto governo do estado é você colocar mais um comércio ali com isenção de impostos inclusive por cinco anos, como foi o caso do Carrefour, lá em São Gonçalo também durou cinco dez anos de isenção de imposto para que e que vai gerar emprego, mas gerar votos principalmente numa cidade de mais de 1 milhão de habitantes uma cidade pobre proletária e aí vai gerar muito voto pra quem ta alguém lá, pro candidato da prefeita lá e pros outros candidatos lá do governo do Estado do PMDB todo mundo fazendo papel de educador, mas o ambiente ele não teve um estudo de impacto social, econômico e ambiental pra aquela obra lá, não foi pelo menos apresentado nem é do conhecimento de ninguém.

E. O interessante é que a gente não pode cair no engano de dizer pra população que aquilo é ruim porque quem vai dizer que é ruim para eles, na pobreza?

B.O emprego.

E. Olha como é sutil.

B. É um emprego, você vai ter flanelinha, você vai ter ali na frente por conta da quantidade de carros pessoas que vão transitar camelôs, então é uma via econômica para a população. O lixo que vai ser.. é um lixo rico, lixo de supermercado é um lixo rico, o que ele descarta de coisa que já acabou a validade a população come aquilo às vezes bem também. Então assim, a população num todo vai dizer que isso é bom, mas aí é que está a crueldade da coisa, você dá uma dentadura para quem está desdentado e ganha um voto ne. Precisa do dente, da dentadura? Precisa, é questão de saúde inclusive ne. E aí atua desde aí que você pega o voto em troca daquilo ne, então o grande capital vai ganhar muito dinheiro às custas da miséria, às custas das necessidades imediatas mas o impacto ambiental daquilo ali para a população no atrativo de violência no entorno..

E. A escola de Santa Cruz foi paga por quem?

B. Pela TKSA.

E.Tem uma empresa na Tijuca, a escola Oi.

B. Oi, a NAVE. A NAVE e NATA em São Gonçalo também que é junto com Grupo Pão de Açúcar, escola de qualificação (...) mas essas são escolas em parceria com o

setor privado, escolas ditas assim de excelência do ensino técnico, são três.. só pra dizer que estão fazendo parceria ne

E. Se tivesse que gastar 11 milhões para fazer.. se cada escola tivesse que gastar 11 milhões como a TKCSA, você teria que aumentar o dinheiro para educação.

B. Teoricamente boa, 11 milhões, tudo bonitinho mas em março desse ano, eu estava falando disso na audiência pública, em março desse ano saiu uma manchete no jornal que os alunos lá estavam parando a escola porque não tinha água

8/11/2012 Alex Bernal Coletivo Jovem

E. Como é que se chegou a essa composição?

A. Como se chegou a participação do GIEA ou como eu cheguei no GIEA?

E. Pode ser dos dois.

A. Não, porque a composição do GIEA ela mudou várias vezes, eu sei que depois que o Minc foi feito uma primeira (...) a composição de fato o que eu me lembro é que quando teve a gestão do Marcos Sorrentino e da Raquel eles tinham uma certa preocupação, enfim, tinham um certo entusiasmo com a essa proposta do coletivo jovem afinal eles surgiram em decorrências da com conferência infanto juvenil que foi uma ação bem simbólica dessa convergência do DEA, no caso ne, Departamento de Educação do Ministério do Meio Ambiente e o CGEA que era Coordenação Geral de Educação Ambiental, do MEC, então como assim os coletivos jovens surgiram desse processo de conferência que eles dois ministérios fomentaram eles incentivaram que os coletivo jovem fizessem parte dessas comissões.. Que no Rio ele ganhou um nome diferente, nos outros estados é Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental, no Rio é Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental. O interdisciplinar a gente fala que é um pouco “viagem” porque na verdade não é, assim.. Que o Grupo tenha várias disciplinas dentro, até pode ser.. Ele é muito mais um grupo interinstitucional do que um grupo interdisciplinar, por isso foi o único estado que ganhou esse nome, ao invés de CIEA, é GIEA. Aí enfim quando.. parece que quando teve essa gestão da Lara – a Lara já estava a frente da educação ambiental, rolou até uma pressão, acho que a Jaqueline Guerreiro foi uma das principais protagonistas dessa pressão para incorporar alguns movimentos da sociedade civil, então no caso era a.. acho que REARJ e o CJ foram dois desses grupos reivindicados pra entrar na composição do GIEA e de fato isso acontece nesse decreto que foi o decreto que à partir de então regeu o GIEA, então tanto o CJ como a REARJ passaram a configurar o GIEA. Em termos de composição é isso.

(...)

E. Como é que você avalia que funcionaria uma renovação dessa composição? Isso daria por meio de uma eleição?

A. Você diz assim na perspectiva de fazer um novo decreto?

E. Na perspectiva de renovação da composição.

A. Dos membros ou das instituições?

E. Das instituições.

A. Ta. Se tivesse que mudar o que deveria mudar? É essa a perguntar?

E. Como se dá a renovação institucional?

A. Como se renova do ponto de vista legal é só com um decreto. Você tem que revogar esse e fazer um outro agora pra acontecer isso e de fato teria que ter um movimento de outras instituições demandando, e .. ou então assim as secretarias tendo uma outra pauta assim... que visse que o GEIA não tava dando conta do recado que as instituições não eram representativas da educação ambiental do Estado, é. Enfim é uma discussão que é importante ser feita porque o GIEA do Rio são 12 instituições e dessas muitas nem tem uma frequência muito regular, e assim, eu sei de estados que tem 40 instituições, é uma coisa assim, muito mais ampliado, ne. Então, não sei, é uma questão que eu acho que é uma boa questão: o que é o GIEA, se o GIEA realmente representa os diferentes grupos e os diferentes aspectos da EA que existe no Estado e senão quais seriam as instituições. Por exemplo, eu que estou lá no MMA desenvolvendo o Programa de EA e Agricultura Familiar e falo qual é a representação do meio rural no GIEA? Não há. São grupos que tem uma pauta e uma questão muito mais voltada para políticas nas grandes cidades do que de fato políticas mais de desenvolvimento do interior e, enfim, de envolvimento com as pautas do campo. E assim diversos outros aspectos, por exemplo, a gente até hoje tem o SEPE a gente tem o Rodrigo não sei se tem ido, quando eu saí estava indo, mas você poderia ter outros sindicatos, não só de educação, mas sindicatos de outras temáticas que pode trabalhar bem a questão ambiental.

E. Essa definição de pauta, as pautas, ne como é se define as pautas?

A Então se definem prioritariamente pela própria ação que o Poder Público esta desenvolvendo no momento As instituições da sociedade civil que estão no GIEA elas não são geradoras de agenda, eu acho que... agenda na verdade ela se forma por vários fatores, por exemplo, tem uma agenda que vem dos ministérios, porque por exemplo, o ministério enquanto órgão central do SISNAMA e também como Órgão Gestor, os ministérios no caso MEC e MMA, eles têm uma capacidade de agregar diferentes CIEAs, fazer os encontros que eles fazem quase todo ano com as CIEAS e é claro que varias pautas do GIEA sao definidas nesse âmbito maior que é da política nacional. Então por exemplo, agora, provavelmente, eu saí, mas provavelmente a pauta da conferência infanto-juvenil deve ta rolando no GIEA, como que o GIEA toca essa conferencia qual é o papel do nisso? As instituições que estão no GIEA provavelmente tem uma ação nas conferencias, então pro exemplo, isso é uma pauta que entra demandada pelo Órgão Gestor, agora tem pautas que são próprias do Estado mesmo, então o tempo que eu fiquei no GIEA nesses últimos anos o PROEA foi a principal pauta, então como que se cria e como se faz e enfim se dá possibilidades de uma construção participativa para o Programa Estadual de EA? Essa foi a principal pauta. Agora tinha a pautas relacionadas à criação de novos instrumentos legais, por exemplo, então como que a gente faz, como deve ser feito o licenciamento ambiental? Como que a EA entra no licenciamento ambiental, por exemplo? Isso é uma pauta que o GIEA várias vezes discutir chegou a ter uma proposta de documento, não foi aprovado, não foi a frente, mas volta e meia vinha. E assim, ou seja, o GIEA também pega uma parte de criação de instrumentos legais, de fortalecer coisas que, enfim... Aí depende muito da própria acho que do próprio histórico dos gestores do GIEA. A Lara tem essa visão da

importância do licenciamento ambiental, então ela tentou transformou num instrumentos legal como os estados já têm.

(...)

Nada mais justo que você ter essa rede configurando-se dentro do GIEA e o coletivo jovem ele tem uma... essa cara também de rede só que feito por jovens feito por pessoas que estão nesta faixa de 16 aos 29 e seria também um segmento importante de estar representando tem todo uma... o jovem, essa palavra jovem juventude dá uma sensação de poder, não sei se de poder é algo que se precisa fortalecer, tem até um jargão “não adianta você querer educar os adultos que adulto não tem mais jeito tem que educar crianças e jovens”. É uma coisa fácil de vender: tem que apoiar o jovem! Quem vai negar isso? Agora até eu to acompanhando no MMA um pouco essa agenda da juventude foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial que vai pensar na Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente, tem um outro grupo de trabalho pensando a Política Nacional de Juventude Rural, porque enfim existe uma Secretaria Rural da Juventude de Agricultura teve o Estatuto da Juventude, eles também consideram colocar a juventude como faixa etária

Entrevista com Marco Tulio PT SEPE

E. Existe ou já existiu consenso em torno da participação do SEPE em conselhos interinstitucionais?

M. Não nunca houve consenso, existem grupos do sindicato que tem uma posição de principio de que nenhum representante do sindicato deve participar em conselhos organizados pelo Estado pelo Poder Público, porque como a gente vive num estado capitalista, todo conselho em última instância reflete um posicionamento em defesa da ordem, dessa ordem burguesia capitalista que nós vivemos. Essa é uma visão de grupos que existem e que atuam no sindicato desde que o sindicato surgiu, ne. Então primeira coisa nunca houve consenso. Porém existe até hoje uma maioria política que se expressa nas eleições do sindicato, se expressa nos congressos do sindicato e nas assembleias que define que o SEPE deve participar dos conselhos com uma postura crítica, ne, para acompanhar o que ocorre de discussão do conselho, fiscalizar, propor alternativas, e aí óbvio que dentro desse segmento que é majoritário no SEPE que defende a participação do Sindicato, dos representantes do Sindicato da categoria através do sindicato nesses fóruns, ne, e têm visões diferentes de como esse processo deve se dar. Tem alguns setores na qual eu me incluo que entende que o Sindicato deve reivindicar a sua participação; é diferente de sindicato participar quando lhe é oferecida uma vaga. O que tem de acordo é que se tem uma vaga pro Sindicato, o Sindicato ocupa desta forma: crítica, vigilante, fiscalizador do SEPE. Eu tenho uma visão distinta, eu acho que o sindicato deve lutar, brigar exigir esse espaço nos conselhos, os conselhos são espaços de discussão das políticas públicas e o sindicato como entidade da sociedade civil deve ter uma postura constante de disputa da política: de criticar, de fiscalizar, de denunciar, mas também de disputar ne. E tendo sempre a preocupação de ter transparência na ação desses conselheiros para que a categoria tenha mais conhecimento do que se passa nesses fóruns e possa também dentro das suas possibilidades pressionar para esse

conselho ou esses conselhos reflitam o que a categoria entende por política pública mais avançada para educação ou qualquer conselho que o sindicato venha ter representação.

E.Quais foram as correntes historicamente favoráveis e contrárias à participação?

M.Para nomear, eu te diria Eduardo que é uma sopa de letrinhas porque dentro de partidos políticos existem segmentos, correntes, forças políticas, ne então você tem as diferenciações mesmo dentro do próprio partido. Você tem dentro do PT historicamente grupos, alguns até já saíram do partido que defendiam que o sindicato não deveria participar dos conselhos e outros defendiam que deveria. O mesmo ocorre em outras forças políticas como o PSOL hoje em dia, agora tem partidos que tem uma posição mais centralizada, mais definida é o caso do PC do B no sentido de participar desses espaços e o caso do PSTU de não participar desses espaços. Mas eu acho que isso aí independe das correntes, forças ou partidos, isso expressa visões políticas dentro do movimento social, dentro do movimento de educadores, porque nós temos um senso comum muito forte de que a participação política necessariamente ela acaba levando a uma que as lideranças se corrompem ne, todo poder corrompe, toda pessoa que passa a ter um papel de representação passa para o outro lado ou então quer se dar bem, faz disso um trampolim, é o que a gente ouve muito na base. Então existe um espaço realmente na base da categoria como também na sociedade favorável a essa visão de não participação, como assim eu não quero me misturar porque há o risco forte de me corromper, de abandonar os meus princípios. Então essa base ideológica social humana mesmo dentro da categoria na sociedade que fortalece essas posições; e por outro lado existe também o mesmo na base da sociedade de quem pensa diferente. Hoje eu posso te dizer que no SEPE a maioria pensa de que é necessária a participação do SEPE. Nos últimos dez anos houve um recuo da participação. Primeiro porque as aprovações de que o sindicato deve participar dos conselhos, como eu estava te falando, essa é a minha a visão política do grupo político do qual eu faço parte, é como eu estava te dizendo. Ah o SEPE tem direito a uma vaga, então a gente ocupa, de uma forma assim até menosprezando, a gente ocupa, não tem jeito, é melhor na gente ocupar do que outro. Não existe por parte da maioria da direção do sindicato, ne, essa maioria não está constituída, constituída ainda na base da categoria, de que o SEPE deve reivindicar a participação, deve lutar pela participação. E aí tem alguns exemplos de participação em conselhos em que isso se coloca, ne. Nós temos o caso do Conselho da Merenda, da Alimentação Escolar, aonde está constituído que a representação da categoria é do Sindicato, ta na legislação, então o SEPE participa, porque está na legislação e aí o SEPE se vê empurrado pela legislação a ocupar o espaço. Então ele vai, ele elege na Assembléia só que o descompromisso da maioria é tão grande que muitas vezes nós não temos nome para ocupar essa representação. Muitas vezes nós não temos por parte de quem é eleito na assembléia da categoria para representar o sindicato vontade política de realmente exercer, de se exercer como conselheiro da categoria e do sindicato. O sindicato também não discute a política que esses conselheiros deveriam apresentar encaminhar e muitas vezes não se discute sequer o retorno do que ocorre nesses conselhos por parte.. quais foram os posicionamentos destes conselheiros na reunião de direção, ne. Então acaba sendo uma participação muito solitária desses conselheiros..

isso no Conselho da Alimentação Escolar. No Conselho Municipal de Educação eu tive oportunidade de participar porque briguei na direção, disputei na direção a representação do SEPE no conselho. Mas também era a mesma coisa, aqui eu brigava pra poder apresentar um relatório, né que eu fiz, eu fiz um relatório por escrito, apresentei, fui acusado na direção de querer aparecer, porque eu estava dando transparência das minhas ações no Conselho Municipal de Educação, numa Assembléia depois num Congresso.. Ah CE tá querendo aparecer tá fazendo um documento só para aparecer. Ao invés de ser contrário, ao invés do Sindicato cobrar do seu representante eleito pela categoria transparência do que ele está fazendo, representando no conselho. Então aqui a lógica estava se dando ao inverso. E no caso de Conselho de Administração da Prev Rio que nós temos direito de eleger quatro representantes, dos servidores né, o sindicato nunca teve a preocupação de ter uma candidatura do sindicato, eu fui candidato o meu grupo que atua no SEPE e também na rede Municipal nos municípios lançamos outros candidatos em outros momentos, eu fui eleito na segunda gestão do conselho, o professor Afonso, ainda bem que eu consegui fazer o meu professor que é o professor Afonso que também é do meu grupo político né, tanto eu como ele, nós fomos eleitos apesar de SEPE, que o SEPE fazia uma campanha contra a gente porque fazia aí no caso a disputa político partidária do que ocorria dentro da disputa do sindicato levou-se para uma disputa que era maior, que era a disputa da representação da categoria entre servidores municipais num conselho que discutia não os servidores municipais de educação, mas o aspecto corporativo da classe dos professores ou dos profissionais da educação. Mas que discutia a situação ligada ao assistencial e a previdência do conjunto dos servidores municipais, aonde a nossa categoria é a maior categoria de contribuintes e de aposentados e portanto também de pensionistas desse segmento de servidores municipais. Então são alguns exemplos que eu posso te pontuar das diferenças de visões mesmo entre aqueles que entendem que é necessária a participação de representantes do SEPE nos conselhos.

E. A ausência de consenso atrapalha a participação do SEPE ?

M. Com certeza. A ausência de consenso atrapalha, e mais do que a falta de consenso, a visão política do papel que os conselhos cumprem numa sociedade democrática e o papel que o sindicato tem de fazer as disputas das políticas públicas nesses conselhos. Então a questão não é só participação do sindicato ou não, a questão da participação do sindicato, ou dos seus representantes nesses espaços ela deveria ser precedida de uma discussão mais estratégica sobre a importância de você ter uma sociedade democrática conselhos que disputam políticas públicas né. então existe uma lacuna dentro do debate político realizado no sindicato. E aí por isso acaba a discussão se restringindo a se o SEPE, se o sindicato deve ou não participar. Existe uma maioria que diz deve participar, porém não se tem uma participação efetiva protagonista por parte daqueles que se dispõem a representar o Sindicato nos conselhos.

E. Há quanto tempo que o SEPE participa?

M. Acredito que uns 20 anos. Acho que a participação do sindicato ela ocorre num momento em que as políticas de conselho né pós, principalmente pós constituição de 88 ela é expandida né, inclusive com a própria força, a retomada do papel mais

protagonista do município do Rio de Janeiro que no caso é capital, você sabe que antes nós não elegíamos o prefeito da capital, ele era indicado, então com a constituição de 88 você tem uma mexida no cenário político e na própria relação do poder público do Estado e com isso você tem uma amplitude, criações de conselhos mais generalizados. Tem algumas áreas em que o sindicato participa de conselhos em outros ele não disputa, ele não reivindica. Por exemplo é um absurdo um sindicato que trabalha com educação como o nosso não reivindicar participar de um conselho como o Conselho do Direito da Criança e do Adolescente. Só que é o que eu estou te explicando: existe uma maioria aqui que diz se tiver uma vaga a gente ocupa, e não a política de que nós temos, devemos, precisamos ocupar uma vaga num conselho que trate de políticas públicas relacionadas a criança a juventude, que está relacionada com educação. Então são visões diferentes que eu acho que isso é que atrapalha ne, a visão política que se tem do trabalho com conselho, não é a questão do consenso. O consenso se constrói quando você tem uma visão hegemônica dentro do sindicato favorável àquela política, esta visão hegemônica não existe. Tem uma maioria circunstancial que ocorre em congresso e assembleias que votam favoravelmente a participação do SEPE nos conselhos, ou seja, aqueles que permitem, que aceitam ou que convidam o SEPE a participar ou porque está em lei. Agora, o SEPE buscar ser protagonista, no sentido de exigir a sua participação em conselho, isso infelizmente nós ainda não temos essa visão hegemônica dentro do sindicato.

E. Você já ouviu falar do Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental o GIEA?

M. Já ouvi falar da UFRJ não é isso? Já ouvi falar mas não conheço muito, não é muito a minha área de atuação. É uma área de interesse mas não de atuação, porque eu sou da área de história, não sou da área ambiental.

E. Você acha importante o SEPE discutir a entrada da educação ambiental nas escolas?

M. Com certeza, é um debate importante, eu inclusive dei aula numa escola que tem tudo a ver com a discussão da EA que é uma escola no Alto da Boa Vista chamada Marcos Ferrei, inclusive tinha uma parceria com o Parque Nacional da Tijuca na Floresta da Tijuca e foi só um pequeno exemplo ne, da capilaridade que a rede municipal possui com as escolas e creches aonde a questão ambiental seja ela Mata Atlântica, mas a questão ambiental nós sabemos que não é só isso ne é muito mais do que isso, e o SEPE deveria ter essa preocupação, afinal de tudo chegamos a eleger uma pessoa para nos representar, mas é como eu estou de falando foi uma maioria conjuntural na Assembléia, tem uma vaga, ah vamos eleger alguém, mas alguém que nunca mais... esse alguém que foi eleito veio uma vez na reunião da direção apresentar um balanço, um relatório da sua atuação, o que tem feito, o sindicato também tampouco se preocupa com que esse representante está fazendo, ne naquela de Ah deixe ele lá eu também não quero que o sindicato se meta no que eu to fazendo, há um certo acordo de cavalheiros, entendeu? E isso é que eu estou te explicando, tem a ver com a concepção de como o sindicato deve participar dos espaços, qual deve ser a postura dos sindicatos nos espaços.

E. O que você entende por Educação Ambiental?

M. Educação Ambiental é você trabalhar com os alunos seja ele criança adolescente, adulto ou eu for, uma relação de harmonia com a sociedade em que você vive, é o cuidado com a questão do excesso de consumo, até porque todo consumo que a gente realiza ele pressupõe a transformação da natureza, de destruição da natureza, então a educação ambiental é importante no sentido de criar uma nova postura, uma nova cultura para a sociedade, e isso aí começa realmente desde cedo, na família e na escola, então a EA é fundamental pra estar pensando uma sociedade mais harmoniosa, que consiga desfrutar das benesses da natureza sem avançar rapidamente para a sua destruição.

16/10/2012 Entrevista com Rodrigo Lamosa

E. Rodrigo Lamosa, existe ou já existiu algum consenso em torno da participação do SEPE nos conselhos interinstitucionais?

R. Não, não existe consenso, como não existe consenso sobre quase nada no Sindicato, essa é só mais uma das questões que não existe consenso no Sindicato, existem correntes favoráveis à participação do conselho, neste tipo de conselho, e existem correntes que são, na verdade pelo pouco que conheço, apenas o PSTU defende contra, talvez tenha mais um grupo que defenda contra mas não tem espaço na direção do Sindicato, e eu também não conheço. E dentro desses grupos que entendem a importância da presença do sindicato neste tipo de conselho, de espaço, existe todo um debate sobre a natureza dessa participação, e de que tipo de conselho participar, porque também muitos setores do sindicato entendem que há no momento uma disseminação desses tipos de espaços, e nem todos esses espaços interessam ao sindicato, alguns interessam mais do que outros, alguns o sindicato não tem perna para estar presentes, outros o sindicato tem em alguns momentos há até uma certa disputa para quem vai participar. Acho que é isso.

E. Quais são os argumentos...

R. E a natureza dessa participação, que eu ia falar. Não se entende pelo menos a maior parte das correntes que compõem o sindicato, teria que ver de forma pormenorizada as diferenças entre as correntes, não entendem se essa participação.. um dado estratégico, que vá alterar substancialmente a realidade ou alterar a correlação de forças entre o governo, as entidades empresárias e o sindicato. Mas que esse espaço é um espaço privilegiado para o sindicato obter certos tipos de informações, marcar certas posições e num dado limite dependendo da própria correlação de forças existentes dentro desse tipo de espaço, conseguir algumas conquistas, mas não é um espaço estratégico, na luta que vá de fato oferecer uma mudança radical da realidade.

E. Você acha que essa ausência de consenso atrapalha essa participação?

R. Acho que não. Acho que não, acho que.. é, talvez atrapalhe na verdade, na verdade não tenho clareza sobre isso .. Acho que atrapalha na medida em que o Sindicato às vezes não consegue construir política pra esse espaço. Às vezes se elege um representante e esse representante toca a política no interior desse espaço de forma inclusive responsável com as deliberações e determinações do próprio sindicato, mas o

sindicato não tem nas suas instância um espaço de acumulo debate sobre a natureza desse espaço, a natureza dessa intervenção, talvez se houvesse consenso todas as forças, da mesma forma é importante participar desse espaço, talvez o sindicato (...) na verdade tem a ver com a não possibilidade de haver consenso sobre quase nada no sindicato ne, haja visto que é um sindicato democrático de participação muito plural, das correntes e haver diferenças sobre os temas não só é importante de fato ocorre como é determinante para a democracia desse sindicato.

E.Teve alguma mudança de posição de alguma corrente tanto a favor quanto contra ?

R.Deste tipo de espaço?

E.É.

R. Não, não me lembro de alguma corrente que tenha em algum momento defendido a participação para num momento diferente mudar de posição. Não, não me lembro de isso ter acontecido.

E. Quanto tempo que o SEPE ocupa os conselhos?

R.Desde que os movimentos sociais tem espaço para participação.. acho que é talvez pós constituição de 88, mas eu não tenho ao certo qual é o primeiro congressos do SEPE que tenha havido deliberação da participação nesses espaços.

E. E o que você tem a dizer sobre o GIEA?

R. É um espaço que tem a sua relativa importância no sentido de debater alguns temas considerados para ao movimento ambientalista que separa as pessoas que estão na educação ambiental de relevância,. É uma espaço com relativa pluralidade, existem movimentos de naturezas muito distintas ocupando espaços naquele grupo e nós ainda estamos de alguma forma tentando entender quais seriam as melhores formas de atuação desde espaço, tem muito pouco tempo desse grupo, desse conselho. Temos ai acompanhado alguns debates, incidindo de alguma forma em momentos que a gente acha que a gente deveria incidir, mas ainda falta acúmulo sobre esse tema, o próprio SEPE, que viria ser a EA que é um tema novo, acho que são movimentos concomitantes: a gente ter melhor entendimento da nossa participação no GIEA e amadurecer o debate sobre educação ambiental e sobre a própria participação nesse tipo de espaço dentro do SEPE.

E.Qual é a sua rápida contribuição sobre o entendimento da Educação Ambiental?

A educação ambiental é algo relativamente novo, antes de tudo é educação com essa adjetivação ambiental em função de um lado do acirramento das contradições provenientes da crise social oriunda do sistema que a gente vive. E do outro lado o crescimento dos movimentos que tem pensado nisso no interior nos partidos da esquerda, inclusive aqueles que possuem militantes que ocupam espaço dentro próprio SEPE, é o meu caso no PSOL, que tem acumulado esse debate sobre o que viria ser o ecossocialismo, Então é algo novo, a EA é algo novo, essa adjetivação chamada educação ambiental é algo novo que vem as explorar essa contradição esse típico de contradição que na atualidade no interior de vários espaços, inclusive no espaço que interessam ao SEPE que são as escolas e ainda EA tem entrado com relativa expansão em todo país ne, a escola, desde pelo menos 2000 e inicio do ano 2000, trabalhando esse

debate acerca das conseqüências da crise do capital na temática ambiental, na temática socioambiental, na problemática das conseqüências dessa crise da vida social, como um todo,. E a EA ela entra nas escolas de diversas formas, através de projetos através de algumas redes com disciplinas específicas que contraria a lei, como trabalho da Jaqueline, tem trabalhos que mostram que tem avanços é o caso do estudo de Búzios que tem EA, e trabalha com temáticas socioambientais a partir de uma perspectiva crítica, se distingue na luta do que a crise do sistema que a gente vive e hoje em dia tem uma especificidade muito grande que a gente, alguns setores ai do sindicato sobre todos nos LE acumulado sobre a relação que se tem atual entre a e4ntrada da EA nas escolas com a entrada nas empresas nas escolas, algumas pesquisas inclusive do nosso grupo da Universidade da UFRJ ne,do qual eu faço parte, você faz parte então o LIEAS tem observado essa relação ne então tem se tornado para além do debate curricular do que significa a entrada da EA no currículo da escola, ou seja, trabalhar com temas que produzem uma reflexão uma crítica uma historicidade do que viria ser a crise socioambiental da atualidade mas entender a natureza da entrada da EA nas escolas. O que é essa inserção, o que essa entrada dessa nova temática dessa nova temática curricular, quais são as conseqüências para a escola, sobretudo quais são as conseqüências que nos, quais são as conseqüências do projeto que nós do SEPE, nós LE nós o sindicato majoritariamente, um sindicato que hoje tem ai pelo menos tem ai parte...70% da esquerda na direção do sindicato para nós o que nós temos pensado quais são conseqüências para o projeto de escola defendido por esse sindicato: uma escola democrática uma escola unitária, mesma alta qualidade em todas as regiões do nosso estado para todas para toda a população, uma escola que valorize o professor, que valorize o tempo de trabalho do professor, e uma escola que valoriza o aluno, então em que medida, e a nossa preocupação é essa, em que medida a EA que ,na verdade não é uma só, é algo heterogêneo, porque se você perguntar o que EA na verdade é muita coisa, a gente pode eu posso te exemplificar o que EA a partir dos projetos dos professores das escolas municipais e estaduais vem desenvolvendo ou eu posso te definir EA a partir de critérios e dos resultados, das intenções de um projeto, por exemplo, de uma empresa ou de uma Organização Social exterior à escola, como Instituto Ayrton Senna, como o Instituto Itaú Cultural ou como uma ONG como a Viva Rio, que são projetos de natureza muito diferente, muito distinta, porque as intencionalidades são muito distintas na sua origem e nas intencionalidades de um projeto formulado por um professor não é mesma ou não tem a mesma natureza do que um projeto formulado por uma organização privada, por motivos muito simples.. a organização privada produz projetos com fins e interesses que são privados portanto a educação ambiental produzida ali é uma educação ambiental muito diferente na sua origem na sua intencionalidade dos projetos formulados nos espaços públicos pelos trabalhadores que compõem a escola pública e portanto esse é um elemento que é um elemento que talvez hoje seja central da nossa intervenção nesse campo que é EA

Transcrição

Entrevistador: Eduardo d'Avila

Entrevistada: Ivanete Conceição da Silva (PSOL) Movimento Terra e Liberdade (MTL)

E. Existe ou já existiu em algum momento consenso em torno da participação do SEPE em conselhos interinstitucionais?

I. Já existiu o consenso ne... só lembrando que assim... a história da organização dos conselhos também foi uma luta do movimento social por redemocratização, participação do povo em organizar e pensar a cidade. Então naquele período – 30 anos atrás – existia um consenso, ne. Com o passar do tempo este próprio espaço ou o pensar da política a ser construída dentro do conselho foi se perdendo. O conselho passou a ter uma característica muito mais governamental, mesmo sendo uma representação da sociedade civil. A parte da sociedade civil, ela passou a ser cooptada pelos gestores da cidade, fazendo inclusive votações favoráveis à política do gestor. O SEPE hoje ele está dividido nessa posição, tendo clareza inclusive desse quadro, apesar da divisão todos temos clareza. A gente se divide no seguinte: de que forma nós vamos atuar no conselho? Temos clareza que não conseguiremos fazer nenhuma mudança radical usando esse instrumento o conselho, devido a sua própria característica, mas ainda aqueles que os defendem, que somos nós que ainda defendemos que fazemos parte de alguns conselhos para ter acesso minimamente a documentos, a informações que foram importantes que muita vez ficam só dentro da própria Secretaria, ne específica ou de meio de ambiente ou de educação; de FUNDEB que a gente participa muito, então a gente tem acesso a esse material e estando de fora não teríamos assim canais, entendeu? Teria canais legais, a justiça, seria mais demorado. Você, no conselho representação oficial a gente só tem esse argumento, inclusive de reivindicar aquela representação para outras instâncias, o SEPE representação nos Conselhos estimular um debate, criar algum tipo de denúncia embasada por fazer parte do conselho. É hoje, acho que é a única argumentação que nos faz ainda estar nesses conselhos, mas não acreditamos que esse conselho por si só venha inclusive a estimular algum nível de organização ou demanda de uma modificação do poder público.

E. Quais são as correntes que defenderam a participação e que foram contra historicamente?

I. Olha, no último período, o setor que sempre faz votações contrárias à participação do SEPE nos conselhos é o PSTU, entendeu? De forma mais clara e contundente. As demais correntes... hoje não me recordo de nenhuma que tenha uma postura assim tão direta e firme quanto o PSTU. As demais ainda votam pela participação.

E. Então, você se lembra de ter havido alguma mudança de posição?

I. Não tem uma mudança radical de posição. Eu digo que existe certa expressão de reconhecimento de que o conselho ele não vai mudar os rumos da política. Mesmo aqueles que aprovam a participação. Acho que foi esse o único fator diferente no cenário.

E. A ausência de consenso atrapalha a participação do SEPE nos conselhos?

I. Não, não atrapalha porque o setor que defende a não participação ele fica de fora, ele não disputa esse espaço. Então, os outros setores... tem um marco de diferença, qual é a disputa? Entre setores de esquerda e setores governistas, porque a visão é diferenciada,

então há uma diferença de atuação nesse conselho, então a disputa se dá entre esses dois setores, os governistas – os setores da direita- e os setores da esquerda que acha que tem que estar lá que tem que acesso a materiais.

E. De quais conselhos o SEPE participa?

I.Olha, o SEPE a nível estadual participa do conselho do FUNDEB e do Conselho Estadual de Educação (CEE) e o da merenda, são esses três, ta. Agora, cada município tem autonomia para participar dos conselhos para enfrentar..

E. E você sabe desde quando o SEPE participa de conselhos?

I.Sempre participou. Sempre, desde a sua instituição.

E. Você já ouviu falar ou conhece o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental o GIEA?

I.Não, não.

E. Você acha importante o SEPE discutir a entrada da Educação ambiental nas escolas?

I. Acho fundamental, acho fundamental, é um tema que hoje...

(...)

E. Você acha importante o SEPE discutir a entrada da Educação ambiental nas escolas?

I. Sim. Eu acho que importante que a direção discuta não só a direção mas também as direções locais, porque na minha visão de sindicato, a gente não pode ter uma atuação meramente corporativa. Eu acho que o tema do meio ambiente ele abarca toda uma visão de mundo. Então não basta a gente fazer as lutas que são mais específicas umbilicais da categoria, se essa própria categoria não conseguir enxergar o seu entorno de maneira de como essa cidade é organizada e de como ela é gestada. Então, fazer o..não digo assim...a participação.. tá, a participação efetiva no conselho, mas eu acho que isso serve como estímulo para que essa direção passe também a refletir sobre essa política, não só na linha na questão ecológica, mas como são organizados os espaços, e de como acontece o desmatamento, a desvalorização desse espaço, o extermínio mesmo do meio ambiente como um todo. Então acho que isso é um tema que tem que ir as escolas, não meramente também como projeto de reciclagem, aquela coisa redondinha que às vezes o professor fala e faz, mas é muito fragmentada, entendeu? É muito estanque. Eu acho que tem que provocar uma reflexão que é muito maior, acho que abarca.. é.. é o pensar a vida é repensar a vida e o espaço onde nós seres humanos defendendo inclusive um horizonte diferenciado de mundo. Agora eu acho que isso é um desafio imenso para essa direção, seja a nível estadual ou municipal, até pelos ataques constantes que sofrem, onde vive muito mais em dar respostas do que criar política, do que é.. Estimular que essa categoria também possa abrir os olhos para esse mundo e a maneira como esse mundo tem que ser organizado. E o ambiente hoje ele está sendo atacado assim desastrosamente, está sendo depredado.

E. Para finalizar, o que você entende por educação ambiental?

I.Então, olha só.. eu não tenho um debate direto e profundo sobre isso. O que eu tenho de informação da educação ambiental ou que pelo menos para mim deveria ser era esse pensar da maneira como eu já coloquei, é pensar a integração o equilíbrio da natureza,

dos espaços, seja a visão da ecologia, das plantas, dos animais, do ar, a questão da poluição, a maneira como se relaciona o ser humano com esse espaço. Né. É claro numa tônica de valorização que evite não só a poluição e degradação do ambiente, mas que seja um espaço agradável onde a gente possa viver um bem estar que inclusive nos renda saúde, saúde física, emocional, psicológica. Eu acho que educação ambiental deveria ter esse olhar,

E. Obrigado, Ivanete.

Entrevista com Jaqueline Guerreiro – GIEA

E. Eu queria saber de você como é que se chegou a essa composição do GIEA assim como está.

Há anos atrás ele era um grande elefante branco porque tinha a lei, creio que foi a primeira CIEA, porque existem as CIEAs, a nossa é GIEA porque a lei foi anterior, mas era um grande elefante branco, na verdade, você tinha o poder público, mas que não era sociedade civil organizada, não era nenhum coletivo de educadores ambientais e tal. Quando o secretário Minc entrou nós pressionamos, principalmente na rede de educadores ambientais com um diálogo bem interessante com a rede a recém-importada coordenadora de educação ambiental Lara Moutinho, e aí nós pressionamos bastante pela mudança da lei e foi modificado, só que também não nos atendeu, os fatores sociais que ali estavam não nos atendiam, a gente continuou pressionando, é o papel nosso da faculdade, mesmo que o diálogo até hoje seja muito interessante, muito produtivo com a Lara Moutinho, talvez porque ela venha da sociedade civil, ela veio de movimentos organizados, o nosso papel era pressionar, pressionamos muito ela e conseguimos que o decreto fosse novamente mudado e aí sim esse segundo mudança nos atendeu, aí hoje nós temos lá, rede de educadores ambientais do estado do Rio de Janeiro que hoje congrega sete outras redes, então a rede de educação ambiental é a única rede da malha da rede brasileira que se “estrutura” similarmente a REBEA, a REBEA é uma malha de redes e a rede do Rio também vem se constituindo assim como uma malha de redes, enfim, hoje estamos nós, foi um posicionamento muito forte dos educadores ambientais pra que o sindicato dos professores que são aquelas pessoas que estão na base estivesse lá presente, então temos também a reserva da biosfera da mata atlântica, a gente imaginou que também fosse uma possibilidade de fortalecer esse coletivo que pra nós é muito importante, enfim, hoje a partir da nossa pressão a configuração do que é o GIEA nos atende, não sei se vai atender no futuro, mas não houve nenhuma outra reivindicação de outros atores sociais que lá estão, outros atores sociais que não estão lá ou procuram a UERJ que é uma universidade ou nos procuram.

E. Como ocorre a renovação dessa composição, há eleição? Como é?

J. Cada ator social presente tem a sua própria dinâmica de eleição do indivíduo, eu posso falar pela rede do Rio, cada rede possui uma dinâmica própria de indicar os seus interlocutores nos espaços de representação, os espaços de controle social, no caso da rede do Rio de Janeiro, essa indicação é feita presencialmente, existem outras redes que eventualmente isso possa acontecer, mas o nosso acordo de convivência é que essa

indicação se dá em encontros presenciais da rede, seja nos encontros estaduais de educação ambiental que são organizados pela rede, o último foi na UERJ, ou seja, no que a gente chama de encontros de gestão, várias redes têm esse espaço, então os nossos interlocutores nesses espaços de controle social são indicados pelos próprios integrantes da facilitação da rede, a gente se reúne e vai identificando esse espaço, aquele outro e vai definindo.

E.Há uma eleição do GIEA mesmo? Pra renovar a composição do GIEA?

J.Não porque é uma lei, então aqueles que estão lá, são doze atores sociais, aqueles que estão lá são da lei, pra que isso seja modificado, essa composição, tem que mudar novamente a lei.

E Cada instituição vai internamente fazer uma indicação do novo representante, daí há nova composição?

J.Isso, então, por exemplo, existe o ator social universidade/centro de pesquisa, isso é um ator social, o que pressupõe que as universidades do estado do Rio e os centros de pesquisa do estado do Rio tem que se reunir em algum momento pra definir quem vai naquele momento, até hoje é a UERJ que tem sido indicada ou escolhida, eu não sei exatamente como as universidades fazem essa indicação, até hoje quem está lá é a UERJ, não sei se é feito por indicação, escolha ou votação, na verdade tem que se procurar o pessoal da UERJ, então assim, cada um dos doze integrantes tem a sua própria dinâmica, por exemplo, no caso do sindicato tem o SEPE e o SINPRO, o SEPE hoje você tem pessoas do sindicato sensíveis à questão, o que era muito difícil anteriormente, aí você tem uma pessoa que atualmente é o Rodrigo que é um pesquisador que está lá, mas nada impede que amanhã seja o SINPRO, porque na verdade, o SEPE e o SINPRO tem que discutir quem é que vai agora e que vai depois, o que acontece é que isso é um processo, como é o processo a gente não sabe, a gente até sabe, mas eles é que tem que definir, o SINPRO, por exemplo, até hoje nunca quis saber de nada referente à questão educação ambiental.

E.Como é que se define a pauta no GIEA?

J.Na minha percepção, talvez a gente possa ter três linhas que se constituem a pauta do GIEA, primeiro demandas das políticas públicas, então às vezes aparece alguma demanda de política pública e ela chega até o GIEA e o GIEA tem lá a definição das suas competências, no caso, por exemplo, da estruturação do programa estadual de educação ambiental foi a mesma coisa, houve essa demanda, discutimos como é que seria, como não seria, eu acho que uma outra linha são as demandas dos educadores ambientais, ou melhor, dos campos de educação ambiental no estado, digamos assim, dos diferentes coletivos de educação ambiental, então a rede de educação ambiental às vezes traz uma demanda pra ser discutida, Jardim botânico às vezes traz uma demanda, posso dar um exemplo, uma demanda que a rede de educação ambiental trouxe anos atrás foi o sexto fórum brasileiro de educação ambiental, o sexto fórum brasileiro é organizado pela REBEA, rede brasileira, mas numa reunião da REBEA, o fórum ia ser no Rio de Janeiro, então quem ficou como a rede organizadora evidentemente foi a rede do Rio, então o que a rede do Rio fez? Levou esse assunto, essa pauta para o GIEA, não o GIEA, mas talvez os coletivos presentes pudessem auxiliar na organização do fórum,

então acho que o segundo caminho seria esse, e eu acho que a outra demanda seria uma demanda advinda de pressão política de todos os tipos, você teve, por exemplo, a Rio +20, então havia a Rio +20 e a cúpula dos povos, então havia uma pressão política com relação a termos e espaços na cúpula dos povos e na Rio +20 para os educadores ambientais, uma pressão política dos educadores do país, tínhamos já na cúpula dos povos, não tínhamos na Rio +20, e aí nós apresentamos essa demanda, na verdade não é que o GIEA teria competência de atender esta demanda, mas essa demanda ao chegar ao GIEA a gente consegue que os atores sociais que estão lá no GIEA, que são aqueles que estão focados na questão da educação ambiental, tem programas estruturados, projetos estruturados, tem a maior capacidade de discutir, refletir sobre essas demandas políticas, a partir daí cada um apoia de uma certa forma, então eu acho que seriam essas três linhas a grosso modo.

E.Considerando que uma das atribuições do GIEA é avaliação de projetos de educação ambiental das escolas, eu queria saber se há uma metodologia de avaliação.

J.Ainda está sendo construída.

E.Quem faz essa avaliação são os próprios membros do GIEA?

J.Nós ainda não chegamos a esse ponto de trabalho no GIEA, na verdade pode parecer difícil, mas o processo de constituição do GIEA, o processo de constituição que seja esse espaço político, a criação dos consensos possíveis, tantos diferentes atores sociais, isso demanda um tempo muito grande, o GIEA é o conselho, é um conselho de políticas públicas, na verdade muito do que está na lei a gente efetivamente não exerce, a gente vem discutindo, alguns atores sociais vêm pressionando bastante pra que a gente atenda aos itens do que é o papel do GIEA, o Jardim botânico é um deles, é um ator social e as pessoas que estão lá pelo Jardim botânico são pessoas muito experientes e sempre focando essa questão, nós na rede também, agora a gente efetivamente não exerceu esse papel, quando começamos há anos atrás, três anos atrás, efetivamente a pensar isso, bem, temos que atender o que é o GIEA, temos que atender o que está lá na lei, aí vem o PROEA, o GIEA como todo conselho é voluntário, quer dizer, baseado em voluntarismo, então eu lembro que quando começamos a discutir, perai, a gente tem que fazer isso, inclusive nesse momento que a gente começou a discutir isso, isso aí deu uma parada porque a gente ficou muito focado na constituição, na dinâmica de consultas públicas que nos pareceu pertinente naquele momento nos debruçarmos sobre aquilo, eu lembro que uma das ações que a gente definiu como prioritária seria criarmos uma câmara técnica de educação ambiental no CONEMA, que não existia, o que a gente fazia era ir pra câmara técnica de instrumentos de gestão e aí uma das discussões foi a necessidade de termos isso, uma câmara técnica e aí conseguimos, existe agora uma câmara técnica de educação ambiental do CONEMA que a gente criou e também não temos muitas pernas, a gente acredita que agora ela vai ser customizada por conta até da audiência pública do PROEA e depois da audiência pública vai ter que ir tanto pro conselho de educação quanto pro conselho de meio ambiente, acho que a grande possibilidade agora de nós mesmos nos debruçarmos na dinamização dessa câmara técnica de educação ambiental porque o PROEA pra ser aprovado primeiro tem que

passar pelos dois conselhos de educação e meio ambiente, mas enfim, a gente não está atendendo totalmente o que diz a lei não, acho que faltam braços.

E.Qual é o resultado prático, qual a repercussão do que é decidido no GIEA? Pra onde é encaminhada a decisão, vai pro legislativo ou só pro executivo?

J.Depende, acho que depende de cada item da pauta.

E.De maneira geral.

J.Então, depende, por exemplo, a gente necessitava de recursos para o sexto fórum brasileiro de educação ambiental fez a solicitação, a coordenação de educação ambiental da CEA abraçou isso, não é o GIEA que abraça, é o conselho, mas no momento em que você divulga isso, que você traz essa informação pro GIEA, você possibilita que os atores sociais que estão no GIEA dialoguem com você, você ator social que levou aquela questão, com mais rapidez, com mais propriedade, enfim, isso foi pra onde? Pro executivo, o executivo que deu a grana através do SECAM, então depende, depende de cada pauta, a gente não sabe, por exemplo, se o PROEA vai ter que passar pelo legislativo, nos parece que não, mas a gente também não sabe.

E.Quando a gente fala do GIEA a gente está falando de um conselho que tem poder consultivo, você não acha contraditório ele ter poder consultivo e ao mesmo tempo definir diretrizes político-estaduais? Deliberando no caso?

J.Você constrói essas diretrizes, mas elas têm que passar por outros espaços políticos que deliberam, agora mesmo sendo um órgão consultivo é um espaço político, então a força dele ou a fraqueza, ou a possibilidade efetiva de colocar aquelas diretrizes numa pauta de execução vai depender do próprio espaço político, da força que esse espaço político possa vir a ter, eu acredito que o GIEA está se constituindo num espaço político forte, não é ainda como nós sociedade civil gostaríamos, mas ele pode se constituir, a mim parece que está pra se constituir num espaço político que mesmo consultivo por conta da lei pode ser tão forte que influencie decisivamente e leve realmente a essas decisões, é uma luta política, existem conselhos que são conselhos de políticas públicas enfraquecidos, por exemplo, a CPDS, comissão de política de desenvolvimento sustentável e da agenda 21, ela existe e é um conselho completamente destituído de poder, então ser consultivo, mesmo que ele não fosse só consultivo depende da dinâmica conjuntural daquele conselho, são tantos indicadores, depende ate mesmo da vontade política dos atores sociais que estão naquele conselho, são doze, então vai depender muito do que está acontecendo em termos de conjuntura política institucional desses doze.

E.Você falou em sociedade civil, você falou duas vezes esse termo, o que você entende por sociedade civil?

Eu não estou falando em sociedade civil organizada, estou falando não de organização, porque a rede, por exemplo, não é uma organização é um espaço político, estou falando desse coletivo organizado e que possui uma identidade. A rede de educação ambiental é uma rede, não é uma organização, sem CNPJ, mas ela tem uma identidade, um coletivo que tem uma identidade e a gente vem construindo essa identidade através dos nossos acordos de convivência, através dos nossos documentos, não é fácil, por exemplo, durante anos e essa discussão continua, a rede é rede, então serve pra contabilizar, pra

ponderar, pra formar, pra informar, mas olha, não tem que dar espaço nenhum, essa é uma discussão recorrente no âmbito da discussão sobre redes e no Rio de Janeiro isso era muito forte e alguns dos nossos mestres, estou falando assim, de uma geração que não é geração de idade, uma geração de intelectuais de educação ambiental que nos formaram, eu me considero num grupo que tem uma certa homogeneidade de pensamento, esses mestres inclusive nos diziam que não deveríamos forçar para que a rede entrasse no espaço de controle social e a gente foi contra isso, então nós conseguimos que os educadores ambientais que participam efetivamente das discussões da rede aprovassem a ideia de entrarmos e aí não é a rede que entra, é uma organização que articula a rede lá dentro, então, por exemplo, no CONEMA é uma ONG que atende aos critérios do cadastro nacional, os critérios legais pra que esteja no CONEMA e ela articula a rede, a sociedade civil organizada eu falo entre outras, não são só as organizações, as ONGs, mas coletivos sobre a rede.

E. Falando sobre a rede, como se justifica o assento das redes no GIEA se não há assembleia ou se não há uma figura jurídica na rede? Como se justifica a rede ter assento no GIEA se ela não tem assembleia?

J. Veja bem, primeiro a questão da pertinência, você tem o conselho de educação ambiental, se o coletivo de educadores ambientais como é a rede que tem uma história não está lá, quem estará? Quem estará são universidades, centros de pesquisa, poder público, uma “king ONG”, a rede estar num espaço desses como também o coletivo jovem de meio ambiente que não tem também CNPJ e está também no GIEA significa uma possibilidade de grupos de educadores ambientais para além dessas organizações mais institucionalizadas e com poder efetivo, porque tem recursos, tem gente que manda, tem gente que obedece, terem voz ativa lá dentro, então eu penso, se a rede não estiver lá, educadores ambientais da base, professores do ensino formal, educadores ambientais que trabalham em ONG, que trabalham em ONGs, que não são da hierarquia das ONGs, educadores ambientais que trabalham em movimentos sociais não teriam a possibilidade de ter voz, agora se eles têm mesmo ou não voz através da rede aí vai depender de cada rede e de cada conselho, porque isso também não é uma lei, então é até presumível supor que uma rede que esteja no CIEA desses, porque o Rio só tem o GIEA, pode até ser que uma rede esteja numa CIEA dessas em algum estado do que efetivamente não articule os educadores ambientais de base, na verdade é porta-voz de uma ONG que pode acontecer em rede exerce papel secretário-administrativo e executivo daquela rede, então tudo pode acontecer, agora no caso do Rio de Janeiro a gente tenta muito isso, conseguimos ou não, às vezes não por conta de dificuldade de recursos pra fazer reunião, dificuldade de chegar a esses educadores ambientais de base, enfim, pra minimizar isso nas nossas últimas reuniões é perceber que a gente estava enxergando pouco, nós fizemos uma autocrítica, beleza, então como vamos chegar lá? Uma das estratégias foi construirmos um diálogo construtivo com outras organizações em coletivos ambientalistas no estado, isso foi uma definição política nossa, dos facilitadores da rede que hoje, na verdade, são os facilitadores desses sete redes, hoje não é assim: “Eu quero ser facilitador da rede”, Você milita onde mesmo? Em que rede? Ah sim. Então é mais ou menos assim, então você tem facilitadores da rede

Jacarepaguá, região dos lagos, na rede serrana, são esses que estão facilitando hoje, enfim, a gente pensou como uma estratégia política pra chegar lá no noroeste, lá no centro sul, lá naquele buracão que fica entre região dos lagos, médio paraíba do sul, norte e noroeste, tem um buracão ali, areal, que a gente não sabe nem o que é, nem o PROEA chegou lá né e tentar encontrar, fazer um diálogo com essas organizações até mesmo adversárias nossa em alguns outros espaços políticos como a APEDEMA, por exemplo.

E.O que é a APEDEMA?

J.Assembleia permanente de identidades do meio ambiente. Há anos atrás era a grande, grande coletivo de ambientalistas do estado do Rio de Janeiro, hoje não é mais, vem se enfraquecendo até mesmo por políticas bastante, no nosso ver, equivocadas, só que eles ainda têm muita força nos interiores no estado do Rio de Janeiro, então é um dos coletivos que a gente se aproximou, fizemos uma discussão política profunda, difícil por conta das nossas diferenças enormes, até mesmo dentro dos conselhos em que a gente se esbarra, alguns conselhos de políticas de recursos hídricos, o próprio CONEMA, enfim, a gente construiu algumas bases interessantes de diálogo, então a própria aposta, isso um exemplo, que a gente não fez contato só com a APEDEMA, foram vários outros, então, por exemplo, naqueles espaços territoriais, naqueles territórios que a APEDEMA ainda é forte, ela não é forte na capital e nas grandes cidades do estado, ela é forte em alguns outros territórios, a gente vai fazer coisas coletivas o encontro da APEDEMA e o encontro de educação ambiental pra discutir a educação ambiental e a possibilidade de criar uma rede de educação ambiental, porque os educadores ambientais ficam dispersos, quando você tem uma rede você tem pelo menos um espaço que é abstrato, não existe, mesmo quando tem uma secretaria administrativa que é territorial física, a ONG tal, a rede existe como espaço de diálogo, de informação e aí a gente tentar que nesses espaços que ainda não existe educação ambiental essas redes possam ser fomentadas, construídas e a gente está fazendo esse diálogo com outros eu dei só o exemplo da APEDEMA aquelas redes que têm comitê de bacia hidrográfica forte, a gente está tentando que essa rede fomente nos territórios que a bacia abarca, que o comitê abarca, que possa ser fomentado encontros de educação ambiental, até utilizando recursos do próprio comitê, você tem os recursos ainda mais quando tem uma câmara técnica de educação ambiental, essa câmara pode elaborar um projeto de encontros de educação ambiental nesses territórios onde não existem redes.

E.No GIEA quem a REARJ representa e quem ela não representa?

J.A REARJ representa hoje, quem está ali articulando, a gente não usa a palavra representar, mas os outros utilizam, então pros outros a gente está representando, pra gente a gente está articulando, o assento REARJ, quando a pessoa que está lá fala, ela fala por quem? Ela fala hoje pelas sete redes na malha da REARJ, então assim, essa é uma discussão imensa é uma discussão enorme, e aqueles educadores ambientais principalmente acadêmicos, predominantemente acadêmicos, cujo foco é acadêmico, porque eu também sou professora da Candido Mendes, mas meu foco realmente é a militância então pra muitos dos educadores ambientais cujo foco principal de atuação com relação à educação ambiental é a universidade pra muitos deles é um erro, e eles

vêm repetindo isso há muitos anos, é um erro a REARJ estar nesses locais dizendo: “Estou aqui para os educadores ambientais”, eles estavam certos, de alguma forma eles estavam certos, mas também é preciso ver que a própria rede cresce, amadurece, ela faz uma reflexão, ou seja, as pessoas que integram a rede, os facilitadores que levam a rede, a gente também amadurece, a gente reflete, a gente pensa também, então essa crítica não era uma crítica errada, não era uma crítica não pertinente, era pertinente a crítica só que não é mais hoje porque hoje nós estamos lá articulando quem, qual o ator social, essas sete redes da malha da REARJ, ninguém mais, então se o grupo de educadores ambientais das universidades, sei lá, o grupo de educadores ambientais “x” que seja um grupo forte, coeso que tenha evidentemente uma certa identidade, não é o João nem a Maria, quiserem ter voz, poder, existência, pertinência, integrar, inserir nas discussões, eles vão procurar quem vai fazer isso, a primeira via mais difícil é mudar o decreto, mas isso é um processo político imenso, qual é a outra via? Procurar alguém destes doze e aí no caso desses seis da sociedade civil pra ver se um deles seria o porta-voz das suas demandas, angústias, sei lá o que, então essa crítica era real, mas antes há anos atrás a própria rede estava num processo de aprendizado do que ela é, porque a rede pode ser o que for, a gente há muito tempo no Rio e outras redes também como a rede da Paraíba, a rede de Rondônia, enfim, várias redes desistiram de ficar tentando ser o que os teóricos de redes sociais dizem que é uma rede, os teóricos sobre redes sociais são ótimos, porque faz a gente pensar e refletir, a gente também é teórico se a gente sistematiza a nossa experiência, porque o cara lá está pensando a rede, mas ele não vive a rede, eu vivo a rede há vinte anos, então eu também posso teorizar então vamos conversar “mano”, então assim, vários de nós desistimos de ficar pendendo àquela receita de bolo, olha a rede é assim, a rede é um processo social pode ser completamente diferente do que o teólogo está dizendo, agora, essa crítica de que a gente não pode estar falando o que todos os educadores do Rio de Janeiro é pertinente.

E.Então quem não tem direito a ser representado, quem a rede diz assim: você não, qual é o critério, quem as sete redes não vai aceitar pra representar ou articular?

J.Não é assim que funciona, a rede tem um acordo de convivência, o que é a rede hoje? Nós temos um acordo de convivência, nós somos assim, pra você querer ser é isso e isso, a rede do Rio assinou a carta da praia vermelha que é o documento, é a tese política da REBEA, a rede brasileira que foi tirada nesse sexto fórum, a rede do Rio como integra a REBEA, a carta da praia vermelha também era a tese política nossa e tem essa definição tirada nesses anos de que REARJ é uma rede de redes, ela não é uma rede de indivíduos, então quando a gente fala assim: “Eu sou da REARJ”, não, você é da REARJ porque você hoje está militando na rede da baixada fluminense porque quem integra a REARJ é a rede da baixada fluminense, não é a Jaqueline, então pra uma rede se integrar a REARJ primeiro ela tem que ser uma rede, tem que provar que é uma rede no sentido de que é um espaço seja de que tipo for como está estruturado, organizado, cada rede é um espaço de mobilização de educadores ambientais em determinado território e aceitar nossos acordos de convivência e assinar a carta da praia vermelha, então esse é o movimento, isso é ser REARJ hoje, agora, até as pessoas todas

entenderem isso é muito difícil porque rede ainda é confundida com lista de discussão de internet, então a maior parte das redes incluindo a REARJ tem uma lista de discussão e ela na maioria das vezes, eu acredito que quase 90% é uma lista aberta, a lista universitária na UERJ está fechada, tem algumas redes que estão fechadas, o único cuidado pra quem é moderador da lista é que não seja *hacker*, que não venha mandar *spam*, a gente tem um certo cuidado, tem um cadastro só pra gente saber que aquela pessoa existe de verdade, mas qualquer um entra na lista da rede aí as pessoas pensam, opa eu tô na lista da rede, eu sou da rede posso votar, posso decidir, não é assim, não é mais assim.

E.Ou seja, é correto dizer que a rede não necessariamente representa as bases? Porque, por exemplo, se a Cátia Abreu entrar lá na lista de discussão?

J.Entrar na lista ela pode, ela não é da rede porque ela não milita numa rede de educação ambiental do território e mesmo que militasse pelo ator político que ela representa a rede dela não seria uma rede que se adequaria ao nosso acordo de convivência, antigamente não era assim, antigamente era o seguinte: Eu luto pela rede, eu batalho pela rede, eu dou o meu tempo voluntário, eu não ganho pra isso então você ser da rede e ter poder na rede, porque na rede tem poder, claro que tem poder na rede é um espaço político que tem poder, no caso da REARJ quem eram os facilitadores da rede? Quem quisesse e quem desse o seu tempo pra fazer alguma coisa pela rede, a mesma coisa igualzinho como o Joao que trabalha na associação de moradores há dez anos, a Dona Joaquina que ação social na igreja, o mesmo tipo de poder porque você está se dedicando àquele espaço e aí você tinha nomes de pessoas que se dedicavam a isso, Mauro Guimarães, Fred Loureiro já foi, eu, Declève, Mônica Arruda que foi uma das fundadoras, você tem pessoas, nomes que evidentemente carregavam suas instituições junto, mas eram nomes, “Quero trabalhar pela rede porque acredito na rede”, o seu Joaquim acredita na associação de pescadores dele e fica lá trinta anos batalhando, era assim, agora não é mais então a Jaqueline Guerreiro é facilitadora não é por causa nem do histórico de vinte anos, mas porque estou lá por uma rede “tal” e a minha rede é quem me indicou pra ser facilitadora da REARJ, então é uma dinâmica diferente.

E.Então no GIEA a pessoa que representa a REARJ é a mesma nos dez anos ou mudou?

J.Não, a gente vai mudando, a gente tem uma ideia de que a história não deve ser perdida, eu, por exemplo, fui durante muito tempo titular, na última reunião eu agora fui suplente, quem é titular é o Declève, pra que a gente não tenha um “gac” aí dessa história, não a história escrita, mas o saber oral e saber da experiência que a gente vai passando de um pra outro evidentemente, provavelmente, mais do que provavelmente eu saio do GIEA e entra um suplente, porque também é um espaço de formação, quando chegar num determinado tempo, não tem um estatuto, “de dois em dois anos”, é a própria dinâmica do que está acontecendo que nos faz ter essas decisões o Declève, por exemplo, é da rede de Niterói, provavelmente depois ele vai, passa pra suplente e esse vai pra titular, enfim, a gente vai fazendo essas mudanças, até o momento em que tudo pode mudar, são as conjunturas, por exemplo, nós conseguimos entrar na câmara técnica do CONSEMAC, que é do município, política pura, estava o caos, mudança de

tudo o que é câmara técnica, no CONSEMAC a gente não conseguiu, política pura, também com críticas, as críticas continuam, cada espaço de controle social que a gente quer entrar tem uns que acham que a gente não tem que ter porque é rede, aí pega aquela “bula” do que é rede, mas enfim, “vambora”, política pura, almoçamos com pessoas que já estavam lá né, conversa com um, conversa com outro, teve um momento numa reunião, que a gente usa a palavra brecha né, a brecha é aqui e passou aí entramos na câmara técnica de educação ambiental, quem entramos? Eu, foi o prêmio porque batalhei tanto e eu tive que sair porque sou do município e aí era uma saia justíssima, quando entrava a secretaria de educação, eu estou lá pela rede, não há entendimento legal algum, para alguns até uma questão ética, aí pediu uma reunião, porque como te falei pelo nosso acordo todas as decisões tem que ser presenciais, ata presencial, a gente pode discutir no *Skype*, mas decisão é presencial porque a gente quer ata escrita, assinada, olha vamos fazer uma reunião porque não dá mais eu tenho que sair fora porque eu não consigo dialogar porque não há possibilidade nenhuma de consenso enquanto eu estiver lá, então tem essas coisas, cada conjuntura é uma pra que a gente decida quem é que vai, por exemplo, CONEMA, a mesma coisa, não sei se isso você vai escrever, CONEMA, quem tem que estar no CONEMA? Quem tem que estar no CONEMA por lei, é uma ONG cadastrada no CNEA que é o cadastro nacional de entidades ambientalistas, ok a gente sempre faz isso só que o CONEMA é o espaço oleoso aí você precisa de um “louco” lá dentro que dê porrada, pra ser um “louco” ele não tem que estar em ONG nenhuma, ele não tem que ter rabo preso com ninguém, ele tem que ser funcionário público, por quê? Porque está lá com o emprego dele, só que você tem que estar numa ONG, entende? Então o que a gente fez? Botamos a ONG lá, atende ao cadastro bonitinho, mas o seu suplente pode ser qualquer um aí a gente botou o professor Pedrinho da UERJ, ele não tem medo de ninguém, ele tem o emprego dele, ele tem as questões dele, então na hora de “porrar” os conselheiros, de “porrar” o governo, pressionar ele pode fazer isso, ele não depende, até uma ONG às vezes recua, “Vou pedir dinheiro, não vou conseguir”, então quem da rede vai estar nesse espaço de controle social são vários indicadores e a gente vai colocando a pessoa certa no lugar certo porque tem os “porquês” que aquela pessoa está lá.

E.Só pra terminar, você falou que o que o GIEA decide pra ser aprovado tem que depender de outras instituições. É correto dizer que seria o CONEMA e o Conselho nacional de educação?

J.Sim, por isso a importância da câmara técnica de educação ambiental no CONEMA, pra gente fazer um diálogo quando tivermos algo que tenha que ir pra lá pro CONEMA que não vá pra mão de quem não entende de educação ambiental.

E.Mas a minha pergunta é se é possível que algo não seja decidido pelo conselho estadual de educação ou tudo o que vier do GIEA tem que ser assinado embaixo pelo conselho.

J.Não, não necessariamente.

E.Mas aí ele não estaria deliberando no lugar do conselho? Como você vê isso?

Por exemplo, o PROEA. O PROEA é uma definição instituição governamental, tem que ter um programa estadual de educação ambiental, agora a forma como ele foi feito...

J. Quem vai deliberar? Vai ser o GIEA ou vai ser o Conselho estadual de educação?

E. O GIEA, neste caso ele tem a possibilidade de fazer isso.

Mas não é contraditório se ele é um conselho consultivo, como ele pode deliberar?

Porque são funções, existem determinadas funções que você pode esgarçar, então, por exemplo, o PROEA por lei tem que passar pelos dois conselhos, agora, o que vai pros dois conselhos?

E. Eu não estou discutindo o que vai, estou discutindo se tem que ir ou não.

E. No caso de Programas políticos tem que ir, o GIEA manda, está aqui o texto base conselhos, para vocês deliberarem, agora como foi feito isso? Isso o GIEA decide, se fosse uma CIEA, se fosse uma comissão que fosse de outro estado, pautada naquela conjuntura política “x”, pautada mais de direita que não se pautasse pela importância de você ouvir as bases, que não se pautasse pela questão da democracia, o que poderia ser feito? A CIEA se sentava numa mesinha fazia um texto base e ela mesmo mandava pros conselhos, não necessariamente teria que ser do jeito que foi, a gente foi a oito territórios do estado ouvir o povo, quem quisesse estar lá pra falar a gente estava ali ouvindo.

E. E o GIEA não delibera.

J. Não delibera, mas ele está preparando o texto base depois das consultas pra mandar pros conselhos, mas essa ida aos territórios pra escrever, poderia não ser feito isso, poderia ser feito por cinco ou seis sentados. A decisão de ser participativo, de ser efetivamente participativo se dá no âmbito do GIEA, os conselhos não querem saber, não é atribuição do conselho, “Vem cá como foi? Foi consulta pública? Você ouviu os pescadores?”, o conselho vai pegar o texto e vai ler, então existe uma possibilidade, depende se aquele conselho é forte politicamente ou não, e aí são tantos indicadores pra saber se aquele conselho é forte ou não, não necessariamente o PROEA, o programa deveria ser escrito de forma participativa, o do Rio de Janeiro não foi, da cidade, não foi escrito de forma participativa, o que aconteceu? Uma determinada deputada, que foi até candidata à prefeita, nós fomos a ela na primeira vez que ela estava se candidatando, “A gente vai apoiar a sua candidatura se você colocar como pauta o programa municipal de educação ambiental”, “Beleza estou com vocês”, fomos pra rua, botamos a fulana lá, trabalhamos que nem o cão, o que aconteceu? Ela cumpriu? Cumpriu. Como? Ela pegou quatro assessores sentaram e escreveram o programa, eu não posso dizer que essa mulher não cumpriu, ela cumpriu o acordo só que não cumpriu como a gente quer de forma participativa, então assim, o PROEA poderia ser feito chamando deuses pra serem consultores tentando essas pessoas escrevendo, o conselho não tem nada a ver com isso.

E. Tem CIEAs no país que seguem no seu regimento, que são de caráter deliberativo.

J. Depende do estado, depende como foi feita a lei, às vezes a CIEA pode configurar como um conselho como o nosso CONEMA.

Isso contraria a lei da CIEA né, que é uma lei só. Concorda que é uma lei nacional?

Mas é uma orientação, a mesma coisa na política nacional de educação ambiental, é uma orientação que seja transversal, etc. O que está acontecendo hoje? Está se tornando disciplina. Eu estou em municípios, eu estou como consultora rodando esses sites todos, existem municípios que estão criando disciplinas de educação ambiental, tem concurso pra ser professor de educação ambiental, isso no país inteiro, “Mas isso vai contra a lei”, a lei diz que orienta-se, então as pessoas não estão contra a lei.

E.Mas essa orientação nunca abre brecha pra que qualquer CIEA funciona como conselho estadual.

J.Conselho de meio ambiente não da porque ele é bem maior que a educação ambiental.

E.Então o conselho Estadual de meio ambiente e de educação jamais vai ter o seu papel feito por uma CIEA.

Não.

Quando uma CIEA se diz deliberativa explicitamente no regimento ela está contrariando uma lei nacional é isso que eu quis dizer.

J.Confesso a você que eu nunca estudei as diferentes leis e decretos de cada uma das CIEAs, agora vou te dizer pra outro lado. Várias CIEAs que no papel tenha até um poder maior com mais possibilidade de intervenção e políticas públicas do que o que está escrito na nossa CIEA, no nosso papel, não tem poder que a nossa CIEA tem hoje, vai ter amanhã? Também não sei, amanhã pode ser o caos total, o fim do mundo do GIEA no que se refere a participação, democracia, porque estou falando no meu lugar de sociedade civil, não está bom ainda porque às vezes a pauta é só do público que vem, só do governo que vem, aí a gente fala: “Lara olha só, Deyse olha só, a gente está aqui sempre com pauta de vocês e as nossas pautas?” então não é um mar de rosas nas reuniões, mas a gente ainda tem muito diálogo com o governo neste momento, não sei amanhã, agora muitas das CIEAs que chegam assim nos encontros, nos fóruns de educação ambiental e falam: “Nós temos esse poder, porque nos é facultado isso”, eu não vejo o poder que nós temos hoje no Rio de Janeiro, eles hoje estão rebolando com abaixo assinado no Avaaz pra vez se retoma a política de educação ambiental, a CIEA da Bahia é assim: “Gente, vamos nos pintar de vermelho, gente agora verde”, e o documento da Bahia é muito mais encorpado que o nosso documento do Rio de Janeiro mas são os dois bons do poder público neste momento, então assim, o que define o poder que uma CIEA efetivamente tem...

E.O decreto?

J.Não, os atores sociais que estão lá.

E.Mas os atores sociais que estão lá não estão baseados num decreto? O decreto de criação da CIEA.

J.Sim, por isso que a gente focou aqui no Rio, e a gente vinha batendo muito nesse GIEA que era um grande elefante branco, quando mudou o governo pra esquerda, vamos começar, ué vocês não são de esquerda? O Cabral não é, mas vocês não fizeram acordo? Meio ambiente não está com a esquerda? Então vamos conversar, não pode continuar desse jeito, aí fez um, “não é isso também que a gente quer não”, tocamos de novo.

E.Quando você fala democracia participativa, horizontalidade se você pega um membro de um latifundiário e o MST, coloca eles pra conversar, dialogar, você acha que está acontecendo uma condição igual de diálogo?

J.Depende de quem está lá, da formação política de cada um dos atores sociais, porque às vezes a gente pode dar banho.

E.Você acha que o latifundiário pode ter uma condição pior no conselho pela sua formação?

J.Formação política sim vou te dar um exemplo, segunda conferência nacional de meio ambiente, já tivemos a terceira, foi completamente diferente, Rio de Janeiro, eleição dos delegados, o que acontece? A gente teve uma estratégia, numa conversa de botequim literalmente, que é onde os *insights* mais rolam, vem cá, trabalha onde Jaqueline? Consultoria. Seu Marino é pequeno empresário né? Sim. Você? Cooperativa... Vamos nos candidatar pelo segundo setor? Aí fomos. Nos inscrevemos pra sermos delegados pelo segundo setor, isso na segunda, não pelo terceiro setor e fomos eleitos, um grupo enorme, a gente estava com um traço azul de segundo setor, aí estava lá povo dos camarões, povo do paraná, os madeireiros, o povo todo lá, acabamos com essa rapaziada, evidentemente naquele espaço conferência porque você tem uma igualdade em termos de poder de fala e de voto, também não acho que é em todo lugar, a gente acabou com eles, primeiro que a gente tem conhecimento técnico e político.

E.Mas a disputa não se resume àquele espaço, se eu sou do MST e a Cátia Abreu está lá do outro lado da mesa quando a gente sair em termos de política pública ela vai ganhar.

J.Sim porque você tem uma ministra hoje que é a pior ministra de meio ambiente na minha opinião pós constituição de 88. Eu acho assim, sempre há espaço de alguma forma e eu não sou otimista, mas acho que sempre há brechas pra você lutar.

FIM DA ENTREVISTA

Entrevista com Deise Keller –SEEDUC

E.Como se chegou a essa composição atual do GIEA?

D.O GIEA foi criado junto com a nossa lei 3325, criação de um grupo interdisciplinar de educação ambiental e depois disso veio o decreto dizendo quem ia compor esse grupo institucional, só que isso foi logo em seguida da lei em 1999, passou um longo período e percebemos que o GIEA estava muito chapa branca, ele estava realmente com as instituições só do governo e em 2007 teve um novo decreto do secretário Carlos Minc que realmente compôs muito melhor com a sociedade, entraram as redes de educação ambiental, o caso coletivo jovem, então hoje está muito mais paritário, muito mais com o olhar para a sociedade e pra contemporaneidade que é o mais importante, além do espaço de governo, então quem compõe está no nosso último decreto.

E.Como ocorre a eleição?

D.Então, não tem eleição na verdade, porque a lei reza que a Secretaria do estado de educação e de ambiente tem uma coordenação conjunta, então os gestores hoje são

Deise e Lara, então tem essa gestão conjunta lá pra coordenar, mas na verdade, como a gente trabalha de um modo tão horizontal que não tem uma presidência, têm as duas secretarias, agora, tem uma diferença, aqui no SEDUC nós somos uma coordenação de assistência estadual, então somos um grupo menor de elementos, já na SEA é uma superintendência, ela tem um quantitativo muito maior de pessoas, por isso lá fica sediada a secretaria executiva, porque ela tem disponibilidade de gente pra isso, nós aqui hoje não, mas não quer dizer que a SEA coordene sozinha, é uma ação conjunta de acordo com o que reza a lei 3325/99.

E.Como se define a pauta?

D.A pauta é demandada conjuntamente por nós lá do GEIA, por exemplo, nós temos agora uma previsão de 2013 realizarmos a quarta conferência nacional, então eu mando pro grupo, nós temos que colocar isso pra pauta, então a pauta é gerida por todos, por exemplo, o Alex quando foi membro, é importante você falar sobre os marcos legais, os próprios elementos propõem essa pauta, uma pauta construída coletivamente.

E.A avaliação de projetos de educação ambiental tem alguma metodologia de avaliação?

D.Isso é um gargalo gravíssimo, porque assim, a secretaria de estado do ambiente implementa, desenvolve, com recurso público vários projetos, programas, ações e não passa a ter o GIEA um edital, não é acompanhado, avaliado, é feito na secretaria e não passa pelo GIEA.

E.Os membros é que vão avaliar os projetos de educação ambiental?

D.Nunca passou. Então quem vai avaliar se nunca passou por lá?

E.Qual é o encaminhamento do que é decidido no GIEA? Vai pro executivo, pro legislativo?

D.Isso, nós temos atas, cada uma vai pro seu âmbito, quem é do MMA, Jardim botânico leva a demanda pra lá, quem é da UERJ, quem é do sindicato e assim por diante, nós temos hoje um projeto de construção do PROEA, programa estadual de educação ambiental, quando ele chegar na sua fase final terá que ir pros dois conselhos, Conselho estadual do meio ambiente e o Conselho estadual de educação, então isso irá pra eles, mas fora isso não existem orientações, deliberações que cheguem a esses dois conselhos, ainda não.

E.Esse acompanhamento é uma atribuição do INEA né?

D.O que reza a lei, o GIEA tem que supervisionar, analisar, orientar a implementação das políticas de educação ambiental no estado como um todo, isso ocorre? Ainda não.

E.Então passa pelo GIEA?

D.Deveria passar. Hoje não passa.

E.Qual é a repercussão, o que significa pra você a decisão que é tomada ali nesse momento?

D.Olha, quando eu estou ali enquanto gestora da secretaria de educação, então eu falo em nome dos mais de um milhão de alunos, quase cem mil professores, então eu tenho que levar esse caráter educacional e eu penso que cada representante que está ali é porta-voz dos seus coletivos, então eu volto com isso pras redes, não sei como os outros procedem, mas eu volto com isso divulgando pra rede pública estadual de educação.

E.O que você pensa sobre ser um conselho, isso tem caráter consultivo e ao mesmo tempo formular políticas, isso não tem uma contradição?

D.Ele nem é no caso conselho, ele não tem esse status, ele é um grupo diferente de todo o território nacional que todos os outros estados federativos são comissões, algumas até com CNPJ próprio e com a vida própria, no Rio, saiu na lei, no decreto, grupo, então assim, não tem nenhum status de conselho, comissão, nunca foi convocado por nenhum dos conselhos, nem de meio ambiente e nem de educação, então assim, eu penso que há muito que se reformular politicamente e assim, dar esse reconhecimento pra ele, que hoje não tem.

E.Como que ocorre a renovação da composição?

D.É importante isso, só com base no decreto, então o que reza o decreto está até hoje, o que está vigente, e uma coisa importante, hoje a frequência se da por meia dúzia de instituições, são sempre as mesmas, as outras instituições não comparecem, o que parece é que não há interesse.

E.Há uma contradição no fato de ter um espaço institucional consultivo, mas que ao mesmo tempo delibera, formula políticas, formula diretrizes?

D.Dentro do programa estadual nós estamos construindo coletivamente por meio de oito consultas públicas, diretrizes, princípios, linha de ação, está tudo isso sendo construído, mas ele não é consultivo pra nenhuma instância do estado, ninguém consulta o GIEA.

E.Como se justifica o assento das redes se elas não possuem figura jurídica, não têm assembleias pra tomar decisões?

D.Do mesmo modo que no caso a CEJ, a rede que está lá, que é no caso a REARJ, ela no seu coletivo indica quem vai estar lá, indica o suplente e o titular, na CEJ dentro desse coletivo dele indica quem vai estar lá, isso é uma coisa do GIEA fechada desse coletivo, cada um na sua instancia.

E.O GIEA é entendido como um conselho, eu queria saber por que você não considera ele um conselho?

D.Em todo o país, isso está normatizado pelo MMA/MEC dentro do órgão gestor da política nacional de educação ambiental dentro do INEA que em todo país existam comissões de educação ambiental, comissões estas compostas por vários setores que entre si se encontram. Excepcionalmente no Rio de Janeiro quando saiu o decreto saiu grupo e na verdade está dentro da política estadual de educação ambiental como um grupo que no artigo que eu não lembro agora deve supervisionar, orientar essa política, então ele não é um conselho que vai deliberar uma resolução, ele não tem essa diretriz, na verdade ele deve estar acompanhando as políticas estaduais que se cumpram, ou seja, que a SEDUC cumpra no seu sistema de ensino a educação ambiental, a secretaria de estado do meio ambiente cumpra em seu sistema de gestão a fase de educação ambiental, que o Jardim botânico cumpra, que a Universidade e os sindicatos saibam disso, então ele deve orientar a execução e a implementação dessa política, agora não tem um status de um conselho nacional de educação, de meio ambiente, não, porque não é um conselho, deveria ser como em todo o país, como o órgão gestor lá orienta, ter uma comissão que orienta isso, mas saiu como grupo

E.Quando você fala comissões interinstitucionais é CIEA?

D. Isso CIEA.

E. O mesmo decreto que fez a CIEA e como o GIEA é uma CIEA, qual a diferença que você vê entre CIEA e GIEA, como na verdade só o nome muda?

D. Muda o nome, mas a palavra tem força e o nome pode ter um espaço mais institucional, por exemplo, tem CIEAs pelo Brasil que têm CNPJ e tem um fundo próprio, ele próprio se regulamenta e ele se retroalimenta, o do Rio grande do sul, por exemplo, o do Rio grande do sul é uma CIEA que tem o CNPJ e tem fomento próprio, aqui não, a SEDUC trabalha com seu recurso, o Jardim botânico, a UERJ, cada um com o seu e eles compartilham essas ações num único objetivo, mas assim, não tem o fomento do GIEA, deveria ter via FECAM que é o fundo estadual de conservação ambiental, deveria ter ali uma parte para o GIEA pra fomentar editais públicos para a educação ambiental, pra escola ou não, pra qualquer espaço, mas hoje isso não existe, eu acho que tem uma defasagem na política nacional, o GIEA está um pouco atrás das comissões do Brasil.

E. Mas existe uma porcentagem, 1% pro GIEA do FECAM né?

D. Não. É uma informação que eu não tinha acesso.

E. O que muda com isso?

D. Se isso existe de fato ele tem que ser publicizado para o GIEA, como a Deise não sabe, outros atores sociais também não e quem perde com isso é a sociedade.

E. Mas pensando que os CIEAs tem função consultiva, porque você diz que o GIEA não seria consultivo, já que é o mesmo decreto que faz os CIEAs e que faz os GIEAs?

D. Cada estado federativo tem seu regimento próprio, não é padrão pro país todo, a política nacional orienta, mas cada estado brasileiro tem a sua igual tem sua política orçamental, cada estado tem a sua política e tem seus decretos, não é por causa de uma orientação federativa que aqui se segue igual.

E. Mas então não é consultivo pra você o GIEA?

D. Sim, no caso ele é consultivo, ele é orientador, deve supervisionar, mas o que a gente sente hoje? Está com os mesmos atores sociais, não está tendo uma renovação e isso é muito perigoso porque falta o controle social disso.

E. E como é que faz pra ter as eleições lá pra ter essa mudança? Parte de cada instituição?

D. Nunca houve eleição.

E. Como pode um espaço institucional não ter eleição?

D. É, pergunta boa, isso aí deve ser bem provocativo.

E. Qual a sua opinião?

D. O que a lei diz? A lei diz que essa coordenação deve ser compartilhada, SEDUC e SEA, entretanto como essa nossa equipe técnica é muito menor e a SEA tem uma equipe muito maior a SEA está na frente como secretária executiva há muito tempo, logicamente que a SEDUC pode convocar lá na reunião, pode criar pauta sem problema nenhum como qualquer outra instituição que faz parte, mas nesses últimos anos a SEA que tem colocado até quando a senhora lá não pode estar presente muda a reunião, que é

uma coisa no mínimo atípica né, por conta de uma instituição não estar presente ou uma pessoa física alterar a data de uma reunião de um grupo institucional.

E.As avaliações nas escolas acontecem? Avaliação de projetos de educação ambiental?

D.Todo projeto pedagógico tem que estar inserido dentro da diretriz curricular na parte de conteúdo, então sofrem avaliação perene, permanente.

E.Mas são os próprios conselheiros que avaliam?

D.Não. GIEA não avalia projeto nenhum de escola, é o sistema de ensino que avalia.

E.Mas o que você falou que é avaliação permanente?

D.Da educação, você perguntou o projeto de escola.

E.Por que o GIEA tem como uma das atribuições avaliação e acompanhamento de projetos de educação ambiental nas escolas públicas do estado, como isso se dá?

D.A SEDUC pelo seu sistema faz isso.

E.Mas pelo GIEA e qual a relação que O GIEA tem com a SEDUC nesse sentido? Nessa avaliação.

D.Na verdade o que ocorre é assim, é como se fosse uma prestação de contas, no final de um ano o SEDUC e SEA, apenas esses dois, uma exposição se dá para o grupo, isso ocorre.

E.A SEDUC faz parte do GIEA e não teria como não estar, como se justifica a presença das redes no decreto?

D.Issso foi uma coisa nova né, que o secretário então Carlos Minc fez um salto quase quântico porque o GIEA ficou um longo período totalmente chapa branca, ele era praticamente governo por muito tempo e com o novo decreto teve esse espaço e foi importantíssimo, porque uma coisa é o olhar do gestor e outra coisa é o olhar do jovem que está em movimento na parte ambiental e que está em outros espaços via rede, então assim, qualificou a descrição do GIEA sem dúvida alguma.

E.Mesmo as redes não tendo espaços institucionalizados de assembleia e de tomada de decisão?

D.É respeitado, se as redes falam pra nós e as redes se organizaram e via REARJ existe um titular e um suplente.

E.Eu estou preocupado com a representação, quem ela está representando.

D.Mas aí é pela rede, não é conosco, as redes tem o espaço, elas que têm que se organizar pra fazer isso, não sou eu do SEDUC que vou dizer que não está legítimo, não houve um momento deliberativo.

E.Mas você precisa saber como foi feito.

D.A rede passa pra nós isso formalmente, que houve um encontro na serra dos órgãos que as redes estiveram lá e que se votou, deliberou-se, mas ninguém estava lá fiscalizando nada, o que chega é que isso se torna legítimo, vale o que está dito, isso é publicizado pela própria rede.

E.Mas quando se diz que é publicizado não é só porque falou.

D.Não, é porque foi pra rede.

E.Mas o que é a rede?

D.Aí você tem que perguntar pra rede.

E.Mas qual a sua opinião sobre pra onde vai essa informação?

D.Então, hoje apesar de terem vários encontros presenciais a rede está muito online também, eu sou da rede, rede estadual, então tem um espaço muito virtual, nós temos o nosso fórum brasileiro de educação ambiental, o último agora foi na Bahia que é o encontro que as redes promovem esses espaços são riquíssimos, mas assim, estruturalmente falando não tem como as redes estarem se encontrando sempre porque cada um está num espaço físico geográfico né, então uma vez por ano a cada dois anos tem um encontro, nesse espaço é comentado via habitual e quando tem que indicar tem um espaço para a conferência, para o GIEA ou pra outro tem o encontro das redes, isso depois volta pra rede maior, “houve o encontro tal e foi eleito isso, votado isso”, ou seja, quem faz parte da rede sabe, mesmo que eu não tenha ido lá eu sei o que houve, então está reconhecido.

E.Quando você fala que a palavra grupo tem força e que comissões como é o resto do país, será que pelo fato de ser uma política nacional que orienta comissões, essa palavra tem mais força do que é determinado via política nacional e educação ambiental que comissões ou algo equivalente? Será que a palavra grupo tem mais força do que a palavra da política nacional?

D.Olha, aí eu vou dizer que a palavra comissões ou grupo tem mais forças, mas no documento nacional são comissões, nós temos encontros nacionais das CIEAs que no caso o ministério chama, vamos lá pra Brasília, encontro das CIEAs.

E.Mas por que é diferente das CIEAs?

Como assim diferente?

E.Por que você acha diferente porque é grupo? Por que não é o mesmo espaço?

D.O espaço é igual, a pena é que está escrito diferente, mas o espaço é igual, mas saiu escrito diferente.

E.A função, as atribuições.

D.A função é igual, sim.

E.E você concorda que são comissões ou conselhos?

D.Comissões, conselho não é.

E.Mas não é um conselho consultivo?

D.Não, ele pode ser consultivo, mas dentro do que está na lei não existe essa palavra, ele até pode ser, mas não está previsto pra isso.

E.A atribuição de escrever um programa é de quem? Do GIEA através de seus conselheiros?

D.Pode ser do GIEA, como está sendo.

E.Você não acha que um conselho que não é deliberativo, não é o conselho estadual do meio ambiente nem o conselho estadual de educação, como ele não é deliberativo, como ele pode formular políticas?

D.Porque ele está dentro da política.

E.Mas quem vai decidir o que fica e o que não fica no texto? Já que ele não tem poder de decidir?

D.Nada, ele tem que propor, como você pode propor como eu posso propor, é um direito constitucional. Mas ele só vai ser na verdade se ele passar pelos conselhos de

educação e de meio ambiente, aí ele se torna programa, mas o GIEA pode propor e é isso que nós fizemos, propomos o nosso programa, mas ele só vai se tornar programa quando os conselhos aprovarem.

E.Quais as experiências que ajudaram pra fazer o programa?

D.O que está ajudando muito são os gestores que estão hoje lá, gente faz toda a diferença, nós tivemos um histórico muito grande do GIEA e ele não estava sendo provocador, não estava propondo e como hoje nós temos lá atores que são as pessoas, Deise que tem uma experiência larga de ministério, tem uma experiência larga de gestão, a UERJ, ou seja, essas pessoas mobilizaram pra que isso acontecesse, se fossem outras eu não sei, mas esses se encontraram ali num sinergia e numa vontade política, senão quem trabalha na parte pública, na parte de gestão quando você quer você da um jeito, quando você não quer você da uma desculpa e o grupo que está lá no GIEA quis e deu um jeito pra isso, a diferença é essa, são as pessoas que mudam o mundo.

E.Mas se você considerar que isso é uma atribuição de um espaço público tem direito de não querer fazer ou de não poder? Porque você tem uma função pública e institucional.

D.Sim mas se não houver um controle social que se cobre isso, pode fazer ou não.

E.Mas você acha que nesse caso a obrigação do estado garante isso?

Do estado e da sociedade fiscalizar, de todos nós, nunca se pode colocar o seguinte, essa coisa que tudo é pro estado, o estado é que tem que ser o grande mantenedor, não, o estado somos nós, o estado é formado de pessoas e as pessoas com mais informação, com mais liberdade e mais consciências vão fazer o estado funcionar, porque não pode dizer que é o estado, o estado está com um, vinte e sete, com quantos gestores, mas a sociedade é que tem que estar junto ali.

E.Mas como você entende sociedade civil?

D.Sociedade civil é quando tinha ditadura, a ditadura acabou, a sociedade, todos nós cidadãos, então ter instrumentos de tornar isso público cada vez mais para que cada pessoa tenha acesso, quem sabe no nosso estado o que é GIEA? Só quem permeia por esse campo ambiental, quem não permeia não sabe o que é isso, mas todos nós podemos ter acesso a instrumentos de comunicação para publicizar isso e mais cidadão estarão acompanhando e até no caso propondo, nós fizemos oito consultas públicas viajando pelo estado, você vai pra Campos, Itaperuna, “Eu quero propor isso”.

E.Mas não são as instituições que representam os interesses da sociedade?

D.Sim.

E.Por que então as pessoas e não as instituições?

D.Os dois.

E.Porque é diferente instituição é um coletivo.

D.Sim, mas quem é o porta-voz? Muitas vezes é uma pessoa.

E.Mas ela não é porta-voz dela, é porta-voz do coletivo.

D.Sim, do coletivo.

E.Então não tem a pessoa.

D.Como a nossa presidente Dilma, é porta-voz de uma nação.

E.Mas nesse sentido é instituição, não é a pessoa, certo?

D.Mas quanto mais pessoas estiverem perto disso, esse porta-voz estará mais coerente com essa sociedade.

E.A consulta pública, por exemplo, não é feita às pessoas, é feita às instituições.

D.Sim mas quem está ali usando a sua voz pra falar são pessoas físicas, dos seus diversos setores.

E.Você acha estado diferente de sociedade? Você acha diferente ou você acha que é a mesma coisa?

D.Eu não sou especialista em política pública, sou professora de ciências.

E.O GIEA pretende avaliar projetos de educação ambiental nas escolas e se pretende como vai fazer?

D.Hoje não tem essa pauta.

E.Mesmo estando no regimento.

D.Até porque tem que ter pessoas pra isso e hoje o GIEA se você pegar o livro de atas quantos comparecem? Pelas suas instituições? Então é um grupo muito pequeno pra demandar o tanto de funções, fora as funções que cada um tem no seu próprio órgão.

E.Você acha possível uma alteração no regimento pra permitir a eleição de instituições?

D.Sim, qualquer regimento pode ser revertido.

E.Você acha que isso seria uma boa ideia?

D.Sim, desde que seja no caso a vontade do coletivo, porque nada está pronto, está sempre em construção.

E.Democracia participativa, se eu colocar um representante de um movimento social como o MST, por exemplo, e colocar um representante de uma instituição como a ABAG, por exemplo, numa mesa ou consulta pública você acha que os dois têm condições iguais de participação?

D.Acho que cada um está representando o seu espaço.

E.Quem é mais forte?

D.Não sei. Não tenho a mínima ideia.

E.Eu estou falando isso porque o GIEA é concebido como um espaço de democracia participativa onde todo mundo pode participar.

D.Como você está aqui pode ir lá à reunião, ele é um processo democrático.

E.Eu me referia mesmo àquela ideia de horizontalidade, porque ficaria todo mundo no mesmo nível, por isso que eu perguntei se instituições como latifundiários...

D.Não tem assento lá no GIEA.

E.Mas, por exemplo, um sindicato.

D.Tem assento no GIEA e infelizmente não comparecem, os dois sindicatos, a rede pública e a rede privada, são convocados, convidados e nem justificam.

E.Tem representante? Já foi gente lá?

D.São convocados e há anos que ninguém vai.

FIM DA ENTREVISTA

Transcrição Wyría**Entrevistador: Eduardo d'Avila****Entrevistada: Wyría Christine Livoli de Alcântara Cabral****E.Existe ou já existiu em algum momento consenso no sindicato em torno da participação do SEPE em conselhos interinstitucionais?**

W.Desde a época que eu entrei no Sindicato eu não presenciei nenhum momento de consenso. É certo que eu to no SEPE desde 2000, então assim, relativamente recente. E desde que eu entrei no sindicato haviam posições extremamente rigorosas de determinadas correntes contrárias à participação, os companheiros do PSTU e de algumas outras organizações que eu não tenho agora como citar não sei nem se existem essas organizações ou mudaram de nome, e outras organizações que achavam que era importante a participação. Para nós, somos de um setor que avalia, sem ilusões nos conselhos, ne nós não temos ilusões nós achamos que esses espaços são instrumentalizados pelo governo, eles são compostos de forma a favorecer a posição do governo. Mas a nossa avaliação é de que é um importante espaço, não só como disputa, não uma disputa no sentido de ganhar posição no conselho, mas a disputa de concepção, de você ir fazer a disputa de uma concepção contrária à visão do governo, de uma concepção dos trabalhadores e à serviços desses profissionais da educação. Então participar desses conselhos levando sempre de forma insistente a visão dos profissionais da educação pra nós é muito importante. Um outro sentido é trazer informações porque nesses conselhos você tem acesso a diversas informações, por exemplo no conselho do FUNDEF agora FUNDEB, ne. Você tem acesso a planilhas de investimentos e de gastos que nós do movimento temos dificuldade em alguns momentos de ter acesso então você estando lá dentro, você acesso mais facilitado. E basicamente essa coisa de desestabilizar, quebrar um pouco a hegemonia, o consenso desse espaço, acho que é a nossa tarefa também. Por outro lado, os profissionais da educação eles nos cobram essa participação. A grande maioria e ai eu falo com tranquilidade, a grande maioria da categoria acha que o SEPE tem que estar, tem que compor esses conselhos, e pedem a gente sempre informações “Oh por que que o SEPE não integrou determinado conselho? “Em vários momentos a gente perde o prazo para indicação DE nomes a categoria muitas vezes nos cobra mas se nós não temos o representante lá ou nos cobram porque num dado momento participam ou ouvem falar da participação de alguém mas não tinha ninguém do SEPE lá, então acho que a gente tem uma tarefa também, uma responsabilidade claro que trabalhando sempre na perspectiva sempre de desmistificar pra base da categoria o que significa aquele espaço. Nosso espaço é o espaço da luta, da construção da contra-hegemonia de contraposição a esses projetos dos governos, mas não é a contraposição pela contraposição; é a contraposição, pois nós vivemos um período onde os (...) e não é um período curto, são mais de vinte anos de avanço do neoliberalismo no nosso país e esse desenho ideológico, político, econômico ele se reflete sem dúvida na educação, na gestão dos serviços públicos na aplicação ou não do recurso devido nos setores de atendimento à população entao é um período muito duro de ataque, eu acho que eu perdi meio a linha de raciocínio. Então a gente não tem ilusão de que esses espaços possam

E. Da contraposição..

W. Isso, você voltou. Mesmo num período duro de dificuldade de você avançar você tem uma tarefa e uma responsabilidade, é esse o papel dos sindicatos de esquerda ao nosso ver, fazer a contra hegemonia. E a contra-hegemonia ela se faz exatamente com essa entrada nos aparelhos da burguesia, da hegemonia, e aí Gramsci pé melhor pra explicar isso, não vem ao caso. Na nossa concepção é essa a nossa tarefa é estar em todos os espaços, em todos os espaços fazendo a contraposição para que não haja um pensamento único uma voz comum e tentando trazer dali elementos para potencializar a nossa luta. Não temos dúvida que a luta é a organização dos trabalhadores, são os trabalhadores nas ruas que vão de fato conseguir superar e modificar esse cenário, não é de forma institucional, não é a partir de acordo com governo ou negociação, a gente sabe muito bem o que esse projeto neoliberal significa. Agora o que a gente puder fazer para instrumentalizar as lutas e exatamente para mostrar para a categoria que a gente está a serviço deles, que a gente está ocupando os nossos lugares, mas com esse papel desmistificando esses espaços. Acho que é por aí, acho que é a tarefa de um dirigente e de um sindicalista que atua num sindicato de esquerda em defesa dos profissionais da educação.

E. Você acha que a ausência de consenso atrapalha a participação.

W. Eu acho que a ausência de consenso... eu acho que para quem é de esquerda a ausência de consenso nunca atrapalha, ao contrário, o consenso é perigosíssimo. Eu penso que a gente cresce na pluralidade, o que eu acho é que não pode ter nenhum determinismo que nos impeça independente da categoria, porque eu acho o seguinte: são os fóruns da categoria que vão definir se a gente participa ou não. Se o fórum da categoria definir que o SEPE não vai participar aí acho que cabe à nós diante disso refletir e acatar. Agora, se não há, não pode ser as correntes internas que venham tentar impedir, mas isso não acontece. Acho que a gente vive realmente um período que a gente não joga muito peso nesses espaços, mesmos os setores que defendem a participação defendem nessa perspectiva, não há nenhuma defesa a não ser de setores talvez hoje petistas, talvez defendam com mais veemência a participação. Mas no geral mesmo os que defendem é essa participação para desestabilizar, não participação para se adaptar ou ser subsumido ali nesse processo. Então assim, mas eu acho que está muito enfraquecido isso, então o Sindicato nesse momento não tem jogado muito peso na participação. E aí pode ser que essa disputa interna prejudique, seja prejudicial para que a gente construa de forma mais qualificada essa participação. Como é construir de forma qualificada? É como eu falei para você, é construir a contraposição é contra-argumentar e retirar daquele espaço alguma coisa que você possa levar para a categoria, mostrando pra ela, olha, a gente está lá, não adianta... e a gente precisa construir alternativas, não é só participar dos espaços se a categoria não se organiza, não se mobilizam, enfim.

E. De quais conselhos o SEPE participa?

W. Olha tem o conselho do fundeb, tinha o conselho que não sei mais como está isso da Secretaria Municipal de Educação, da Merenda, tem o conselho... aí fugiu agora você vai poder me ajudar que faz a discussão de educação ambiental.

E.Então você já ouviu no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

W.Isso. Olha, muito pouco. Muito pouco eu, particularmente. Já participei inclusive da assembleia onde a gente elegeu um companheiro, que na ocasião era um companheiro que é uma figura que é um pesquisador na área de educação ambiental e que tem uma vasta produção crítica e que para nós era muito importante ter um especialista crítico, porque nos foi dada a oportunidade de estar nesse conselho. Uma companheira, Maria das Mercês que é professora da rede municipal ela ta há muito tempo nessa batalha de fazer a disputa de competição de educação ambiental na rede, foi aí que eu tive um primeiro contato com essa luta então ela foi a pessoa que nos procurou já há bastante tempo para puxar a importância na participação do sindicato nesse espaço. Até porque ela trazia pra gente uma visão totalmente de um projeto pra rede municipal que era uma visão com parceria com empresários, enfim, totalmente fora do que se defende na linha crítica de ea de uma discussão de fato para a rede. Aí, assim, por isso que estou te falando, eu sou a pior pessoa pra te falar desse tema, não é. Agora sei que o SEPE tem o assento, o companheiro Rodrigo Lamosa que acredito que ainda esteja, mas nessa perspectiva de botar uma figura capacitada com o perfil pra poder fazer esse embate lá de forma fundamentada, não dá pra botar uma pessoa como eu que não tenho nenhum acúmulo na área da EA pra fazer esse debate.

E. De forma geral, qual seria o seu entendimento de Educação Ambiental?

W.Olha na verdade hoje se fala em educação socioambiental nas correntes mais críticas, porque eu acho que é isso, ne, é você pensar na totalidade, você pensar o mundo e as pessoas como uma coisa interligada e que na verdade você precisa trabalhar com a saúde do ser humano, e para a saúde é necessário o saneamento básico, uma educação, com relação a preservação, a com relação a utilização dos recursos naturais e energéticos, de forma...eu entendo muito pouco mas é basicamente a lógica de você... não sei acho que é isso, entendo muito mal, viu?

E. Obrigado.

Anexo 2

Roteiro de entrevista semi-estruturada aos diretores do SEPE

Entrevistador: Eduardo da Costa Pinto d'Avila

1-Existe ou já existiu em algum momento um consenso no Sindicato em torno da participação do SEPE nos conselhos interinstitucionais?

2-Quais correntes historicamente defenderam contra e quais correntes historicamente defenderam à favor a participação do SEPE em conselhos?

3-Você se lembra de ter havido mudança de posição destas correntes em torno da participação nos conselhos?

4-Quais são os argumentos da sua corrente?

5- A ausência de consenso atrapalha a participação em conselhos? Acha que atrapalha?

6-De quais conselhos o SEPE participa?

7-Você sabe desde quando o SEP participa de conselhos?

8-Você já ouviu falar ou conhece o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental?

9-Você acha importante o SEPE discutir a entrada da Educação Ambiental nas escolas?

10- O que você entende por educação ambiental?

Anexo 3

Roteiro de entrevista semi-estruturada aos conselheiros do GIEA RJ

Entrevistador: Eduardo da Costa Pinto d'Avila

1. Como se chegou a essa composição?
2. Como funciona a renovação da composição?
3. Como ocorre a eleição?
4. Como se define a pauta?
5. Há uma metodologia de avaliação?
6. Como funciona a avaliação e o acompanhamento?
7. Os membros é que vão avaliar os projetos de educação ambiental?
8. Se sim, o trabalho é voluntário?
9. Se não, é trabalho e tem que ser remunerado; contratado por quem?
10. Qual é o encaminhamento? Para quem é enviado? Para o Legislativo? Para o Executivo?
11. O que significa a decisão tomada ali? Qual é a repercussão?
12. Não há contradição de um espaço institucional consultivo que formula programa? E que delibera?
13. Como se justifica o assento das redes se elas não possuem figura jurídica, não têm assembléias para tomar as decisões?